

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
PROGRAMA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

THAÍS THALER SOUZA

**ARTE, CULTURA E SAÚDE MENTAL: HISTÓRIAS DE ADOLESCENTES  
VINCULADOS A PROJETOS ARTÍSTICO-CULTURAIS**

SÃO CARLOS  
2022

THAÍS THALER SOUZA

**ARTE, CULTURA E SAÚDE MENTAL: HISTÓRIAS DE ADOLESCENTES  
VINCULADOS A PROJETOS ARTÍSTICO-CULTURAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Terapia Ocupacional.

Área de concentração: Processos de Intervenção em Terapia Ocupacional

Linha de pesquisa: Cuidado, Emancipação Social e Saúde Mental.

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>: Maria Fernanda Barboza Cid

São Carlos  
2022

## **Financiamento**

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

## AGRADECIMENTOS

O momento de agradecimento me gera angústia, explico, é porque parece que não é possível falar ou agir de maneira que alcance e transpareça de forma exata o sentimento que sinto às pessoas com as quais sou grata, não é possível ilustrar o tamanho da gratidão e a profundidade da felicidade que tenham causado em mim, o que acaba por me provocar uma sensação de insuficiência.

Sempre carreguei isso comigo, e não adiantava florear as frases de superlativos e advérbios de intensidade... nada tirava essa sensação de que a pessoa não entenderia o quanto estava grata. Mas, recentemente, em uma dessas situações inusitadas da vida, escutei alguém falando sobre gratidão, e acho que que encontrei uma solução.

Infelizmente, nunca conseguirei que as pessoas que me provocaram esse sentimento entendam o bem que me causaram, e o erro estava justamente aí, de tentar fazer com que elas sentissem a felicidade que eu sentia de ter elas em minha vida. Entendi, que a única forma que tenho de aliviar isso em mim é fazendo para outras pessoas que venham a cruzar o meu caminho o bem que me causaram, é dar combustível para a roda da vida, ser disseminadora dos privilégios que tive.

Mas, ainda em uma tentativa frustrada, quero tentar conseguir em palavras nomear algumas dessas pessoas que dividiram essa trajetória comigo.

Então, gostaria de agradecer aos mestres desse caminho. Primeiramente, a minha orientadora Maria Fernanda Barboza Cid, que sempre se colocou disponível nas leituras atentas, na escuta dos momentos difíceis e nas inseguranças que surgiram no caminho, tentando trazer, com muito esforço, a delicadeza das flores em um ambiente tão árido quanto o ambiente acadêmico.

As professoras, em especial, Amanda Dourado, Taís Quevedo e Thelma Matsukura que foram muito para além da função de mestres e deixaram os meus dias mais leves em São Carlos e tenho certeza de que serão companheiras de luta por um bom tempo ainda. A todas as outras professoras e professores que me ajudaram a ampliar minha noção da TO e do mundo. Ao Laboratório *Lafollia*.

As professoras da banca de qualificação Fernanda Nocam e Luciana Surjus, e as professoras da defesa, Melissa Teixeira, Teresinha Cid, Cristina Ventura e Amanda Dourado pelas sugestões afetuosas. Gostaria de agradecer ainda ao financiamento e apoio a pesquisa da CAPES.

Aos amigos que fiz pelo caminho, Mayara & Maraísa, Belliane, Marina Batista, Ana, Bruninha, Jesus, Xu, Lucas, Vivi, Fer, Bárbara, Clô, Débora Folha, Dani e tantos outros. Aos amigos de todos os cantos Carlinha, Angel, Jô, Nath, Lili, Fafá, Marina, Luiza, Pedros, Caio, Lucas, Geralda, Moura, Mário, Nathane, Marco, Jose e Geléia, este último sendo o responsável pelas produções audiovisuais deste estudo. Aos de Campo Grande, Tamys, Mariana, Ju, Gabi, Lê e Michelle. Enfim, a todos os amigos que me escutaram, incentivaram e me auxiliaram a pensar em alternativas. As minhas colegas de trabalho que tanto contribuíram com esse momento, Eliana, Gialile, Janete e Thais. Ao Fórum Mineiro de Saúde Mental de Minas Gerais, em especial a Marta Elizabeth e Miriam Abou-Yd, que fizeram uma leitura atenta dos documentos públicos do desmonte.

Agradeço ainda aos/às adolescentes participantes da pesquisa e a todas as crianças e adolescentes que estiveram na minha vida. E aos coordenadores dos projetos, Jabuti, Thereza e Tiquinho.

A minha família, minhas tias, tios, primos e primas que apoiam com tanto amor todas as minhas decisões. Em especial, a minha mãe Helga, meu pai Sidimar, minha irmã Rafaela e meu cunhado Henrique, a leveza que temos não tem explicação nesta vida, obrigada! E se não fosse vocês, não teria conseguido.

Ao meu grande companheiro de vida, Patrick, a ele devo o olhar sempre alegre e colorido da vida, com seu bom humor que me permitiu rir de situações difíceis e enxergar a vida sempre por outro prisma, além de produzir tabelas no Excel como ninguém.

Amo vocês, muito obrigada!

## RESUMO

**Introdução:** Pesquisas sobre a saúde mental de adolescentes ainda são incipientes e atravessadas por uma concepção adulto-centrada e/ou referenciadas a partir de realidades não correspondentes ao Sul-global. Diante disso, tornam-se necessários estudos que considerem as vozes dessa população pelas suas vivências dentro do campo da saúde mental a partir de uma compreensão ampliada de Promoção em Saúde Mental, do referencial da Atenção Psicossocial e de realidades locais. Considerando o papel estratégico que a arte-cultura representa dentro das dimensões que organizam o campo da Saúde Mental e da Atenção Psicossocial, em específico da relacionada a dimensão sociocultural, estudos que explorem como essa relação se estabelece com o público adolescente ganham significativa importância para criação de oportunidades e estratégias de cuidado mais efetivas. **Objetivos:** o objetivo geral do presente estudo foi explorar a compreensão de adolescentes sobre a vivência e participação em projetos de arte e cultura e a relação com a própria saúde mental. Como objetivos específicos: (1) analisar na perspectiva dos/das adolescentes, como se dá e como eles avaliam o acesso às atividades artístico-culturais nos territórios em que circulam; (2) compreender a partir da perspectiva dos/das adolescentes sobre como as atividades de arte e cultura atravessam/atraversaram suas histórias de vida; (3) identificar como tem se dado o engajamento dos/das adolescentes em atividades de arte e cultura durante o período de pandemia da Covid-19; e (4) produzir e divulgar com os/as adolescentes, de forma participativa, um documentário sobre a vivência em projetos de arte e cultura. **Metodologia:** Participaram do presente estudo seis adolescentes advindos/as de contextos vulnerabilizados que frequentavam projetos de arte-cultura, com os quais foi realizada uma pesquisa participativa que utilizou duas estratégias para a construção dos dados, as Histórias Orais de Vida (HOV); e os Grupos de Discussão (GD) sobre o tema arte-cultura e saúde mental. As narrativas dos/as adolescentes derivadas das HOV foram analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo temática da Bardin e os eixos e categorias, identificados pela pesquisadora, foram validados pelos/as participantes nos GD. Ainda nesses grupos, foram aprofundadas as discussões sobre o tema e elaborado, junto com os/as adolescentes, e produzido um documentário, como produto da pesquisa e devolução social do trabalho desenvolvido. **Resultados:** Os/As seis adolescentes participantes da pesquisa estavam vinculados/as a atividades artístico-culturais diversas, tais como: capoeira, escrita, argila, desenho e música. Diante das narrativas de HOV dos/das adolescentes, foram identificados quatro eixos temáticos, a saber: Eixo 1) ‘Laços e nós: família na tessitura de redes de apoio’; Eixo 2) ‘Transgressão e outras formas de liberdade e bem-viver’; 3) ‘Você não está sozinho, viu?’, Eixo 4) ‘Kit-covid: resiliência e afeto. Os eixos foram aprofundados em 11 categorias dentro destas temáticas. **Discussão:** Destaca-se a centralidade que os membros familiares representam para os/as adolescentes, em especial a mãe como uma referência importante, que levanta à reflexão correspondente a relação entre gênero e cuidado familiar. Além disso, ganha evidência a importância da rede fraterna como determinante para permanência nos espaços de arte-cultura, que se organizam por uma perspectiva de papéis sociais dentro da família que ora impedem ora facilitam o acesso aos projetos. A família parece se beneficiar de maneira tímida do potencial político e emancipador dos projetos, do contrário dos próprios participantes que relatam mudanças subjetivas com a participação. Nessa direção, destaca-se nos resultados produzidos pelos adolescentes, o aumento de criticidade, contratualidade social, pertença e mobilidade urbana e do potencial político emancipador com a participação nos projetos artísticos culturais. Além disso, para os/as adolescentes, os coordenadores dos projetos de arte-cultura, são identificados como apoio, referência e possibilitadores das novas oportunidades, com significativa importância e referência para a permanência dos participantes nos projetos. O período de pandemia também é evidenciado nos resultados da pesquisa e reconhecido pelos/as adolescentes nas suas dificuldades e problemas sociais, como o abandono escolar, no entanto, os/ as participantes identificam também como período positivo e de evolução pessoal individual. Identifica-se que os projetos de arte-cultura se estruturam em uma rede desenvolvida pela afetividade e como um ponto de apoio escolhido pelo adolescente. Ao final de todo esse processo, foi produzido, com os/as adolescentes, um documentário intitulado “Jovem arte: criadores das próprias oportunidades”, sendo citado pelos/as adolescentes como um produto que representa os/as participantes e como possibilidade de participar de algo novo. **Considerações finais:** Os projetos de arte-cultura são referenciados pelos/as adolescentes participantes da pesquisa como espaços que favorecem a participação e a

expressão cultural, o resgate da cidadania, aumento de processos críticos, oportunidades, repertório de agenciamentos e a luta pela possibilidade de uma existência qualificada, fatores que conversam com a proposta da atenção psicossocial e da promoção em saúde mental.

**Palavras-chave:** Promoção em Saúde Mental. Atenção Psicossocial. Adolescentes. Arte - Cultura. Terapia ocupacional.

## ABSTRACT

**Introduction:** The mental health of adolescents is an emerging research theme that often reflects an adult-centered perspective and realities that may not be fully compatible with the context of the Global South. This highlights the need to capture the voices of this population while emphasizing the importance of mental health promotion within the perspective of psychosocial care and local contexts. Art and culture play a crucial role in mental health and psychosocial care, particularly within its sociocultural dimension. Therefore, studies that investigate the relationship between art, culture and mental health among adolescents are vital to creating new life opportunities and enhancing the quality of care. **Objectives:** The main objective of this study was to examine adolescents' perceptions of their experiences with art and culture projects and how it relates to their own mental health. As specific objectives, this study aimed to (1) investigate how adolescents evaluate access to art and culture activities in their local communities; (2) understand how art and culture activities influence the life stories of adolescents; (3) identify how adolescents have engaged in art and culture activities during the COVID-19 pandemic; and (4) produce and disseminate a documentary about the participants' experience in art and culture projects, in collaboration with them, using a participatory method. **Methodology:** This study involved six adolescents from vulnerable contexts who participated in art and culture projects. The participatory research method used two strategies for the construction of data. The first consisted of the development of oral histories of life and the second concerned the organization of discussion groups on the topic of art, culture and mental health. Using Bardin's thematic content analysis technique, narratives derived from the oral histories were analyzed. The axes and categories identified by the researcher were validated by the discussion group participants. As part of the discussion groups, the proposed topics were explored further with participants to collaboratively produce a documentary, which was the main outcome of the study and a contribution to society. **Results:** Participants in the study were involved in a variety of art and culture activities, including capoeira, writing, clay sculpture, drawing and music. In view of the adolescent's narratives, four thematic axes were identified. Axis One was the 'bond and knots: the family's role in the development of support networks'; Axis Two was 'Transgression and other forms of freedom and well-being'; Axis Three was 'You are not alone, see?'; Axis Four was 'COVID-19 kit: resilience and tenderness. Within these themes, the axes were further explored into 11 categories. **Discussion:** Results indicate that the research participants placed a high level of importance and idealization on their family members, particularly their mothers. The mother is an important reference, which raises the reflection on the relationship between gender and family care. Additionally, they indicated that fraternal relationships within cultural and artistic spaces are organized by a perspective of social roles within the family that sometimes prevent or facilitate access to projects. While families reported reaping limited benefits from the projects' political and emancipatory potential, the participants noted profound subjective changes as a result of their participation. Participants also reported an increased sense of critical skills, social contractuality, belonging, urban mobility and the emancipatory political potential with the participation. According to them, the coordinators of art and culture projects were a source of support, a point of reference and a means of obtaining access to new opportunities essential for their continued involvement in the projects. The pandemic was also frequently mentioned by participants, who recognized difficulties and social problems associated with it, such as dropping out of school. In spite of this, they also identified the pandemic as a positive period and a time of personal growth and development. It is identified that art-culture projects are structured in a network developed by affection and as a support point chosen by the adolescents. The entire research process culminated in the creation of a documentary entitled "Young art: creators of their own opportunities", which was credited by the teenagers as an opportunity to be represented and to participate in something new. **Final considerations:** according to the participants, arts and culture projects provided them with spaces for participation, cultural expression, citizenship reclamation, enhanced critical skills, increased access to new opportunities, greater agency repertoire and a fight for quality of life, all of which influence the proposal for psychosocial care and mental health promotion.

**Keywords:** Mental Health Promotion. Psychosocial Care. Adolescents. Art – Culture. Occupational Therapy.

## LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1 – Documentos públicos 2016- 2022 voltados ao desmonte da RAPS (PARTE 1)</i> .....	34
<i>Figura 2 – Documentos públicos 2016- 2022 voltados ao desmonte da RAPS (PARTE 2)</i> .....	35
<i>Figura 3 – Documentos públicos 2016- 2022 voltados ao desmonte da RAPS (PARTE 3)</i> .....	36
<i>Figura 4 – Documentos públicos 2016- 2022 voltados ao desmonte da RAPS (PARTE 4)</i> .....	37
<i>Figura 5 – Processo da produção de história oral de vida</i> .....	75
<i>Figura 6 – Etapas do grupo de discussão</i> .....	76
<i>Figura 7 – Momentos e etapas de pesquisa</i> .....	77
<i>Figura 8 – Organização dos encontros online</i> .....	85
<i>Figura 9 – Documentário produzido com os adolescentes sobre a participação em projetos de arte e cultura</i> .....	132

## LISTA DE QUADROS

<i>Quadro 1 – Caracterização dos/das participantes</i> .....	86
<i>Quadro 2 – Eixos e categorias temáticas</i> .....	112
<i>Quadro 3 – Resumo das atividades e objetivos do primeiro encontro</i> .....	114
<i>Quadro 4 – Resumo das atividades e objetivos do segundo encontro</i> .....	119
<i>Quadro 5 – Resumos das atividades e objetivos do terceiro encontro</i> .....	130

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>Abrasco</b>	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
<b>Abrasme</b>	Associação Brasileira de Saúde Mental
<b>APS</b>	Atenção Psicossocial
<b>ACsS</b>	Agentes Comunitários de Saúde
<b>CAPS IJ</b>	Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil
<b>CNSM</b>	Conferência Nacional de Saúde Mental
<b>Conitec</b>	Comissão Nacional de incorporação de Tecnologia
<b>CT</b>	Comunidade Terapêutica
<b>Datasus</b>	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>ECT</b>	Eletroconvulsoterapia
<b>EMT</b>	Estimulação Magnética Transcraniana
<b>EqSF</b>	Equipe de Saúde da Família
<b>Febem</b>	Fundação para o Bem-Estar do Menor
<b>MDS</b>	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a fome
<b>MJ</b>	Ministério da Justiça
<b>MS</b>	Ministério da Saúde
<b>MT</b>	Ministério do Trabalho
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PCDT</b>	Protocolo Clínico e Diretrizes terapêuticas
<b>PET</b>	Plano de Estudo Tutorado
<b>PNAB</b>	Política Nacional de Atenção Básica
<b>PNSM</b>	Política Nacional de Saúde Mental
<b>RAPS</b>	Rede de Atenção Psicossocial
<b>SRT</b>	Serviço Residencial Terapêutico
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde

*Permita que eu fale, e não as minhas cicatrizes  
Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes  
Que nem devia tá aqui  
Permita que eu fale, e não as minhas cicatrizes  
Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nós?  
Alvos passeando por aí*

*Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes  
Se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência  
É roubar um pouco de bom que vivi*

*Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes  
Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes  
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóiz sumir*

*Sujeito de sorte, Emicida*

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>2 ADULTO, NÃO NOS ADULTERE!</b> .....	<b>17</b>
<b>3 QUAL É O FUTURO DO NOSSO PASSADO?</b> .....	<b>22</b>
<b>4 TIRA, PÕE, DEIXA OS DIREITOS FICAREM</b> .....	<b>31</b>
<b>5 A GENTE NÃO QUER SÓ REMÉDIO, A GENTE QUER REMÉDIO, DIVERSÃO E ARTE</b> .....	<b>46</b>
<b>6 VIOLAR PODIA SER VERBO DE VIOLÃO!</b> .....	<b>55</b>
<b>7 VIVER É MUITO ARRISCOSO – CARECE DE CORAGEM</b> .....	<b>61</b>
<b>8 OBJETIVO</b> .....	<b>63</b>
8.1 Objetivos específicos .....	63
<b>9 PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	<b>64</b>
9.1 A escolha metodológica .....	64
9.1.1 A escolha metodológica e a perspectiva da terapia ocupacional .....	64
9.1.2 A escolha metodológica pelo fazer com .....	71
9.2 Produção de dados .....	72
9.2.1 História Oral de Vida .....	72
9.2.2 Grupos de discussão .....	75
9.3 Etapas da pesquisa .....	77
9.3.1 Etapa preliminar .....	77
9.3.2 Segunda etapa de pesquisa - Pesquisa participativa .....	81
<b>10 RESULTADOS</b> .....	<b>86</b>
10.1 Primeira sessão – quem fala? .....	86
10.1.1 Caracterização dos/das adolescentes participantes .....	86
10.2 Segunda sessão – Sobre o que se fala? .....	87
10.2.1 História oral de vida dos adolescentes .....	87
10.2.2 Grupos de discussão .....	111
10.3 Desafios em pesquisa com adolescentes em um período pandêmico .....	132
<b>11 DISCUSSÃO</b> .....	<b>135</b>
11.1 Laços e nós: famílias na tessitura de redes de apoio .....	135
11.2 Transgressão e outras formas de liberdade e bem viver .....	149
11.3 Você não está sozinho, viu? .....	157
11.4 Kit-Covid: resiliência e afeto .....	161
11.5 Jovem arte: criadores das próprias oportunidades .....	172
<b>12 NÃO SE COLOCA PONTO FINAL NA ESTACA ZERO</b> .....	<b>175</b>

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>178</b>
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE I) - RESPONSÁVEIS.....</b>	<b>196</b>
<b>APÊNDICE B – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) – ADOLESCENTES .....</b>	<b>198</b>
<b>APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO – ADOLESCENTES ... .....</b>	<b>200</b>
<b>APÊNDICE D – CARTA DE CESSÃO .....</b>	<b>201</b>
<b>APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE II) – RESPONSÁVEIS PARA DIVULGAÇÃO DE IMAGENS .....</b>	<b>202</b>
<b>APÊNDICE F – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ PARA FINS DE PESQUISA .....</b>	<b>203</b>
<b>ANEXO A – PARECER SUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA PARA O PROJETO DE PESQUISA PARTICIPATIVA .....</b>	<b>204</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

*Se não nos deixam sonhar, não os deixaremos dormir.*<sup>1</sup>

Peço uma licença poética para a minha apresentação; talvez ela tenha um tom um pouco menos formal do que deveria. Penso que isso é possível por causa do tema que escolhi pesquisar: saúde mental, que não permite tanta rigidez; ou ainda por falar de arte e cultura, que representam a própria liberdade; quem sabe ainda pelos tempos duros que estamos vivendo, que acabam nos levando para a necessidade destas falas mais intimistas, ou, finalmente, porque as pessoas de quem eu falo são adolescentes, com sua necessária transgressão. Não sei bem o porquê, mas optei por fazer assim. Depois de me apresentar, prometo seguir todos os padrões...

Estamos vivendo tempos difíceis; está escuro, mas cantamos. Espero que o canto seja prelúdio da alvorada que resiste e insiste em nascer, anunciando que a parte mais escura da noite já passou, e já não existe outro caminho que não seja o amanhecer. Seguimos nessa resistência radicalmente delicada em uma pandemia negacionista.

E esta pesquisa diz disso, diz de mim, da minha história com a adolescência e a infância, que acontece antes da universidade, da minha participação nos movimentos políticos de militância, que me acompanham até hoje, e do atravessamento de uma doença que assolou o mundo e matou muito do Brasil.

Formei-me pela Universidade Federal de Minas Gerais em Terapia Ocupacional, fiz mestrado na Neurociências pela mesma universidade, cursei especializações que me ajudaram na prática com os adolescentes e trabalhei formalmente com esse público desde 2014. Mas, para falar a verdade, acho que as coisas que mais me marcaram, e conseqüentemente esta escrita, foi o que não deu certo, o que acontecia entre um atendimento e outro, e por sua vez não foi para o *Lattes*<sup>2</sup>. Das vezes que eu não sabia bem o que fazer diante de tanta atrocidade, raiva, tristeza, fome, medicação, descaso e normatização... mas ainda persistia uma esperança, algo que brotava do asfalto; a arte e a cultura eram esse oxigênio, que hoje tanto nos falta, e traziam um pouco de vida, uma possibilidade de leveza ou ainda a possibilidade de sobrevivência. Não sabia bem o que fazer com tudo isso e acabei transbordando nesta pesquisa.

---

<sup>1</sup> Eixo temático de 2013 da manifestação política-cultural de Belo Horizonte do “18 de maio”, Dia Nacional da Luta Antimanicomial.

<sup>2</sup> A Plataforma Lattes é gerida pela CNPq e integra bases de dados de currículos, de grupos de pesquisa e de instituições em um único sistema de informações, disponíveis para consulta pública.

Os nossos jovens estão morrendo de muitas maneiras, e isso também me mata aos poucos; e como é possível produzir vida diante de tudo isso? E é disso que trata esta tese. Se esse pudesse ser o resumo, seria. Os nossos adolescentes, ora vistos como símbolos de esperança, ora como ameaças, outras ainda como alvo, não pertencem a lugar nenhum, e, como diria Chico<sup>3</sup>, na rodoviária assumem formas mil. Carregam dentro de si potência, mas estão sendo enterrados e medicalizados por suas mães pretas. Permitir a visualização dessas falas e dessas histórias, e não a escuta dessas cicatrizes, é dar nome para quem morre, é humanizar os números, é aproximar realidades, é mostrar o sujeito.

Nos capítulos iniciais, vou seguir algumas formalidades, não me entendam mal, isso também é importante, pois ajuda na compreensão acadêmica da temática e do problema, e vou apresentar alguns conceitos teóricos relacionados à história da criança e do adolescente dentro da saúde mental pela perspectiva do referencial teórico da Atenção Psicossocial e da importância de pensar tudo isso a partir de realidades locais e do Sul-global.

Depois, vou tocar em algumas feridas, dizer dos nossos retrocessos e políticas de morte muito evidenciadas pelas estratégias de governo adotadas. Em seguida, vou dizer, a partir do referencial teórico da Promoção da Saúde, sobre a possibilidade de enxergar algumas condições e contextos de vida não a partir dos aspectos negativos ou problemas de saúde, mas através das possibilidades e potencialidades da vida e do existir coletivo. No capítulo seguinte, vou falar sobre a arte-cultura como uma possível estratégia nessa promoção dentro da saúde mental. E no último capítulo introdutório, vou trazer um panorama do cenário pandêmico; afinal ele mudou brutalmente o mundo.

Já entrando no processo da pesquisa em si, vou apresentar os olhares que direcionaram o caminho percorrido, ou seja, a parte metodológica, que foi desenhada a partir da Terapia Ocupacional e da perspectiva da pesquisa participativa. Este estudo foi produzido COM os adolescentes, e ter esses adolescentes ao meu lado é o grande diferencial desta pesquisa.

Os resultados, eu apresento em duas etapas; a primeira tratando dos advindos das histórias orais de vida narradas pelos adolescentes – essa parte é bonita demais, vale a pena reservar um tempo maior aqui – e a segunda, com a produção desenvolvida junto ao grupo de discussão com adolescentes participantes, que, por meio desse grupo, se debruçaram sobre as histórias e temáticas emergidas e construíram conhecimento na temática de saúde mental e a relação com a participação em projetos de arte e cultura. De todo esse processo, foi produzido, junto com os adolescentes, um documentário “top”, como eles disseram. Durante o capítulo

---

<sup>3</sup> Referência à música de Chico Buarque “Brejo da Cruz”. Chico Buarque – 1984. Gravadora: Barclay/Polygram/Philips. Produtor: Homero Ferreira. Formatos: LP (1984) / CD (1993). Lançamento: 1984.

da discussão, foram trabalhadas as temáticas levantadas nos encontros individuais e coletivos com o intuito de avançar no conhecimento.

Só mais uma coisa, que vai se manter ao longo desta construção introdutória: cada uma das partes deste texto vai ser anunciada por um nome de ala do desfile do 18 de maio aqui de Belo Horizonte, Dia da Luta Antimanicomial. Escolhi fazer isso pois sou militante da luta, participo todos os anos dessa manifestação político-cultural, sei que o lugar dos nossos adolescentes é na cidade e acredito que a arte e a criatividade são a principal vacina contra o ódio e o fascismo.

Pronto, agora assumirei a formalidade.

## 2 ADULTO, NÃO NOS ADULTERE!<sup>4</sup>

Apenas recentemente a população infantojuvenil foi inserida em uma agenda política que as contempla como sujeitos psíquicos e cidadãos de direitos. Considerando que a cidadania representa o conjunto de direitos e deveres, civis, políticos e sociais, que resultam em uma identidade social; crianças e adolescentes, ao se inscreverem de forma constitucional, passam a ter assegurados direitos fundamentais, pelo menos no âmbito legal: à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à profissionalização e à proteção no trabalho. A inscrição nessa alteridade simbólica constitucional representa esse empuxo à mudança e sem ela não seria possível, no entanto, na prática, existe um longo caminho a ser percorrido (BRASIL, 1990b; TAÑO; MATSUKURA; MINATEL, 2021).

Seguindo nessa mesma linha de raciocínio, ao ratificar esses direcionadores de proteção às crianças e aos jovens, o Estado, em corresponsabilidade com a família e a sociedade, se insere também no cuidado e na garantia de acesso e permanência a espaços e a serviços de forma a assegurar um teto de humanidade básica, contribuindo, dessa maneira, para evitar que o próprio abismo da desigualdade social não aumente a restrição aos direitos. A partir dessa mudança paradigmática de crianças e adolescentes como cidadãos, respaldada pelo aparato jurídico-formal, existe o rompimento da tradição menorista e abre-se espaço para novas possibilidades, que passam a atuar não a partir de situações irregulares, mas a partir da doutrina de proteção integral (SZULC et al., 2021; TAÑO; MATSUKURA; MINATEL, 2021).

Explorar, portanto, como essas variáveis se desenvolvem no âmbito do real, faz com que pesquisas, tanto com abordagens quantitativas quanto qualitativas, ganhem importância política. Principalmente, quando realizadas a partir de realidades locais, considerando historicamente seus contextos de resistências. Dessa forma, o desenvolvimento de pesquisas com essa população pode possibilitar uma melhor compreensão sobre a pluralidade e a complexidade envolvidas nas infâncias, adolescências e juventudes brasileiras (DIAS; PASSOS, 2017; SZULC et al., 2021).

Mundialmente, 7,6 bilhões de indivíduos são crianças e adolescentes de até 15 anos, o que significa um quarto da população do mundo, sendo que, desse universo, uma vasta

---

<sup>4</sup> Nome de ala infantojuvenil da manifestação cultural do “18 de maio” de 2017, Dia Nacional da Luta Antimanicomial, em Belo Horizonte.

concentração está nos países do Sul global<sup>5</sup>. No Brasil, em dados de 2020, crianças e adolescentes de 0 a 19 somam um total de 69,8 milhões, com maior concentração na Região Sudeste, 38,1%, e, proporcionalmente, logo em seguida, na Região Norte, com 41%. Parte significativa dessa população vive em extrema pobreza: 9,1 milhões de crianças e adolescentes no Brasil, de 0 a 14, sobrevive com uma renda mensal *per capita* de um quarto de salário-mínimo. E, em situação de pobreza, que corresponde de um quarto de salário-mínimo até meio salário, são 9,7 milhões. Em suma, aproximadamente, 19 milhões de crianças e adolescentes são contingenciados em situações de pobreza no país, sendo que metade deles em extrema pobreza (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2021; IBGE, 2018; RIZZINI; TABAK; SAMPAIO, 2019; SIMAS; BARBOSA, prelo, p. 3).

Perspectivas críticas decoloniais apontam para a urgência de uma produção de conhecimento com crianças e adolescentes que não se organize unicamente por uma agenda internacional de pesquisas e que questione o desenvolvimento de ações dessa natureza exclusivamente a partir das vantagens econômicas, sociais e de preparação para o trabalho. É necessário que as realidades específicas de países periféricos sejam contempladas e que não sejam meramente utilizadas como laboratórios de estudos descontextualizados produzidos a partir de uma perspectiva nortista (SZULC et al., 2021).

Destacar o protagonismo de histórias silenciadas entretecidas por questões raciais, de gênero e de subjugação favorece a construção de uma produção teórica própria e tão válida quanto as produções hegemônicas do Norte global (SANTOS; ARAÚJO; BAUMGARTEN, 2016; SZULC et al., 2021). Diante disso, pesquisas participativas que levam em conta as vozes de crianças e adolescentes do Sul-global estão em consonância com a recém-conquistada – e ainda em processo de consolidação – cidadania dessa população, e com as perspectivas críticas de pesquisa. Nesse sentido, além de reconhecer a necessidade de proteção de crianças e adolescentes, são questionados os direitos de liberdade de dizer sobre si, e é rompido, dessa maneira, o paradigma de infância e juventude como “tábula rasa”. O objetivo passa a ser, inclusive, o fortalecimento político desse grupo para seu próprio agenciamento como cidadão (RIZZINI; TABAK; SAMPAIO, 2019).

Dessa forma, a partir das especificidades locais do Sul global, seus atravessamentos e constrangimentos contextuais que resultam em consequentes prejuízos à sobrevivência, o adolescente pode ser realmente escutado. Estudos recentes e produzidos no contexto latino-

---

<sup>5</sup> Os conceitos de Sul e Norte não se referem literalmente a um posicionamento geográfico, mas uma reflexão a partir de explorações de diferentes naturezas advindas do patriarcado, capitalismo e colonialismo e seu profundo atravessamento na colonialidade, ou seja, da influência na construção do ser e sentir, e das próprias construções epistemológicas (SZULC et al., 2021).

americano apontam para a necessidade de se produzirem teorias que “tomem o Sul, seus jovens, seus valores e políticas como foco de pesquisa” (SAVEGNATO, 2021, p. 343).

Pesquisas participativas dentro do contexto decolonial rompem e transbordam o objetivo de “desenvolvimento” ou ainda a “promoção” de determinadas ações, e passam a exercer um papel de transformação social. Representam uma ferramenta dialógica que, politicamente, tem enfoque educacional formador e visa o empoderamento dos movimentos populares com forte caráter emancipatório. Os dados e informações obtidas vão para além de resultados de pesquisas e convidam seus participantes a serem coprodutores de conhecimento (BRANDÃO, 2015, p.44).

A participação infantojuvenil no contexto brasileiro tem sido ampliada principalmente após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990b). Rizzini e Tisdall (2012) consideram a importância de marcadores legais para o aumento da participação e o respeito a suas perspectivas de vida, que favorecem novas possibilidades teórico-metodológicas com essa população. Dentro do contexto latino-americano, essa importância da participação vem sendo debatida também pela premente inserção no coletivo, inscrição na cidadania e protagonismo.

Contudo, ainda que a participação infantojuvenil em diferentes instâncias tenha sido ampliada, e sua fundamentação teórica e seu conceito estejam em processo de fortalecimento, os desdobramentos políticos, éticos e práticos precisam ser construídos, em especial para a saúde (FERNANDES et al., 2020; RIZZINI; TABAK SAMPAIO, 2019). Fernandes et al. (2020) reforçam a importância do direito de dizer sobre si e a influência da cidadania na dimensão da saúde:

Não há responsabilização possível sem que seja garantida a escuta daquele a quem se quer responsabilizar como um sujeito que age no mundo, e com as crianças e adolescentes não é diferente. Ao falarem sobre si e ao se identificarem com suas próprias histórias, a criança e o adolescente veem possibilidades de encontrar novos sentidos e novas formas de inserção na sociedade e na família. (FERNANDES et al., 2020, p. 737).

Em síntese, crianças e adolescentes estão no processo inicial de terem suas falas escutadas e reconhecidas tanto em processos de pesquisa, quanto como uma variável importante nos processos de cuidado em saúde e fortalecimento da cidadania, e essa perspectiva apresenta consonância com uma reflexão crítica crescente em países latino-americanos. Nessa conjuntura, o enfoque passa a ser direcionado à transformação social, empoderamento e valorização da situação em que essas populações vivem de forma

situacional e circunstancial, questionando a perspectiva adultocêntrica de que crianças e adolescentes se encontram em uma preparação para “virem a ser” adultos (CASTRO, 2021).

Outra potente questão que tem sido ampliada nas últimas décadas refere-se à relação da participação de crianças e adolescentes em outros espaços fora do contexto escolar, como em projetos de arte-cultura, esporte e ações territoriais ligadas ao lazer e ao lúdico, com a promoção da participação cidadã, com a mobilidade urbana e com a construção identitária. Refere-se também à influência dessa participação sobre a saúde e sua promoção. Segundo Pais (2006), a partir dos relatos de adolescentes dentro do contexto latino-americano, o interesse para novas possibilidades tem acontecido em geral fora do ambiente escolar. Indicando que a “performatividade e expressividade” ocorrem na vida cotidiana e longe de constrangimentos das instituições escolares (SAVEGNATO, 2021, p. 222).

Espaços de arte e cultura têm sido vistos como interesse dos adolescentes, possibilidades de criação, de ampliação de oportunidades, de mobilidades dentro da cidade e de ganhos políticos, e não como uma forma de “ocupação do tempo ocioso”, contribuindo, dessa maneira, para o rompimento do imaginário do jovem pobre, que deve ter o tempo preenchido para não ser perigoso (SAVEGNATO, 2021).

A dimensão artístico-cultural também tem sido debatida dentro do campo da saúde mental e da Atenção Psicossocial e representa uma ferramenta estratégica de transformação social, de mudança nas subjetividades, de apreensão estética de cotidianidades, sentidos e modos de vida, que não se restringem a uma prática clínica. Partindo-se do pressuposto de que não existe produção de saúde sem cidadania, os cuidados em saúde devem ser ampliados e contemplar aspectos psíquicos e sociais, além das intervenções no âmbito biológico (AMARANTE et al., 2012).

No entanto, com frequência, estudos realizados que utilizam a dimensão artística - cultural como instrumento político e de atenção no campo da saúde mental são realizados com uma população que já está em um sofrimento psíquico intenso e voltados à população adulta. E, quando realizados com o público infantojuvenil, comumente são feitos para compreender a perspectiva da família ou dos trabalhadores (SOUZA et al., 2016; CORDONE et al., 2016; SOUZA et al., 2021; FERNANDES et al., 2020).

Apesar da reconhecida importância da arte e da cultura na transformação social no campo da saúde e saúde mental, pesquisas que consideram o protagonismo dos adolescentes e escutam essa população a partir de sua própria vivência ainda se mostram incipientes, o que aponta para a necessidade de produção de estudos que sejam realizados junto a essa

população de forma a compreender como a participação em projetos de arte-cultura interfere em seus processos de vida, saúde e, mais especificamente, na saúde mental.

Com isso, o desenvolvimento desta pesquisa terá como direcionador a abertura deste debate acadêmico para que essas vozes sejam de fato escutadas a partir de suas histórias reais e realidades locais, construindo junto com adolescentes participantes de projetos de arte-cultura e averiguando com essa população como eles correlacionam essa vivência de participação à própria saúde mental e à promoção de saúde.

Dando continuidade a essas reflexões, nos próximos capítulos serão apresentados e aprofundados os aportes teóricos deste estudo, contextualizando historicamente o cuidado à saúde mental de adolescentes e as estratégias de cuidado que foram desenvolvidas nas últimas décadas. Será desenvolvida ainda a conceituação da Atenção Psicossocial e de Promoção em Saúde e Promoção em Saúde Mental, da arte-cultura como ferramenta nesse processo, dos retrocessos políticos que acontecem significativamente a partir de 2016 e o atravessamento pandêmico da Covid-19, de forma a descrever a conjuntura e contextualizar o cenário de pesquisa.

### 3 QUAL É O FUTURO DO NOSSO PASSADO?<sup>6</sup>

O conceito de adolescência representa construções teóricas recentes e ainda em evolução, que respondem a influências históricas e sociais. As mudanças físicas relacionadas sobretudo às alterações biológicas da puberdade ganham evidência e são consideradas de caráter universal, porém, essas transformações por si só não atenderiam tudo o que representa o processo de adolecer (OZELLA, 2002).

Com isso, atualmente, é possível encontrar, nas construções teóricas sobre adolescência, uma ampliação dos fatores que envolvem o ser adolescente considerando as modificações sociais, emocionais, cognitivas e de perspectivas de vida. Além disso, autores apontam como fatores influentes nesse processo o gênero, a individualidade de cada adolescente, a possibilidade de acesso a direitos, entre outras questões contextuais. Diante dessa diversidade de expressão e de vivências, considera-se a adolescência no plural, adolescências. (OZELLA, 2002; SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010).

Para fins estatísticos e políticos, a abrangência que corresponde a essa etapa do desenvolvimento, em conformidade com o que é estabelecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), é de 10 aos 19 anos, e para a Organização da Nações Unidas (ONU), a juventude corresponderia de 15 a 24 anos. Para as políticas brasileiras, como a do Ministério da Saúde (MS) e do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), existe uma padronização diferenciada de idade para as adolescências, correspondendo de 10 a 24 anos para o MS e 12 a 18 para o ECA (EISENSTEIN, 2005). Contudo, críticas atuais têm alertado para a importância de uma atitude reflexiva acerca da descronologização e deslinearização da vida (CASTRO, 2021; SAVEGNAGO, 2021).

A partir dessa construção teórica decolonial e crítica, a perspectiva desenvolvimentista e o estabelecimento de uma normalidade dentro de uma faixa etária são colocados em questão. Nessa linha de raciocínio, os marcadores do desenvolvimento são questionados por terem sido organizados a partir de uma única população – europeia, burguesa, branca e urbana –, desconsiderando as diferenças. Além disso, apesar de crianças e adolescentes serem numericamente mais expressivas nos países do Sul-global, eles são tomados como “o outro” e seus modos de vida ainda são categorizados como um “exemplo de desvio de narrativa” (CASTRO, 2021, p. 14; SAVEGNAGO, 2021).

---

<sup>6</sup> Nome de ala da manifestação cultural de “18 de maio” de 2020, Dia Nacional da Luta Antimanicomial, que foi organizado no formato online por movimentos sociais de Belo Horizonte.

Para as teorias desenvolvimentistas, a criança e o adolescente representam um “vir a ser”, uma preparação intensiva para o finalizado projeto de “ser adulto”, desqualificando-se o saber e as construções imediatas e situacionais dessa população, o que remete a um passado colonial ainda presente nas colonialidades do ser e do pensar (CASTRO, 2021; SAVEGNAGO, 2021).

Na área da saúde, ao longo da história, as ações políticas também apresentavam outras formas de dominação e hierarquia sobre o público infantojuvenil, respaldadas sob a justificativa de proteção às crianças e aos adolescentes, mais especificamente em quadros de sofrimento psíquico, quando então era evidenciado o controle exercido pela família, igreja, comunidade e autoridades civis sobre essa população (AMARAL; CAPONI, 2020). Quando esse público apresentava problemas de comportamento ou que destoasse dos padrões, com frequência eram estigmatizados como “potencialmente perigosos” ou incapazes, e com isso tinham sua institucionalização justificada, que ocorria sob uma lógica medicalizante e não articulada com o contexto social (DIAS; PASSOS, 2017; NASCIMENTO, 2017).

Apesar das iniciativas de discussões sobre saúde mental infantojuvenil como campo de intervenção no século XIX no Brasil, com os estudos sistematizados na Psicologia e na Psiquiatria, até o final do século XX, não existiam políticas públicas voltadas ao cuidado à saúde mental dessa população. Isso não significa que não existiam intervenções para esse público, no entanto, essas práticas eram direcionadas pela normatização e dominação, com enfoque ao controle dos corpos (COUTO; DELGADO, 2015).

Durante quase 80 anos da República brasileira, o Estado apresentou uma postura disciplinadora e institucionalizante para crianças e adolescentes, baseado em uma doutrina de atuação sobre “situações irregulares”. Pobreza e violência eram consideradas preditores de um possível “menor em perigo” ou um “menor perigoso”; a escuta dessas crianças e adolescentes era secundária, e a lógica prevalente era higienista e segregadora (COUTO; DELGADO, 2015, p. 25).

Para essa agenda política, circunscrita aos setores da assistência social e da educação, os contextos de vulnerabilidades funcionavam como produtores de “efeitos incapacitantes”, culpabilizando os indivíduos e considerando-os a partir de uma probabilidade de risco, excluindo desta maneira outros fatores que são importantes para a saúde mental. Eram utilizadas práticas disciplinares e corretivas para produzir cidadãos mais economicamente produtivos e resguardar quem mais interessa, o Estado (COUTO; DELGADO, 2015, p. 23; DIAS; PASSOS, 2017).

No Brasil, é possível citar alguns movimentos nesse sentido: a Liga de Higiene Mental, respaldada em uma lógica de eugenia, durante as décadas de 20 a 40; o primeiro Código Melo de Mattos criado em 1927, que promovia sustentação às ações relacionadas à saúde mental na delinquência, e a inauguração, em 1940, do Departamento Nacional da Criança, que era responsável pela atenção à saúde mental infantojuvenil (COUTO; DELGADO, 2015; DIAS; PASSOS, 2017).

Na década de 70, ocorreram algumas modificações nessas políticas anteriores, mas prevaleceram as instituições de cunho filantrópico, que, de certa maneira, sempre atravessaram a história do cuidado em saúde no Brasil, como uma possibilidade de alternativa acessível – ainda que não sistematizada – de assistência. Em 1979, como mais uma medida sociopolítica, foi criado o Código de Menores, que sustentou as ações de internação na Fundação para o Bem-Estar do Menor (Febem) (COUTO; DELGADO, 2015; DIAS; PASSOS, 2017; FERNANDES; TAÑO; MATSUKURA, 2021).

A saída dessa perspectiva de assistência tutelar e excludente, fortemente marcada pela normatização e dominação dos comportamentos, para construções de políticas democráticas voltadas ao cuidado em liberdade e fundamentada na intersetorialidade e no território, aconteceu a partir da consideração dessa população como sujeitos psíquicos e de direitos. Isso se deu por meio de movimentos distintos, mas que se relacionam entre si: o da saúde mental, da reforma sanitária e dos direitos humanos (COUTO; DELGADO, 2015; FERNANDES; TAÑO; MATSUKURA, 2021).

Alguns marcos legais do século XX também contribuíram fundamentalmente para essa mudança da perspectiva de assistência para o cuidado: a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 (ONU, 1948), a Convenção sobre os Direitos da Criança, derivada da Resolução nº 44 de 20 novembro de 1989 da Assembleia Geral da ONU (ONU, 1989), e o Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990 (BRASIL, 1990a), que promulga os direitos das crianças e adolescentes. Os marcos em si, ainda que não alterem de maneira direta a realidade, são capazes de produzir repercussões em conceituações, concepções práticas e novas possibilidades de inscrição social (COUTO; DELGADO, 2015).

A partir disso, no Brasil, com o aumento progressivo dos movimentos sociais pela redemocratização do país, no final da década de 70, e sob influência dos acordos internacionais já citados, foi promulgada, em 1988, a Carta Constitucional (BRASIL, 1988), considerada um divisor para o processo democrático e de cidadania das crianças e adolescentes. Com a Constituição, foi possível o estabelecimento de direitos a essa população, além de fundamentar ações de assistência e políticas públicas. O artigo 227 garante como

dever do Estado, da sociedade e da família a responsabilidade de proteger direitos fundamentais das crianças e adolescentes (BRASIL, 1988; BRASIL, 2014a; COUTO; DELGADO, 2015).

Nesse sentido, merecem destaque ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 (BRASIL, 1990b), a III Conferência Nacional de Saúde Mental (CNSM) (2002b), a implantação da Lei 10.216/2001 (BRASIL, 2001) e a Portaria 336/2002 (BRASIL, 2002a), que estabelece as diretrizes de cuidado dos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS IJ) (COUTO; DELGADO, 2015; DIAS; PASSOS, 2017).

O ECA foi fundamental para a confirmação dos direitos do público infantojuvenil e prevê que toda a assistência à criança e ao adolescente deve ser permeada por organizações básicas de políticas sociais, programas de assistência social, serviços especializados em prevenção e cuidado, contemplando assistência médica e psicossocial para vítimas de negligência, maus-tratos, abusos, crueldade e opressão (BRASIL, 1990b).

Esse documento representa ainda o respaldo constitucional para essa população, garantindo crianças e adolescentes como cidadãos de direito. Assegura direito de fala e considera as demandas específicas desse público, que antes recebia assistência, de forma não sistematizada, por ações caritativas, filantrópicas ou, ainda, visando o “bem-estar social” (BRASIL, 1990b; FERNANDES; TAÑO; MATSUKURA, 2021).

Com essa nova concepção ampliada sobre as infâncias e adolescências e considerando todas as discussões que ocorriam no Brasil e no mundo, a III CNSM teve como tema destaque a saúde mental infantojuvenil, privilegiando proposições de cuidado em base comunitária, em um trabalho em rede, constituído em território e com estratégias intersetoriais de políticas. As deliberações da conferência conversavam com os princípios do ECA e da Reforma Psiquiátrica, contribuindo com a fundamentação de uma rede pública ampliada de atenção à saúde mental dessa faixa etária (COUTO; DELGADO, 2015).

Com a Lei 10.216/2001 (BRASIL, 2001), no mesmo ano da III CNSM, foi estabelecido o cuidado à saúde mental sob os princípios e diretrizes do SUS – universalidade, equidade e integralidade – e, posteriormente, operacionalizado pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e referenciado pelo aporte teórico da Atenção Psicossocial (APS) (COUTO; DELGADO, 2015; FERNANDES; TAÑO; MATSUKURA, 2021).

Esse referencial teórico-prático representa um projeto de atenção radical que surge como proposta substitutiva ao modelo centralizado nas práticas médicas, medicalizantes e hospitalocêntricas, promovendo um cuidado em território, com possibilidades de acesso, vínculo e cuidado integral, nas suas diferentes possibilidades de articulação em rede,

promovendo, assim, maior riqueza na produção de trocas sociais e simbólicas com a cidade, transformação social e cidadania (YASUI, 2010).

No Brasil, a APS se constitui como medida pública do Ministério da Saúde e foi inspirada por experiências de diversos países, em especial pela psiquiatria democrática italiana. Para o contexto brasileiro, no entanto, são estabelecidas características únicas que são atravessadas por movimentos históricos culturais próprios. Tem como fundamentação epistemológica o envolvimento de diferentes vertentes do conhecimento, que, de forma ampliada e humanizada, organizam as práticas, teorias, direcionadores políticos e éticos de atenção à saúde mental (YASUI, 2010).

De acordo com Yasui (2010), a APS estabelece-se por meio de conceitos-ferramentas, que se constituem como princípios dessa forma de cuidado, a saber: *território*, *responsabilização*, *acolhimento* e *projeto de cuidado*, lançando mão de uma diversidade de estratégias, e de uma *rede intersetorial* de cuidado. Essas ferramentas estão presentes e garantidas por meio da Portaria 336/2002 (BRASIL, 2002a) e caracterizam-se por estabelecer uma clínica inventiva, ou seja, disponível a ser construída de forma criativa a partir das singularidades com o usuário e a contribuição de diferentes atores sociais (YASUI, 2010).

A seguir, os conceitos-ferramentas serão apresentados separadamente, para fins didáticos, e considerando as especificidades das infâncias e adolescências, porém, observa-se que, na dinâmica do cuidado, eles se estruturam em uma rede complexa.

O conceito de *território*, dentro dessa perspectiva, é ampliado e ganha movimento. Não se trata, portanto, de uma concepção limitada somente a um local geográfico, mas representa todos os aspectos que atravessam aquele espaço e tempo. Representa características culturais, de relações econômicas e de vida social que acabam por estabelecer fronteiras muitas vezes invisíveis. Trata-se, portanto de um território vivo, que responde a processos de hierarquizações, de gentrificação<sup>7</sup> e de resistências. Os modos de explorar esses territórios produzem efeitos na subjetividade e, em especial para crianças e adolescentes, representam territórios de brincar e de pertencimento (BRASIL, 2014a; YASUI, 2010; YASUI, 2018).

O princípio da *responsabilização*, em específico para as políticas de saúde mental da criança e do adolescente, garante o cuidado da crise em saúde mental, a prevenção e a promoção, que, além de receber a atenção nesses momentos mais agudizados, assegura que

---

<sup>7</sup> Processo resultante dos movimentos de revitalização ou reurbanização de espaços vulnerabilizados e deteriorados, que provocam uma valorização econômica da região e retirada da população de baixa renda local para outras áreas, em geral mais periféricas (YASUI; LUCIO; AMARANTE, 2018).

essa população possa estar em todos os locais, circulando na cidade, tendo acesso à educação e lazer ou em qualquer instância que componha o repertório de atividade e produza sentido (BRASIL, 2014a).

A responsabilização tem uma significativa relação com o território, pois, por meio dessa ferramenta, todo o dimensionamento social que aquela criança e adolescente demanda é assegurado. Busca-se, dessa forma, garantir o cuidado em todos os níveis de atenção, não tendo um lugar fixo ou de referência. A responsabilização acontece em todos os lugares, inclusive em outros locais localizados em outros setores de atenção que não os da saúde, sobretudo na vida dessa população. Diante disso, o conceito de território e responsabilização se articulam e passam a dizer de uma qualidade técnica de cuidado que corresponde de maneira direta ao conceito de acesso (YASUI, 2010).

O *acolhimento* representa uma diretriz operacional técnico-assistencial que reflete em especial na micropolítica das relações e permite o encontro do usuário com suas demandas e o profissional, sem hierarquizações. Por meio dessa ferramenta de cuidado, são levados em consideração o vínculo e o controle social, há séculos negados às crianças e adolescentes. Além disso, na produção do cuidado, são considerados os cuidadores, responsáveis e familiares (COUTO; DELGADO, 2015; YASUI, 2010).

Em conjunto, o acolhimento, responsabilização e território permitem a construção coletiva de *projetos terapêuticos singulares*, que, apesar de responderem a uma subjetividade específica, não são construídos sozinhos. Trazem o desafio de uma produção coletiva integral que deve considerar, inclusive, a autonomia de crianças e adolescentes para o estabelecimento de suas próprias regras e desejos. Sem negligenciar, entretanto, que se trata de uma população que é dependente dos adultos, e que esses, por sua vez, devem ser os mediadores da defesa da potência de crianças e adolescentes e de um devir em liberdade (BRASIL, 2014a).

Com isso, as especificidades do desenvolvimento da criança e do adolescente não devem ser justificativas para uma não inserção dessa população como cidadãos de direitos, mas vistas como diferenças que devem ser consideradas de forma a produzir uma sociedade mais cidadã, uma discriminação positiva, ou seja, de possibilidade de destaque do público infantojuvenil para que não seja invisibilizado (BRASIL, 2014a).

A *rede intersetorial* apresenta-se também como uma estratégia dentro dos conceitos-ferramentas da APS e como diretriz da política de atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS, na medida em que promove o aumento de comunicação entre setores de forma a qualificar a resolubilidade de problemas de ordem complexa. Compreende-se intersetorialidade como a lógica de cuidado que se organiza por ações não fragmentadas com

enfoque para a transformação social de combate à exclusão e o desenvolvimento social mais equânime, com construções coletivas compartilhadas que se estabelecem a partir de vínculos de corresponsabilização e cogestão para objetivos comuns entre diferentes setores. Permite a necessária ampliação das ações quando voltadas ao público infantojuvenil, envolvendo setores como o da assistência social, da saúde, da educação, da justiça e da arte e cultura (INOJOSA, 2001; TAÑO; MATSUKURA; MINATEL, 2021).

Parte-se do pressuposto de que ações fragmentadas apresentam pouca resolubilidade de problemas de maior gravidade e podem, inclusive, provocar um sistema de *revolving door*, ou seja, de uma lógica de circuito com ofertas frágeis e movimentos destituídos de marcas de cuidado que podem agravar problemas sociais profundos e refletir em uma dinâmica de peregrinação pouco efetiva (INOJOSA, 2001; TAÑO; MATSUKURA; MINATEL, 2021).

A proposta é que as intervenções e cuidados aconteçam em rede, e não em circuito, respaldados por políticas públicas que garantam de forma integral a produção de vida, a emancipação e a garantia de direitos. Não se trata de uma perspectiva de problema/resposta, mas de construções significativas e ampliadas a partir de uma lógica intersetorial (TAÑO; MATSUKURA; MINATEL, 2021).

De acordo com Taño e colaboradoras (2021), trata-se de uma ferramenta política que não se restringe a uma técnica utilizada para um momento pontual, mas de uma concepção de produção coletiva para possibilidades diversas que ocorrem de maneira longitudinal em defesa da vida, garantindo o pertencimento e a participação. Para crianças e adolescentes e pelas lentes da intersetorialidade, é permitida a expressão da infinidade de possibilidades de ser que não se restringem a rótulos patológicos (TAÑO, MATSUKURA; MINATEL, 2021).

A história da intersetorialidade no campo da saúde mental das infâncias e adolescências se constituiu de maneira diferenciada em relação às políticas voltadas para o adulto. Se para este último a intersetorialidade se estabeleceu inicialmente como suplementar, para crianças e adolescentes, desde o princípio, se inscreveu como condição *sine qua non* para responder às complexidades e se organiza como marco referencial de cuidado. A partir da constatação de que a atenção para essa população se engendrava de forma pulverizada, em especial, pela assistência social, justiça, educação e saúde, a intersetorialidade entra por uma lógica invertida no campo da saúde mental infantojuvenil, não como uma alternativa quando todas as possibilidades se esgotam, mas como ponto de partida (COUTO; DELGADO, 2015).

Nessa linha argumentativa, a compreensão das infâncias e adolescências, que passam ou não por algum sofrimento psíquico intenso, se estabelece por uma construção coletiva e de proteção ampliada. As produções dentro do campo da saúde mental são direcionadas pela

APS e buscam propiciar espaços de encontros, de pertencimento, expressividade, em liberdade e que garantam a circulação e participação ativa no território, tanto dessa população quanto de seus familiares, garantindo, dessa maneira, cidadania (FERNANDES et al., 2021). Diante dessa ampliação e a partir de reflexões recentes:

[...] compreende-se que a saúde mental infantojuvenil é dinâmica e resultado da relação complexa entre os recursos e habilidades pessoais, fatores contextuais e determinantes sociais, que na dimensão do cotidiano estão diretamente implicados nas possibilidades de participação, fruição, reconhecimento e enfrentamento de desafios. O que, dentre outras, envolve a possibilidade de experimentar prazer, frustração, afeto, motivação e proatividade implicados nas descobertas e aprendizados genuínos da infância e adolescência. (FERNANDES, 2019, p. 107)

A Reforma Psiquiátrica brasileira, a APS e as próprias discussões de ampliação do conceito de saúde mental infantojuvenil representam a tentativa de superação de um modelo de negligência e desassistência e não propriamente de um modelo hospitalar manicomial, como para o adulto. O percurso para garantia de cuidado e construção de cidadania entre o público infantojuvenil e o adulto possuem histórias diferentes, mesmo com a necessidade similar de inscrição em princípios do cuidado. Por décadas, crianças e adolescentes foram invisibilizadas do próprio movimento de Reforma Psiquiátrica, não escutadas e impedidas de participarem de seus processos de saúde. O que provocou um desenvolvimento periférico a partir das políticas pensadas para o adulto e uma conquista “tardia de entrada na agenda política de saúde mental brasileira” (COUTO; DELGADO, 2015, p. 19).

Vale destacar ainda algumas ações e discussões que se estabeleceram nesse sentido de desvinculação do modelo adulto-centrado: em 2004, foi instituído o Fórum Nacional de Saúde Mental Infantojuvenil, de modo a fomentar discussões e proposições para o campo direcionadas a esse público; em 2005, o Ministério da Saúde lançou o documento “Caminhos para uma Política de Saúde Mental Infanto-Juvenil” (BRASIL, 2005); em 2014, por meio das discussões realizadas no Fórum entre 2005-2012, foi sistematizado e organizado um documento público com reflexões mais aprofundadas nas políticas de álcool e outras drogas para essa população, a importância do envolvimento da família, do território e do protagonismo de crianças e adolescentes nas construções da própria política (BRASIL, 2014b). Ainda em 2014, foi lançado também pelo Ministério da Saúde o documento a “Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos”, que promove, com as demais conquistas de direitos anteriores, diretrizes de atenção à saúde mental voltadas para o público infantojuvenil (BRASIL, 2014a).

Tais discussões culminaram na recente configuração de perspectiva de clínica à saúde mental de crianças e adolescentes se elevou ao patamar de política de Estado, deixando de restringir-se a programas governamentais. Fica em evidência, nesse processo de consolidação, a importância de estudos e práticas que levem em consideração essa especificidade, de modo a fortalecer a rede e evitar que a própria defasagem de conhecimento das possibilidades dos dispositivos ou até mesmo os “furos da rede” se tornem violadores dos direitos das crianças e adolescentes (DIAS; PASSOS, 2017).

Ao longo de mais de três décadas, desde o processo de redemocratização do país, as políticas públicas voltadas para o cuidado em saúde mental de crianças e adolescentes e as discussões teóricas sobre o tema vinham se fortalecendo de maneira lenta, porém gradativa com necessários avanços sobre a participação social e das práticas de promoção (CRUZ; GONÇALVES; DELGADO, 2020; FERNANDES, 2019). No entanto, há uma interrupção dos processos reflexivos e práticas que ocorriam na saúde mental, com a deposição da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e uma onda crescente conservadora no país, as políticas de saúde mental no Brasil vêm sofrendo dismantelamentos e vive uma “crise sem precedentes na história da reforma psiquiátrica” (CRUZ; GONÇALVES; DELGADO, 2020, p.2).

Sem a pretensão de esgotar o tema, o próximo capítulo aprofundará o estudo dessa tentativa de mudança do paradigma do cuidado em saúde mental, dos desmontes dessa política nos últimos seis anos, com os significativos retrocessos direcionados pela tentativa de implementação de uma “nova” Política Nacional de Saúde Mental e os ataques diretos às políticas de cuidado para crianças e adolescentes.

#### 4 TIRA, PÕE, DEIXA OS DIREITOS FICAREM<sup>8</sup>

Com a interrupção dos processos democráticos no país e com o avanço do conservadorismo moralista, em 2016, as políticas sociais sofreram um impacto significativo que vem se intensificando nos últimos três anos. Cabe ressaltar que, já no final do governo Dilma, em dezembro de 2015, em um contexto de manutenção de crise política, o ex-diretor técnico de hospital psiquiátrico Valencius Wurch Duarte Filho, acusado de irregularidades gravíssimas, foi nomeado coordenador geral da Secretaria de Atenção à Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, por meio da Portaria n.º 2.043/2015 (BRASIL, 2015), sendo exonerado em maio de 2016. Porém, essa nomeação pode ser considerada como o prelúdio do que viria ser a “Nova” Política Nacional de Saúde Mental (CRUZ; GONÇALVES; DELGADO, 2020).

Em 2016, com o congelamento dos recursos por 20 anos, por meio da “PEC do Teto dos Gastos,” como ficou conhecida a Emenda Constitucional n.º 95 de 2016 ou “PEC da Morte” (BRASIL, 2016b), foi determinado o impedimento do repasse de verbas para diversas políticas públicas, tais como as sociais, de educação, saúde e cultura. É inaugurado, a partir dessa determinação, um período de agravamento e de redução de recursos para medidas públicas que ainda precisavam ser fortalecidas. A PEC 95, a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência dos últimos anos representam a “tríade destrutiva” e evidenciam os retrocessos do período pós-golpe parlamentar de 2016 (CRUZ; GONÇALVES; DELGADO, 2020; SIMAS; BARBOSA, prelo).

Além disso, o ataque à Política de Atenção Básica (PNAB), através da Portaria n.º 2.436/ 2017 (BRASIL, 2017d), estratégia imprescindível para as construções em território e integralidade do cuidado na saúde mental, prenuncia as tentativas de desmonte que iram acontecer nos anos seguintes. No novo texto das diretrizes das PNAB, a palavra “democrática” é excluída, não se estabelece o número de Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) e retira-se a sua obrigatoriedade, o que permite a sua redução por Equipe de Saúde da Família (EqSF), já que, com a portaria, não é garantido um número mínimo de ACSs. Determina-se também a alteração da cobertura de atuação desses profissionais de “100% da população da EqSF” para “100% da população em condição de risco e vulnerabilidade” (MELO et al., 2018, p. 43-44).

Com a Portaria n.º 2.979/2019 de 12 de novembro de 2019 (BRASIL, 2019f), que institui o Programa Previne Brasil, é estabelecida também uma nova forma de custeio da

---

<sup>8</sup> Nome da ala infantojuvenil do desfile político-cultural do “18 de maio” de 2007, Dia Nacional da Luta Antimanicomial, em Belo Horizonte.

Atenção Básica. Com isso, são revogadas todas as portarias anteriores referentes ao Núcleo de Apoio a Saúde da Família (Nasf), provocando uma indução à diminuição do financiamento multiprofissional na atenção primária. Merece destaque também a Nota Técnica nº 3/2020 (BRASIL, 2020g), que promove a inexistência de financiamento específico para as equipes de Nasf, desvinculando do gestor municipal a autonomia para compor as equipes multiprofissionais, as cargas horárias e arranjos de equipe, reduzindo o acesso da população a essas categorias profissionais.

Ainda em relação aos desinvestimentos na Atenção Básica, a Caderneta de Saúde dos Adolescentes, estratégia largamente utilizada em ações de prevenção e promoção em saúde, elaborada durante dois anos por diversos profissionais de forma a ter uma linguagem acessível aos adolescentes, teve sua circulação vetada por conterem imagens que orientam quanto ao uso da camisinha e ao desenvolvimento das partes sexuais (FERNANDES, TAÑO; MATSUKURA, 2021; FOLHA DE S. PAULO, 2019).

Nesse contexto, diversos documentos voltados à saúde mental passaram a ser promulgados sem nenhum tipo de debate com a sociedade civil, Conselho Nacional de Saúde ou embasamento teórico científico, indo de encontro com marcos legais vigentes e mais de 30 anos de construção democrática em um movimento intitulado de “contrarreforma psiquiátrica” (CRUZ; GONÇALVES; DELGADO, 2020; LIMA, 2019).

Esse desmonte nas políticas de saúde mental que acontece estrategicamente a partir 2016 contradiz os marcos públicos instituídos como políticas de Estado – como as Leis 8.080/1990 (BRASIL, 1990c) e 8.142/1990 (BRASIL, 1990d), que dispõem sobre o funcionamento do SUS e da participação social; a Lei 10.216/2001 (BRASIL, 2001), que garante os direitos e descreve o modelo de assistência à saúde mental; a Constituição Federal (BRASIL, 1988); o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, pelo Decreto nº 592 (BRASIL, 1992) e o ECA (BRASIL, 1990b) – e desconsidera as resoluções das quatro Conferências de Saúde Mental realizadas no Brasil (CRUZ; GONÇALVES; DELGADO, 2020).

Os documentos da contrarreforma impactam diretamente no processo de assistência às crianças e adolescentes, direcionam para uma volta aos moldes e à lógica manicomial e um assujeitamento na assistência dessa população. Por esse motivo, foi realizado um levantamento documental das principais medidas públicas, desde o golpe de 2016, que repercutem no cuidado e na assistência em saúde mental de crianças e adolescentes, de forma a sistematizar em uma linha cronológica como esses ataques se desenvolveram (Figuras 1, 2, 3 e 4).

Nessa sistematização, foram incluídos os documentos públicos referentes ao desmonte a partir de dados divulgados no Diário Oficial da União, fornecidos pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (Datasus), no estudo de Cruz, Gonçalves e Delgado (2020) e notas de repúdio de entidades e associações representativas, Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME, 2020) e Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO, 2019) de 2016 a 2022.

Figura 1 – Documentos públicos 2016- 2022 voltados ao desmonte da RAPS (PARTE 1)



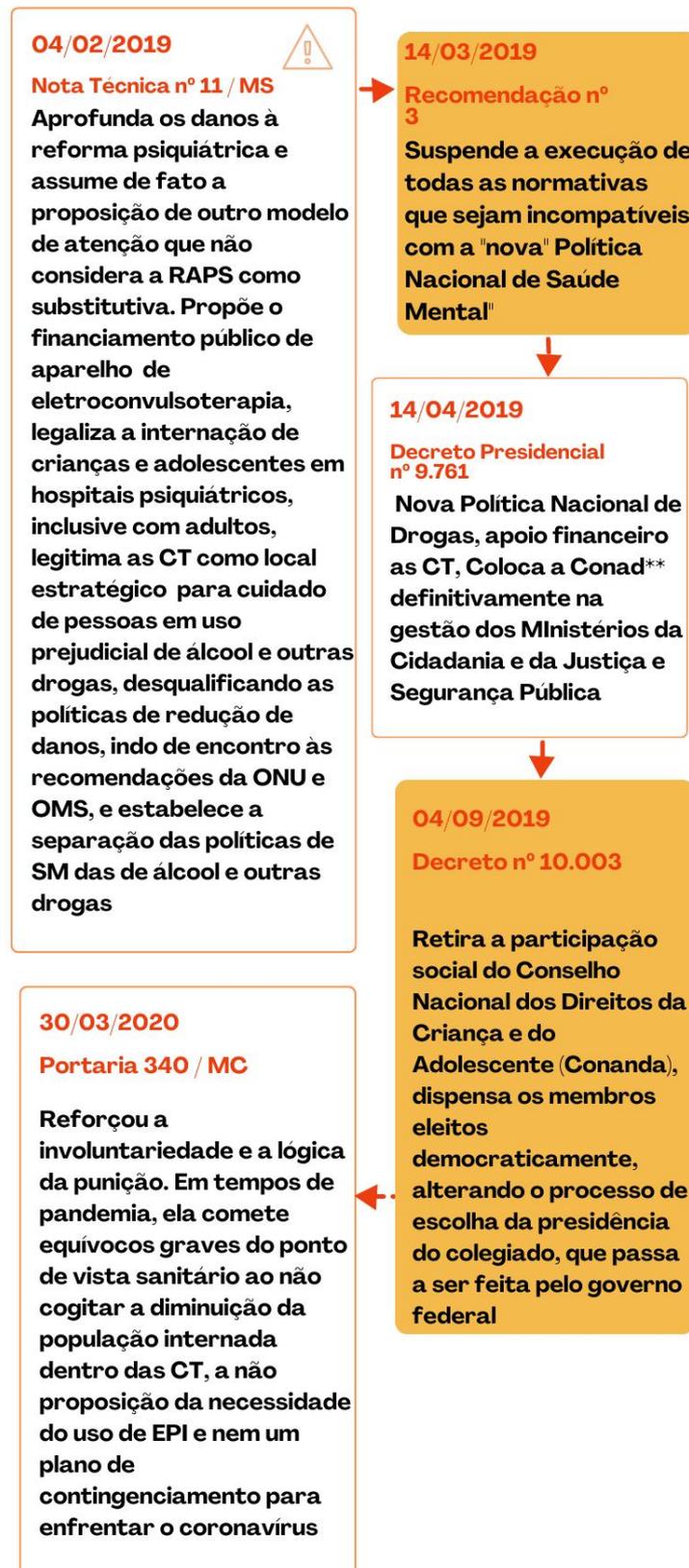
\* MS – Ministério da Saúde/ MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome / MJ – Ministério da Justiça/ MT – Ministério do Trabalho

Figura 2 – Documentos públicos 2016- 2022 voltados ao desmonte da RAPS (PARTE 2)



Fonte: Elaborada pela autora com dados de Brasil (2018a; 2018d; 2018e; 2018f; 2018h; 2019e)

Figura 3 – Documentos públicos 2016- 2022 voltados ao desmonte da RAPS (PARTE 3)



\*\*Conad – Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas

Fonte: Elaborada pela autora com dados de Brasil (2019a; 2019c; 2019d; 2019g; 2020c)

Figura 4 – Documentos públicos 2016- 2022 voltados ao desmonte da RAPS (PARTE 4)



Fonte: Elaborada pela autora com dados de Brasil (2020d; 2020e; 2020f; 2020i; 2021b; 2022a; 2022b; 2022c; 2022d) e Justiça Federal (2022)

Observa-se – com a sistematização de alguns dos documentos públicos que têm direcionado os desmontes nas políticas de saúde mental – que, seguindo o mesmo processo das políticas de construção, os retrocessos para crianças e adolescentes também acontecem de maneira periférica ao que é pensado para o adulto. No entanto, ao contrário dos processos de estruturação da política, o seu dismantelamento tem ocorrido rapidamente, atingindo de forma acelerada os cuidados em saúde mental da população adulta e infantojuvenil. Por meio de medidas infralegais, com uma tentativa orquestrada de emissões de portarias e decretos, a rapidez com que esses documentos são emitidos, variando algumas vezes em meses, prejudica a organização, inclusive de movimentos de resistência, e deixa em evidência a posição não democrática do governo atual (CRUZ; GONÇALVES; DELGADO, 2020).

A redução do número de implantação de CAPS e sua precarização já responde a esse desinvestimento, e os recursos para serviços hospitalares e ambulatoriais, por sua vez, ganham força, demonstrando o tom dessa “nova” política. Fica em evidência também o enfoque nas políticas de álcool e outras drogas, que são a linha de frente dessa despolítica, o incentivo fiscal aos hospitais psiquiátricos e Comunidades Terapêuticas (CT), pautados em uma assistência institucionalizante (CRUZ; GONÇALVES; DELGADO, 2020).

Mais acentuadamente, a partir de 2019, os retrocessos e ataques as políticas para crianças e adolescentes ficam evidentes, com a autorização de internação dessa população em CT (BRASIL, 2019d). As CTs são instituições que atendem adultos em uso de drogas em regime de internação, não respondendo à lógica do cuidado em liberdade, territorial e intersetorial, funcionando sob perspectivas contrárias à redução de danos e estruturando suas intervenções pela abstinência. Essas instituições não condizem com os demais equipamentos da RAPS, com as políticas públicas de cuidado e a APS (CFP et al., 2018), no entanto, em 2016, foram incluídas na tabela de Tipos de Estabelecimentos de Saúde do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde com a Portaria n.º 1.482/2016 (BRASIL, 2016a).

Em relatório resultante da inspeção nacional em CTs, realizada em outubro de 2017, que abrangeu 28 instituições em todas as regiões do país, contemplando 11 estados e o Distrito Federal, foram constatadas diversas violações dos direitos humanos, com violências físicas, psicológicas, práticas de torturas, restrição à liberdade religiosa e diversidade sexual, entre outras (CFP et al., 2018).

Contudo, mesmo com as mobilizações sociais e denúncias, em 2019, a internação de adolescentes nessas instituições é autorizada pelo Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad) por meio da Nota Técnica nº 11/2019 (BRASIL, 2019d) e da Resolução nº 3 (BRASIL, 2020i). Esse tipo de prática já ocorria de forma ilegal, conforme as inspeções

realizadas (CFP et al., 2018), porém, com essa normativas, passa a ser legalizada, recebendo apoio governamental.

Recentemente, em setembro de 2022, a 12ª Vara da Justiça Federal declarou que a internação de adolescentes em comunidades terapêuticas prevista pela Resolução 03/2020 do Conad (BRASIL, 2020i) é ilegal. E determinou ainda, o cancelamento de contratos e custeio com as CT que utilizaram da determinação do Conad, exigindo o desligamento dos adolescentes que já estavam acolhidos, permitindo o prazo máximo para cumprir a medida de 90 dias, caso o adolescente tenha sido internado por alguma determinação judicial; e determinou também, a interrupção do financiamento de vagas, exceto caso o adolescente tenha sido internado por determinação da justiça (JUSTIÇA FEDERAL, 2022). Apesar de positivo, esse movimento diz de uma necessidade constante de defesa dessa população.

Além da ilegalidade nas determinações do Conad, a resolução 03/2020 de internação fere ainda o respeito à promoção de direitos fundamentais, como a vida e a saúde, o preceito da prioridade absoluta e de condição peculiar do desenvolvimento prevista pelo ECA e os direcionadores éticos-práticos da Atenção Psicossocial. De forma didática, algumas dessas inadequações foram enumeradas:

- a) **Direito à convivência familiar, comunitária e no território** – A internação em CT fere o Plano Nacional de Proteção, Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2007). Esse plano de defesa à crianças e adolescentes é um marco na política pública, porque ele rompe com o paradigma da institucionalização e fortalece o da proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários que consta no ECA. Em síntese, a internação de crianças e adolescente é frontalmente contrária às deliberações que constam nesse plano nacional, já que os cuidados em saúde e sua promoção devem se dar em bases territoriais, comunitária e familiar (BRASIL, 1990b; SIMAS; BARBOSA, prelo);
- b) **Garantia do direito à educação e ao acionamento de outros setores** - Os adolescentes não devem ser afastados do sistema de ensino em nenhuma hipótese, ainda que privados de liberdade cumprindo medida socioeducativa. O direito ao acesso à educação e a garantia de recursos para a sua permanência estão previstos pelo ECA e representam um direito fundamental (BRASIL, 1990b);
- c) **Liberdade de consciência, de crença e diversidade sexual** – As CTs ferem o princípio de laicidade por serem direcionadas e estruturadas a partir de um dogma religioso específico. Além disso, respaldadas por esses direcionamentos religiosos e moralizantes, a diversidade sexual é vista como um problema nesses locais, desconsiderando a

autonomia dessa população e resultando em violências de diferentes naturezas, retratadas pelos relatórios de inspeção (CFP et al., 2018). Isso se torna ainda mais grave quando se trata de adolescentes, uma população que deve ser protegida pelo Estado, comunidade e família (BRASIL, 1990b);

- d) **Participação social comprometida, invisibilizada ou com obstáculos** – Com a participação democrática comprometida, sem o reconhecimento das contribuições de vários órgãos públicos intersetores e isolados do território, a participação de adolescentes e sua cidadania ficam comprometidas e restringidas.

Como retrocesso neste período é possível citar ainda, a retirada a participação da sociedade civil no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), principal órgão colegiado permanente de defesa de garantia de direitos de crianças e adolescentes, criado pela Lei nº 8.242/1991 (BRASIL, 1991). Seus membros, eleitos democraticamente, foram dispensados, e o processo de escolha da presidência do colegiado passou a ser feita por indicação do governo federal (BRASIL, 2019a).

Esse ataque à composição democrática do Conselho representa um importante impacto na participação popular das construções das políticas públicas para essa população. Embora em março de 2021 tenha sido realizado um edital para eleição das organizações da sociedade civil, a escolha do presidente do colegiado permanece sob controle, e a indicação deve ocorrer pelo chefe de Estado (BRASIL, 2021a).

É de responsabilidade do Conanda elaborar as ações no âmbito das políticas públicas e normas de atendimento ao público adolescente, respaldado pela Constituição Federal, o ECA e a Lei nº 8.242/1991, que estabelece sua criação. Com isso, quando o Conad estabeleceu uma resolução para tratar sobre o atendimento de adolescentes, autorizando a internação em CTs, ele extrapolou os limites de atuação, o que a torna ilegítima, considerando ainda que não houve diálogo ou processo participativo para a produção da normativa. Além disso, vale reforçar que já existem políticas públicas, aqui citadas, que direcionam o cuidado para essa população que foram construídas democraticamente.

Cabe destacar, também, que a internação em CTs e as medidas não democráticas não são práticas que caminham sozinhas; mais recentemente, compondo o conjunto de violações de direitos que acontece mais fortemente a partir de 2016, houve a tentativa de recomendação técnica e consulta pública para atualização e incorporação da eletroconvulsoterapia (ECT) e estimulação magnética transcraniana (EMT) como Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) em casos de comportamentos agressivos no Transtorno do Espectro Autista. Essa

proposição vem via Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia no SUS (Conitec) e é considerada como prática de tortura pela ONU. No próprio relatório de recomendação, é citado como uma alternativa sem evidências científicas:

Não há recomendação para o uso dessas alternativas (ECT e EMT) em nenhuma das diretrizes clínicas internacionais consultadas. É importante ressaltar que a evidência é ainda muito incipiente e que essas opções são reservadas a casos graves e devem ser avaliadas por uma equipe especializada, não sendo recomendadas por este Protocolo. (BRASIL, 2021b, p.25).

Além da eficácia não comprovada, a técnica é associada à violência manicomial, à disciplinarização e docilização dos corpos e a práticas punitivas. Tais procedimentos já haviam sido mencionados na Nota Técnica nº 11/2019 (BRASIL, 2019d), que autorizava a compra dos aparelhos.

Ainda em consonância com os investimentos que direcionam o posicionamento político de exclusão do atual do governo, é digno de nota o lançamento de edital para destinar R\$ 10 milhões às CTs e financiamento de projetos de hospitais psiquiátricos pelo Ministério da Cidadania (BRASIL, 2022b), além da tentativa de promover, por meio de portaria do Ministério da Saúde, corte de verba do programa para ressocialização de usuários de drogas, que foi anulada pelo projeto Decreto Legislativo 66/22 (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2022; BRASIL, 2022d).

Merece destaque, ainda, o decreto sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro (nº 11.098/2022), que extingue as coordenações de saúde mental e de atenção às pessoas com deficiência do Ministério da Saúde da pasta da saúde (BRASIL, 2022a). Segundo o artigo 14, será de competência da Atenção Primária em Saúde a coordenação das políticas voltadas à saúde mental e de álcool e outras drogas. O fato merece um esclarecimento: a saúde mental está na atenção primária e tem suas ações articuladas por meio desse nível de atenção, no entanto, a atenção primária não consegue alcançar todas as dimensões que a saúde mental deve promover, como ações especializadas de desinstitucionalização, atenção hospitalar, urgência e emergência, enfim, toda a complexidade que compete à saúde mental. Em resumo, essa medida sobrecarrega um nível de atenção já sucateado, surgindo em um contexto de grande agravamento de problemas de saúde mental diante da pandemia da Covid-19 e de crise econômica no país.

Além de todos os retrocessos ligados aos cuidados à saúde mental, outros setores ligados aos direitos da criança e do adolescente, que se articulam historicamente, e já previstos por marcos legais, também têm sido atacados por este governo. A título de exemplo,

é possível citar o “Decreto da Exclusão”, n.º 10.502/2020 (BRASIL, 2020a), como foi conhecido o dispositivo legal que institui a nova Política Nacional de Educação Especial (PNEE), que suspendeu a obrigatoriedade de realização de matrícula por parte da escola de crianças e adolescentes com deficiência pela escola pública, favorecendo iniciativas de retorno de escolas especializadas. A medida prejudica o direito à educação de crianças e adolescentes com deficiência, que se respalda no princípio de igualdade ao acesso e garantia de condições de permanência (BRASIL, 1990b). Atualmente o decreto não está em vigor, pois teve seus efeitos suspensos.

Ainda dentro do âmbito da educação, foi aprovado pela Câmara de Deputados o projeto de lei que autoriza e regulamenta o ensino domiciliar (*homeschooling*) (PORTAL MEC, 2022). Sendo considerado anteriormente pelo Código Penal como uma medida de “abandono intelectual”, recentemente tem sido cogitada como uma medida implementável pelo atual governo. Resoluções como essas no Brasil, um país que apresenta uma significativa disparidade social, representam um retrocesso ao acesso e à permanência no ambiente educacional, podendo provocar agravos nos processos de inclusão.

Outro aspecto relevante nesses retrocessos, que impactam os processos de cuidado à saúde, é a extinção do Ministério da Cultura (MinC) pelo Decreto n.º 9.694/2019 (BRASIL, 2019b) e a sua transformação em uma Secretaria Especial dentro do Ministério da Cidadania e, atualmente, realocada para a pasta de turismo, que expressa a ideologia do atual governo de não incentivo fiscal a esse setor. A medida provisória, associada à redução de gastos já previstos pela PEC 95 (BRASIL, 2016b), afeta o investimento nas políticas de incentivo e acesso à cultura, esporte e lazer, um setor previsto como direito fundamental e estabelecido com o propósito ao desenvolvimento pessoal e social de crianças e adolescentes (BRASIL, 1990b).

Outros exemplos de cortes no mandato do presidente Bolsonaro relacionados ao setor de arte-cultura que podem ser citados são o veto à Lei Orlando Brito (AGÊNCIA SENADO, 2022b), que previa isenção de impostos para a compra de equipamentos fotográficos, e o veto à prorrogação automática por dois anos da Lei Aldir Blanc<sup>9</sup>, destinada ao investimento em projetos culturais e funcionando como uma medida emergencial no período de pandemia. A

---

<sup>9</sup> Esse edital contribuiu, antes do veto presidencial à prorrogação, para a divulgação audiovisual desta pesquisa. Apesar do edital ter o enfoque em ações voltadas para arte-cultura, o financiamento repercutia indiretamente em outros âmbitos, como educação e ciência. Paralelamente ao desenvolvimento da pesquisa, um profissional auxiliar da pesquisa com formação em cinema de animação e artes digitais submeteu um projeto ao edital emergencial Aldir Blanc de incentivo à cultura, diante do estado de calamidade pública decretado pela União em função da pandemia da Covid-19 (BRASIL, 2020b) e foi contemplado. Com isso, foi possível o financiamento das produções audiovisuais desenvolvidas ao longo desta pesquisa.

Lei Aldir Blanc financiava diversos tipos de empreendimentos, e garantia, como contrapartida desses projetos, ações artísticas-culturais, gratuitas a alunos de escola pública e comunidade (AGÊNCIA SENADO, 2022a).

A iniciativa enumerava 17 ações e atividades que poderiam ser financiadas pela Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Entre elas, exposições, festivais, festas populares, feiras e espetáculos, prêmios, cursos, concessão de bolsas de estudo e realização de intercâmbio cultural. O dinheiro também poderia ser usado para aquisição de obras de arte, preservação, organização, digitalização do patrimônio cultural, construção ou reforma de museus, bibliotecas, centros culturais e teatros, aquisição de imóveis tombados para instalação de equipamentos culturais e manutenção de companhias e orquestras. [...] De acordo com o texto, 80% dos recursos deveriam se destinar a ações de apoio ao setor cultural. Isso engloba o lançamento de editais, prêmios e outros instrumentos destinados à manutenção de espaços, iniciativas, cursos, produções e atividades culturais, além da manutenção de espaços artísticos permanentes. Os 20% restantes seriam aplicados em ações de incentivo a programas e projetos em áreas periféricas urbanas e rurais, bem como em áreas de povos e comunidades tradicionais. (AGÊNCIA SENADO, 2022a).

É importante frisar, ainda, que o setor artístico-cultural conversa com as prerrogativas da saúde mental e apresenta-se como uma ferramenta estratégica para o cuidado em liberdade, territorial e intersetorial, dando a essas iniciativas um caráter “extremamente promissor” (AMARANTE et al., 2012, p. 36). A arte e a cultura são recursos complexos e influenciadores dos processos de vulnerabilidade, proteção e saúde. Apresentam relação estreita com os fatores protetivos e provocam uma amortização dos fatores de risco (CECCONELLO; KOLLER, 2017).

Como mencionado anteriormente, a sistematização dos documentos não objetivava o esgotamento do assunto e não caberia neste trabalho o necessário aprofundamento que o tema exige, mas evidencia as vias que os desmontes têm tomado. Ainda diante da organização dos documentos públicos, é possível observar um movimento de resistência atento, composto por familiares, trabalhadores, usuários, associações, entre outros. Por meio dessas mobilizações, foi possível revogar portarias e impedir o avanço rápido das políticas de desmantelamento (ABRASCO, 2019; ABRASME, 2020).

A propagação dessas informações de maneira simplificada e acessível à população geral auxilia na soma de forças e organizações de coletivos. Diante disso, as universidades representam um meio importante de divulgação de conhecimento confiável, e, para isso, cada vez mais têm utilizado meios virtuais e redes sociais, que são fortemente vinculadas à

disseminação de conteúdos de *fake news*, para promover de forma acessível conhecimentos<sup>10</sup> que antes costumavam ficar restritos ao meio acadêmico (VASCONCELLOS-SILVA; CASTIEL, 2020).

Considerando a atual compreensão de saúde de forma ampliada, os desmontes, principalmente com a população infantojuvenil, devem ser vistos também de forma abrangente. Afinal, trata-se de um desmantelamento planejado com claro objetivo higienista de enfoque ao produtivismo e que, mais uma vez, toma como direcionador de conduta a normatização desses corpos. De maneira prática, o esquema tácito está no escoamento de recursos públicos para serviços que não respondem à lógica do cuidado em território, humanizado e em liberdade, desvitalizando o que estava sendo a duras penas construído. Dito em outras palavras, por meio do sucateamento da RAPS, e de outros setores, é possível justificar as novas investidas em saúde mental e o retorno do que está sendo nomeado como “nova política”. Para isso, os ataques vêm de diferentes lados e atingem educação, cultura, assistência social, justiça e saúde, mas apresentam um objetivo comum e estratégico, de institucionalização de crianças e adolescentes (CRUZ; GONÇALVES; DELGADO, 2020).

Com isso, o próprio conceito de saúde deve ser considerado, compreendido e aprofundado. Ao abarcar outros aspectos nessa dinâmica, a partir de uma perspectiva dialética, crítica e ampliada, que contemplam aspectos socioeconômicos, diferenças de classes, questões de gênero e o protagonismo social, é possível compreender, inclusive, como se desenvolveu o processo de tentativa de desmonte e para onde temos que avançar.

O investimento em uma prática emancipadora, que transborde a prática clínica assistencial por meio de um acionamento capilar dos coletivos sociais, tem sido pensado como possibilidade de abranger toda a dimensão desse cuidado, valorizando processos de controle e transformação social (CAPONI, 2009; CZERESNIA, 2009; OLIVEIRA, 2021). Dessa maneira, a promoção em saúde mental ganha destaque e passa a ser refletida como uma proposição que dialoga com o que vem sendo discutido na saúde coletiva, incentivando práticas de circulação de afeto.

Diante da importância desse aprofundamento, o próximo capítulo irá discutir sobre conceituação da saúde dentro de uma perspectiva ético-política, sua promoção e a relação com a saúde mental, em específico para as práticas de cuidado a crianças e adolescentes na

---

<sup>10</sup> Em parceria com o Laboratório de Terapia Ocupacional e Saúde Mental da UFScar (Lafollia), foi produzido em coletivo um vídeo de forma a sistematizar para a população geral o impacto para assistência de crianças e adolescentes dessas novas políticas públicas. O vídeo pode ser acessado pelo perfil do Instagram do laboratório, que apresenta outros conteúdos relacionados à temática da saúde mental, disponível em: [https://www.instagram.com/tv/C1y-Lf9gA09/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link](https://www.instagram.com/tv/C1y-Lf9gA09/?utm_source=ig_web_copy_link)

Atenção Psicossocial, considerando essa perspectiva como uma possibilidade estratégica de emancipação e enfrentamento aos desmontes.

## 5 A GENTE NÃO QUER SÓ REMÉDIO, A GENTE QUER REMÉDIO, DIVERSÃO E ARTE<sup>11</sup>

O cuidado em saúde, a partir de reflexões conceituais recentes, tem passado por uma amplificação de seus fatores constituintes. Buscando se reestruturar por uma perspectiva ampliada, multidimensional, com incentivo a modelos de intervenção participativos para toda população, contempla atualmente aspectos sociais, emocionais e físicos. Além disso, tem sido criticamente pensado a partir de aspectos culturais, éticos e socioeconômicos (BUSS, 2009; SAFATLE; JUNIOR; DUNKER, 2021).

O social reverbera nos corpos, que modelam as subjetividades e a arquitetura social, como um reflexo plástico do que acontece nos espaços econômicos e culturais, gerando e gerenciando sofrimentos. Essa dinâmica denuncia ainda aspectos de relações de poder que também interpelam os processos de saúde. Diante dessas variáveis, fica em evidência a importância de questionar os papéis individuais, coletivos e do Estado nas políticas de cuidados em saúde (BUSS, 2009; SAFATLE; JUNIOR; DUNKER, 2021). De maneira didática, Spink (2010) relaciona a noção de saúde e sua ressignificação ao longo do tempo em três momentos: *saúde como direito, dever e produto*.

Para a autora, historicamente, *a saúde como direito* se estabelece com a instauração do Estados-nação, após o período feudal, e vem atrelada à perspectiva de governabilidade. Esse conceito, inaugurado com Foucault na década de 70, se estabelece pela estratégia de utilização das vidas humanas para o fortalecimento do Estado. Quando essa aplicação se direciona ao campo da saúde, dizemos de uma biopolítica de atuação, que extrapola como beneficiário somente o Estado e contempla também outras instituições. Ou seja, nesse momento da história, a “saúde da nação” é compreendida e defendida como defesa fronteiriça e estratégica no ganho de novos territórios. Mais adiante, legitimada a partir de muitas lutas dos movimentos sociais e sanitários, a saúde é então garantida em constituição e estabelecida como um direito de todos e dever do Estado. No contexto brasileiro, é uma conquista bastante recente (SPINK, 2010).

No entanto, com o controle de doenças infecciosas, a melhoria das condições de vida, o avanço tecnológico na medicina e o estabelecimento de um cenário econômico de perspectiva neoliberal, outras enfermidades ficam em evidência para os controles epidemiológicos: as doenças crônicas, como as relacionadas à velhice, diabetes, cardíacas,

---

<sup>11</sup> Nome de ala do desfile político-cultural do “18 de maio” de 2012, Dia Nacional da Luta Antimanicomial, em Belo Horizonte. O nome faz alusão ainda a música “comida” da banda Titãs.

entre outras que impactam nos custos para o Estado e instituições. Nesse sentido, o enfoque em medidas preventivas, estilos de vida e condutas individuais de controle ganham força. Os esforços passam a ser direcionados à eliminação de qualquer risco possível à saúde e a partir da característica prescritiva *de saúde como dever individual*. A saúde como dever se estabelece como uma obrigação do sujeito, e negligencia outras variáveis que estão atreladas à saúde, como fatores ambientais, sociais e econômicos. Diante desse processo, o Estado tem seu papel estrategicamente fragilizado (CASTIEL; DIAZ, 2007; SPINK, 2010).

Outro atravessamento que ocorre com o aumento da responsabilização do indivíduo por meio da perspectiva do “dever em saúde” é o redimensionamento que ganha essa compreensão pelo próprio *ethos* da comunicação, provocando um processo de mercantilização da *saúde como um produto*. Tanto de uma perspectiva preemptiva, isto é, agindo de forma anterior a qualquer ameaça ou risco em saúde, sob a justificativa de susceptibilidade do sujeito, fundamentada por estudos neurológicos ou genéticos, ou ainda com enfoque a uma melhora de desempenho. As intervenções passam a ser guiadas não mais a pacientes, mas a consumidores, sendo que o risco deve ser evitado a qualquer custo, e a performance, atingida ao máximo e, com isso, pode ser um produto a ser consumido (CASTIEL; DIAZ, 2007; SPINK, 2010).

Em suma, críticas atuais recentes têm questionado a relação e a conceitualização da saúde a partir dessa perspectiva neoliberal e sua transformação em uma mercadoria disponível a determinados tipos de pacientes/consumidores que se restringem a uma perspectiva curativa, individualista e hospitalar reabilitadora. A partir dessa perspectiva, não há espaço para o que não é justificável, para as singularidades e a história do sujeito. Ela se organiza a partir de um modelo hierarquizado de saber do profissional-paciente com uma lógica de medicalização e mercadorização da vida (CZERESNIA, 2009; OLIVEIRA, 2021)

Considerando, portanto, a ampliação da conceitualização de saúde e as formas como as políticas públicas têm se desenvolvido, refletidas por uma perspectiva ético-política, Caponi (2009) aponta para o imprescindível e necessário desenvolvimento de estudos de produção de estratégias para a Promoção em Saúde construídas com os sujeitos em relação com seus contextos de vida, inclusive questionando sobre objetivos ilegítimos de bem-estar com enfoque nas iniciativas individuais. A partir dessa construção crítica, o contexto social representa oportunidades de saúde, influenciadas pelos processos de acessos e vulnerabilidades; com isso, o papel do Estado é novamente questionado e demandado, de forma a garantir uma condição mínima de humanidade que supera o conceito de saúde como

sobrevivência e o realoca como uma experiência existencial qualificada (CAPONI, 2009; CZERESNIA, 2009).

Estar em um contexto de vulnerabilidade significaria, portanto, acesso limitado às possibilidades materiais, simbólicas e culturais. Uma população nesse contexto pode ter impactos diretos no desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e ocupacional. Com isso, a compreensão desses fatores de risco, proteção e determinantes de saúde provoca o entendimento e a construção de ações mais efetivas e singularizadas (BARATA, 2009).

Note-se que as análises de vulnerabilidade não prescindem das análises epidemiológicas de risco. Estabelecer associações probabilísticas da distribuição populacional da infecção entre diferentes condições objetivas, mensuráveis, tais como sexo, idade, profissão, práticas sexuais etc., seguirá sempre uma importante fonte de informações e hipóteses. Contudo, se essas variáveis não são interpretadas quanto à variabilidade e à dinâmica de seus significados sociais concretos, e se o risco aferido passa de uma categoria analítica abstrata ao desenho de práticas de intervenção sem as necessárias mediações, então não só ele se mostra insuficiente como, frequentemente, prejudicial. (AYRES et al., 2009, p.128).

Não se trata, portanto, de um estabelecimento de uma relação direta e preestabelecida entre os riscos, comportamentos de riscos ou a falta de recursos, mas uma crítica a circunscrever a possibilidade de ver o problema de forma parcial ou individualista (AYRES et al., 2009).

Focando na Promoção em Saúde como possível estratégia, observa-se que o conceito e suas práticas começaram a ser mais fortemente difundidas nos últimos 40 anos. A partir da iniciativa de Canadá, EUA e países da Europa, tinha como objetivo a redução dos altos custos em saúde que o modelo biomédico promove, além de uma crítica quanto à eficiência do sistema então vigente. Apresenta como documento-referência para o mundo a publicação da Carta de Ottawa, no Canadá, em 1986, e para o contexto latino-americano, a Declaração de Bogotá, em 1992. Tais documentos provocaram importantes reflexões sobre o vínculo da Promoção em Saúde vinculada a práticas que sejam contextualizadas e que auxiliem nos processos de transformação social (BUSS, 2009).

No entanto, a forma com que a Promoção em Saúde é conceituada nesses últimos anos tem apresentado uma variação de acordo com interesses locais e mercantis, influenciando, inclusive, na quantidade de interferência Estatal que deve ou não haver em ações dessa

natureza, do “dever” em saúde dos sujeitos e os objetivos dessa prática (SOUZA et al., 2021; SPINK, 2010).

Ou seja, o respaldo e o incentivo à Promoção em Saúde apresentam uma variedade, que vai desde vertentes mais conservadoras, com um movimento histórico de diminuição do papel do Estado e aumento de responsabilização do sujeito sobre seu próprio processo de saúde, até perspectivas mais progressistas de movimentos reflexivos e de resistências dessas construções com uma maior cobrança de suporte de medidas de políticas públicas (BUSS, 2009; SOUZA et al., 2021; SPINK, 2010).

Na esteira de debates sobre o tema, neste trabalho assume-se Promoção em Saúde, conforme a definição de Buss (2009), como:

[...] um “conjunto de valores”: vida, saúde, solidariedade, equidade, democracia, cidadania, desenvolvimento, participação e parceria, entre outros. Refere-se também a uma “combinação de estratégias”: ações do Estado (políticas públicas saudáveis), da comunidade (reforço da ação comunitária), de indivíduos (desenvolvimento de habilidades pessoais), do sistema de saúde (reorientação do sistema de saúde) e de parcerias intersetoriais; isto é, trabalha com a ideia de “responsabilização múltipla”, seja pelos problemas, seja pelas soluções propostas para os mesmos. (BUSS, 2009, p.20).

A Promoção em Saúde, por meio dessa construção, se estabelece de maneira abrangente e progressista e se organiza por meio de conceitos-chave, a saber, determinantes sociais de saúde, território, autonomia, participação social e intersetorialidade (OLIVEIRA, 2021). Dito de outra maneira, a Promoção em Saúde pode ser definida como:

[...] a possibilidade de os sujeitos **potencializarem suas capacidades criativas**, ou seja, suas capacidades de **empreender transformações criativas que tornem sua experiência menos constrangidas** por fatores que as limitem em atingir novas formas de vida sempre que se mostrar necessário. (OLIVEIRA, 2021, p. 72, grifo nosso).

No entanto, Oliveira (2021) aponta que, quando se trata de Promoção em Saúde Mental, não é possível estabelecer conceitualmente dentro da APS uma estrutura clara e aprofundada, o que evidencia um necessário amadurecimento teórico (OLIVEIRA, 2021). Apesar de a RAPS, em um dos seus eixos estratégicos, contemplar a prevenção e a redução de danos, essas políticas se direcionam fortemente à prevenção do uso prejudicial de álcool e outras drogas, e a assistência frequentemente direcionada aos casos em que já se encontra o sofrimento psíquico, não contemplando estratégias voltadas à promoção (BRASIL, 2011; OLIVEIRA, 2021). O documento do Ministério da Saúde “Atenção psicossocial a crianças e

adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos” (BRASIL, 2014a), no capítulo voltado à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com frequência resgata a ideia de promoção, no entanto, também apresenta relação com as políticas de álcool e outras drogas, apesar de reconhecer a necessidade inventiva de ações desse tipo de forma geral: “A promoção da saúde exige, portanto, estratégias que favoreçam a integração de políticas setoriais e tecnologias inovadoras para a defesa e a garantia da vida” (BRASIL, 2014a, p. 20).

Dentro da Política Nacional de Promoção à Saúde e de Atenção Básica, também se indica a importância de ações voltadas à Promoção em Saúde mental de forma ampliada, considerando determinantes em saúde, contudo, também não se apresentam direcionadores práticos ou articulação com a APS:

As intervenções em saúde mental devem promover novas possibilidades de **modificar e qualificar as condições e modos de vida**, orientando-se pela **produção de vida** e de saúde e não se restringindo à cura de doenças. Isso significa acreditar que a vida pode ter várias formas de ser percebida, experimentada e vivida. (BRASIL, 2013, p.23, grifo nosso).

Diante dessa fragilidade, observa-se um movimento de tentativa de fundamentar ações de Promoção em Saúde Mental em pesquisas sobre o tema por meio de produções internacionais, em especial do Norte do globo, que, por vezes, não correspondem às realidades locais dos países periféricos. Identifica-se, ainda, a produção de conteúdo científico a partir de inferências conceituais da própria Promoção em Saúde, estabelecidas pela saúde coletiva, que, apesar de significativas e em forte consonância com os próprios princípios da APS, não contemplam toda a complexidade que envolve a saúde mental. Em suma, as produções, no que diz respeito à Promoção em Saúde Mental, ainda se mostram insipientes quando orientadas pela perspectiva da APS ou ainda se apresentam reguladas pela patologia (OLIVEIRA, 2021).

Diante desse hiato, Oliveira (2021) avançou em seu doutoramento sobre as articulações possíveis entre as conceituações de saúde, a Promoção em Saúde Mental e a Atenção Psicossocial, em específico para as infâncias e adolescências. O autor estabeleceu uma proposição de troca entre essas produções e o campo da saúde mental dentro da perspectiva da APS:

[...] no campo da Atenção Psicossocial, o trabalho promotor de saúde mental é aquele no qual, para além do atendimento clínico aos sujeitos em sofrimento (ou seja, para além da dimensão aparentemente individual), lança-se no laço social para, concomitantemente, provocar **reflexões sobre os discursos normativos** que determinam os modos de relação que se estabelecem entre os sujeitos de um determinado território. [...] Trata-se

portanto de produzir uma crítica em relação às premissas de promoção de saúde mental pautadas pelos princípios neoliberais de uma autonomia atomizada, centrada na figura do indivíduo autovalorativo, justamente para defender a construção de uma **rede de solidariedade genérica** na qual é só no encontro com a alteridade [...] quando este encontro com aquilo que me é estranho, aquilo que é diferença enquanto marca do não-idêntico, propicia a redefinição de nossos parâmetros de interpretação da experiência em direção a **novas formas inventivas**. (OLIVIERA, 2021, p. 81-82, grifo nosso).

O autor considera que, indo contra as perspectivas centradas no indivíduo, promover saúde mental direcionada pela APS se estruturaria pelo coletivo e fazendo uso de estratégias potentes, como a autonomia e a emancipação social. Por meio de ações dessa natureza, é possível o reconhecimento de novas e inventivas formas de modos de vida que rompem com normativas e discursos impositivos que atuam pelo assujeitamento. Dito em outras palavras, a promoção em saúde mental não se limita a ações verticais assistenciais e clínicas com enfoque no bem-estar individual por meio de iniciativas comportamentais voltadas ao sujeito, mas provocam politicamente um território, a abertura de novas possibilidades. Trata-se de um convite ao social ao reconhecimento de uma alteridade radical, de uma diversidade que circula e é movida por afetos, reconhecendo na diferença, potencial criativo e de transformação social. Contribuindo, dessa maneira, de forma ativa para novas estruturas sociais que vão na contramão de modelos pré-determinísticos e se organizam para além, e apesar, do sofrimento psíquico (OLIVEIRA, 2021).

[...] o eixo central da promoção de saúde mental se estrutura a partir de práticas individuais e coletivas que se fundamentem pela promoção da **emancipação e autonomia** a partir da reflexão crítica acerca do campo de determinações que os limitam em atingir **perspectivas mais criativas de agência e relação**. Levando este eixo em consideração, poderíamos dizer que as estratégias de promoção de saúde mental se desenvolvem a partir de duas vertentes: por um lado, no âmbito de certa **vertente institucional** (relacionada às políticas sociais intersetoriais) e, por outro, de forma diretamente **associada à sociedade civil, junto à comunidade**. (OLIVEIRA, 2021, p. 84, grifo nosso).

Entretanto, o que se observa a partir das ações da RAPS é que quando relacionadas às instituições, por vezes essas ações de Promoção em Saúde Mental ficam secundárias ou ainda como subproduto da intervenção, não sendo foco real das possibilidades de cuidado em saúde mental, ainda quando acionados recursos da rede ampliada de cuidado a partir das políticas intersetoriais, considerado elemento-chave para a Promoção em Saúde Mental (OLIVEIRA, 2021).

Nessa linha de pensamento, existe um desinvestimento dessa potencialidade de lógica de atenção de diferentes naturezas, tanto dos profissionais, quanto econômicos, gerenciais e de políticas públicas. Dessa forma, os cuidados em saúde mental ficam relacionados aos atendimentos propriamente ditos e circunscritos aos serviços de saúde, a partir de uma prática ambulatorial de cuidado, pouco contemplando outras Estratégias de Atenção Psicossocial (EAPS) e suas possibilidades para a promoção em saúde (FERNANDES et al., 2020; OLIVEIRA, 2021).

As EAPS representam justamente esse contraponto à centralização da assistência e se organizam fortemente a partir de atores locais e suas realidades. Reconhecem as necessidades da comunidade e território e propõem uma nova lógica da funcionalidade dos CAPS dentro da RAPS, que não destitui sua importância dentro da organização da rede, mas desloca a sua centralidade para as microrrelações do território, a Atenção Básica e ações de Promoção em Saúde Mental. Entretanto, ainda são estratégias pouco exploradas nessa vertente (FERNANDES et al., 2020).

Entre as ações de Promoção em Saúde Mental no âmbito comunitário, Oliveira (2021) propõe a sistematização de aspectos relevantes para ações a partir da comunidade, a saber: a **“criação de espaços de circulação da palavra, sustentação de uma ética de escuta e reconhecimento das tramas discursivas que atravessam os territórios”**. O pesquisador reconhece nesse processo também a importância das atividades artísticas-culturais e as defende como estratégia central na **“circulação de afetos, experienciação criativa, inventiva e das dinâmicas estéticas”** dentro do campo da saúde mental e sua promoção (OLIVEIRA, 2021, p. 91, grifo nosso).

Além da necessidade, já citada, de avanços sobre as reflexões conceituais e práticas da Promoção em Saúde Mental, identificam-se ainda algumas dificuldades nesse campo quando relacionadas ao cuidado do público infantojuvenil. As adolescências, com frequência, são compreendidas como uma “fase de risco” ou estágio humano com pré-disposição a comportamentos de risco. O que gera como consequência, tanto nas políticas públicas quanto em instituições, uma argumentação para a tutela e vigilância, de modo a detectar de maneira preventiva possíveis atitudes desviantes, justificadas, inclusive, pelas vantagens econômicas dessas iniciativas (PATEL et al., 2008; SURJUS et al., 2021).

A título de exemplo, Fernandes (2019), em sua pesquisa, identifica que ações com enfoque na promoção de saúde mental de adolescentes, com frequência, são voltadas à educação sexual, como as relacionadas à gravidez e doenças sexualmente transmissíveis, ou ainda de controle à violência e uso de drogas, pautadas exclusivamente pela epidemiologia e

vigilância em saúde, pouco considerando as necessidades de saúde e seus determinantes. A autora provoca ainda sobre a urgência de se discutir sobre as ações integradas em saúde, a intersetorialidade como estratégia na saúde, a construção de novas possibilidades de relação com esses territórios e a promoção em saúde como uma possibilidade emancipatória (FERNANDES, 2019).

Com isso, é identificada uma invisibilidade do adolescente em diferentes instâncias, tanto nos serviços quanto nas políticas, e permeando também as pesquisas, o que gera a reflexão da inexistência de locais aos quais o adolescente contemporâneo sinta-se pertencente, promovendo uma marginalização desse público das instituições, nas construções de ações políticas e, inclusive, de seus espaços de direito, como a escola (ROSSI et al., 2019).

Ainda sobre os processos de invisibilidade dessa população, a relação infância-adolescência também tem sido abordada em estudos recentes, já que algumas vezes são apresentadas como uma grande faixa-etária sem diferenciação ou ainda com as características da infância apresentadas de maneira prevalente e destacadas, se sobrepondo às particularidades do ser adolescente. Esses estudos indicam a necessidade de maiores investigações, aprofundamentos e reflexões acerca das adolescências (SILVA; CID; MATSUKURA, 2018; ROSSI et al., 2019).

Resumidamente, se as práticas de Promoção em Saúde Mental que visam a emancipação e a autonomia estão em processo de ganho de visibilidade e fortalecimento, quando se trata de crianças e adolescentes e sua negativa histórica como sujeitos, o caminho para essa população ainda está apenas iniciando, e as produções científicas voltadas à promoção de saúde mental de adolescentes corroboram com essa afirmativa.

Fica em evidência a fragilidade de estudos quando se trata de pesquisas qualitativas que valorizem a participação e a construção em conjunto com essa população e sua emancipação política. Na revisão integrativa sobre Promoção em Saúde Mental de adolescentes em países da América Latina (SOUZA et al., 2021), foram identificados somente seis estudos sobre o tema, sendo cinco deles da última década. Os resultados, além de sinalizarem para a escassez de produções acadêmicas que focalizam a promoção em saúde mental junto à população adolescente na América Latina, indicam a contemporaneidade científica do tema.

As autoras identificaram, ainda, a predominância de ações voltadas à promoção em saúde com abordagens experimental e quase experimental, com uma valorização dos processos de avaliação de intervenções preestabelecidas por aqueles que as “aplicam”,

respaldadas com frequência em referências europeias e norte-americanas e com objetivos voltados ao aumento de capacidades de habilidades pessoais (SOUZA et al., 2021).

A revisão não identificou nenhum estudo de abordagem participativa ou que levantasse demandas dos contextos-alvo para o desenvolvimento das estratégias de promoção à saúde coletiva e territoriais, fatores que têm sido debatidos enquanto relevantes na elaboração de ações desse tipo, ou seja, que fomentem a participação ativa da comunidade e favoreçam construções autônomas e singulares para determinados contextos (SOUZA et al., 2021).

Destacam-se como resultados da revisão a falta de estudos que fizessem articulação com o setor de arte-cultura, considerando a importância do aspecto cultural para o desenvolvimento da identidade, processos criativos e resistência contra a desigualdade social, considerados, inclusive, de caráter essencial para o desenvolvimento e consolidação da independência da identidade das nações e bem estar (UNESCO, 1982). Ações dessa natureza, quando voltadas para essa população infantojuvenil, podem promover empoderamentos tanto do âmbito individual quanto coletivo e causar reflexões sobre a forma de existência no mundo (SILVA et al., 2017).

Para a APS, a arte-cultura representa um dos braços da dimensão sociocultural e uma ferramenta para reinvenções sociais, abertura a novas possibilidades de modos de vida e produção de subjetividade (AMARANTE et al., 2012). Dito de outro modo, produções artístico-culturais, pensadas pela perspectiva da APS, representam estratégias potentes dentro do campo da saúde mental como instrumento político, o que provoca questionamentos em relação à Promoção em Saúde Mental e sua tímida aparição nas produções científicas voltadas às adolescências utilizadas nessa perspectiva ou que tenham a APS como referencial.

Com isso, e considerando a importância desse instrumento político de transformação social, a dimensão sociocultural por meio da sua vertente artístico-cultural será mais bem aprofundada na sua relação histórica com a saúde mental, provocando reflexões que disparem avanços necessários da Promoção em Saúde Mental quando pensada para as adolescências.

## 6 VIOLAR PODIA SER VERBO DE VIOLÃO!<sup>12</sup>

*[...] não há uma limitação científica ou terapêutica para a arte- cultura, pois ela sempre a transcenderá.  
(AMARANTE, 2012, p. 10)*

A arte e a cultura têm uma relação estreita com a história da saúde mental, sendo atravessadas por discussões teóricas e construções políticas que foram se desenvolvendo ao longo dos séculos. Hoje, a estratégia artístico-cultural assume um papel diferenciado do que no início de sua história, promovendo uma relação mais complexa e entrelaçada com a cidade e com a construção da cidadania, que avançou junto com as políticas de cuidado em saúde mental (AMARANTE, 2012).

Amarante (2008) subdividiu em quatro as dimensões que organizam o campo da saúde mental e Atenção Psicossocial, a saber: a) *teórico-conceitual*, ou epistêmica, que contempla as ciências de produção de conhecimento e reflexões do saber psiquiátrico; b) *técnico-assistencial*, que corresponde aos dispositivos estratégicos de atenção e trocas sociais; c) *jurídico-política*, responsável pela estruturação dos direitos humanos e participação social e d) *sociocultural*, envolvendo a sociedade, sua transformação e a atuação artístico-cultural. (AMARANTE, 2008; 2012).

Em específico dentro da dimensão sociocultural, encontra-se a vertente artístico-cultural, que, de maneira sistematizada, pode ter o seu alcance subdividido em dois. O primeiro relacionado à potência de desconstrução da ideia no social acerca de uma normalidade e da própria concepção da loucura, promovendo um aumento da circulação da diversidade e da transformação social. Ou seja, ao promover atividades artístico-culturais em território, é possível identificar a circulação de afetos e a valorização da alteridade, pensando assim em uma sociedade mais democrática e diversa. O segundo alcance refere-se à arte-cultura como ferramenta de mudança nas subjetividades, de apreensão estética de cotidianidades, sentidos e modos de vida, que não se restringem a uma prática clínica (AMARANTE, 2012).

Cabe reforçar que, para além dos aspectos relacionados à saúde, os direitos culturais são garantidos como direitos humanos, e assumem hoje o importante papel do exercício em liberdade de aspectos culturais, além da proteção identitária que essas práticas possam proporcionar, estando presentes na Declaração dos Direitos Humanos, pelo artigo 27, de 1948

---

<sup>12</sup> Nome de ala do desfile político-cultural do “18 de maio” de 2014, Dia Nacional da Luta Antimanicomial, em Belo Horizonte.

(ONU, 1948) e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966 (UNICEF, 1966).

Com isso, o desenvolvimento atual das reflexões relacionadas à arte-cultura se fundamenta pela perspectiva da transformação social, da diversidade e de outras formas de estar no mundo, estabelecendo discussões acerca das relações de poder e como um potente instrumento de diálogo com o social. No entanto, isso não foi sempre assim (AMARANTE et al., 2012).

Há relatos sobre a interlocução da loucura às experiências arte-cultura ainda no século XII dentro de hospitais do mundo árabe. Nesses espaços, eram promovidas experiências com música, dança, apresentações e narrativas, com o intuito de cura da alma. Essas experiências não baseavam suas propostas em um sentido de trabalhar conteúdos internos ou terapêuticos; elas se estabeleciam a partir da conceituação essencial do ser humano de forma integral (AMARANTE et al., 2012).

Com o renascentismo na Europa, nos séculos XV e XVI, acontece um movimento de resgate de ideias da antiguidade relacionadas à prática e saberes sobre a loucura, ressurgindo então o interesse pela temática. Com a influência do mundo árabe nesse contexto, surgem os primeiros hospitais psiquiátricos que utilizam da arte como recurso, em especial a música (LIMA; PELBART, 2007).

No século XVII, a loucura ganha uma nova perspectiva, que passa de uma “estranheza familiar do mundo” para uma visão de incapacidade do sujeito, pobreza e impossibilidade de participar do social, sendo esse período chamado por Foucault de “experiência trágica da loucura” (LIMA; PELBART, 2007, p. 712). Com isso, a arte deixa de fazer parte das perspectivas terapêuticas, dando gradativamente espaço para uma nova modalidade de intervenção, que segue uma linha de recuperação mais padronizada e pouco profícua, o tratamento moral (LIMA; PELBART, 2007).

No século XVIII, o tratamento moral é fortalecido, tendo como principal representante Philippe Pinel. Esse tratamento apresentava como eixo direcionador a utilização de ocupações como prevenção da ociosidade e recuperação dos doentes mentais (BING, 1981). Tornou-se um suporte prático e econômico, pois utilizava-se da mão de obra dos pacientes em um fazer alienante:

Os doentes psiquiátricos, desde sempre e onde quer que estivessem, foram “postos a trabalhar”, para passar o tempo, para ganhar o direito a um cigarro a mais ou a mais copo de vinho, para substituir o trabalho dos funcionários do manicômio, para dar prazer à irmã, para reencontrar uma disciplina perdida, para produzir objetos artísticos. (SARACENO, 1999, p.127).

A utilização da arte na saúde mental como meio de “entreter”, ou seja, de “ter dentro” dos hospitais psiquiátricos ou “passar prazerosamente o tempo”, de forma esvaziada, sem significações e, muitas vezes, sem que o sujeito realmente se aproprie do que foi produzido, é perigosa, e pode vir a provocar sérios danos ou, na melhor das hipóteses, não ser eficiente (SARACENO, 1999, p. 16).

Com o advento da psicanálise, no século XIX, e das técnicas projetivas, a subjetividade passa a ser mais um fator influente no processo de saúde-doença, e a arte toma um novo dimensionamento no tratamento em saúde mental. As atividades artísticas, nesse momento e dentro dessa perspectiva, podem favorecer a construção de diagnósticos, a expressão não verbal e as intervenções propriamente ditas na subjetividade (CASTRO; SILVA, 2002).

Assim, a arte passa a ser entendida não como exceção inatingível, mas como fenômeno verdadeiramente vital – criação que reproduz o milagre da vida – e que, portanto, deveria estar acessível para qualquer um. Para o crítico, não deveria haver barreiras para o mundo encantado das formas, que é comum a todos os homens indistintamente. Portanto, todos deveriam aprender a pintar, esculpir e desenhar como se aprende a ler e escrever. (LIMA; PELBART, 2007, p. 727).

Mais adiante, no início da segunda metade do século XX, com o estabelecimento de novos paradigmas no campo da saúde mental, há, mais uma vez, uma mudança de perspectiva da utilização da arte nas intervenções nesse campo (AMARANTE et al., 2012). A arte transcende o papel histórico terapêutico e passa a ser um recurso político, econômico e de transformação social, sai dos espaços de atendimento e toma as cidades, e, conseqüentemente, desloca-se da doença mental para a promoção de fomento da relação do sujeito com o corpo social, passando a ser uma expressão da diversidade cultural (AMARANTE et al., 2012).

A arte apresenta, ainda, como característica marcante dessa nova ressignificação, a estética, que representa mais um dos fatores da mudança de lógica da arte em relação à saúde mental; a arte se desvincula da perspectiva do entretenimento e passa a ser criação (AMARANTE et al., 2012). Essa experiência estética influencia o estímulo à criatividade; sensibiliza nas formas de cotidiano quanto a diversidade e em relação às elaborações subjetivas individuais e proporciona outras formas de “curas”.

[...] cura-se da perda de cidadania, da perda de autonomia, cura-se da crença estabelecida de um lugar vazio em que ele não é sujeito. Cura-se do assujeitamento. O sujeito então cura-se de seu posicionamento e do seu posicionamento político, social, econômico que o permite trafegar em um só local: o da doença. (NOCAM; ROMERA, 2012, p. 123).

Amarante et al. (2012) realizaram um levantamento sobre as atividades artísticas e culturais ligadas ao campo da saúde mental no Brasil nos anos de 2008 e 2009. Os autores identificaram que as iniciativas nesse sentido não são majoritariamente ligadas aos serviços de saúde mental e sim ligadas a pessoas físicas, que representam 37% dos projetos; em seguida, aparecem os serviços públicos, com 27%; as organizações, com 19%, e os grupos autônomos, com 17%. Os autores reforçam que os espaços de arte e cultura vinculados aos serviços públicos, ainda que associados a uma instituição da rede de cuidado em saúde mental, apresentavam, em sua maior parte, um caráter autônomo em relação à terapia ou ao cuidado

No estudo, é identificado, ainda, que o número de iniciativas não corresponderia ao baixo número de produções científicas, o que contribui para o isolamento dessas ações. Além disso, os autores sugerem um aumento da visibilidade em relação aos trabalhos desenvolvidos nas regiões Sudeste e Nordeste por meios de pesquisas científicas, de modo a influenciar o aumento dessas iniciativas e também favorecer a identificação dos avanços e dificuldades nessas ações (AMARANTE et al., 2012).

Porém, esses estudos, apesar da significativa relevância, ainda são voltados para o público adulto e são propostos a partir da experiência do sofrimento psíquico intenso. Quando se fala em saúde mental infantojuvenil e ações de saúde mental por meio da arte e cultura, as produções científicas apresentam-se em aberto para novas possibilidades de investigações, principalmente quando se trata da perspectiva da promoção à saúde mental (SOUZA et al., 2021; ZAROBÉ; BUNGAY, 2017).

Em 2016, a revista *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental* teve duas edições temáticas sobre arte-cultura na saúde mental, que, além de discussões importantes sobre o tema, trouxeram de forma sensível a divulgação de algumas produções artísticas (CADERNO BRASILEIRO DE SAÚDE MENTAL, 2016a; 2016b). Entre os 30 estudos contemplados nas duas edições sobre saúde mental e arte-cultura, seis tratavam da população infantojuvenil e seus responsáveis, descrevendo experiências, a implementação de serviços, a importância do brincar para crianças e adolescentes no CAPSij e apresentando reflexões sobre a adolescência de forma crítica (CORDONE et al., 2016; FERNANDES; CHAGAS; LOPES, 2016; GODOI; ILLISON, 2016; OLIVEIRA, 2016; SCHNEIDER et al., 2016; SOUZA et al., 2016).

Desses seis estudos, três são relatos de experiência que utilizaram a arte-cultura como ferramenta estratégica de cuidado diretamente com adolescentes (CORDONE et al., 2016; SOUZA et al., 2016; SCHNEIDER et al., 2016). De forma sucinta, trata-se de três relatos que ilustram de forma prática o que tem sido pensado dentro do conceito de Promoção em Saúde Mental pela perspectiva da APS com essa população no contexto brasileiro.

O primeiro é um relato de uma oficina de rádio realizada no CAPS IJ, de Souza et al. (2016), com cinco adolescentes entre 14-16 anos. Os objetivos com a oficina radiofônica não se resumiam a um processo de formação como fim, mas ao aumento de pertencimento, de trocas sociais, circulação de subjetividade, reconhecimento do próprio território, entre outros, suscitando ainda outros desdobramentos não previstos, como a qualificação do discurso oral; o reconhecimento de direitos e de seus próprios desejos e emancipação social com enfoque no ganho de autonomia, redução de danos e promoção em saúde mental.

No segundo relato de experiência, produzido por Cordone et al. (2016), diferente do estudo anterior, as crianças e adolescentes participantes dos grupos de teatro e expressão corporal não haviam experimentado necessariamente a vivência de um sofrimento mental, mas advinham de contexto de vulnerabilidade. Participaram em média 20 crianças e adolescentes de 7 a 14 anos por encontro em contraturno escolar por meio de oficinas e produções de espaços livre de expressão, interação, criação, acesso à cultura, entre outros. As atividades artístico-culturais encontravam-se em um dos braços de ação dos Centros de Convivência que promoviam ações dessa natureza voltadas ao território.

Os autores identificaram, por meio de uma oportunidade durante o grupo, a possibilidade de trabalhar questões raciais, de senso-crítico, autoestima, acesso a bens culturais, produção de vida, entre outros. Novamente, ganha evidência a importância dessas produções para o aumento da comunicação, expressão e discussão de temas que proporcionem reflexões a respeito do cotidiano.

O terceiro relato de experiência (SCHNEIDER et al., 2016) contou com 261 crianças e adolescentes de contextos vulnerabilizados que participaram de oficinas culturais desenvolvidas pelo Ponto de Cultura. As oficinas tinham como objetivo a produção do reconhecimento das potencialidades das realidades locais pelos participantes, desenvolvimento pessoal e de habilidades artístico-culturais e a emancipação com enfoque na cidadania. Entre as estratégias destacadas no relato, está a mediação de estagiários em oficinas com destaque para a integração social de crianças e adolescentes com dificuldade de aprendizagem por meio de jogos. Além disso, o projeto realizou reuniões com instituições parceiras com foco na intersetorialidade, como a escola e a unidade básica de saúde, além de reuniões mensais entre os próprios profissionais que integravam a equipe.

Diante dos relatos de experiência, é possível refletir sobre os processos que estão relacionados à promoção de saúde mental e os direcionadores éticos-práticos da APS, de forma que a ferramenta artístico-cultural parece conversar de maneira natural com essas prerrogativas e se apresenta como uma possibilidade para a diversidade e para a produção de

subjetividades, de novos modos de vida, de autonomia e de emancipação política. Entretanto, as avaliações dos projetos descritos e a identificação das potencialidades nas atividades artístico-culturais ainda se encontravam concentradas nos profissionais que as propuseram, não sendo avaliados pelos participantes. Com isso, ganha ênfase a importância de desenvolvimento de produção de conhecimento que inclua os adolescentes nessas construções de modo a avançar no potencial de escuta dessas vozes e de possibilidades coletivas com essa população.

Considerando o exposto, este estudo pretende desenvolver uma pesquisa qualitativa de abordagem participativa com adolescentes que frequentam projetos de arte e cultura, valorizando os saberes dessa população, de modo a explorar, em colaboração com esse público, a relação entre essa vivência e a própria saúde mental, bem como sua promoção. Contudo, antes do aprofundamento na pesquisa em si, faz-se necessário um esquadramento da pandemia da Covid-19 e seus desdobramentos, de forma a contextualizar esse importante acontecimento sanitário, que, além de influenciar profundamente nas organizações sociais, permeou mudanças metodológicas nesta pesquisa e marcou fortemente a vida dos adolescentes participantes da pesquisa e a da própria pesquisadora.

## 7 VIVER É MUITO ARRISCOSO – CARECE DE CORAGEM<sup>13</sup>

Em complemento a todas essas reflexões que vêm ocorrendo dentro da perspectiva teórica, prática e política, um atravessamento importante em 2020 veio trazer mudanças significativas: o mundo foi acometido pelo coronavírus (SARS-CoV-2), que provoca uma doença denominada Covid-19, com alta taxa de letalidade (BRASIL, 2020h).

A Covid-19 manifesta-se de forma variada, incluindo desde infecções assintomáticas até quadros graves ligados ao sistema respiratório (BRASIL, 2020h). Com isso, algumas medidas de segurança e proteção passaram a ser implementadas pelos governantes nos diferentes níveis: municipal, estadual, federal e mundial, tais como suspensão de serviços não essenciais, distanciamento social, orientação a frequente higienização das mãos, limpeza e desinfecção de ambientes, uso da máscara e cumprimento de etiqueta respiratória.

Ainda que a ciência tenha avançado e a disponibilização da vacina esteja progredindo, foi, e ainda está sendo, necessário lidar com negacionismos, tanto a respeito da eficácia da imunização quanto das medidas de segurança individual. O descaso em provimento de oxigênio a hospitais; a crise econômica, social e política; luto; fome; miséria; isolamento social; desemprego e tantos outros elementos formam ainda o quadro do que vêm sendo o Brasil e o mundo nesses últimos dois anos. Diante de tamanha incerteza, além dos próprios impactos biológicos, os psicológicos e emocionais neste período ficam em evidência (ORNELL et al., 2020; PFEFFERBAUM; NORTH, 2020).

Relatórios iniciais indicaram uma tendência maior de sofrimento psíquico, sugerindo que a Covid-19 afeta de maneira negativa e significativa a saúde mental de crianças e adolescentes, com aumento de sintomas ansiosos e depressivos, ideação suicida e comportamentos autolesivos, sendo ainda maiores esses números em adolescentes pertencentes à população LGBTQIAPN+, negros e que vivem em contextos de vulnerabilidade social. Destaca-se ainda com o isolamento a dificuldade do acesso a escola e outras redes de apoio, que funcionavam como fatores protetivos à saúde mental e o baixo investimento em tecnologia para oportunizar acessos (CID et al., 2020; INEP, 2021; MCKIM; WEAVER; STERNBERG, 2021).

Em uma pesquisa desenvolvida pelo Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (Unicef) com 8.444 adolescentes e jovens de 13 a 29 anos em nove países da América Latina e Caribe, foram identificados números alarmantes e que apontam

---

<sup>13</sup> Nome de ala do desfile político-cultural do “18 de maio” de 2008, no Dia Nacional da Luta Antimanicomial, em Belo Horizonte, que, por sua vez, remete a fala recorrente de personagem do livro Grande Sertão, Veredas, de João Guimarães Rosa.

para a necessidade de se pensarem ações de curto, médio e longo prazo em relação à saúde mental do público infantojuvenil. Essa população foi entrevistada em 2021 e falou sobre os aspectos emocionais e de sofrimento psíquico vivenciados nos últimos sete dias. Vinte e sete por cento dos entrevistados relataram piora nos sintomas ansiosos; 15% consideram que apresentaram e/ou estão com sintomas depressivos. Entre os adolescentes e jovens que indicaram sofrimento, 30% consideram que a justificativa para esses sentimentos seja decorrente do quadro econômico. Além disso, 46% dos entrevistados referem não sentir motivação para realizar atividades significativas do cotidiano e 36% relatam não conseguir realizar tarefas regulares. Outro agravante identificado na pesquisa é sobre a necessidade de buscar ajuda profissional em saúde: 74% dos entrevistados sentiram necessidade de auxílio especializado, no entanto, apenas 40% desse número o fizeram (UNICEF, 2022).

Os próprios adolescentes e jovens nas entrevistas falam sobre iniciativas pessoais que têm buscado para contribuir para o sentimento de bem estar:

Minha estratégia tem sido ler e escrever o que me faz sentir mal. Em muitas ocasiões, eu chorei. Já tentei me distrair desenhando ou assistindo séries. O Covid-19 me mudou muito, nem me reconheço (Rosa, 14 anos, Guatemala) (UNICEF, 2022b, tradução nossa)

Minha estratégia tem sido ajudar em uma cozinha comunitária para me distrair e não pensar nessa pandemia (Ignacio, 15 anos, Argentina) (UNICEF, 2022, tradução nossa)

No entanto, diante do tamanho do impacto sanitário, econômico, político e social, é preciso continuar avançando. Pesquisas nessa temática, com abordagens tanto qualitativas quanto quantitativas, devem continuar orientando as ações dos profissionais em saúde. Além disso, estudos longitudinais também se fazem necessários de forma a compreender como esse atravessamento irá reverberar ao longo desta geração.

É neste cenário impreciso que o presente estudo se dá, com os seus resultados significativamente influenciados por este contexto que provocou mudanças metodológicas, demandando adaptações a normas municipais de controle epidemiológico.

Retomando, portanto, a questão inicial, agora com o devido panorama pandêmico, o objetivo deste estudo é a construção coletiva com os adolescentes, apesar dos distanciamentos, máscaras e de tempos tão sombrios de desmantelamentos de políticas. Escutar o que os adolescentes têm a dizer sobre as vivências em projetos de arte e cultura e como essa participação influenciou/influencia na própria saúde mental e sua promoção.

## **8 OBJETIVO**

Explorar a compreensão de adolescentes sobre a vivência e a participação em projetos de arte e cultura e a relação com a própria saúde mental.

### **8.1 Objetivos específicos**

- a)** Analisar, na perspectiva dos adolescentes, como se dá e como eles avaliam o acesso às atividades artístico-culturais nos territórios em que circulam;
- b)** Compreender, a partir da perspectiva dos adolescentes, como as atividades de arte e cultura atravessam/atravessaram suas histórias de vida;
- c)** Identificar como tem se dado o engajamento dos adolescentes em atividades de arte e cultura durante o período de pandemia da Covid-19 e
- d)** Produzir e divulgar com os adolescentes, de forma participativa, um documentário sobre a vivência em projetos de arte e cultura.

## 9 PERCURSO METODOLÓGICO

*Nas ciências humanas, como no balé,  
é impossível prever o próximo passo. Mas, uma vez dado,  
a gente percebe  
que ele se integra perfeitamente no estilo da música.  
Parece que,  
aqui, a gente só pode ser sábio depois que as coisas  
acontecem [...]  
De fato, quem se move em meio às coisas humanas está  
proibido de ter certezas [...]  
(ALVES, 2000, p. 81)*

### 9.1 A escolha metodológica

A construção metodológica deste estudo buscou considerar elementos advindos de dois saberes, o da *Terapia Ocupacional*, afinal, esta pesquisa foi gestada por terapeutas ocupacionais, em um laboratório que produz conhecimento fundamentado no *ethos* desse campo de conhecimento teórico-prático; e a da construção coletiva, do fazer **com**, por meio de uma *pesquisa participativa* e crítica, que visa a produção de conhecimento de forma coletiva e democrática, a partir do que tem sido desenvolvido no Brasil e na América Latina.

Partindo do princípio de que não existe neutralidade científica, e que a produção científica sempre responde a um contexto sociocultural e a uma ordem política de atuação (MINAYO, 2014), serão aprofundadas, a seguir, essas duas fontes que direcionaram a metodologia desta pesquisa politicamente.

#### 9.1.1 A escolha metodológica e a perspectiva da terapia ocupacional

A história da saúde mental, da arte como ferramenta política e das lutas pelos direitos humanos apresenta uma estreita relação com a trajetória da *Terapia Ocupacional*. Os terapeutas ocupacionais representam um ator importante nessa narrativa, correspondendo a um núcleo ativo dentro desse campo. No Brasil, principalmente a partir da década de 70, esses profissionais encontravam-se fortemente envolvidos com ativismos e militâncias a favor de causas sociais (GUAJARDO CÓRDOBA; GALHEIGO, 2015; LIMA, 2006).

Com seus profissionais e estudiosos incorporados dentro dos movimentos populares e dos trabalhadores pela redemocratização do país e pela desinstitucionalização, a *Terapia Ocupacional* passou por um processo de crise e crítica de seus processos teórico-práticos. E, ao longo dos anos, ressignificou uso das atividades, que passa a não se restringir ao tratamento ou minimização de sintomas ou sequelas, e se ampliam como produtoras de

participação e cidadania, se estabelecendo também no campo político (ALMEIDA; COSTA, 2019).

A prática da terapia ocupacional se estrutura, então, no encontro das complexidades humanas e constitui suas intervenções a partir dos rompimentos de naturezas diversas com o coletivo. Esse profissional compartilha, com todas as pessoas que acompanha, o desejo de estar nos espaços públicos, de se abrir para o novo, recriar novas possibilidades de vida e de se relacionar, aumentando essas conexões com esses corpos físicos, simbólicos e sociais (LIMA, 2018; LIMA, 2019).

Ainda que se reconheça que dentro da Terapia Ocupacional existe um “nomadismo teórico amoroso” (LIMA, 2018, p. 5), ou seja, que os profissionais dentro desse núcleo recorram a diversas possibilidades teóricas sem se restringir a elas para atender seus objetivos, destaca-se a proximidade com as políticas de saúde mental e todo o seu escopo de práticas humanizadas, o desejo pela diversidade e respeito às singularidades (MARCOLINO; FURLAN; SOUZA, no prelo; MORATO; LUSSI, 2018).

Os conceitos-ferramentas da APS são direcionadores ético-políticos das práticas para profissionais do campo da saúde mental e conversam de forma natural com as prerrogativas da Terapia Ocupacional, proporcionando uma quase fusão sobre o que é previsto pelas políticas de saúde mental e o *ethos* da profissão (MARCOLINO; FURLAN; SOUZA, prelo; MORATO; LUSSI, 2018).

Enquanto o núcleo da Terapia Ocupacional apresenta uma borda estruturante para sua especificidade de prática, ligada ao saber teórico-prático da profissão, o campo da saúde mental representa esse território de trocas vivas, sem limitações fronteiriças, que favorece a discussão com diferentes perspectivas. Não existe uma hierarquia entre os saberes e produções, ou busca-se que não exista, sendo o núcleo de cada profissão responsável por sustentar a prática do campo em uma relação dinâmica (GOZZI; LUSSI, 2013).

Dessa forma, pode-se dizer que a Terapia Ocupacional não é somente uma profissão que, se necessário e em certas circunstâncias, também adquire um significado político. Ela é política por definição, pois tem como cenário de prática a vida ativa no mundo comum, isto é, se desenvolve no meio público e apresenta uma relação fluída com o social e a cultura (LIMA, 2018; MARCOLINO; FURLAN; SOUZA, no prelo).

Nessa direção – e contemplando todas essas transformações teóricas relacionadas às práticas da Terapia Ocupacional e a saúde mental, os próprios processos epistemológicos – a construção de conhecimento para a Terapia Ocupacional também tem passado por modificações, de forma a se tornar mais condizente com a própria ampliação de seu objeto de

clínica. Observa-se uma produção científica em terapia ocupacional mais crítica em relação a questões éticas e políticas, buscando uma produção de conhecimento que seja plural na compreensão de sua população-alvo, tornando-se mais sensível às complexidades (CARDINALLI; SILVA, 2019).

Ainda sobre o aspecto crítico que tem avançado na profissão, diante da riqueza conceitual que se tem observado, fala-se em Terapias Ocupacionais do Sul, ou seja, a partir do plural ilustra-se uma produção em Terapia Ocupacional que também seja diversa, e não restringe a profissão ao se expandir em múltiplas terapias ocupacionais. Uma desobediência epistêmica que nega caber em caixas e questiona colonialidades do saber estruturadas a partir de uma produção que não considera as realidades do Sul (MIGNOLO, 2008).

O aumento do número de programas de pós-graduação na área também tem proporcionado uma expansão das reflexões sobre as interferências hegemônicas nas produções de conhecimento e provocado entre os profissionais o crescimento de iniciativas e de possibilidades de formas de investigações que considerem os objetos de estudos historicamente acompanhados pela Terapia Ocupacional, tais como públicos-alvo considerados como menos interessantes ou que recebem menos investimentos por não pertencerem a áreas valorizadas economicamente (CARDINALLI; SILVA, 2019).

Nesse caminhar com a pesquisa-intervenção, que abrange arqueologia, genealogia, cartografia, narratividade e fazer-pensar terapia ocupacional, buscamos acompanhar “linhas flexíveis e de fuga”, “processos de ação minoritária”, “movimentos de mudança”, artesanias e tessituras do feminino, “alterações dos regimes de afetabilidade, reconfigurações micropolíticas do desejo” [...] e o que mais puder ser acolhido e fizer sonhar. (CARDINALLI, 2022, p.7).

Dessa maneira, desenvolver uma pesquisa a partir do referencial teórico da APS, considerando a perspectiva da Terapia Ocupacional e a crítica do que vem sendo produzido, estruturou algumas das características e escolhas metodológicas desenvolvidas ao longo desta pesquisa que ora se relacionam com as políticas da saúde mental, ora com a constituição da terapia ocupacional e ainda na relação entre as duas. Para isso, algumas dessas características serão destacadas e discutidas: a relação de horizontalidade, a perspectiva prática a partir das potencialidades e a pesquisa inventiva.

#### 9.1.1.1 Relação de horizontalidade

Os terapeutas ocupacionais, no processo de intervenção, estabelecem uma relação que não se organiza a partir de uma assistência vertical de “ajuda”, mas de aprendizagem e troca, que se tece na escuta de histórias, no reconhecimento de contextos e cotidianos, aprendendo sobre o que deixa aquela vida mais leve ou difícil. E é nessa relação que é possível identificar as necessidades individuais, coletivas e processos de reinvenções (LIMA, 2018; MARCOLINO; FURLAN; SOUZA, no prelo).

As pesquisas, como as de história oral de vida e as de metodologia participativas, surgem a partir de críticas sociais aos modelos tradicionais de pesquisa e dialogam com essa escuta horizontal e de valorização do individual (BRANDÃO, 2015; ZIBECHI, 2014; MEIHY; HOLANDA, 2019). Promover conhecimento **com** os adolescentes, como nesta pesquisa, e não **sobre** essa população, valorizando suas narrativas e se colocando em posição de horizontalidade, em relação a esses saberes, diz de uma escolha política e que se relaciona com a Terapia Ocupacional (ROSSI et al., 2019).

A construção de conhecimento, nesse caso, é feita em conjunto com os sujeitos da pesquisa, contribuindo com a desconstrução da ideia de que conhecimento só se produz sob as égides das universidades ou que pertence à ordem das especialidades, favorecendo, desta maneira, a compreensão de problemas de ordem complexa. Não é o intuito, com esse tipo de metodologia, promover generalizações, afinal a “maioria não é ninguém”; e sim provocar reflexões e possibilidades nas micropolíticas dos contextos e relações (LIMA, 2018, p. 331).

Pretende-se dessa maneira tomar o caminho inverso das construções científicas tradicionais, que tem como ponto de partida o que é universal e vai em direção às instâncias particulares. E é proposta uma investigação que se estabelece pelo individual de forma a ir ampliando a essência do que representa o universo (CARDINALLI; SILVA, 2019; LIMA, 2018).

Essa horizontalidade diz ainda de um devir feminino, que marca fortemente a profissão, provocando o rompimento com uma necessidade de atender a uma lógica produtivista da ciência direcionada a um paradigma da representação pelo “geral”, pelo sistematizado ou o já estabelecido, afinal, escutamos e dizemos das vozes das “minorias” (CARDINALLI; SILVA, 2019; LIMA, 2018;). Com isso, e pensando que a escolha metodológica se relaciona com as melhores ferramentas para responder a um problema, a Terapia Ocupacional se relaciona, de acordo com a própria episteme da profissão, com instrumentos que sejam sensíveis a essas questões, que valorizem a subjetividade e a individualidade. A partir do olhar da Terapia Ocupacional, é proposta uma concepção do problema de forma singular e humanizada (CARDINALLI; SILVA, 2019).

Aprofundando essa questão do olhar dentro do núcleo da terapia e a partir do campo da saúde mental, Constantinidis e Cunha (2018) discorrem sobre a importância do posicionamento político sobre a clínica da Terapia Ocupacional e que, “a partir do seu olhar”, pode provocar. Segundo as autoras, retomando o processo histórico e o campo de disputa que esses referenciais podem representar, o olhar pode estar contingenciado a uma atenção às queixas dos pacientes, um olhar atento a uma resposta a essa queixa-conduta e, portanto, restrita a uma clínica degradada e reduzida aos sintomas. O olhar pode representar, ainda, a tão presente vigilância e controle dos tempos atuais, circunstanciando-se aos deveres e hierarquizando relações; e, por fim, o olhar pode representar a abertura ao novo e a tudo que pode estar disponível quando se está no encontro com o outro, diz do acolhimento, da exposição como ser humano. E é somente a partir dessa última concepção de olhar que é possível não se restringir a mergulhos superficiais ou ainda inferências solitárias. Segundo Lima (2018, p. 336). é um convite ao “outrar-se”, propiciando ainda a participação de “processos inventivos”, que não estão isentos das subjetividades e dos afetos, e que não se limitam a relações de hierarquias (CARDINALLI; SILVA, 2019, p. 39).

#### 9.1.1.2 A produção do sensível - a pesquisa inventiva

O terapeuta ocupacional é um profissional que se produz a partir de uma expertise do imprevisto, que responde às próprias imprevisibilidades da vida, com uma clínica inventiva. Cabe destacar que essas qualidades do cuidado, facilmente compreendidas pelos terapeutas ocupacionais, com frequência são pouco concebidas por outros profissionais. Práticas a partir do imprevisto são ainda associadas a desorganização ou baixa qualidade, não contemplando toda a potência que essas ações intencionais, flexíveis a partir do sujeito, proporcionam (MARCOLINO; FURLAN; SOUZA, no prelo).

Essa perspectiva da prática a partir do imprevisto, que se dá em um outro espaço-tempo e que permite um “falar sobre a vida”, assemelha-se ainda à forma de produção científica pela pesquisa qualitativa (MARCOLINO, 2017; MINAYO, 2012). A antropóloga Débora Diniz, em suas redes sociais, como forma de divulgação de conhecimento em projeto de extensão, utiliza a alegoria das máquinas fotográficas do tipo polaroide para pesquisas qualitativas, propõe que, assim como a imagem se forma na medida em que se revela, as produções dentro da abordagem qualitativa em pesquisa provocam essa possibilidade de emersão do novo, que se forma a partir do produzir. O imprevisto diante do imprevisível não

diz de uma não técnica, mas de uma possibilidade de lidar com o presente, realidades e cotidianos valorizando as narrativas de quem as vivência (MINAYO, 2012;2014).

Na terapia ocupacional, a atividade humana está envolvida com experimentação, apreciação e afirmação ética, estética, cultural, política, social e existencial. Experimentar é acolher o inesperado, o desconhecido e a poética do risco sem ter garantias sobre o que pode acontecer. Apreciar é a percepção da presença e da afetação pelo outro e pelas relações com o mundo, deixar-se pertencer e sentir o acontecimento, ver a produção de belezas e sensibilidades. Afirmer é um desdobramento da apreciação que valoriza e legitima os sentidos produzidos, a significação e ressignificação do acontecimento, de seus desdobramentos e das mudanças nas expectativas [...]. Como na criação artística, a atividade humana envolve dinamicidades, acasos e incertezas, pois não há como assegurar alguma possibilidade de melhora. (CARDINALLI, 2022, p. 41).

A falta de controle que sugerem as pesquisas qualitativas foge às regularidades e protocolos positivistas e pode provocar ao leitor de evidências a indagação sobre a aplicabilidade de seus dados, questionamentos quanto à transferência da informação ou ainda uma desvalorização quanto à sua característica “inventiva” de se direcionar pelo que acontece a cada encontro. Para essa perspectiva transgressora epistêmica, as hipóteses e a não neutralidade do pesquisador o acompanham, são colocadas sobre a mesa, fazem parte do processo. Como na prática da terapia ocupacional, em que os prognósticos, expectativas e direcionadores não deixam de existir, são apresentados e expostos, mas não se tornam o próprio sujeito, pois este também só vai aparecendo à medida que o real se revela. A experiência pelo não controle tanto na prática dos terapeutas ocupacionais quanto nas pesquisas qualitativas, em especial a pesquisa participativa, representa a oportunidade de perceber que é justamente na imprevisibilidade que se apresenta a “beleza da vida” (CARDINALLI, 2022, p.42).

Entre os terapeutas ocupacionais em suas práticas, existe uma predileção pelo raciocínio narrativo, pela escuta da subjetividade e do que é significativo para os sujeitos acompanhados pela terapia ocupacional e pela valorização de seus contextos (MARCOLINO, 2009; 2017; MATTINGLY; FLEMING, 1994).

Contudo, se por um lado os terapeutas ocupacionais reconhecem a importância desses qualificadores para as práticas e identificam a importância desse raciocínio para o desenvolvimento da clínica, também se veem imersos em um paradoxo de desvalorização dessas práxis em outros meios e frente a outros profissionais (MARCOLINO, 2017). Diante disso, observa-se que os terapeutas ocupacionais acabam por vezes envolvidos em uma prática que ocorre no *underground*, ou seja, de uma clínica que não fica evidenciada nos

registros, respondendo a uma preocupação do profissional por reconhecimento (MARCOLINO, 2017).

Movimento semelhante, como vimos, também ocorre na produção de conhecimento científico por esses profissionais, já que o desenvolvimento de pesquisas na Terapia Ocupacional ainda é fortemente influenciado por referenciais estrangeiros, respondendo a aspectos econômicos que com frequência não contemplam diversidades sociais e pluralidades teóricas, onde não cabe o singular, o diverso e a inventividade (CARDINALLI; SILVA, 2019).

Observa-se, entretanto, que, com as crescentes críticas a esse modelo e a busca contínua de aproximação com o objeto a ser investigado, tem ocorrido um aumento na diversidade da forma de se produzirem os dados de pesquisa e da condução das investigações científicas, relacionando-se, dessa maneira, de forma mais efetiva com as problemáticas enfrentadas pela Terapia Ocupacional (CARDINALLI; SILVA, 2019). Se viver é não ter certeza do próximo passo, a pesquisa qualitativa é a oportunidade de trazer essa contribuição, a apreensão do efêmero com que se caracteriza a atividade humana e está sempre presente na terapia ocupacional.

#### 9.1.1.3 Perspectiva a partir das potencialidades

Outra reflexão sobre o olhar da Terapia Ocupacional na prática e que se desdobra na forma com que esses profissionais têm buscado desenvolver pesquisas, inclusive sob a perspectiva deste estudo, é em relação à valorização das capacidades e habilidades dos sujeitos e ao reconhecimento de fatores contextuais que favoreceriam a participação social e em atividades. Os terapeutas ocupacionais sustentam sua prática a partir da valorização do sujeito e suas potencialidades (MARCOLINO, 2009).

De acordo com Marcolino (2009), concerne ao *ethos* da terapia ocupacional a consideração, através de um raciocínio clínico condicional sofisticado, o reconhecimento dos fatores facilitadores da participação. E, a partir de uma elaboração complexa, esse profissional consegue traçar possibilidades futuras. A compreensão de um problema a partir de uma perspectiva da potencialidade e fatores facilitadores, portanto, corresponde a uma das essências da terapia ocupacional. Cabe, com isso, a reflexão – por parte do núcleo de terapia ocupacional – sobre como as atividades humanas se relacionam com a forma com que aquele indivíduo se coloca no mundo e tudo que envolve essa participação.

Com isso, este estudo apresenta como característica a visualização do problema de pesquisa pela perspectiva da terapia ocupacional tendo como princípio a valorização da subjetividade, a horizontalidade, a inventividade a partir do espontâneo e a possibilidade de compreensão da questão de pesquisa pela potencialidade do sujeito.

### *9.1.2 A escolha metodológica pelo fazer com*

O outro aspecto direcionador da metodologia deste estudo é a pesquisa participativa. A vivência subjetiva dos adolescentes participantes de projetos de arte e cultura foi refletida a partir da escuta daqueles que a vivem. E, junto com esses adolescentes, foi proposto avançar nesse conhecimento e relacionar como essa participação afeta a própria saúde mental. Trata-se, portanto, de uma construção coletiva de grupos que são historicamente não escutados, e o fazer **com** essa população por meio de encontros mais democráticos.

As pesquisas participativas surgem historicamente a partir da ação de grupos vulnerabilizados, que vivenciam processos de exclusão social, e apresenta, ideologicamente, a concepção de que os participantes são ativos e colaboradores do processo investigativo (NIND, 2011). Alguns estudos indicam a possível origem da pesquisa participante com o pesquisador Kurt Lewin, no entanto, a identificação para a América Latina está mais próxima de Karl Marx. Aparecem como resposta crítica às pesquisas tradicionais da Psicologia Social e apresentam um aumento significativo nas últimas décadas, apesar de não ser uma metodologia nova. Isso ocorre em decorrência de uma mudança de paradigma em relação ao protagonismo em pesquisa, em especial de populações em situação de exclusão social. São exemplos na América Latina e no Brasil as experiências de Orlando Fals Borda e Paulo Freire (BRANDÃO, 2015; HAGUETTE, 2013; NIND, 2011).

Para o contexto latino-americano, a dimensão dialógica e emancipatória na pesquisa participativa ganha evidência e apresenta um forte alinhamento com uma perspectiva de decolonialidade. A produção coletiva do saber acontece com os grupos marginalizados no contexto de suas lutas, a análise também ocorre de forma conjunta, favorecendo novas construções e possibilidades. O ponto de partida é a realidade social concreta, que parte do situado e suas histórias locais, articulando ciência e saber popular que cria algo novo, um “terceiro conhecimento” (BRANDÃO, 2015, p.40); trata-se de uma ação política e não responde à ordem das neutralidades (BRANDÃO, 2015; ZIBECHI, 2014).

A pesquisa participativa na América Latina se constrói criticamente na trama dos movimentos sociais, como uma proposta de ação de resistência não violenta, de forma que a

coleta de dados e os resultados produzidos possibilitem libertação, educação popular e reinvenções de modos de vida, e é “assumidamente política”. No Brasil, esteve ligada de maneira indireta a pautas de esquerda, com enfoque na cobrança do Estado, como do Partido dos Trabalhadores (PT) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e representa uma metodologia que responde com coerência às explorações que ocorrem e se perpetuam pelo neocolonialismo (BRANDÃO, 2015; ZIBECHI, 2014).

Portanto, existe o rompimento da concentração do saber pelo grupo acadêmico e a produção passa a ser coletiva e junto aos “grupos marginalizados”, somando, dessa forma, a suas lutas. Com isso, representa uma forma de fazer pesquisa com maleabilidade e inventividade quanto às práticas possíveis (BRANDÃO, 2015; ZIBECHI, 2014).

[...] o caminho investigado da pesquisa participativa se caracteriza como uma metodologia mais flexível [...]. [...] as metodologias participativas de investigação não se limitam a ser meros instrumentos, mas referem-se ao modo como enfocamos os problemas e a maneira pela qual buscamos resposta para eles. [...] Ao assumir uma atitude ativa na investigação no campo educativo, o pesquisador constata, intervém, educa e se educa [...]. Já não se busca mais a certeza, mas a criatividade. (ZIBECHI, 2014, p. 46-47).

Por meio da perspectiva participativa, crianças, adolescentes e pessoas com deficiência ou pertencentes a grupos e/ou contextos de vulnerabilidade passam a ter sua fala e competências valorizadas. Além disso, reflete uma mudança global da concepção em relação ao acesso a direitos e consideração dessas vozes. As pesquisas com adolescentes de maneira participativa vêm retirar também o foco e a supervalorização de estudos adulto-centrados e permitir que essa população contribua com seu ponto de vista em relação a um problema de ordem complexa (NIND, 2011). Trata-se de um questionamento radical, um “Suclear” do local de construção teórico que, a partir do dialógico, transforma e cria (ZIBECHI, 2014, p. 37).

## **9.2 Produção de dados**

A partir dos direcionadores metodológicos apresentados e a questão de pesquisa, foram selecionados dois métodos para produção de dados, a saber: a história oral de vida e os grupos de discussão.

### *9.2.1 História Oral de Vida*

A partir do método de investigação da história oral de vida (HOV), prioriza-se a visibilidade de sujeitos marginalizados e se trazem à tona realidades “indescritíveis”, que

podem ser histórias silenciadas de abandono que não foram consideradas dignas de serem transmitidas pela escrita, aquelas classificadas como “muito insignificantes” por pertencerem a uma natureza das cotidianidades ou, ainda, aquelas que tratam de realidades inconfessáveis (JOUTARD, 2000, p. 33).

Portanto, a escolha pela HOV foi realizada de modo a favorecer o acesso às experiências que não são documentadas e tem como direcionador ético a consideração do entrevistado como colaborador. Esse método permite a compreensão de singularidades dentro de vivências e pode contribuir com a transformação de padrões participativos dentro das comunidades (JOUTARD, 2000; MEIHY; HOLANDA 2019).

No Brasil e na América Latina, a HOV teve uma ampla aceitação. Meihy, em seu estudo que analisa essa aproximação entre os países latinos e o método de pesquisa (MEIHY, 2000), identifica que a compatibilidade advém da consonância entre os princípios democráticos a que o método se propõe e o período em que ela aparece mais fortemente como uma possibilidade investigativa de pesquisa.

No caso do Brasil, como da América Latina em geral - ou pelo menos dos países que viveram recentemente a síndrome de ditaduras militares-, a aceitação da história oral esteve diretamente ligada ao processo de redemocratização. [...] Este fato, em primeiro lugar diferencia o papel da história oral latino-americana da europeia ou norte-americana. Nossa história oral se institucionaliza como reflexo de um momento histórico e isto merece ser pontuado como pressuposto explicativo. Neste cenário, o Brasil se mostra como exemplo eloquente. (MEIHY, 2000, p. 86).

A HOV se estabelece definitivamente após a Segunda Guerra Mundial e se estrutura a partir da insatisfação com as alternativas acadêmicas existentes e do avanço tecnológico, que propiciou as novas possibilidades de investigação. Na América Latina, merece destaque a produção, no âmbito da HOV, das experiências de exílio e de exclusão a partir de grupos ligados aos processos revolucionários. “[...] pode-se afirmar que, em certos círculos, a história nasceu ‘exilada’ e teve que contracenar com outras raízes ‘colonizadas’” (MEIHY, 2000).

No entanto, o mesmo autor alerta que, apesar dos avanços em relação a essas questões, o “colonialismo cultural” e a persistência herdada da colonialidade do saber ainda devem ser levados em consideração e devem ser permanentemente discutidos. Apesar do diálogo com outras produções que não as do Sul e da similaridade a partir da inscrição na valorização da autonomia e saberes locais, “principalmente, quando se tematizam os objetos de estudos, nota-se que a história oral latino-americana exige soluções e abordagens que a distingam dos

padrões estrangeiros” e firmem o compromisso com o contexto a partir “de onde se fala” (MEIHY, 2000, p. 87).

De maneira prática, e tendo como conjuntura as críticas decoloniais, a utilização da história oral de vida, segundo Meihy (2005), compreende um conjunto de procedimentos, a saber: a) formulação do projeto; b) gravação das entrevistas, que necessariamente deve utilizar recursos tecnológicos, como gravadores e câmeras; c) tratamento das entrevistas; d) análise, que pode não acontecer em algumas pesquisas; e) arquivamento ético e seguro desses dados e f) devolução social, que pode ocorrer por meio de produtos de pesquisa e/ ou ainda ações de retorno social.

Alguns fatores também caracterizam as entrevistas de história oral como: a) necessariamente trata-se de projetos provocados, ou seja, que justificam a história oral como opção de pesquisa por derivarem de questões de afirmação social ou que incomodam grupos; b) são feitas e refletem o tempo presente; c) são realizadas por colaboradores vivos e d) as gravações, obrigatórias para essa metodologia, utilizam recursos eletrônicos e resultam em um produto. As gravações das entrevistas podem ser feitas ainda em formatos de vídeos e, desse modo, possibilitam a captura de outros elementos da comunicação, emoções e outras espontaneidades da linguagem (MEIHY; RIBEIRO, 2011). O processo previsto por Meihy (2011) e utilizado para esta pesquisa foi estruturado e aprofundado de maneira didática na Figura 5.

Figura 5 – Processo da produção de história oral de vida



Fonte: Elaborada pela autora, com base em Meihy (2005).

### 9.2.2 Grupos de discussão

O grupo de discussão (GD) representa um agrupamento de pessoas que é pensado e organizado de forma a responder a um objetivo de pesquisa. Ele é intermediado pelo pesquisador com uma postura de escuta e observação ativa e pode apresentar diferentes tipos de moderação, variando desde um modelo mais aberto e dialógico, com pouca ou nenhuma intervenção do pesquisador, ou mais diretivo, no qual o pesquisador conduz de forma mais presente, para favorecer o objetivo de pesquisa. Vale reforçar que o nível de intervenção do

pesquisador não deve ir de encontro à prerrogativa de que o GD não deve ser fechado, restritivo ou ordenado (SILVESTRE; MARTINS, LOPES, 2018).

Com o objetivo de proporcionar espaços mais democráticos e de liberdade de fala como meios de coprodução de conhecimento, os GDs têm um forte apelo ao papel de educação popular e emancipação social a partir de uma epistemologia dialético-estrutural. A ideia por trás do GD é a conversação em torno de um tema de forma a gerar uma construção conjunta de sentido; em outras palavras, o grupo deve se posicionar diante de um fenômeno (SÁNCHEZ-PINILLA; LEGERÉN, 2008; SILVESTRE; MARTINS; LOPES, 2018).

Os GDs apresentam certa maleabilidade no que envolve os seus eixos e características, a saber: que o número aproximado de participantes seja de no mínimo seis e máximo de dez; que preferencialmente os participantes não se conheçam ou que não existam constrangimentos e impedimentos para falar sobre a temática; que tenham a duração máxima por encontro de 1h30. Além disso, os GDs apresentam uma estrutura comum, a saber: apresentação da pesquisa e objetivos, uma provocação inicial ou disparador, a discussão/conversação e a convergência a partir de uma construção de sentido sobre a temática (SÁNCHEZ-PINILLA; LEGERÉN, 2008; SILVESTRE; MARTINS; LOPES, 2018). Segue uma ilustração sobre o processo dos GD na Figura 6.

**Figura 6 – Etapas do grupo de discussão**



Fonte: Elaborada pela autora com base em Sanchez-Pinilla e Legerén (2008, p. 103)

Apesar de sua flexibilidade e do forte potencial para investigações que sejam realizadas com adolescentes e jovens, ainda existem poucas produções que a utilizam como

método investigativo, com baixo número de produções brasileiras, que ficam, em geral, circunscritas a pesquisas realizadas na pós-graduação (SÁNCHEZ-PINILLA; LEGERÉN, 2008; SILVESTRE; MARTINS; LOPES, 2018).

### 9.3 Etapas da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida em dois momentos: o primeiro relacionado às estruturas preliminares, e o segundo, com a pesquisa participativa em si, com as etapas da história oral e dos grupos de discussão.

Os momentos e etapas podem ser compreendidas de forma sintética a partir da figura 7.

Figura 7 – Momentos e etapas de pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora.

#### 9.3.1 Primeira etapa de pesquisa - Estruturações preliminares

Essa etapa contempla: a) submissão e aprovação do projeto no Comitê de Ética e Pesquisa; b) contato com os coordenadores de projetos de arte e cultura para indicação dos potenciais adolescentes participantes; c) reconhecimento dos contextos de pesquisa; d) contato e convite aos adolescentes e seus responsáveis; d) seleção dos adolescentes.

#### a) Aspectos éticos

A pesquisa foi aprovada sob número 4.736.974 pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar (ANEXO A) e seguiu as especificações das Resoluções nº 466/12 e nº 510/16 e suas complementares do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamentam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil. Somente após sua aprovação foram realizadas as entrevistas.

O estudo contempla os procedimentos éticos fundamentais de garantia aos direitos desse público, sendo eles: autonomia; assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos pais ou responsáveis e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) pelos adolescentes, tendo sido redigidos de maneira compreensível e dentro da realidade dos participantes; confidencialidade das informações e devolução dos resultados tanto para o meio acadêmico científico quanto para os adolescentes e comunidade (OLIVEIRA et al., 2017). Além disso, os participantes tiveram acesso às informações sobre riscos e benefícios e sobre as responsabilidades do pesquisador (OLIVEIRA et al., 2017).

Ainda no que se refere às questões éticas, vale ressaltar que, em uma situação em que o sofrimento psíquico intenso foi identificado em um/a dos/as participantes do estudo, a pesquisadora acolheu e referenciou o/a adolescente, com o seu consentimento, para os serviços da RAPS do município.

Além disso, e considerando o princípio ético de devolução das discussões e dos resultados produzidos em meio acadêmico para a população geral, durante todo o processo da pesquisa foram realizadas ações para que esse conhecimento ultrapassasse os muros universitários<sup>14</sup>.

#### b) Contato com coordenadores de projetos de arte e cultura

Os coordenadores de projetos de arte e cultura por serem profissionais da RAPS e de outros projetos de natureza artístico-cultural, já eram conhecidos da pesquisadora, que, na

---

<sup>14</sup> Essas iniciativas ocorreram durante momentos diferentes do processo de pesquisa. De forma coletiva, foi realizada a produção de uma animação junto com o Laboratório de Terapia Ocupacional e Saúde Mental da UFSCar (LaFollia), citada na introdução desta pesquisa por uma nota de rodapé, para a divulgação dos retrocessos políticos ocorridos dentro das medidas públicas para crianças e adolescentes na saúde mental. Foram compartilhadas também algumas reflexões, principalmente teóricas, do processo que não influenciavam na identificação dos/as participantes ou ainda no andamento da pesquisa, em um canal do YouTube, assim como produções audiovisuais realizadas durante a pesquisa. A escolha por essa forma de divulgação encontra-se respaldada na importância da democratização do acesso a conteúdo de reflexão do que tem sido produzido em meios acadêmicos, utilizando veículos de comunicação mais acessíveis à população geral, como as redes sociais, contribuindo dessa maneira, inclusive, no combate a fake news (VASCONCELLOS-SILVA; CASTIEL, 2020).

ocasião da pesquisa, também era trabalhadora da rede. Esses profissionais contribuíram, portanto, com a indicação dos adolescentes

Nessa primeira fase, foram convidados três coordenadores de projetos a participar de uma conversa. Foram apresentados os objetivos e etapas de pesquisa. Após esse momento inicial, os coordenadores indicaram os potenciais adolescentes participantes da pesquisa<sup>15</sup>. Deste momento com os coordenadores foi realizado uma produção em vídeo, o curta documentário “AdoleSer”, que acabou sendo utilizada nos grupos de discussão com os adolescentes, tornando-se um importante processo na construção metodológica de pesquisa.

### c) Contexto de pesquisa

O contexto de pesquisa são os projetos artístico-culturais direcionados a adolescentes em uma cidade de grande porte do estado de Minas Gerais. No entanto, observa-se que os adolescentes estavam vinculados/as especificamente a três projetos de diferentes naturezas de financiamento, a saber:

- **Projeto de extensão universitária** – Trata-se de um projeto que tem o objetivo de diminuir a evasão escolar de adolescentes e, para isso, trabalha em duas frentes, a primeira ofertando atividades diversas no campo da arte e cultura para adolescentes, e a segunda voltada aos professores e profissionais da escola pela metodologia de conversação. Os adolescentes convidados a participar do projeto são moradores de regiões que apresentam um alto Índice de Vulnerabilidade Juvenil<sup>16</sup>. Para compor esse índice, são analisadas sete variáveis: percentual de população jovem de 15 a 29 anos; percentual de adolescentes de 10 a 14 anos de idade que trabalham; renda domiciliar média; taxa de abandono escolar no Ensino Médio; distorção idade/série

---

<sup>15</sup> Diante desse processo e com a parceria de um profissional de cinema de animação e artes digitais, foi possível, por meio da anuência e autorização dos coordenadores de projeto de arte e cultura, a construção de um curta-documentário produzido a partir das conversas com esses profissionais. Essa produção audiovisual representa uma produção extra ao desenvolvimento da pesquisa e foi utilizada como um dos disparadores nos grupos de discussão com os adolescentes na segunda etapa da pesquisa participativa. O curta-documentário, intitulado “AdoleSer”, também está disponível no meu canal do Youtube (Canal Thaís Thaler). Nessa produção, os profissionais falam sobre o que eles identificam como estratégico na arte e na cultura quando se trata de ações voltadas a essa faixa-etária e relatam sobre os desafios e potencialidades de trabalhar com esse público. Fazem considerações a respeito do atravessamento da pandemia, que vai desde as dificuldades de interrupção dos projetos até as reinvenções possíveis para esse período.

<sup>16</sup> Os adolescentes para participar dos projetos estavam sujeitos a critérios de vulnerabilidade próprios dos projetos de arte-cultura. No entanto, reforça-se que para esta pesquisa o conceito de vulnerabilidade é correspondente a proposta de Ayres (2009; 2018) que compreende este conteúdo a partir de uma perspectiva ampla de vulnerabilidade que não se restringe ao sujeito, mas se insere na dialética com o social e é necessariamente uma relação política.

no Ensino Médio; taxa de homicídio na população da masculina de 15 a 29 anos e taxa de fecundidade na faixa etária de 15 a 19 anos.

- **ONG** – A organização oferta diversas atividades de arte, esporte e lazer para crianças, adolescentes e adultos através da parceria com diferentes instituições. A ONG está localizada em uma região de alta vulnerabilidade social e tem como objetivo a construção de cidadania, visibilidade de ações de arte e cultura, promoção de renda e acesso ao mercado cultural. Para participar das atividades, não é necessário nenhum tipo de encaminhamento.
- **Projeto de arte e cultura vinculado a RAPS do município** - O programa apresenta-se como um dispositivo dentro da Rede de Atenção Psicossocial do município, que, por meio da promoção de atividades artísticas e culturais, visa a reinvenção de possibilidades sociais, materiais e subjetivas. O encaminhamento para esse projeto é feito pelos dispositivos da RAPS a partir da singularidade de cada criança e adolescente e o seu contexto. Podem participar crianças a partir de 6 anos até adolescentes de 18 anos. Apesar de pertencer à rede de saúde mental, não se pretende dentro desses espaços uma intervenção terapêutica; são espaços de expressividade e socialização e ofertam possibilidades diversas dentro do campo artístico cultural.

d) Contato com os adolescentes

A partir do diálogo com os coordenadores de projetos de arte e cultura, foram indicados os adolescentes para participar da pesquisa. Foi realizado, então, o contato com os possíveis participantes do estudo e apresentados os objetivos de pesquisa. Os adolescentes que demonstraram interesse em participar tiveram os responsáveis acionados e também apresentados ao projeto. Com o interesse do adolescente e a autorização dos familiares, foram coletadas a assinatura do TCLE dos responsáveis e do TALE dos participantes.

Antes do início da pesquisa, no período denominado por Meihy (2005) como pré-entrevista, foram realizadas conversas individuais com cada adolescente com o objetivo de esclarecer sobre os objetivos de pesquisa e estabelecimento de uma relação de colaboração e confiança. Nesse momento, foram verificadas também possibilidades dos locais de entrevista, informações adicionais e contextuais que poderiam contribuir para a produção de dados. Os adolescentes participantes escolheram o dia, horário e local de entrevista.

e) Seleção dos adolescentes

Em relação à seleção dos adolescentes participantes, houve quatro indicações iniciais pelos coordenadores de projetos de arte e cultura para a participação na pesquisa. Com a recusa de um adolescente, por não apresentar compatibilidade de tempo, os encontros foram feitos com os outros três adolescentes indicados. Com a finalização dessas primeiras narrativas e a produção das três HOV, foi observada a necessidade de novas entrevistas (MEIHY; HOLANDA, 2019), sendo necessário novo contato com os coordenadores de projeto.

Os coordenadores foram novamente acionados e os profissionais indicaram, então, outros projetos e coordenadores que trabalhavam na área. Mediante o novo contato, foram sugeridos mais cinco adolescentes, dois, no entanto, recusaram por não se sentirem à vontade com a participação, sendo a entrevista realizada com mais três adolescentes, totalizando seis participantes.

Participaram deste estudo, portanto, **seis adolescentes**. Destaca-se que a indicação dos adolescentes pelos coordenadores de projetos foi realizada a partir da história de participação em projetos artístico-culturais dos adolescentes e não pela atividade artística em si ou ao projeto vinculado, considerando que os mesmos coordenadores estavam vinculados a mais de um coletivo ao mesmo tempo. Em relação ao gênero dos adolescentes, três se autodeclararam do gênero feminino e três do masculino.

Foram adotados os seguintes critérios de inclusão:

- a) possuir interesse em participar do processo de pesquisa;
- b) ter sido indicado pelo coordenador de projeto de arte e cultura destinado a adolescentes;
- c) ter idade entre 12 e 18 anos (considerando o que é estabelecido pelo ECA como adolescente);
- d) o/a responsável deve ter autorizado e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE I) (APÊNDICE A) e o/a adolescente ter autorizado e assinado os Termos de Assentimento e de Consentimento Livre e Esclarecido (TALE) (APÊNDICE B).

### *9.3.2 Segunda etapa de pesquisa - Pesquisa participativa*

A pesquisa participativa aconteceu por meio de estratégias estruturadas pela produção das histórias orais de vida e dos grupos de discussão. Tanto a história oral de vida quanto o grupo de discussão representam esse conjunto de ferramentas participativas que de forma flexível e criativa permitem a aproximação com a questão de pesquisa.

### 9.3.2.1 Informações gerais sobre o processo de pesquisa participativa

Para a produção de dados, foi utilizado um roteiro de entrevista aberto que foi apresentado aos/às adolescentes com o intuito de facilitar a colheita das narrativas de história oral de vida. (APÊNDICE C), seguindo um padrão de blocos de perguntas amplas, buscando dar enfoque à participação dos/as adolescentes nos projetos de arte e cultura e a sua relação com a saúde mental (MEIHY; RIBEIRO, 2011). As entrevistas com os/as adolescentes foram gravadas de forma individual com cada participante e em formato de vídeo, com o auxílio de um profissional de cinema e artes digitais.

Os grupos de discussão, que ocorreram posteriormente à produção da história oral de vida, também foram gravados no formato de vídeo, com dinâmicas e atividades disparadoras que aconteceram em três encontros. As gravações também foram transcritas e utilizados como dados de pesquisa.

O contato com os/as adolescentes variou em relação à modalidade, acontecendo de forma presencial para a história oral de vida, e no modelo virtual com os grupos de discussão. Essa escolha ocorreu seguindo critérios municipais de prevenção à Covid-19. Quando presencial, foram tomados todos os cuidados indicados, sendo eles o respeito à etiqueta respiratória, distanciamento, higienização das mãos, limpeza e desinfecção dos ambientes e utilização de máscara (BRASIL, 2020h).

No momento das entrevistas com os adolescentes, não foram utilizados nenhum tipo de suporte visual, como cadernos, pranchetas ou papéis, de forma a favorecer um espaço de maior horizontalidade com os/as participantes, dialógico, e que privilegiasse a espontaneidade dos/as adolescentes. Com essa flexibilidade na entrevista, foi possível permitir escolhas de condução direcionadas por cada participante, dando abertura e espaço para subjetividades e flexibilizando a constituição de um perfil de entrevista, ditado pelos/as adolescentes (MEIHY; RIBEIRO, 2011).

Os locais de entrevista variaram conforme a escolha dos/as adolescentes, seguindo sugestão de Meihy (2005), ocorrendo em praças, parques e nos próprios espaços onde ocorrem os projetos de arte e cultura. Nesses momentos, foram realizadas sugestões quanto à privacidade e boas condições de gravação.

A respeito do tempo de duração, ainda que não tivesse sido determinado um limite com os/as participantes, as entrevistas variaram de 40 minutos a 1h20. Todas as entrevistas aconteceram em encontros únicos. Já os grupos online com os/as adolescentes, que aconteceram na etapa participativa, variaram de 1h - 1h30.

Esta pesquisa contou ainda com a) um auxiliar de pesquisa com formação em cinema de animação e artes digitais para a condução dos aspectos relacionados à produção de vídeos e desenvolvimento de mídia e b) uma artista ilustradora.

O profissional de cinema de animação e artes digitais tornou-se um auxiliar de pesquisa imprescindível no momento das gravações e durante todo o processo de pesquisa. Disponibilizou-se ainda para explicar sobre produção audiovisual, contribuindo com a construção do documentário produzido com os/as adolescentes. O profissional apresenta um histórico de envolvimento de pesquisa com adolescentes, inclusive na metodologia de história oral de vida, interesse pelo tema e três anos de experiência na área. Esteve como voluntário durante todas as etapas do projeto.

Outra profissional artista que também contribuiu para o processo foi uma ilustradora e estudante de Terapia Ocupacional que, com sensibilidade, colocou em desenho as narrativas dos adolescentes e a escolha dos seus nomes fictícios, os transformando em produções artísticas utilizadas também como disparadoras de discussão.

A seguir, nas seções 9.3.2.2 e 9.3.2.3, serão detalhados os processos de construção das histórias orais de vida e os grupos de discussão que se estabeleceram depois das construções narrativas dos adolescentes.

#### 9.3.2.2 História Oral de vida

Os/As seis adolescentes que aceitaram participar do presente estudo foram entrevistados/as, e suas entrevistas foram transcritas na íntegra, textualizadas e transcriadas e retornaram aos/às participantes para que houvesse o processo de reconhecimento do texto produzido. Após a leitura por parte dos/as adolescentes, foi realizado um encontro virtual para a validação do texto final e a autorização do seu uso em pesquisa com as cartas de cessão, que foram enviadas de forma online para assinatura (APÊNDICE E).

As histórias orais de vida dos/as adolescentes foram analisadas em profundidade, a partir da técnica de análise temática de Bardin (2016), por meio da construção de categorias semânticas, com as construções dos eixos e categorias temáticas que emergiram a partir das narrativas dos/as adolescentes.

A análise temática possibilita o desvendar crítico do discurso e para isso lança mão de uma coleção de ferramentas diversificadas, que estão sempre em revisão e aperfeiçoamento. A categoria temática é uma dessas possibilidades dentro da análise do conteúdo, e permite a inferência crítica e estabelecimento de relações entre o conteúdo da mensagem do discurso e a

realidade, funcionando como uma técnica de tratamento dos resultados que extrapolam essa primeira mensagem de forma a confirmar indicadores e hipóteses sobre aspectos exteriores (BARDIN, 2016).

A partir desse conjunto de ferramentas, é possível realizar um recorte semântico e produzir núcleos de sentido conforme sua aparição e repetição na fala dos/as participantes. Essas unidades menores de registro de temas não apresentam uma hierarquia entre si, mas indicam uma produção e organização de conhecimento (BARDIN, 2016).

Para esta pesquisa, considerando sua abordagem participativa, os/as adolescentes participaram da etapa de análise e validaram os eixos e categorias temáticas pré-produzidos. A validação dos/as adolescentes aconteceu na etapa de grupo de discussão, a partir de uma proposta desenvolvida com a pré-análise e exploração do material das narrativas da história oral de vida, que será mais bem detalhado a seguir.

#### 9.3.2.3 Grupos de discussão

Os/As seis adolescentes entrevistados/as para a construção da história oral de vida participaram dos grupos de discussão, que também foram gravados, transcritos e utilizados como dados de pesquisa. Esses encontros tiveram como objetivos: a) Analisar e validar os eixos temáticos identificados a partir das narrativas de história oral com a transcrição por meio da técnica de análise de conteúdo temática da Bardin (2016); b) Realizar discussões com os/as adolescentes sobre os fatores que envolvem a participação em projetos de arte e cultura e saúde mental, de forma a construir coletivamente com esses/as participantes conhecimento e sentido; c) Produzir um documentário como forma de divulgação à comunidade do que foi produzido pelos/as adolescentes participantes do processo da pesquisa.

A etapa de produção de um documentário coletivo sobre todo o processo como devolutiva social teve que passar pela assinatura de novos termos de autorização, considerando que a voz e imagem poderiam ser divulgadas publicamente. Com isso, foram solicitadas novas autorizações dos/as responsáveis com TCLE II (APÊNDICE E) e Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz para fins de pesquisa dos/as adolescentes (APÊNDICE F). Esse processo de construção de produto também foi registrado e utilizado na produção de dados.

Durante os encontros, com o auxílio do profissional do cinema de animação e artes digitais, foi possível também a discussão e a aprendizagem de técnicas de produção de vídeo, para pensar sobre as possibilidades de construção de um documentário coletivo e a forma de

divulgação dos conhecimentos produzidos. A organização dos grupos de discussão que ocorreram de forma online foi resumida na Figura 8.

**Figura 8 – Organização dos encontros online**



### 1º Encontro

- Apresentação do curta documentário "AdoleSer", produzido com os coordenadores de projeto de arte e cultura, como disparador de discussões sobre o que é documentário e seus elementos
- Decisões pragmáticas com os/as adolescentes sobre a organização do documentário, produto final da pesquisa
- Discussões sobre o tema saúde mental e participação em projetos com arte e cultura, e a interferência da pandemia

### 2º Encontro

- Apresentação da prévia da junção dos vídeos das entrevistas e materiais enviados pelos/as adolescentes
- Discussão sobre os eixos temáticos identificados pela pesquisadora na entrevista de história oral e validação do material pelos/as adolescentes
- Decisões de ordem técnica da produção do vídeo



### 3º Encontro

- Apresentação do documentário final
- Discussão sobre as formas de divulgação do material

Fonte: Elaborada pela autora.

## 10 RESULTADOS

Os resultados serão apresentados em duas seções diferentes, a saber: **1)** Na primeira, “**Quem fala?**”, serão caracterizados os/as adolescentes participantes da pesquisa; **2)** Na segunda seção, “**Sobre o que se fala?**”, serão apresentadas as histórias orais dos/as adolescentes na íntegra e apresentadas as discussões que foram realizadas nos 3 grupos de discussão que aconteceram de forma online com os/as participantes. Além disso, serão apresentados os dados referentes a produção do documentário com os/as adolescentes da pesquisa e a formas de divulgação desse material.

### 10.1 Primeira sessão – quem fala?

Os/As adolescentes participantes da pesquisa serão apresentados a partir dos dados coletados na entrevista semiestruturada com informações referentes a idade, gênero, atividade artístico-cultural desempenhada e tempo de participação no projeto.

#### 10.1.1 Caracterização dos/das adolescentes participantes

Os dados informativos sobre os/as adolescentes foram resumidos e apresentados pelo Quadro 1. Os/as participantes foram convidados a escolher nomes fictícios de modo a preservar o anonimato:

**Quadro 1 – Caracterização dos/das participantes**

	Participantes	Idade	Gênero	Atividade artístico-cultural	Tempo de participação	Natureza de financiamento
Adolescentes	Cebola	17	M	Capoeira	4 anos	Municipal/ RAPS
	Maçã	14	F	Capoeira	6 meses	Municipal/ RAPS
	Maria	17	F	Escrita	2 anos	Projeto de extensão universitário
	Lobinha	17	F	Argila e desenho	4 anos	ONG
	MC WT	17	M	Música	5 anos	ONG
	King	16	M	Música	6 anos	ONG

Fonte: Elaborada pela autora.

Em relação aos/as adolescentes, observa-se que 4 tinham 17 anos no momento da produção de dados, um 16 e uma 14 anos. A pesquisa contou com 3 adolescentes do gênero

masculino e 3 do feminino. Houve diversidade ainda quanto as atividades artístico-culturais realizadas, sendo elas, capoeira, artes plásticas, escrita e música.

Os projetos apresentaram ainda naturezas de financiamento diferentes, sendo 2 adolescentes vinculados a um projeto municipal da RAPS do município, 1 de um projeto de extensão da Universidade Federal do Estado e 3 frequentadores de uma ONG. Todos os projetos de arte e cultura apresentam como objetivo ofertar atividades diversas à adolescentes advindos de contextos vulnerabilizados, ou seja, moradores de territórios com alto índice de violência e baixo acesso aos direitos sociais ou ainda de conjunturas conflituosas, sendo este critério de participação dos projetos.

## 10.2 Segunda sessão – Sobre o que se fala?

Essa etapa será apresentada em dois momentos: 1) As histórias produzidas por cada adolescente e 2) O processo coletivo/participativo dos grupos de discussão com os/as adolescentes, com consequente elaboração de um produto de pesquisa e devolução social.

### 10.2.1 História oral de vida dos adolescentes

As narrativas dos/as 6 adolescentes passaram por todos os processos que são previstos para a história oral de vida: transcrições, textualizações, conferência e validação pelos participantes (MEIHY; HOLANDA, 2019; MEIHY; RIBEIRO, 2011). As narrativas, bem como os nomes fictícios referidos acima, serão apresentadas na íntegra:

#### 10.2.1.1 CEBOLA - Capoeira



Ilustração: Erelley Moreira Cardoso dos Santos

*“Se fazemos algumas coisas hoje é porque um preto, há muito tempo atrás, ensinou que era assim que fazia.”*

Sou conhecido como Cebola. Eu tenho 17 anos. Meu sonho é ser humorista, então, eu faço vídeos no Tik Tok<sup>17</sup>, aprendi a fazer sem orientação. Eu já cheguei a 8 mil seguidores no aplicativo e tem um vídeo

<sup>17</sup> Rede social para compartilhamento de vídeos curtos, de 15 ou 60 segundos e 3 minutos, que oferece recursos para editá-los.

meu com mais de 200 mil visualizações. Eu escrevo os roteiros, e vou testando o material, que futuramente pode virar um *Stand-up*<sup>18</sup> ou qualquer coisa do tipo. Eu faço música também, faço rap, tenho duas músicas já lançadas, já fiz aula de teatro, de dança, hip hop, em um antigo Projeto de Arte e Cultura que foi extinto, e eu jogava basquete também, na época que eu fazia capoeira.

Minha família, ela é muito engraçada, principalmente, minha mãe, meu irmão mais velho e minha irmã mais velha. Desde pequeno o humor está bem presente lá em casa. Eu conheci o *stand-up* quando tinha oito anos de idade, quando vi um programa de televisão da Ana Hickmann chamado “Quem chega lá”. Teve um domingo, que o humorista Thiago Carmona, que é de Belo Horizonte, fez piadas sobre preto, sinuca... e eu fiquei encantado! A gente foi no show dele depois. E eu reparei que a gente faz isso aqui em casa, contando as histórias. Então, desde aquele momento, eu comecei a querer fazer o povo rir.

O humor me ajuda muito nos momentos difíceis, é uma forma de expressar meu ponto de vista. Eu gosto de tirar um sorriso da pessoa, porque eu sei o quanto é importante, quando eu era menor não tinha tanto sorriso. Eu considero que a música também é importante, porque ela ensina muito. O humor e a música me ajudam a melhorar, a querer passar uma mensagem, a querer evoluir como pessoa e ajudar as pessoas que passaram pelo que eu passei.

Na minha história, o projeto de arte e cultura que mais me influenciou foi a capoeira. Porque, quando ela apareceu na minha vida, eu estava passando por um momento muito difícil. Na época, a situação aqui em casa estava complicada, meu pai e minha mãe estavam brigando muito, na escola também, eu estava cursando o oitavo ano. Então, juntou vários fatores e eu estava com princípio de depressão. Foi um amigo meu, que na época fazia capoeira, que me chamou para participar, acabei trazendo as minhas irmãs também.

Nesse período, o coordenador do projeto, que é um sábio gigantesco, me ajudou bastante. E com os ensinamentos dele eu me apaixonei pela capoeira. Tem quatro anos que eu faço, e estou doido para que a pandemia acabe para eu poder voltar. Eu gosto demais, me ajuda muito.

A capoeira, ela é uma das poucas coisas que são 100% brasileiras. Foi criada pelos escravos e é baseada numa dança africana antiga chamada “engolo”. Para poder mascarar que eles estavam criando um jeito de se defender dos capatazes, eles usavam movimentos similares a dança. Existem dois tipos de capoeira, a Regional e Angola. A “original” é a Angola, que os capoeiristas gingavam baixo, próximo do chão, para que não fossem vistos

---

<sup>18</sup> Espetáculo de humor apresentado por uma única pessoa.

dos muros da Senzala. Com o tempo, e a libertação dos escravos, a capoeira foi evoluindo. Manoel dos Reis Machado, também conhecido como Mestre Bimba, foi quem criou a capoeira que a gente chama de capoeira regional, que é a capoeira que todo mundo vê, com gingados mais de pé. Mestre Bimba misturou a capoeira com a luta que o pai dele fazia aos movimentos de outras lutas, como taekwondo, criando a capoeira regional. Existe uma certa rixa entre angoleiro e regional, mas tudo é capoeira.

Antigamente, a capoeira estava no código penal, era crime de vadiagem. Manoel dos Reis Machado foi apresentado para Getúlio Vargas<sup>19</sup> na época, e depois que o Mestre Bimba apresentou a Getúlio Vargas a dança, que na época era chamado de luta Regional baiana, ela foi retirada do Código Penal. Por isso, que até hoje a gente mantém a tradição do apelido, para poder mascarar, quem era o capoeirista. O toque de cavalaria funcionava também como alerta para avisar sobre a polícia.

Então, ela salva vidas, como salvou a minha, ela é a manifestação cultural dos pretos, que ainda, infelizmente, a gente ainda sofre muito por causa da cor, e ela é a maior propagadora da língua portuguesa, porque as canções, os movimentos, não tem tradução, os nomes dos movimentos são conhecidos em qualquer lugar do mundo e as músicas devem ser cantadas em português.

E essa história diz muito da minha história porque eu nasci preto, meu pai é preto, minha família é preta. E, às vezes, a gente não tem uma história dos pretos no Brasil. Sabemos que eles foram presos e escravizados, que Zumbi<sup>20</sup> e Dandara<sup>21</sup> foram importantes, mas não se fala o que cada um fez. Quando se fala de escravidão, só se fala dos pretos sofrendo e não se conta sobre as pessoas pretas que foram importantes para a história, sobre um dialeto, um poema, uma música, não sabemos que foi um preto que fez. Então, é necessário ter essa representatividade.

Para poder trocar de corda na capoeira, quanto mais escura vai ficando a corda, maior a responsabilidade, a gente tem que saber tocar um instrumento, a história daquele instrumento e da capoeira em si. Essa história dá representatividade e é possível pensar que preto não só sofre. Isso dá autoestima.

Tem uma música da capoeira do mestre Barrão que mexe muito comigo. Nela, conta a história de um escravo que foi pego fugindo da senzala e enquanto ele estava sendo

---

<sup>19</sup> Foi o 17º presidente do Brasil.

<sup>20</sup> Líder quilombola brasileiro, o último dos líderes do Quilombo dos Palmares, o maior dos quilombos do período colonial.

<sup>21</sup> Guerreira negra do período colonial do Brasil, esposa de Zumbi de Palmares.

chicoteado chegou a notícia que Zumbi dos Palmares havia morrido. Zumbi, na época, era a maior representatividade e a única esperança de liberdade que eles tinham. Conta na música que esse escravo era Guerreiro de Angola, um homem forte, e essa foi a primeira vez que ele chorou, ignorou as feridas nas costas e chorou de desespero, pois a esperança havia acabado. Mesmo assim, ele continuou lutando, e ele morreu, tentando se libertar. Toda vez que essa música toca, eu lembro que nem tudo está perdido, ainda tenho esperança de lutar pelo que eu quero e de evoluir como pessoa. Ela me ensina que mesmo depois de toda a história triste que a minha família tem, a gente está conseguindo melhorar, está conseguindo evoluir... Ela descreve bem a filosofia de vida que eu criei para mim.

### **Esperança de ser livre**

Negro escravo  
 Foi pego fugindo da senzala  
 Correndo nos canaviais  
 Capturado pelo feitor  
 Que no tronco o amarrou  
 E o guerreiro valente gritava  
 de repente uma voz ecoava  
 Mataram o Rei Zumbi  
 Assim a notícia chego  
 E o guerreiro  
 Que nunca chorava  
 Nesse dia ele choro  
 Iê  
 Ô valente guerreiro e forte  
 Não acreditava na sorte  
 Não tinha medo da morte quando o fato aconteceu  
 Com a notícia que veio de longe  
 Dizendo que o Rei Zumbi morreu  
 E o guerreiro amarrado no tronco  
 A Deus pedia proteção  
 Olhando para cima lamentou  
 Ainda chorando falou  
 Ô mataram o Rei Zumbi a esperança de ser livre acabou

Ô valente guerreio choro  
 Ê choro choro  
 E o valente guerreiro choro

Ô valente guerreio choro  
 Ê choro choro  
 E o valente guerreiro choro

Ô valente guerreio choro  
 Ê choro choro  
 E o valente guerreiro choro

Ô valente guerreiro e forte  
 Não acreditava na sorte  
 Não tinha medo da morte quando o fato aconteceu  
 Com a notícia que veio de longe  
 Dizendo que o Rei Zumbi morreu  
 E o guerreiro amarrado no tronco  
 A Deus pedia proteção  
 Olhando para cima lamentou  
 Ainda chorando falo  
 Ô mataram o Rei Zumbi a esperança de ser livre acabou

Acho muito bonito ver os capoeiristas virando mortal. A gente não é ensinado a bater nos outros, é ensinado que não precisa. Se tiver uma briga é só sair. Por exemplo, quando você tem uma diferença com um parceiro de capoeira, você resolve na roda. Então, a capoeira ensina disciplina. Na época, eu era violento, e a capoeira me ensinou que não precisa desse tipo de comportamento, que o problema não estava nas pessoas, estava em mim.

Minha mãe é muito presente na minha participação na capoeira, meu pai nem tanto, ele trabalha viajando. A primeira vez que troquei de corda foi ela que me levou, as minhas irmãs foram também. Na época, minha mãe percebeu que eu estava mal e me incentivou a continuar. Ela também começou a fazer depois de um tempo, mas como ela tinha sobrepeso ficava complicado, e ela deu uma parada. Mas, ela também, como eu, quer muito voltar, porque agora fez cirurgia e está mais magra e consegue fazer melhor. Então, a família inteira melhorou e caminha para melhora, graças ao coordenador do projeto de capoeira.

A capoeira também ajudou alguns amigos, que para conseguir participar do projeto e eles voltaram a frequentar a escola e deixaram de procrastinar, já que era obrigatório que estivesse matriculado.

Existem outros projetos na minha comunidade também, mas que foram finalizados com a pandemia. Mesmo eu não sendo muito alto, eu e meus amigos, criamos um time de basquete, outras pessoas veem a gente jogando e pedem para participar. Tem o futebol e o grupo de dança, que são coordenados pelo mesmo professor, a aula de teatro na quadra, que fica próxima da minha casa, ela era bastante frequentada antes da pandemia por causa aulas.

Com a pandemia eu tive um grande crescimento pessoal. Passei pelo término de um relacionamento, não podia encontrar os meus amigos, não podia ir a escola e a capoeira, tive que me virar...Finalmente tomei coragem e comecei a escrever minhas coisas e a mostrar para

os outros. Eu fazia música desde os meus 6 anos, fazia poema, esse tipo de coisa, e só no ano passado que eu soltei a minha primeira música e o meu primeiro vídeo de comédia, foi a primeira coisa que saiu de mim. Então, a pandemia me motivou a dar início a alguns projetos.

Mas considero ruim não poder fazer capoeira, porque eu gosto demais. Às vezes eu fico vendo os vídeos antigos treinando e fico com saudades. Eu tentei treinar em casa, mas não é a mesma coisa. Com a companhia do professor e dos companheiros, é diferente.

Tenho sentido que a Netflix<sup>22</sup> me atrapalha às vezes na pandemia, por causa da procrastinação, porque retira o foco. Às vezes passo uma semana fazendo um roteiro e acabo assistindo séries, esqueço de tudo, atrapalha os meus estudos também.

Eu acho que a arte ajuda a pessoa a se expressar de uma forma positiva. Às vezes, a falta de um norte, a falta de uma pessoa mais velha orientando você através de um instrumento que seja, pode levar você a se expressar de uma maneira negativa com ações ou atos que machucam as outras pessoas e machucam a própria pessoa. Então, a arte é importante porque ela te faz evoluir como pessoa, ela te faz ser um ser humano melhor, e a querer que outras pessoas sejam melhores.

#### 10.2.1.2 MAÇÃ - Capoeira

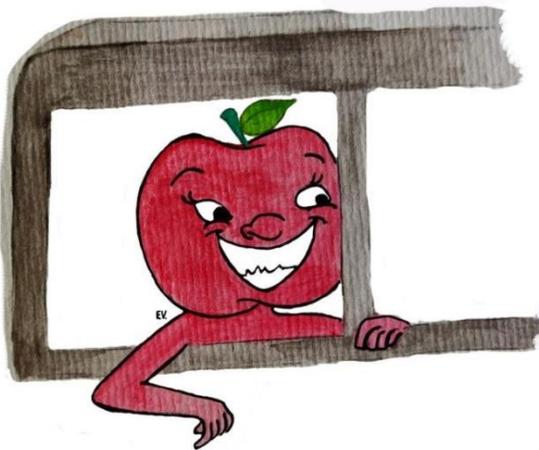


Ilustração: Ervelley Moreira Cardoso dos Santos

*“Outra experiência que a capoeira ofereceu foram as excursões.*

*Uma vez fui a uma excursão com mais dois amigos e foi o dia mais legal da minha vida.”*

Meu nome é Maçã, eu tenho 14 anos, vou fazer 15 esse ano, e meu apelido na capoeira é Maçã, do desenho animado "Maçã e cebola", porque eu sou irmã do Cebola. Nesse período de pandemia não tenho feito quase nada. Não estamos estudando online, porque não dá, tanto que refiz minha matrícula na escola e vou repetir de ano, não aprendemos nada. A gente tem ficado muito

<sup>22</sup> Provedor global de filmes e séries de televisão via streaming.

solitário com a quarentena, não pode sair para nada, não tem mais vida social e nem contato com outras pessoas, está bem chato.

Não acho que isso prejudique a minha saúde mental, pois, mesmo estando em casa, eu tenho minha mãe, meu padrasto, meus irmãos e animais, e eles ajudam bastante. Eu não tenho contato com o pessoal de fora, mas os meus irmãos e minha família me ajudam.

Sinto muita falta da minha melhor amiga.... dia 15 de março, vai fazer exatamente 1 ano e 2 meses que eu não a vejo, e isso é muito ruim, eu sinto saudades, tenho vontade de ir lá, abraçar e conversar. O meu contato com ela pelo WhatsApp<sup>23</sup> é limitado, porque a mãe dela é muito rígida.

Em casa, eu tenho feito alguns vídeos de TikTok com a minha família e está sendo muito legal. Ajudo na produção da escrita, figurino e auxílio na filmagem, eu mesma não gravo, quem faz mais é o meu irmão. Aprendemos a fazer tudo sozinhos. Minha mãe, de natal, deu para a gente uma *Hang Light*<sup>24</sup>, aquele círculo de luz de blogueirinha, a gente ficou muito feliz e a qualidade dos vídeos estão saindo bem melhor agora.

Fiquei muito animada também com a possibilidade de fazer parte de uma agência de modelo nesse período. Me chamaram para participar de um teste quando estava andando no shopping. Inicialmente, era só eu, mas acabei participando junto com a minha mãe, minha irmã e o meu irmão, mas quem foi aprovado foi ele.

Apesar de todo o apoio familiar, principalmente da minha mãe, eu não tenho um sonho, não tenho um objetivo. Sei que ela me apoiaria no que eu decidisse, me auxiliaria a descobrir como começar a tentar ter um futuro daquele meu sonho. Mas, no momento, estou muito frustrada por causa da negativa da agência de modelos. Até me imaginei fazendo propaganda de hambúrguer.

Esse ano vou fazer 15 anos, mas não vou fazer festa. Pretendo fazer uma viagem para Salvador junto com a minha família no final do ano, já estamos até pagando, estou muito ansiosa para isso, mas tem que ver como vai estar a pandemia. Espero que dê tudo certo. Brincamos que vamos chegar no aeroporto gingando, porque lá tem um centro cultural ligado a capoeira muito forte, apesar de ter escolhido o local por causa das praias, acho elas muito lindas.

A capoeira entrou na minha vida através da minha irmãzinha e do meu irmão no final do ano retrasado, em 2019, fiz até o começo de 2020. Eu estudava à tarde e eles estudavam de

---

<sup>23</sup> Aplicativo de celular que possibilita troca de mensagens instantâneas e chamadas de voz.

<sup>24</sup> Anel de luz utilizado para fotos e gravações em vídeo.

manhã, quando eu passei a estudar pela manhã, nós três fazíamos capoeira a tarde. Mas, com a pandemia acabou. Eu estava muito animada. Eu lembro que eu cheguei para fazer a aula e vi as pessoas fazendo piruetas e eu fiquei impressionada e me questionei se conseguiria fazer algo assim, mas o coordenador do projeto de capoeira me ajudou e foi legal.

Acho que as pessoas ao conhecer a capoeira provavelmente gostariam do projeto, elas podem pensar que é tipo coisa de filme, inicialmente, mas é bem tranquilo. Aprendemos a respeito da história da capoeira, gostava de aprender, apesar de achar que isso não influenciou muito a minha vida

A minha mãe chegou a fazer capoeira também. A gente fazia lá no meu bairro. Mas, com a mudança do serviço dela para noite ela acabou desistindo. Ter ela fazendo capoeira comigo foi a coisa mais legal da minha vida. Ver ela feliz, animada, gingando do jeito dela, eu achava fofo, me deixava feliz também. Lembro que na primeira semana que fomos a capoeira ficamos impressionados com uma música, escutamos ela durante semanas.

Outra experiência que a capoeira ofereceu foram as excursões. Uma vez fui a uma excursão com mais dois amigos e foi o dia mais legal da minha vida. A gente se divertiu e conversamos horas dentro do ônibus. Quando a gente chegou no local, onde iriam acontecer as graduações e trocas de corda, inclusive a do Cebola, fiquei muito impressionada com os capoeiristas, lembro de querer fazer igual a eles.

Essas excursões aconteceram dentro da cidade, não conhecia esses lugares antes, eram muito bonitos. A primeira foi em um galpão muito grande e a segunda em um teatro. Tinham mestres e professores de capoeira, gente do berimbau, do pandeiro.... nunca soube que esses lugares existiam. Então, se não fosse pela capoeira, eu acho que eu nunca teria conhecido.

Eu não costumo frequentar os espaços culturais. Vou de vez em quando ao centro da cidade com a minha mãe, que trabalha lá, quando preciso resolver alguma coisa. Vamos de manhã cedo e voltamos de tarde para a noite, é longe.

Eu me sentia bem participando da capoeira, ter contato com outras pessoas, ainda mais no lugar e com as pessoas que eu gosto. Eu sinto falta também que nesses grupos, algumas vezes, eu era o centro das atenções, sinto falta da zoação, de ir para a casa sozinha, do lanche que eles ofereciam, era muito gostoso, ter a opção de sair ou não, de, por exemplo, ir ao shopping com os meus colegas, não tem mais essas coisas com a pandemia. Estou ansiosa para a voltar à capoeira.

A gente tem um grupo de WhatsApp da capoeira e muita gente manda “bom dia”, “boa tarde” e “boa noite”, às vezes o coordenador do projeto tenta desenvolver algum projeto

para gente fazer à distância, como ter aula online pelo aplicativo Zoom<sup>25</sup>. Não sei exatamente o porquê, mas acabou não rolando

Tentamos junto com a minha mãe, no início do ano, fazer exercícios físicos. Estávamos indo caminhar na cidade administrativa, andávamos e víamos as pessoas, e isso ajudou bastante. Mas, acabamos desistindo e voltamos para dentro de casa.

Perto da minha casa, tem uma academia de karatê, já fiz algumas aulas lá. Antes da pandemia, tinha um grupo de dança também, cheguei a participar algumas vezes, cerca de 1 mês e meio, mas acabei desistindo também.

Com a participação na dança e na capoeira sinto que a minha saúde foi a mil. Acredito que a principal mudança depois da capoeira foi a alimentação. A gente diminuiu muito no sal, no açúcar, nas besteiras de pizza, hambúrguer, refrigerante... A gente passou a comer mais frutas, o meu padrasto gosta muito de frutas e acabamos aprendendo isso com ele também.

### 10.2.1.3 MARIA – Projeto de escrita



Ilustração: Ervelley Moreira Cardoso dos Santos

*“Eu passei a ver poesia no meu dia-dia, vejo um passarinho e penso que daria uma poesia.”*

Meu nome é Maria<sup>26</sup>, mas eu gosto de ser chamada de Brilho, que é meu nome artístico, foi assim que eu me reconheci. Esse nome surgiu do nada, no meio de uma brincadeira com um amigo, no primeiro dia que eu cheguei no projeto de escrita, nesse momento eu decidi que seria a Brilho e pegou, todo mundo me conhece assim lá agora. Nem sempre me sinto irradiando, geralmente, fico assim quando

alguém me inspira.

O CRJ, Centro de Referência à Juventude, local onde acontecia o projeto, é lindo. Eu me sentia muito livre. É um espaço que, apesar das regras, a gente podia fazer o que quisesse, por exemplo, podíamos sentar em qualquer lugar, ir à biblioteca, ler um livro... Então, era muito bom, muito gostoso ficar lá. Eu me sentia muito acolhida, se a gente chegasse lá triste,

<sup>25</sup> Aplicativo que permite a realização de reuniões no formato online.

<sup>26</sup> Maria é o apelido que a participante escolheu para esta pesquisa, como uma homenagem a irmã.

logo alguém chegava para conversar e perguntar se estava acontecendo alguma coisa. Então, era muito bom.

Eu mal saía de casa antes de conhecer o projeto e foi muito legal. Saíamos da zona de conforto, só de pegar o ônibus para ir ao projeto, e estou sentindo muita falta disso. Depois que comecei a participar do projeto, a gente começou a buscar inspiração em locais próximos, então, às vezes a gente dava umas voltas por lá. Conheci vários pontos turísticos da cidade. Eu gosto muito de teatro, cheguei a ir a alguns antes, tipo Palácio das Artes, mas nada além. Se eu não participasse do projeto nunca teria conhecido esses lugares. Até porque eu saio pouco de casa, não tem muito lugar para ir.

Esse foi o único projeto de arte e cultura que participei. Assim que soube do projeto os meus professores vieram me falar que achavam que eu iria me identificar muito. E foi realmente isso o que aconteceu, fui pesquisando e me encontrando no caminho da arte. Tinham várias opções de atividades e quando cheguei fiquei em dúvida entre duas, o teatro e a da escrita. Inicialmente, eu tentei ficar no teatro, mas como tinha muita gente acabaram me encaminhando para a de escrita. No começo, eu não gostei, pensei que seria chato escrever. Mas, depois eu fiquei enlaçada nesse projeto e nessa atividade, e não participei de nenhuma outra.

O nome do grupo “Arte s/cem palavras” surge disso. Percebemos que nós, jovens, nos assustávamos quando falava em escrita, associava que era o mesmo tipo de escrita que acontecia na escola. Só que lá é muito diferente disso, a gente pode falar até um palavrão que não somos julgados, tudo que a gente escreve vira poesia.

Quinta-feira, que era o dia que acontecia o projeto, eu ficava animada, mesmo que o dia fosse mais corrido. Porque eu chegava da escola, e às vezes nem dava tempo de eu comer, eu ia correndo mesmo, mas eu gostava, adorava! Nesse período, estava com medo que com encerramento do projeto com a minha escola eu não pudesse mais ir, mas eles me convidaram a ser monitora do grupo “Arte s/cem palavras” eu fiquei muito feliz de continuar a participar. Eu acho que eles perceberam que eu fiquei apaixonada pelo projeto.

Na primeira fase do projeto, que foi com a minha antiga escola, a adesão ao grupo do “Arte s/cem palavras” era baixa, ninguém participava só eu, só existia mesmo por causa de mim, porque eu era a única que ia. E aí, eu fui criando amizade, criando laço, criando contato, até que, teve uma segunda oportunidade com a minha escola, aí foram outros jovens também.

Muitas pessoas que entraram no “Arte s/cem palavras”, nessa última fase, queriam cantar, queriam até mesmo entrar para o teatro, só que às vezes a gente não tinha muito espaço. Teve uma época que a gente chegou a juntar as duas atividades para fazer um trabalho.

A gente escrevia algumas coisas e os participantes do teatro iam e atuavam, juntamos também um período com as artes plásticas.

O “Arte s/cem palavras” é um grupo livre. Onde a música, o teatro e a poesia estão sempre juntas. A gente não faz nada sem escrita. Vamos supor, não existe uma peça de teatro se você não tiver palavras, não existe música se não tiver palavras.

Depois de participar do projeto eu me sinto ainda mais livre para falar as minhas opiniões. Porque, as meninas ainda sofrem muita censura e lá eu aprendi que não tem isso, tanto menino quanto menina, tem sua voz, sua fala, e ela pode ser usada, pode ser escutada e que a gente tem que lutar por isso. Eu levei isso para a minha vida.

Hoje eu tenho mais opiniões formadas, já sei o que eu quero falar...porque, antes, eu ficava sempre quieta. Em relação ao machismo também... hoje em dia não, hoje eu falo, expresso minhas opiniões. Quando a gente não pode se expressar a gente começa a ficar reprimida e isso é muito ruim, sofremos com isso. Ter um lugar que a gente é acolhido, onde a gente pode falar o que pensa, é muito importante.

No projeto, eu me sentia à vontade para falar sobre o que eu penso e isso é muito legal. Acredito que vários outros jovens, que também chegaram a participar do nosso grupo, também tiveram essa conscientização e começaram a falar também.

Antes eu não tinha para quem falar o que eu sentia, para quem falar das minhas músicas, dos meus gostos. Eu gosto muito de música, mas elas são um pouco diferentes, eu gosto, por exemplo, de Adriana Calcanhoto<sup>27</sup>e ninguém lá em casa gosta. Quando eu cheguei lá no projeto todo mundo conhecia e a gente cantava as músicas, era muito legal, era um grupo, um projeto que envolvia todas as partes.

A minha família também percebeu essa mudança. Na minha casa moram eu, minha mãe, minha irmã gêmea, meu irmãozinho de 7 anos e meu tio. Da minha família só eu faço parte de projeto de arte e cultura. A minha mãe reconhece a parte positiva da minha participação no projeto, mas ela acha também negativo. Ela acredita que tenho falado mais palavrão, mas não acho que seja assim, é que hoje em dia eu me sinto mais livre para poder falar o que eu quero. A minha mãe é de outra época, é um pouco complicado, mas eu vou tentando.

A minha irmã também mudou. Antes ela era meio cabeça fechada, hoje eu abri a mente dela para algumas coisas, e ela também a minha. A gente vai passando esses

---

<sup>27</sup> Cantora brasileira de MPB.

ensinamentos, ainda mais que a gente tem a mesma idade, que somos gêmeas. Minha irmã chegou a ir, uma ou duas vezes, e ela abriu mão para eu poder participar.

Ela foi muito legal comigo, porque apenas uma de nós duas poderia participar do projeto, alguém teria que ficar para cuidar do nosso irmãozinho. A gente era da mesma escola e série e o projeto abriu vagas para os jovens do 8º e 9º ano, alguns do 7º também, mas ela nunca ia, para deixar eu ir. Ela falou que eu poderia participar, que não havia gostado tanto. No meu bairro também tem alguns projetos de arte e cultura, principalmente no Alto da Vera Cruz que é próximo. Projetos para aprender a tocar violão, por exemplo, mas são poucos e não são todas as pessoas que participam. Com a pandemia eles nem estão acontecendo.

Acho que nem todas as pessoas têm essa oportunidade de ir. Nesse projeto que eu participava no Centro de Referência a Juventude, por exemplo, isso acontecia com frequência, muita gente não ia porque tinha que ficar cuidando do irmão em casa, precisava fazer as coisas. Mesmo assim, todos que tinham oportunidade iam. Alguns não iam para a escola, mas quando era o dia do projeto eles apareciam.

Sinto também que com a participação no projeto eu fiquei mais crítica politicamente. Desde o nono ano eu comecei a questionar, a prestar mais atenção nas aulas de história e ética e cidadania. Só que na minha casa ninguém fala muito sobre isso e eu não tinha onde recorrer. E o projeto era esse espaço livre, a gente podia falar de tudo, inclusive sobre política. No nosso grupo só tinham mulheres e a gente conversava sobre a vida da mulher e as dificuldades, e eu aprendi muito sobre o machismo.

Fiz uma poesia sobre isso, eu gosto muito dessa, de quando eu tomei um choque de realidade do que a gente estava vivendo no país, e está no meu primeiro livro:

O machista que diz amar, não ama  
porque quem ama não vota no Bolsonaro

A gente escreveu um segundo livro também, em 2019, que foi a partir das nossas escritas em grupo e de jovens que passaram pontualmente por lá também, colocamos o nome de todo mundo, pois no primeiro livro ficou confusa a autoria dos textos. Eles foram impressos, e esse segundo livro chama “A QueeMs”, quer dizer rainhas e poderosas. O nome é diferente, trocamos o “N” pelo “M”, porque não tem isso de certo na escrita, para ficar mais livre. Nesse livro colocamos uma foto nossa, de todas que participavam da atividade de escrita, estava todo mundo junto e eu gosto muito dessa foto. Quem ajudou a fazer a produção

do livro foi uma das monitoras do projeto, que participava do “Artes s/cem palavras”, a avó dela também ajudou, e ficou um livro muito amoroso e interessante com esse amor de vó.

No livro tem várias produções minhas, mas eu gosto muito de uma poesia coletiva que fizemos. Porque, nem sempre estavam todas reunidas, a coordenadora do projeto às vezes não estava. Mas nessa poesia todo mundo escreveu. A escrita em conjunto foi um exercício de liberdade. A gente jogava as palavras que surgiam, uma escrevia a primeira frase e a outra ia lá e completava e ficou assim:

O amor mudou  
 mas continuou  
 livremente se pôs  
 a amar novamente  
 solto, indomado  
 sem ser amado  
 amar sem amarrar  
 E nesses nós já soltos  
 sou nós  
 sou laço

Tem uns textos que nem ficaram com tanta conexão, mas a gente questionava se deveria fazer sentido também, afinal, nada precisa fazer sentido.

Eu acho que todos que participaram do projeto, hoje carrega alguma coisa que aprendeu lá. Não tem como ter passado por lá e não ter aprendido nada. Porque, tinha uma coisa que eu achava muito legal, que não é só a gente que aprende, eles também aprendem muito com a gente. Às vezes eu chegava lá e eu nem queria falar nada, e eles insistiam, mas depois eles aprenderam muito com o meu silêncio também.

Eu passei a ver poesia no meu dia-dia, vejo um passarinho e penso que daria uma poesia. Uma vez, eu estava discutindo com uma amiga minha lá no projeto e ela falou que não queria mais saber de mim e eu falei que se ela não quisesse mais saber de mim tudo bem, que a gente não conversaria mais, mas que ela deveria saber que conversar é um ato de amor. Nesse momento, a monitora do projeto estava passando e ficou impressionada com essa frase. E disso surgiu essa poesia: “conversar é um ato de amor” e eu sempre falo isso agora “conversar é um ato de amor”.

Com a pandemia tem sido mais difícil. A gente tá trabalhando online, mas não tem sido a mesma coisa. Eu não tenho muito contato com jovens, nos vemos pouco, uma vez no

mês, pelo Google Meet<sup>28</sup>. As minhas escritas também diminuíram, às vezes eu escrevo, mas não sei... com a pandemia tem sido difícil criar, ela não é uma boa inspiração.

#### 10.2.1.4 LOBINHA - Argila e pintura



Ilustração: Ervelley Moreira Cardoso dos Santos

*“Eu passei a me desafiar mais, a ter mais coragem de enfrentar as coisas.”*

Meu nome é Lobinha, eu tenho 16 anos, tenho dois animais de estimação, um gato e uma gatinha, mas tem umas galinhas lá em casa também. Eu moro com meu pai e minha mãe, só os dois. As pessoas da minha família não participam muito de projetos de arte e cultura e as que participam também não falam muito. Não conheço outros projetos porque eu não saio muito.

O meu primeiro contato com a arte e cultura foi em um projeto da escola voltado para a Consciência Negra, o “Pan de afro”. No começo, eu não entendia muita coisa, mas conforme eu fui crescendo e as apresentações aconteciam, eu comecei a achar muito legal. O que mais marcou nesse tema foi a dança, que foi a parte que fiquei envolvida, era bem contemporânea. Teve uma vez que a gente enfeitou a escola toda no tema africano e eu gostei muito também. Eu nunca tinha pensado sobre essa questão de consciência negra antes, eu sou muito avoada, não acreditei que acharia interessante. E na minha família a gente não discute sobre isso, eu evito falar sobre questões relacionadas à política com eles. Sou muito fechada para coisas novas, mas eu mudei meu jeito de pensar ao participar do Pan afro.

Eu frequento o projeto de arte-cultura desde criança, já participei de diversos tipos de atividades aqui. Resolvi entrar por causa do meu pai, que fazia carroto com frequência para cá e propôs de eu vir, eu não sabia bem o que era, mas resolvi tentar. Foi a melhor coisa, melhor decisão que eu tive. Aqui tem muitos cursos legais, às vezes as pessoas podem achar que são uns cursos nada a ver, mas eu acho que acabam estimulando muito a gente. As atividades artístico-culturais que mais me marcaram no projeto foram a de argila e pintura. Eu tinha muita gastura de coisas que me sujam e quando comecei a mexer com a argila, eu passei a me desafiar mais, a ter mais coragem de enfrentar as coisas. Eu percebi que às vezes eu sou o tipo

<sup>28</sup> Aplicativo que permite a realização de reuniões no formato online.

de pessoa que, para não ter trabalho, acabo não fazendo. Com isso, eu perdia oportunidades, mas com a argila eu me senti mais motivada e encorajada.

A arte para mim é uma coisa muito espontânea, qualquer coisa pode virar arte... até um desenho muito nada a ver. Quando uma criança desenha uma coisa, o que ela fez é arte, e desde pequena meus pais me motivaram muito a fazer esses desenhos, eu nem sei o que eles achavam de tão interessante na época.

A arte depende da perspectiva também, por exemplo, lá em casa tem um quadro que é só um monte de manchas e um bonequinho. Eu acho que ele representa paz, porque não tem ninguém perturbando o bonequinho, mas para minha mãe é solidão, porque não tem ninguém perto dele.

Pode não parecer, mas eu sou muito tímida, tenho um mundo próprio e algumas vezes eu escuto vozes também. Quando eu vou conversar com alguém, eu tenho que criar todo um diálogo na minha cabeça de como eu vou puxar assunto e conversar, e ainda assim, me sinto insegura se a pessoa vai gostar do que eu estou falando. Eu acabo criando um perfil da pessoa na minha cabeça. E no final, acabo que nem converso. Estar no projeto é um bom lugar também para pessoas quietas, porque eles vão ter oportunidade de fazer amizade, já que aqui tem outras pessoas que são assim também.

Além disso, pelo projeto eu tive a oportunidade de conhecer muitos outros lugares, com os passeios que eram feitos toda sexta-feira. Antes do projeto, o único lugar que eu conhecia era a escola, e lá não são feitos muitos passeios, antes da pandemia eu só ia ao supermercado. Se dependesse dos meus pais e de mim, eu nunca teria conhecido esses lugares, só conheci por causa do projeto. Os meus irmãos me levavam em algumas festas também, ainda que eu não tivesse sido convidada, tipo festa de casamento. Da minha família, eram os únicos que me levavam para passear. Quando eu era pequena também, eu ia todo domingo, sem exceção, ao Parque Municipal para andar a cavalo com o meu pai, o dono do cavalo já até me conhecia.

O passeio que mais me marcou, que fiz junto com o projeto, foi para visitar o museu de carro. Eu sou apaixonada desde pequena por carros de luxo e velocidade, e foi muito bom, eu chorei de emoção, eu pensei que tinha entrado no paraíso, que era um sonho, foi um sacrifício sair dali.

Teve um lugar também que a gente foi duas vezes, é tipo uma mini floresta para fazer trilha, e foi muito legal! Fiquei com medo de não conseguir achar o final e também de uma casinha abandonada que encontrei no caminho, eu sou muito medrosa, mas fiquei feliz de ter

feito, me senti uma sobrevivente. Durante a trilha uma amiga minha caiu no barro e eu achei muito engraçado. Foi muito legal.

Mesmo com o projeto, nunca me arrisquei a fazer esses passeios por conta própria, porque eu não tinha companhia. Os meus irmãos são muito desanimados para ir a lugares mais calmos, eles só gostam de festa e a vida não é só isso. Às vezes é bom ir para lugares mais tranquilos para acalmar um pouquinho, eu me sinto bem em locais assim.

As minhas amizades também me fazem bem. Mas com a pandemia tem que tomar cuidado. Esses dias, eu vi uma amiga da escola, perguntei se ela convivia com pessoas idosas e se ela tinha feito o teste para o Covid-19, e como tinha dado negativo, nos encontramos. A gente tomou todo o cuidado, certinho, ficamos batendo papo durante uma hora e depois ela foi embora, mas foi muito bom.

A música é algo que também me ajuda. Nos momentos que eu não estou bem, eu sempre coloco música bem alto e evito conversar com todo mundo. Escuto a minha música favorita do Jxdn<sup>29</sup> “Angels and Demons”. Quando estou assim, eu simplesmente chego na minha mãe e falo que não quero conversar, e fico no meu quarto, no meu mundo, eu me sinto muito bem na minha cama, fico lá umas duas horas, até eu me acalmar e os meus pais me respeitam. Gosto de ir em parques também, eu me reconecto comigo mesma.

Por gostar de música, eu já até pensei em aprender a tocar violão, e ser compositora. Minha mãe fala que eu canto bem em inglês. Eu tenho interesse nisso, mas, o problema é minha irmã. Ela me desestimula, fala que não vou ganhar dinheiro com isso, que deveria ter que trabalhar para outras pessoas. Mas, eu acredito que eu tenho que trabalhar com alguma coisa que eu gosto, porque senão vai ser que nem na escola, ter que fazer várias matérias que eu nem gosto, só porque eu sou obrigada. Na faculdade é diferente, eu posso escolher se eu quero ou não, eu me questiono do que adiantaria fazer uma faculdade que eu não gosto, seria só para gastar tempo e dinheiro. Eu sou muito apegada aos meus irmãos por parte de pai, mas às vezes eles não me fazem bem. A minha irmã é um bom exemplo de como meus irmãos afetam a minha saúde mental.

Conviver com uma pessoa assim, que abaixa a minha autoestima todos os dias, me faz sentir que estou morrendo aos poucos, sinto que vou morrer todos os dias. Esses dias, eu senti uma fíncada no coração...minha mãe acha que é depressão.

Sei que a única pessoa que pode aumentar a minha autoestima sou eu e minha mãe, não adianta os meus amigos me elogiarem, isso não ajuda, sou eu que tenho que colocar na

---

<sup>29</sup> Jxdn cantor americano de rock, pop-punk e emo rap e personalidade do Tik Tok.

minha cabeça. Por isso, eu fico me encarando no espelho e me elogio, falo que sou bonita para mim mesma, e que não importa a opinião dos outros

Por isso, desde pequena, meu sonho é morar fora. Não pelo fato da minha mãe ou do meu pai, mas, por conta dos meus irmãos. Eu quero morar longe, o mais longe possível, para eu não ficar sabendo deles. Eu prefiro ficar sozinha, eu sou acostumada com isso, não vejo como solidão ou depressão, mas é porque quando estou sozinha eu posso fazer o que eu quiser, sei que ninguém vai me julgar.

Acho que com a pandemia eu melhorei, antes eu era muito chorona, tudo que as pessoas falavam para mim eu chorava, com a pandemia eu estou conseguindo controlar mais as minhas emoções. Eu tenho participado das atividades do projeto de forma online e está sendo tranquilo. Mas, isso só está sendo possível porque não tá tendo escola. Eu tinha aula a tarde antes, mas agora a escola só manda umas atividades, os PETs (Planos de Estudos Tutorados), do tipo, está aí “se vira”. Esses dias a professora me criticou porque eu peguei as respostas do Google<sup>30</sup>, e eu respondi que fiz uma pergunta no Google em 2020 e ainda não tive a resposta, estou com essa dúvida até hoje.

#### 10.2.1.5 MC WT - Música

*“A arte muda a vida das pessoas, é muito importante, ela mudou o meu pensamento.”*



Ilustração: Ervelley Moreira Cardoso dos Santos

Meu nome é MC WT, eu tenho 17 anos e tem muito tempo que eu participo aqui do projeto em diversos coletivos, desde os 13 anos mais ou menos. Foi um colega meu que me falou sobre o local, e é bem bacana mesmo, aquele lugar onde você chega e se sente bem-vindo, onde as pessoas vão te receber bem e vão ajudar se você tiver

precisando, aqui é ótimo.

Eu já tinha participado antes da escola de música, eu sempre tive vontade de aprender a tocar violão e meu irmão teclado... Nessa época, meu pai tinha comprado um teclado para

<sup>30</sup> Site de busca.

ele e um violão para mim e a gente veio participar. A gente aprendia a tocar algumas músicas que queríamos e apresentávamos em outros locais também. Era legal. Foi desde aí que o projeto entrou na minha vida.

A minha paixão pela música surgiu com o projeto e agora, com o Projovem, estamos aprendendo a fazer remixagem com o computador, tipo DJ. Tenho feito umas letras de funk também, o que vem na minha mente eu expesso. Fiz uma música para o Dia das Mães, a pedido de um dos coordenadores do projeto. Perguntei se eles queriam paródia ou uma letra própria e eles ficaram admirados com a minha habilidade e me elogiaram. Enquanto eu discutia a música com eles, já iam aparecendo ideias para a letra e eu sabia que a letra ia ficar foda. Eu fui juntando com outras coisas. A minha mãe, ela é muito apegada a mim e ao meu irmão, mesmo agora com a minha irmã morando lá em casa também. Aí, eu fiz essa música para homenagear ela ser tão guerreira. Ela e meu pai cuidaram da gente direitinho. O processo de escrita dessa música aconteceu livre, eu fui anotando as letras que surgiam na minha mente, às vezes vinha um refrão, eu anotava e deixava quieto, no outro dia, vinham outras coisas e quando anoitecia, eu sentava lá na pilarzinha e ia completando, até que saiu a música. E ficou assim:

E aí, mãe, obrigado por me trazer até aqui  
 Com suas ideias e conselhos o meu corre flui  
 Sei que não é fácil esse tempo que estamos passando  
 Através dessa letra eu vim dizer que eu te amo  
 A vida é louca, eu sei, e nela estamos de passagem  
 Ninguém preocupou comigo igual a senhora, e você sabe  
 De passar o que passou  
 Me dá todo amor  
 E a metade dos meus sonhos de criança me apoiou  
 Oh mãe, me desculpe pelos erros que eu cometi  
 Não foi fácil botar seu moleque na linha  
 Hoje agradeço com todo meu coração  
 Por ter a senhora como mãe, minha rainha  
 Oh mãe, me desculpe pelos erros que eu cometi  
 Não foi fácil botar o seu moleque na linha  
 Hoje agradeço com todo meu coração  
 Por ter a senhora como mãe, minha rainha  
 Meu presente de Deus

Cada música que eu faço ela é inspirada em alguma coisa que tá acontecendo, das coisas que eu já vivi, eu crio e vou juntando. Quando eu era mais novo aqui no projeto eu lancei uma música de funk com um dos coordenadores, o nome dela é “Vai mexendo a raba”. Ela não ficou muito legal, ficou meio estranha a letra, mas o produtor que fez, produziu ela

direitinho, só que a forma que a gente estava cantando era uma coisa sem sentido, sem pé e sem cabeça. Mas quando a gente é mais novo é assim mesmo.

Quando eu lancei a música aqui no projeto e eu mostrei para alguns colegas, nem todos botaram fé, me zoaram, falaram que eu não levava jeito, que era para eu desistir, que se eu fosse viver da música iria passar fome, que era ruim... até fiquei meio sem jeito de continuar... Eu fiquei triste, foi horrível! Mas eu não desisto fácil das coisas, porque eu penso que quem corre atrás conquista. Então, quando alguém me desestimula e fala que não vou conseguir, isso me dá ânimo para me esforçar. O que me motiva a continuar, além dos incentivos, são essas pessoas que não botam fé. Eu vou dando o melhor de mim, para eu conseguir chegar lá, para mostrar que todo mundo pode, basta querer e dar seu esforço.

Depois eu fui pesquisando como melhorar a voz e eu fui desenvolvendo. Quando eu fico com dúvida de alguma coisa, por exemplo, de qual letra, qual palavra colocar na música eu já vou para o Google, pesquiso alguma coisa para dar o sentido e aquela diferenciada, aí eu coloco. No momento eu estou só com seis letras, mas ainda tenho muitas que estão só no processo de montar.

A partir dali eu já fui querendo dar continuidade. Eu tenho o sonho de viver de música, já fiz uma prévia de uma das músicas que eu fiz de funk e lancei no Instagram, ganhei 61 curtidas e 23 comentários, e um DJ famoso também curtiu, eu não sei de onde ele é, mas eu acho que é ele que fazia as músicas e produção, antigamente, do pessoal que cantava “eu só quero é ser feliz”. Acho que foi ele, porque ele postou foto com Mc Marcinho.

O que me inspira a continuar também é uma música que eu fiz e ficou muito top, eu não desisto do meu sonho não. Um dia eu chego lá. Ela é assim:

Toda hora quando eu paro e lembro dos nossos momentos  
Bate uma saudade de você  
Tu tá sumida já faz um tempo  
Volta pro seu nego  
Esquece de tudo e vem me ver

Vem me ver que eu já tô com saudades de você sentando, de você sentando...  
Vem me ver que eu já tô com maldade, só te esperando, só te esperando...

O funk está na minha vida desde que eu era pequeno, meus pais ouviam em casa, hoje em dia eles curtem mais rap, tipo Racionais. O funk é muito discriminado, por tocar em baile, dentro de comunidade, apesar de nunca ter ido ao baile. Eu acho que são poucas as pessoas que apoiam esse gênero musical.

O meu pai e minha mãe me motivam muito. Meu pai, além de comprar o violão e o teclado, ele sempre vai comprando outras coisas que ajudam na nossa produção musical, já que a gente não tem condição de ir gravar em uma gravadora, que é em torno de 3000 reais. Ele me incentiva também a gravar vídeos para postar no Instagram, para os meus amigos para que eles me ajudem na divulgação. A minha mãe também me apoia, mas ela fala que acha que as minhas músicas têm muito palavrão, tipo nessa parte que eu falo “de você sentando”, ela pede para eu trocar essa parte, acha uma pouca vergonha.

Só eu e meu irmão fazemos parte de projetos de arte e cultura, porque a minha família, metade dela não mora aqui, eles são de Sarzedo, e lá onde eles moram não tem projetos desse tipo. Eu gosto muito de lá, é um local bem tranquilo.

A pandemia tem sido muito chata. Porque aqui no projeto a gente tinha aquele afeto com as pessoas, a gente abraçava, tocava na mão, a gente desabafava, zoava e conhecia outras pessoas e isso é muito importante e legal. Mas, com a pandemia deu uma atrapalhada nas coisas, a gente só fica preso dentro de casa, entediado.

A escola também abandonou a gente no ano passado, abandonou eu e meu irmão. Eles não quiseram entregar os PETs, material impresso com os exercícios da escola, falou que a gente não tinha direito... eu perdi um ano da escola, mesmo assim a escola me passou... e esse ano eu estou fazendo as atividades para conseguir passar.

Acho que o que mais influência a saúde mental ao participar do projeto é isso, a afetividade, estar junto com outras pessoas, conversar, desabafar... Porque eu sou muito do afeto, gosto de trocar aquela ideia bacana com as pessoas... e quando eu estou precisando de um tempo eu fico sozinho e escrevo algumas letras de música. O coletivo fazia muito bem para a saúde também, a gente participava de esportes, e já rolou de a gente jogar bola contra outros coletivos.

O projeto já levou a gente para alguns passeios também, para clubes, nos reuníamos com os alunos de outros grupos e comunidades, como a do Papagaio e da Serra. A gente curtia muito, tinha muita música e dança, fazíamos um monte de coisa. Teve uma vez que a gente foi para o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do aglomerado da Serra e tinha um MC que era surpresa, a gente tentou adivinhar quem seria, mas chegando lá, quem chegou entrando foi o MC Dodô, cantor e compositor de funk aqui da cidade, aquele dia foi da hora. Se não fosse o coletivo, acredito que não teria conhecido vários desses lugares, a Serra mesmo ou o CRAS do Papagaio.

A arte muda a vida das pessoas é muito importante, ela mudou o meu pensamento, eu adquiri conhecimentos, aprendi muita coisa. Eles ensinam a gente sobre os nossos direitos. O

coletivo ajuda a gente entender algumas coisas, explicam se a gente tem a dúvida do que está acontecendo, eles conversam com a gente.

#### 10.2.1.6 KING -Música



Ilustração: Erelley Moreira  
Cardoso dos Santos

*“A arte sempre me acompanhou,  
minha vida toda.”*

Eu sou King, tenho 16 anos, sou estudante, estou no segundo ano do ensino médio e sou o mais novo contratado, de carteira assinada, da Caixa Econômica Federal. Consegui essa vaga de emprego recentemente graças a Deus, ao Projovem, projeto ao qual faço parte de vários coletivos em diferentes atividades artístico-culturais, e ao CRAS.

Foi a irmã da diretora do Projovem que me indicou esse processo seletivo. O pessoal daqui do projeto me auxiliou com a construção do currículo, a fazer a inscrição, me apresentar melhor, como me comportar e como ficar apresentável durante a entrevista. Eu assisti vários vídeos na internet também sobre o que fazer nesses momentos, e quando me pediram para falar um pouco sobre mim eu estava completamente flexível. Eu fiz uma prova, que não foi nada fácil, para avaliar o meu conhecimento. Achei que iria ficar nervoso, mas fiquei tranquilo e fui aprovado.

Depois dessa entrevista, eu acho que eu melhorei muito meu modo de pensar, eu mudei bastante desse dia para cá... agora eu estou falando mais formalmente, eu prefiro falar assim agora, já que vou precisar para o novo emprego. Eu sou bem estudado, mas aqui e em casa nós não precisamos falar formalmente... com a entrevista eu melhorei a minha escrita também, eu tive que fazer uma redação para concorrer a vaga e eles adoraram.

Estou muito animado com a minha primeira experiência, isso é muito bom, eu estou realizando um sonho. Eu sempre via nas novelas os secretários organizando papéis, jogando informações no sistema, na correria... e eu sempre achei interessante, uma profissão bonita e me identificava com isso, queria ser da área de administração, e agora é uma das coisas que eu vou aprender. Sou uma pessoa religiosa, e sei que Deus me deu o trabalho que estava precisando.

Depois que eu conheci um professor aqui na escola de música, que trabalha no corpo de bombeiros, eu fiquei interessado em ser bombeiro também. Ele me levou lá e eu me

identifiquei demais com aquele local. Eu sou uma pessoa que gosto de pensar, sou bem agitado, eu gosto de ajudar, de esporte, tenho boa coordenação motora e agora é um sonho também.

O meu primeiro contato com a arte e a cultura foi aos 10 ou 11 anos. A integrada tinha uma parceria com a escola de música e com isso eu passei a participar das aulas de teclado, fiz durante mais ou menos 5 anos, realizei diversas apresentações e depois eu comecei a participar do ProJovem. A escola de música e o Projovem ficam no mesmo projeto e é um excelente local, ela auxilia a gente em muita coisa, minha vida era praticamente aqui e na escola. Hoje essa escola de música não existe mais para os adolescentes, somente para as crianças.

Eu gosto do teclado, do som de músicas instrumentais, escuto ópera também. Mas eu sou eclético, escuto outros tipos de música, funk, rap, rock, pop, hip hop e música gospel. Às vezes até faltava do ProJovem para ficar na escola de música, eu ficava lá na percussão e depois eu descia e ficava na sala de teclado. Eu era muito atrevido, eu dava até trabalho, brincava bastante na sala, mas dava conta do recado, sabia tocar muito bem, e o professor sabia me conduzir.

A música abriu minha mente também, porque eu acredito que tocar um instrumento, é um método bem relaxante. Funciona como um ponto de fuga. Eu acho muito interessante essa construção da música, faz a gente concentrar em outra coisa, até quando eu estou nervoso, eu foco em ler uma partitura. Antes da pandemia, o meu teclado ficava mais guardado, inclusive quando eu estava aqui na escola de música, eu tocava mais no projeto. Agora ele já fica em cima da cama aberto.

Com a escola de música também eu tive a oportunidade de apresentar em vários espaços diferentes. Como eu sou muito tímido, apresentar nesses locais e para muitas pessoas me ajudou com a vergonha, hoje sou mais tranquilo. Algumas pessoas vão para o teatro para se soltar, no meu caso foi a música. Eu era muito fechado, e apesar da gente ser muito bem treinado antes, ver aquelas pessoas todas me assistindo, dava a impressão que estavam olhando só para mim. Então, criei a técnica de olhar para o teclado, ficar mais focado no instrumento e na partitura, nos intervalos, quando tinha alguma folga, eu olhava para a plateia para saber se eles estavam gostando e saber como estava a atenção deles. Eu tentava me concentrar o máximo para não errar, e era muito interessante, porque eu nunca errava, eu conseguia concentrar muito bem.

Depois, com o ProJovem, eu passei a conhecer outros locais também, mas dessa vez não era para realizar apresentações e sim para apreciar outras culturas e lugares. Todos esses

espaços me marcaram de alguma forma, não sei definir qual foi o melhor, todos fazem parte da minha vida. Eu gostei muito de uma ida ao clube em Caeté, mas também gostei de conhecer as favelas e a cultura de outros locais daqui. Os passeios me ajudaram a conhecer a diversidade, porque todo espaço que eu conhecia eu ganhava conhecimento. No Projovem, eu mexo com música também, dentre várias outras atividades, e a gente chegou a conhecer um estúdio e a gravar uma música eu, meu irmão e um menino aqui do morro. Estávamos tendo aula de como criar toques e sons. É um aplicativo de computador, é muito massa.

Desses passeios eu lembro também de uma vez que fomos à exposição do Basquiat<sup>31</sup>. A primeira vez que eu vi, eu achei muito nada a ver, achei que os desenhos pareciam de criança, pensei: cadê o grafite? Cadê aquela caricatura? Aquela animação? Mas depois, quando eu fui embora, fiquei muito tempo pensando nesses desenhos, pensei que é uma coisa fora do normal, que ninguém tinha feito um desenho desse antes, e achei muito interessante. Eu não tinha visto, até aquele momento, nenhum adulto fazer um desenho daquele, e passou a ser interessante para mim, mudei meu ponto de vista. Não vi qual era a história de Basquiat, mas fiquei impressionado com os desenhos.

Se não fossem esses projetos não teria conhecido esses lugares, porque eu sou um menino bem caseiro. Eu não saio de casa, não fico na rua, somente o necessário. E quando os meus pais pensaram em me colocar aqui, foi porque viram que seria uma forma de conhecer novos cantos da cidade e que era um modo de ajudar na socialização.

Eu aprendi muito no projeto, inclusive em relação a interação. Quem está aqui há mais tempo não esquece de mim. Eu e meu irmão, por participar do projeto há muito tempo, viramos referência aqui dentro, as pessoas entram e saem, mas a gente está desde o início. Eu conheço outras pessoas que cresceram aqui, que nem eu, e hoje tá no Projovem. Aqui é um local que acolhe muito bem, que tem discussões, filmes... tem um ótimo espaço, ainda mais agora que eles fizeram uma reforma na estrutura, o auxílio está ainda melhor. Fizeram um refeitório, melhoraram a cantina e vai melhorar ainda mais, se Deus quiser.

Além da reforma na parte física, eles mudaram o tipo de alimentação. Antes quem mandava a comida para cá era a prefeitura, era coxinha, salgados, pizza, hambúrguer...mas, fizeram algumas reuniões e passou a ser refeição, e agora a comida é maravilhosa, são as cantineiras mesmo que fazem. Nunca esqueço de uma carne que elas fizeram com um molho, foi tão gostoso que não sei explicar, eu nem estava com fome, tinha pegado só um pouquinho, depois eu peguei mais, uma delícia, falo disso até hoje.

---

<sup>31</sup> Pintor neo-expressionista americano e grafiteiro.

Outra oportunidade que tive de aprendizagem dentro da arte e cultura, dessa vez pela integrada na escola, foi de aprender a jogar xadrez. Na época, eu estava faltando muito, mas no dia que eu resolvi ir eu conheci esse professor de xadrez que até hoje eu lembro dele, eu passei a adorar as aulas. Com o tempo, eu comecei a jogar muito bem. Então, a escola e esse professor se uniram e montaram um campeonato e eu me interessei em participar, pensei que assim aprenderia mais sobre o jogo.

Eu estava treinando muito, eu não tinha internet, mas jogava todos os dias um jogo que já vem instalado no computador chamado *Chess Titans*. Eu ficava muito tempo me dedicando e desafinado a máquina. No dia da competição, tinham muitos competidores e vários coordenadores que contavam as faltas passando nas mesas. Inicialmente, a competição seria feita em tabuleiros, mas não sei se o professor não encontrou ou não foi feito por falta do dinheiro.

Durante a competição os competidores iam sendo desclassificados e ficava cada vez menos pessoas, até que ficou apenas eu e um menino... eu fiquei com o último! Como ele fez mais faltas, em um jogo bastante acirrado, que foi dividido em dois dias, eu ganhei.

O prêmio era um tabuleiro de xadrez, mas eles tiveram que mudar de última hora e foi um troféu, que foi feito pelo professor em uma máquina a laser. Mas, eu não desanimei, eu queria muito o tabuleiro, mas pensei que se eu mostrasse o tabuleiro para as outras pessoas elas podiam não acreditar que eu havia ganhado uma competição, mas com o troféu é diferente.

Ganhar o troféu na competição de xadrez foi sensacional, isso faz diferença na minha vida até hoje. Porque foi algo que eu treinei, me dediquei, eu me esforcei ao máximo, estudei o jogo e as estratégias e ganhei. Esse troféu é uma motivação muito boa, de que tudo que eu quero ter eu posso, é só eu me dedicar o máximo e estudar.

Eu sempre fui um aluno muito aplicado. Na minha primeira escola eu fiquei 6 anos, e durante todo o período que estudei lá eu tirava só nota A e B, fui um aluno exemplar bastante tempo. Eu não fazia muitas amizades, porque eu não sou muito fácil de socializar, mas as minhas notas eram ótimas. Depois que eu saí dessa escola, eu dei uma caída, porque teve um professor que não contou uma prova minha. Essa segunda escola tinha tudo para ser boa, mas eu não acho que ela é muito legal em relação à aprendizagem.... mesmo assim, eu não perdi minha força de vontade. No ano passado, com a pandemia, eu acabei perdendo bastante conteúdo por não ter estudado, foi negligência da escola, mas, mesmo assim, eu não perdi meu foco de querer, de interessar e estudar.

Dentre as atividades que aconteciam na escola, eu adorava quando tinha artes e educação física, eram as melhores aulas, eu participava sempre, sempre gostei de grafite, de desenho, até dança eu fazia, gostava bastante, a arte sempre me acompanhou, minha vida toda. Quando eu mudei de escola os alunos podiam escolher para qual sala iam e eu sempre escolhia artes.

Com a pandemia e a interrupção das atividades, eu estava ficando em casa aflito, meio depressivo. E o Projovem passou a buscar a interação online, no começo eu não participei, mas agora eu estou em todos os coletivos, eu achei que foi muito bom, tenho ficado mais ativo.

A gente tem feito, então, reunião pelo Google Meet e eles fazem de tudo para aumentar a participação. No começo, tinham poucas pessoas, mas tem aumentado a cada dia e a ONG tem o objetivo de que todos passem a participar. Eles tiveram várias ideias durante esse período, eles imprimiam desenhos para que a gente pudesse colorir, davam exemplos para que a gente pudesse fazer as nossas criações em casa, davam a metade de um desenho para que a gente completasse, fizemos colagens...foi muito interessante, eles souberam se adaptar super bem, esse método de interação deles foi excelente. Ontem mesmo, eles fizeram uma reunião comendo um lanche pelo Google, a gente pegava o lanche aqui e ia fazendo uma chamada, comendo e conversando, e foi um ótimo método, porque chamou muitas pessoas. Como eu não era desse coletivo acabei saindo da chamada, mas as coordenadoras falaram que eu poderia continuar, porque eu faço parte do Projovem.

Eu gostei muito de participar dessa entrevista também, porque parece psicologia, que a gente fala e se escuta também, queria agradecer por estar aqui. Eu não pensei duas vezes antes de participar.

### *10.2.2 Grupos de discussão*

Os objetivos nesta etapa foram: 1) Validar os eixos e categorias temáticas produzidos pela pesquisadora; 2) Aprofundar as discussões sobre o tema arte-cultura e saúde mental; e 3) Produzir um documentário sobre o tema com os/as adolescentes, como produto audiovisual da pesquisa e devolução social da pesquisa.

Utilizo para a descrição desta etapa a primeira pessoa do singular, trazendo um panorama de como os encontros se estruturaram, buscando dar uma coerência entre a metodologia de horizontalidade, participação e não neutralidade do papel do/a pesquisador/a.

### 10.2.2.1 Produção dos eixos e categorias

As narrativas das histórias orais de vida apresentadas na seção anterior foram submetidas ao processo de categorização e analisadas mediante o conteúdo da temática, a partir do referencial teórico de Bardin (BARDIN, 2016). Em decorrência desse processo de pré-análise e exploração dos materiais por mim, emergiram 4 eixos temáticos e 11 categoria, utilizando de falas dos/as próprios adolescentes, que representassem esses eixos e categorias. Tais eixos e categorias foram apresentados aos adolescentes em um dos encontros com todos para que avaliassem. Eles o fizeram, propuseram modificações e aprovaram a versão final que será apresentada aqui. As falas que direcionaram as construções dos eixos e categorias serão melhor descritas no item referente a esse encontro, mas de forma sucinta estão resumidas no Quadro 2 e brevemente explicitadas a seguir.

**Quadro 2 – Eixos e categorias temáticas**

<b>Eixos temáticos</b>	<b>Categorias</b>
<b>Laços e nós: família na tessitura de redes de apoio</b>	Entre(nós): Redes de apoio como fator protetivo e de risco  Irmãos, tudo é (im)possível com vocês!  Mãe, você é minha rainha!
<b>Transgressão e outras formas de liberdade e bem-viver</b>	Aqui são permitidos palavrões e silêncios: Projetos como espaços de pertencimento e criticidade  Há vida lá fora: a cidade é minha também  Saúde foi a mil!: Participação em projetos de arte e cultura como produtora de saúde
<b>Você não está sozinho, viu?</b>	A família toda melhorou, graças a você! : Coordenador de projetos no apoio e referência às famílias  Você sabia que isso é possível? Coordenadores de projetos na abertura ao novo
<b>Kit-Covid: Resiliência e afeto</b>	O que não mata nos deixa mais forte!: sentimentos negativos e positivos a respeito da pandemia  A escola nos abandonou: impactos na participação escolar  Da rede de apoio às redes de Wi-fi: reinvenções nos projetos e reconexões

Fonte: Elaborado pela autora

O primeiro eixo e suas 3 categorias são relacionadas à família. Ficou evidente nas histórias a importância determinante que essa rede oferece para a participação dos adolescentes no projeto, em alguns momentos favorecendo, em outros sendo determinantes para o não envolvimento nos projetos de arte e cultura. Os irmãos e a mãe, como membros dessa rede, ganham destaque nas narrativas dos/as adolescentes em decorrência disso, são analisados a partir de uma categoria exclusiva. Não houve propostas de modificação por parte dos/as adolescentes para esse eixo e categorias.

O segundo eixo foi subdividido a partir dos pontos positivos de se participar de projetos de arte-cultura, e foram divididos em 3 categorias. A primeira categoria desse eixo descreve sobre as possibilidades de liberdade ao participar dos projetos, sendo espaços de pertencimento e de aumento de criticidade. A segunda categoria surge da fala unânime de aumento da mobilidade urbana com a participação nos projetos e a menção frequente de que “se não fosse essa participação nunca teriam conhecido esses espaços”. E a terceira e última categoria, reflete sobre os benefícios físicos e melhora de alimentação ao participar do projeto. Também não sofreram modificações de proposta por parte dos/as adolescentes.

O terceiro eixo, subdividido em duas categorias, surge das diferentes alusões aos coordenadores de projetos pelos adolescentes. Na primeira categoria, é discutido sobre o papel de referência desses profissionais, tanto para os adolescentes quanto para as famílias. Como segunda categoria desse eixo, é discutida a função desses profissionais como mediadores de novas possibilidades e oportunidades, incentivando e favorecendo a experimentação dos adolescentes, influenciando, inclusive, nos projetos de vida. Também não houve propostas de modificação pelos adolescentes.

O quarto e último eixo temático descreve sobre os atravessamentos da pandemia. Na primeira categoria foi proposto uma descrição sobre os aspectos ruins da pandemia com o nome de categoria feito a partir de uma fala de um dos adolescentes participantes “A pandemia está muito chata! - aspectos negativos da pandemia”. No entanto, os adolescentes não concordam com a categoria proposta e afirmaram que apesar dos inúmeros aspectos negativos que envolvem a pandemia, houve um crescimento pessoal nesse período. Diante disso, sugeriram a modificação do nome da categoria para “O que não nos mata nos deixa mais forte! – sentimentos negativos e positivos a respeito da pandemia”.

A segunda categoria do eixo pandêmico, fala sobre o sentimento de abandono pelas escolas e a sensação de ano perdido. E a terceira e última categoria do eixo, falam sobre as reinvenções possíveis durante esse período, tanto dos adolescentes quanto dos projetos de arte-cultura. As duas últimas categorias não tiveram sugestões de modificações.

### 10.2.2.2 Primeiro Grupo de discussão

Os grupos ocorreram de forma online, conforme horário e disponibilidade dos adolescentes. O primeiro grupo teve como principais objetivos a apresentação entre os participantes e discussões sobre a temática arte, cultura e saúde mental de forma livre. Foi utilizado como disparador a apresentação do curta-documentário “AdoleSer”<sup>32</sup>. Nesse primeiro encontro foram possíveis ainda, discussões técnicas sobre produção audiovisual e decisões em conjunto sobre a organização dos vídeos individuais dos/as adolescentes, que foram gravados no momento da produção das histórias orais de vida. De forma didática o conteúdo do primeiro encontro, suas atividades e objetivos foram resumidos no Quadro 3:

**Quadro 3 – Resumo das atividades e objetivos do primeiro encontro**

	<b>Atividades</b>	<b>Objetivos</b>
<b>1º Encontro</b>	I Dinâmica de "quebra-gelo" apresentação do apelido, idade e o bairro	Favorecer a participação e interação entre os/as adolescentes
	II Retomar os objetivos com os encontros	Reforçado sobre a liberdade de participação e objetivos da pesquisa
	III Apresentação do curta-documentário "AdoleSer" realizado com os coordenadores produzido na etapa preliminar desta pesquisa	Realizar discussões sobre produção audiovisual
	IV Discussão de forma aberta acerca do conteúdo informacional do curta-documentário	Discutir sobre a temática levantada no curta-documentário
	V Discussão acerca do conteúdo técnico da produção do curta-documentário	Discutir sobre os elementos que compõem as produções audiovisuais
	VI Decisões técnicas sobre o produto final	Decidir a forma de montagem, escolha das músicas, decisões acerca de novos participantes e escolha do formato do documentário

Fonte: Elaborado pela autora.

Todos os/as adolescentes já haviam assistido aos seus próprios vídeos de entrevista do momento da história oral, no entanto, não haviam tido contato com os outros/as adolescentes e suas entrevistas. Diante disso, e para que houvesse discussões mais aprofundadas sobre o tema, identifiquei a necessidade dos/as adolescentes se conhecerem e assistirem os filmes uns dos outros.

<sup>32</sup> Documentário construído na fase preliminar com os coordenadores de projeto de arte-cultura e está disponível no canal produzido pela pesquisadora (Canal Thaís Thaler do Youtube).

Para isso, foi pensada em uma dinâmica de “quebra-gelo” entre os participantes que deveriam se apresentar e falar sobre seus apelidos, idade e bairro. Também me apresento nesse processo, bem como o profissional de cinema e artes digitais, o que gera um momento mais lúdico no encontro. As participações dos/as adolescentes, no entanto, acontecem de forma majoritariamente de câmera fechada e alguns comentários são feitos a partir do chat.

Após esse primeiro momento, foram retomados os objetivos de pesquisa e lembrados sobre a liberdade dos participantes de colocarem a opinião durante todo o processo e de, inclusive, desistir a qualquer momento. Reforço que se trata de uma pesquisa com objetivo de valorização de suas falas e de identificação da relação que eles estabelecem entre participar de projetos de arte e cultura e a própria saúde mental. Tendo isso em mente, falo que serão consideradas todas as falas e discussões realizadas no encontro.

Apresento ainda a propostas da construção de um documentário, como uma alternativa à divulgação do conhecimento produzido. O objetivo inicial era que os/as adolescentes escolhessem o formato de produção audiovisual que surgiria, no entanto, diante da impossibilidade de novas gravações com as restrições da pandemia, deveríamos trabalhar com o material já coletado das histórias orais, o que limitava outras possibilidades de filmes, por isso a proposta do documentário. Os/As adolescentes concordam com as proposições e ficam animados com a produção em vídeo.

Todos os/as adolescentes concordam em participar do documentário e, como primeira tarefa, foram convidados/as a pensar como se daria a estruturação do filme, se por tema ou se por adolescente. Além disso, deveriam assistir, para o próximo encontro, todos os vídeos produzidos de forma a conhecer o que foi produzido pelos outros/as participantes. Somente após todos assistirem, seria possível discutir os eixos e categorias e, dessa maneira, contribuir no avanço do conhecimento sobre o tema, além de terem mais elementos para conseguir realizar propostas mais claras sobre a organização do vídeo.

Maria considera sobre a importância da representação dos jovens e a baixa escuta sobre o que falam, e sugere que o vídeo seja apresentado por adolescentes e não por tema. Os demais participantes concordam e é estipulado que todos teriam acesso ao vídeo completo para assistir até o segundo encontro e que ele estaria organizado a partir de cada participante.

Após esses esclarecimentos, o profissional do cinema de animação e artes digitais, realizou o direcionamento do primeiro encontro, em decorrência do objetivo técnico proposto para esse momento. O profissional realizou, então, explicações a respeito das variáveis que envolvem a produção em vídeo, como a música, tratamento de cor, abertura, nome do documentário, entrada de outras imagens, dentre outros elementos.

O profissional questionou os/as adolescentes sobre conhecimentos anteriores que teriam sobre produção de filmes, e o que eles acham que seria um documentário. MC WT sugere que documentário lembra “jornal, com várias informações” e King considera que seja um “documento”. De forma a auxiliar na compreensão dos/as adolescentes, o profissional parte do conhecimento inicial exposto e avança na explicação, realizando uma metáfora entre um documentário e um documento de identificação. Relaciona que, da mesma forma que um documento de identidade resume informações sobre um indivíduo, o documentário também resume informações sobre um tema ou pessoa.

De forma a exemplificar concretamente todos os elementos de uma produção de vídeo foi apresentado o curta-documentário “AdoleSer” realizado com os coordenadores de projetos de arte e cultura na fase preliminar da pesquisa de forma que toda essa discussão pudesse ficar mais clara. A aproximação dos adolescentes com o vídeo foi imediata por reconhecerem os coordenadores. Os adolescentes elogiam a produção, no entanto, permaneceram a todo instante com a câmera desligada e rapidamente diminuem a participação verbal no encontro.

Diante disso, o profissional do cinema instiga os participantes, e tenta fomentar uma discussão em relação ao conteúdo do curta-documentário apresentado. Questiona o que os adolescentes acham sobre a fala apresentada pela coordenadora do projeto de artes plásticas de que *“Durante as atividades de artes, eles [adolescentes] conversam mais, eles se expressam muito mais no desenho e na pintura do que conversam...”*.

“Eu acho que ela tá certa e ao mesmo tempo está errada, por que ela tá falando pela maioria, né? A maioria é assim...” (**King** – fala emitida no encontro)

“Eu acho que ela também tá falando de um começo... Eu, pelo menos, fui assim. No começo, eu fui bastante quieta. Depois que eu comecei a falar mais, a conhecer melhor...” (**Maria** – fala emitida no encontro)

“Ela falou mais do modo geral, acho que depende do adolescente essa questão da expressão.” (**Maçã** – fala emitida no encontro)

Novamente, de forma a estimular a discussão entre os/as participantes é questionado o que os adolescentes acharam da fala da mesma coordenadora que afirma que *“[...] a adolescência tem uma coisa assim que não é fácil, né? É uma mudança muito difícil e o adolescente tem uma coisa que às vezes incomoda. Ele é transgressor, de natureza transgressora”*. Nesse momento, observa-se uma maior participação, inclusive com a abertura de câmera do participante Cebola para os comentários:

“[...] na famosa pré-adolescência, como tem muito hormônio, muita coisa acontecendo na vida, uma coisa que é pequena, fica muito grande, a gente fica muito chato, reclama de tudo e acha que o mundo tá errado e que ninguém entende a gente...Então, essa parada aí que ela falou, pode até ser real, mas é mais no início, tá ligado? Depois, com o tempo, você vai ficando mais velho, vai ficando mais maduro e você começa a ver as coisas de um outro ângulo [...]” **(Cebola - fala emitida no encontro)**

“A rebeldia ela faz parte de um descobrimento, a gente vai descobrindo novas coisas e a gente vai acabando se tornando rebelde...por exemplo, você começa a enxergar o mundo de outra forma, o que antes você fazia, você deixa de fazer, e começa a não tolerar mais certas coisas... Eu acho que é isso também que as pessoas acham que a gente é rebelde. O que antes a gente aceitava calado, hoje em dia a gente tem mais poder de falar. Então, a gente vai se expressando. Eu acho que a rebeldia é se expressar.” **(Maria - fala emitida no encontro)**

Ainda em relação ao conteúdo, Maçã afirma que ficou muito mexida com a última fala do documentário feita pelo professor de capoeira “*me preocupa muito, quantos não vão voltar, sabe?*”, em decorrência da pandemia.

“A preocupação no final do documentário, eu achei muito importante, de algumas pessoas não voltarem ... isso aí me chamou a atenção...” **(Maçã - fala emitida no encontro)**

Os adolescentes aumentam a participação com a temática do Covid-19, e falam sobre as angústias e esperanças diante das imprevisibilidades do momento:

“Eu acho que vai ser um mundo mais fragilizado, por que, querendo ou não, as pessoas não são acostumadas a viver com elas mesmas. E esse momento pandêmico obrigou as pessoas a olhar para dentro delas e a conviver com elas mesmas. Então, como foi dito no documentário, os níveis de separação de casais aumentaram, o número de pessoas com ansiedade, depressão, síndrome do pânico, enfim... várias síndromes e doenças psicológicas. Então, eu acho que isso vai ter muito peso quando as coisas voltarem ao normal, eu acho que o mundo não vai, da noite para o dia, todo mundo vai para rua, tudo vai abrir e ficar suave, acho que vai ter uns meses, talvez um ano, de adaptação de todos nós aprender, reaprender, a conviver com as outras pessoas. Eu, principalmente, percebi que eu vou ter dificuldade de socializar de novo. Por que, antes da pandemia eu não gostava de ficar sozinho e como essa pandemia me obrigou, então, eu aprendi a me bastar muito, tá ligado? E acabou que muitas pessoas, ou ter que ter a obrigação de conversar com outras pessoas, acabou me irritando, então, eu vou ter que aprender essa parada de novo. Eu acho que vai ser um pouquinho chato no início, depois eu acho que tudo vai voltar a ser como era antes.” **(Cebola - fala emitida no encontro)**

“E fora as sequelas, né, mano? tipo assim, a gente saía assim na rua e ficar com cisma, ficar com medo de chegar perto de outras pessoas assim e acabar se contaminando, entendeu? Mesmo depois de já ter acabado e tudo mais ou

amenizado. É que todo mundo perdeu alguém, né, mano? Na pandemia, muitos perderam a família para esse vírus e outros perderam amizades, por que não teve muito contato também, e aí fica meio paia, né?” (**King**- fala emitida no encontro)

“Eu estou muito esperançosa [...] várias expectativas... de abraço, principalmente de abraço, então é isso... eu estou com esperança.” (**Maria** - fala emitida no encontro)

Após as reflexões a respeito do conteúdo do curta-documentário e do momento pandêmico, os/as adolescentes foram apresentados a algumas questões técnicas do documentário e tiveram que fazer algumas decisões em conjunto. A primeira, era da escolha dos elementos que iriam compor o filme, do formato de filme que gostariam de produzir, e conseqüentemente da identidade que gostariam de dar ao vídeo.

De forma unânime, por meio de votação pelo chat, optaram em produzir um documentário que aparecessem apenas os/as adolescentes, não seriam convidados familiares, coordenadores de projetos ou outros adultos. Cada participante teria destaque em sua fala e seriam apresentados conforme o local de gravação do vídeo. O documentário não seria direcionado por temáticas, como o curta dos coordenadores, mas por adolescente. Sendo a individualidade de cada participante preservada pelas músicas que mais se identifica, ainda que não tivessem o mesmo estilo. Os/As adolescentes que tivessem interesse ainda poderiam mandar fotos, vídeos de produções, e esses seriam acrescentados no documentário.

Com essas informações foi possível montar uma primeira estrutura de filme para que pudesse ser assistido coletivamente para o segundo encontro, assim, todos teriam acesso às informações dos demais participantes e, com isso, identificar pontos importantes das entrevistas e a validação dos eixos temáticos e categorias estruturados por mim na etapa de pré-análise e exploração de conteúdo pela técnica de Bardin (2016).

#### 10.2.2.3 Segundo Grupo de discussão

O segundo encontro teve como principais objetivos a apresentação da prévia do filme que reunia todas as gravações individuais realizadas no momento da história oral de vida, a apresentação de uma ilustração produzida por uma artista do apelido escolhido por cada adolescente, a discussão dos eixos e categorias temáticas e outras decisões técnicas sobre a produção do documentário, resumidos de forma didática no Quadro 4.

Neste encontro, a participante Maça não conseguiu estar presente, em decorrência de um problema técnico com o celular. Mas o vídeo da reunião e a ilustração da adolescente

foram disponibilizados e discutidos posteriormente com a participante. De maneira geral, houve um atraso para entrada e participação dos/as adolescentes no encontro, sendo necessário realizar contato telefônico com eles. Um(a) dos adolescentes informou não ter acesso a internet e que não conseguiria participar. Para garantir sua participação a pesquisadora enviou um valor em crédito para que o(a) adolescente conseguisse ter acesso a internet.

#### Quadro 4 – Resumo das atividades e objetivos do segundo encontro

	Atividades	Objetivos
2º Encontro	I Apresentação da prévia da junção dos vídeos das entrevistas aos demais materiais enviados pelos/as adolescentes	Favorecer que todos os/as adolescentes tivessem acesso as narrativas dos participantes  Favorecer a compreensão dos eixos e categorias temáticas encontradas pela pesquisadora para sua validação
	II Apresentação do desenho produzido pela ilustradora parceira da pesquisa	Favorecer discussões acerca da temática e validação dos/as adolescentes acerca da imagem
	III Validação dos eixos e categorias	Validar a análise de categoria temática realizada pela pesquisadora
	IV Decisões técnicas sobre a produção audiovisual realizada de maneira conjunta	Decidir e finalizar a escolha das músicas  Decidir o nome do documentário

Fonte: Elaborada pela autora.

Para o segundo encontro, foi enviado o vídeo com as narrativas dos/as adolescentes com 1h de antecedência, no entanto, sem a edição da música e tratamento de cor para que pudessem ser discutidos os conteúdos da fala dos participantes e, assim, os/as adolescentes conseguiriam contribuir tanto na construção das categorias temáticas quanto na estrutura no filme.

Foi apresentado também as ilustrações de cada adolescente produzidas pela artista Ervelley Moreira Cardoso dos Santos<sup>33</sup>. As imagens foram pensadas a partir dos apelidos escolhidos pelos participantes no primeiro encontro e das transcrições das narrativas dos adolescentes, como meio de fomentar discussões das características encontradas para as construções dos eixos e categorias. Para essa construção do desenho a ilustradora teve acesso

<sup>33</sup> Estudante de graduação em terapia ocupacional e artista, Ervelley teve uma escuta sensível sobre as transcrição das narrativas dos adolescentes produzindo ilustrações que favorecem as discussões de ideias para o 2º encontro.

as narrativas finais e aprovadas pelos adolescentes e contou ainda com descrição de singularidades de cada adolescente que ofereci a artista.

Após a apresentação do vídeo, que unificou as entrevistas realizadas individualmente e acrescentou fotos e vídeos enviados pelos/as adolescentes durante a semana, foram apresentadas as ilustrações produzidas pela artista, e os participantes puderam falar sobre suas primeiras impressões:

“Na minha opinião, eu achei bacana, viu? Parabéns para todos nós! nós representamos!” (**King** - fala emitida no encontro)

“Eu concordo com a opinião do King, acho que ficou bem harmônico [organização do vídeo]. A história de cada um conversou bastante, já que todo mundo falou basicamente a mesma coisa, né? Do que vem acontecendo nesse período pandêmico nos projetos e na influência que teve em cada um de nós...Eu acho que ficou bem bacana.” (**Cebola** - fala emitida no encontro)

“Eu achei que ficou top!” (**Lobinha** - fala emitida no encontro)

“Eu gostei muito, eu gostei de ver a fala de cada um. Me senti às vezes, representada na fala de outras pessoas. Porque, às vezes, eles falaram coisas que eu queria ter falado. Então, foi muito legal! Eu gostei muito de conhecer um pouquinho mais de cada um que tá aqui, de ver a nossa força! Nós jovens, representando, como disse o King.” (**Maria** – fala emitida no encontro)

Os/As adolescentes expressam a identificação com os vídeos, dizem de um processo de reconhecimento na fala dos demais participantes e elogiam a organização da proposta do vídeo. Em relação a imagem produzida pela artista, se identificam com a ilustração, sendo um momento lúdico durante o encontro, no entanto, os/as adolescentes ainda apresentam uma participação predominantemente via chat e com câmeras desligadas.

Apresento, então, os eixos e categorias temáticas por meio do recurso de compartilhamento da tela e ilustro cada uma delas com as falas que aconteceram durante as entrevistas das histórias orais, complemento também com as falas dos coordenadores da fase preliminar e presentes no curta-documentário. Após a apresentação de cada eixo e suas categorias, era dada abertura para a fala dos adolescentes. Esse formato foi pensado de modo a facilitar a compreensão, análise e discussão, e dessa forma, ter a validação dos/as participantes que, de maneira participativa, auxiliaram na análise do que foi produzido.

#### 10.2.2.3.1 Laços e nós: família na tessitura de redes de apoio

O primeiro eixo relacionado à família, seus laços e nós, e suas respectivas categorias, surge em decorrência da importância significativa dessa rede na influência para a participação em projetos de arte e cultura e na saúde mental dos/as adolescentes, aparecendo na fala de todos os participantes. A primeira categoria **“Entre(nós): Redes de apoio como fator protetivo e de risco”** diz da perspectiva dual que a família pode assumir, ora relacionada a um fator protetivo, ora de risco.

“O meu pai e minha mãe me motivam muito. Meu pai, além de comprar o violão e o teclado, ele sempre vai comprando outras coisas que ajudam na nossa produção musical [...] eles cuidaram da gente direitinho.” (MC WT - fala emitida durante a história oral)

Não acho que isso [pandemia] prejudique a minha saúde mental, pois, mesmo estando em casa, eu tenho minha mãe, meu padrasto, meus irmãos e animais, e eles ajudam bastante. Eu não tenho contato com o pessoal de fora, mas os meus irmãos e minha família me ajudam (Maçã - fala emitida durante a história oral)

“Na época, a situação aqui em casa estava complicada, meu pai e minha mãe estavam brigando muito [...] Então, juntou vários fatores e eu estava com princípio de depressão.” (Cebola - fala emitida durante a história oral)

Merece destaque ainda dentro desse eixo, a rede fraterna representada pela categoria **“Irmãos, tudo é (im)possível com vocês!”**. Sendo essa relação decisiva em alguns momentos na participação dos adolescentes em projetos de arte e cultura:

“Minha irmã chegou a ir, uma ou duas vezes, e ela abriu mão para eu poder participar. Ela foi muito legal comigo, porque apenas uma de nós duas poderia participar do projeto, alguém teria que ficar para cuidar do nosso irmãozinho.” (Maria – fala emitida durante a história oral)

“Eu tenho interesse nisso [aprender a tocar violão], mas, o problema é minha irmã. Ela me desestimula, fala que não vou ganhar dinheiro com isso, que não deveria ter que trabalhar para outras pessoas ....” (Lobinha - fala emitida durante a história oral)

“Eu sou muito apegada aos meus irmãos por parte de pai, mas às vezes eles não me fazem bem. A minha irmã é um bom exemplo de como meus irmãos afetam a minha saúde mental. Conviver com uma pessoa assim, que abaixa a minha autoestima todos os dias, me faz sentir que estou morrendo aos poucos, sinto que vou morrer todos os dias. Esses dias, eu senti uma fincada no coração...minha mãe acha que é depressão.” (Lobinha - fala emitida durante a história oral)

A ênfase à figura materna também foi responsável pela construção de uma categoria dentro do eixo família. Na categoria **“Mãe, você é minha rainha!”** são destacadas as falas dos participantes referentes à mãe:

“Minha mãe é muito presente na minha participação na capoeira, meu pai nem tanto, ele trabalha viajando. A primeira vez que troquei de corda foi ela que me levou, as minhas irmãs foram também. Na época, minha mãe percebeu que eu estava mal e me incentivou a continuar. Ela também começou a fazer depois de um tempo.” (**Cebola** - fala emitida durante a história oral)

“Sei que a única pessoa que pode aumentar a minha autoestima sou eu e minha mãe.” (**Lobinha** - fala emitida durante a história oral)

“A minha mãe chegou a fazer capoeira também [...] ter ela fazendo capoeira comigo foi a coisa mais legal da minha vida. Ver ela feliz, animada, gingando do jeito dela, eu achava fofo, me deixava feliz também.” (**Maçã** - fala emitida durante a história oral)

Diante da apresentação dos eixos e categorias no grupo de discussão, com os exemplos das narrativas identificadas na história oral, os/as adolescentes foram convidados a opinarem. A aprovação foi unânime, no entanto, expressadas de forma sucinta pelos/as adolescentes pelo chat ou ainda rapidamente por áudio no encontro. Apenas o participante Cebola emite uma opinião mais aprofundada sobre a família, no entanto, redireciona a discussão para a perspectiva familiar durante o período pandêmico.

“Eu concordo com absolutamente tudo... [...] a gente aproximou da família [no período pandêmico], porque, querendo ou não, até dentro de casa, como a gente tinha muita coisa para fazer, escola, eu trabalhava, fazia curso... então, não tinha muito tempo para ficar com eles, e acabava que eu não conhecia as pessoas que estavam de baixo do mesmo teto. E aí acabou melhorando essas relações interpessoais. [...] minha mãe é top.” (**Cebola** - fala emitida no encontro)

Após certificar que nenhum participante teria algo a adicionar a esse eixo e suas categorias a discussão avança para os próximos tópicos.

#### 10.2.2.3.2 Transgressão e outras formas de liberdade e bem-viver

O segundo eixo apresentado, foi sobre o projeto como espaços de pertencimento, aumento de expressividade e criticidade, ganhos de trocas com a cidade e melhora na saúde. Na primeira categoria **“Aqui são permitidos palavrões e silêncios: Projetos como espaços**

**de pertencimento e criticidade”** são discutidas as falas dos/as adolescentes que dizem da importância política desses espaços:

“O local onde acontecia o projeto é lindo. Eu me sentia muito livre. É um espaço que, apesar das regras, a gente podia fazer o que quiser, por exemplo, podíamos sentar em qualquer lugar, ir à biblioteca, ler um livro [...] ter um lugar que a gente é acolhido, onde a gente pode falar o que pensa, é muito importante [...] a gente pode falar até um palavrão que não somos julgados [...] antes eu não tinha para quem falar o que eu sentia, para quem falar das minhas músicas, dos meus gostos.” (**Maria** - fala emitida durante a história oral)

“Eu sinto falta também que nesses grupos [da capoeira], algumas vezes, eu era o centro das atenções, sinto falta da zoeira, de ir para a casa sozinha, do lanche que eles ofereciam, era muito gostoso” (**Maçã** - fala emitida durante a história oral)

“Estar no projeto é um bom lugar também para pessoas quietas, porque eles vão ter oportunidade de fazer amizade, já que aqui tem outras pessoas que são assim também” (**Lobinha** - fala emitida durante a história oral)

“Acho que o que mais influência a saúde mental ao participar do projeto é isso, a afetividade, estar junto com outras pessoas, conversa, desabafar... Porque eu sou muito do afeto, gosto de trocar aquela ideia bacana com as pessoas (**MC WT** - fala emitida durante a história oral)

“Sinto também que com a participação no projeto eu fiquei mais crítica politicamente. Desde o nono ano eu comecei a questionar, a prestar mais atenção nas aulas de história, ética e cidadania. Só que na minha casa ninguém fala muito sobre isso e eu não tinha onde recorrer [...]no nosso grupo só tinham mulheres e a gente conversava sobre a vida da mulher e as dificuldades, e eu aprendi muito sobre o machismo.” (**Maria** - fala emitida durante a história oral)

“A arte muda a vida das pessoas é muito importante, ela mudou o meu pensamento, eu adquiri conhecimentos, aprendi muita coisa. Eles ensinam a gente sobre os nossos direitos. O coletivo ajuda a gente entender algumas coisas, explicam se a gente tem a dúvida do que está acontecendo, eles conversam com a gente.” (**MC WT** - fala emitida durante a história oral)

“Para poder trocar de corda na capoeira, quanto mais escura vai ficando a corda, maior a responsabilidade, a gente tem que saber tocar um instrumento, a história daquele instrumento e da capoeira em si. Essa história dá representatividade e é possível pensar que preto não só sofre. Isso dá autoestima.” (**Cebola** - fala emitida durante a história oral)

Eu nunca tinha pensado sobre essa questão de consciência negra antes, eu sou muito avoada, não acreditei que acharia interessante. E na minha família a gente não discute sobre isso, eu evito falar sobre questões relacionadas à política com eles. Sou muito fechada para coisas novas, mas eu mudei meu jeito de pensar (**Lobinha** - fala emitida durante a história oral)

Na categoria “**Há vida lá fora: a cidade é minha também**” são discutidas as possibilidades de aumento de circulação na cidade, ganho de mobilidade urbana, de conhecimento de novos espaços e políticos com essa saída do território.

“Outra experiência que a capoeira ofereceu foram as excursões. Uma vez, fui a uma excursão com mais dois amigos e foi o dia mais legal da minha vida [...] quando a gente chegou no local [...], fiquei muito impressionada com os capoeiristas, lembro de querer fazer igual a eles. Essas excursões aconteceram dentro do município, não conhecia esses lugares antes, eram muito bonitos [...] então, se não fosse pela capoeira, eu acho que eu nunca teria conhecido [...] eu não costumo frequentar os espaços culturais da cidade[...] é longe.” (**Maçã** - fala emitida durante a história oral)

“[...] pelo projeto eu tive a oportunidade de conhecer muitos outros lugares [...] antes, o único lugar que eu conhecia era a escola, e lá não são feitos muitos passeios, antes da pandemia eu só ia ao supermercado. Se dependesse dos meus pais e de mim, eu nunca teria conhecido esses lugares, só conheci por causa do projeto.” (**Lobinha** - fala emitida durante a história oral)

“O passeio que mais me marcou, que fiz junto com o projeto, foi para visitar o museu de carro. Eu sou apaixonada desde pequena por carros de luxo e velocidade, e foi muito bom, eu chorei de emoção, eu pensei que tinha entrado no paraíso, que era um sonho, foi um sacrifício sair dali.” (**Lobinha** - fala emitida durante a história oral)

“Eu mal saía de casa antes de conhecer o projeto e foi muito legal. Saíamos da zona de conforto, só de pegar o ônibus para ir ao projeto... e estou sentindo muita falta disso! Depois que comecei a participar, a gente começou a buscar inspiração em locais próximos, então, às vezes a gente dava umas voltas por lá. Conheci vários pontos turísticos da cidade. [...] se eu não participasse do projeto nunca teria conhecido esses lugares. Até porque eu saio pouco de casa, não tem muito lugar pra ir.” (**Maria** - fala emitida durante a história oral)

“Os passeios me ajudaram a conhecer a diversidade, porque todo espaço que eu conhecia eu ganhava conhecimento.” (**King** - fala emitida durante a história oral)

Na categoria “Sinto que minha saúde foi a mil!: Participação em projetos de arte e cultura como produtora de saúde”. São levantadas a potencialidades de promoção de saúde física ao participar dos projetos:

“Com a participação na dança e na capoeira sinto que a minha saúde foi a mil. Acredito que a principal mudança depois da capoeira foi a alimentação. A gente diminuiu muito no sal, no açúcar, nas besteiras de pizza, hambúrguer, refrigerante...” (**Maçã** - fala emitida durante a história oral)

“O coletivo fazia muito bem para a saúde também, a gente participava de esportes, e já rolou de a gente jogar bola contra outros coletivos.” (MC WT - fala emitida durante a história oral)

Com a apresentação dos eixos, categorias e exemplos de falas os/as adolescentes fizeram algumas colocações no encontro online:

“Muito massa! Essa questão do palavrão é muito importante para mim, por que, tipo assim, lá [projeto de arte e cultura] é um espaço que a gente pode escrever o que a gente quer, o que a gente pensa, né? E isso é muito importante para mim, porque aqui em casa as coisas são muito restritivas. Então, quando eu chego nesse projeto, poder falar o que eu quero é bom.” (Maria - fala emitida no encontro)

“Eu fiz algumas aulas de teatro e lá é fundamental a liberdade de expressão, de se impor... e o que muitas vezes no âmbito familiar eles não pregam tanto, você acaba sendo reprimido, né? E nessas aulas acabou sendo um aprendizado tanto para mim, quanto para a família, a gente aprende a lidar com essas liberdades. Por que, querendo ou não, às vezes a gente acha que a liberdade do outro interfere na nossa, [...] sendo que eu penso o contrário, né? A gente tem que caminhar na mesma linha, no mesmo pensamento, a minha liberdade continua onde a sua continua também.” (Cebola - fala emitida no encontro)

Novamente, nenhum outro/a adolescente emitiu outras colocações, mas concordaram com os eixos e categorias via áudio ou por chat.

#### 10.2.2.3.3 Você não está sozinho, viu?

O terceiro eixo relacionado aos coordenadores de projetos de arte e cultura discute sobre o papel de apoiadores e referência que os coordenadores assumem tanto das famílias quanto dos/as adolescentes. Favorecendo e permitindo a entrada de novas possibilidades de vida, de participação social e engajamento em novas atividades. Na categoria temática “**A família toda melhorou, graças a você! - Coordenador de projetos no apoio e referência às famílias**” são levantados alguns exemplos:

“Nesse período, o coordenador do projeto, que é um sábio gigantesco, me ajudou bastante [em relação a problemas familiares]. E com os ensinamentos dele eu me apaixonei pela capoeira” (Cebola - fala emitida durante a história oral)

“Então, a família inteira melhorou e caminha para melhora, graças ao coordenador do projeto.” (Cebola - fala emitida durante a história oral)

Na categoria “**Você sabia que isso é possível? Coordenadores de projetos na abertura ao novo**” com o apoio dos coordenadores os/as adolescentes passam a considerar novas possibilidades:

“Eu lembro que eu cheguei para fazer a aula e vi as pessoas fazendo piruetas e eu fiquei impressionada e me questionei se conseguiria fazer algo assim, mas o coordenador de projeto me ajudou e foi legal.” (**Maçã** - fala emitida durante a história oral)

“Depois que eu conheci um professor aqui na escola de música, que trabalha no corpo de bombeiros, eu fiquei interessado em ser bombeiro também. Ele me levou lá e eu me identifiquei demais com aquele local. Eu sou uma pessoa que gosto de pensar, sou bem agitado, eu gosto de ajudar, de esporte, tenho boa coordenação motora e agora é um sonho também” (**King** - fala emitida durante história oral)

“Na época, eu estava faltando muito, mas no dia que eu resolvi ir eu conheci esse professor de xadrez que até hoje eu lembro dele, eu passei a adorar as aulas.” (**King** - fala emitida durante história oral)

Ao convidar os/as adolescentes a opinarem sobre os eixos a aprovação também foi unânime, novamente, pelo chat ou ligando rapidamente o áudio. Apenas Cebola e Maria emitem opiniões acerca das categorias:

“Bem...no início da capoeira, a minha relação, principalmente com o meu pai, era muito complicada, a gente não se deva muito bem, a gente brigava bastante. Por que, não tinha espaço para o diálogo entre mim e meu pai, para a gente colocar as cartas na mesa e traçar o melhor caminho na nossa relação. E hoje, graças ao coordenador do projeto, e aos bastantes conselhos que ele me deu, a gente pode melhorar e, acabou melhorando todo o ambiente em casa, por que, às vezes, briga entre os familiares acaba pesando o clima, não só entre você e a pessoa, mas na casa toda. Então, eu concordo plenamente... Como eu comecei na capoeira com depressão, né? Eu tava bastante sozinho, e ele [coordenador de arte e cultura] tava lá do lado me apoiando, então, acredito que me ajudou muito no crescimento, não só naquele momento, mas até no dia de hoje, que a gente não tem tanto contato como antes. Mas, mesmo assim, acredito que ele foi bastante influente e bastante positivo nesses quesitos.” (**Cebola** - fala emitida no encontro)

“Eu também concordo muito. Os monitores são muito importantes para nós. [...]porque, no começo, não era a atividade que eu queria, e eu não queria participar. E aí, elas foram me dando tempo, me incentivando, no meu passo...E eu aprendi a fazer uma coisa que hoje eu amo muito, não me imagino sem fazer. Então, é muito legal isso, o tempo que os monitores dão para gente, os conselhos, a amizade, o carinho... é muito bom.” (**Maria** - fala emitida no encontro)

O quarto e último eixo foi relacionado às reflexões da pandemia na saúde mental é subdividido em 3 categorias. A primeira categoria, com nome sugerido pelo adolescente Cebola, é intitulado “**O que não mata, nos deixa mais forte! - sentimentos negativos e positivos a respeito da pandemia**”. Nessa categoria os/as adolescentes reforçam que apesar das dificuldades do isolamento, mortes e medos com a pandemia de Covid-19 dizem que houve progressos pessoais:

“Com a pandemia eu tive um grande crescimento pessoal[...] Finalmente tomei coragem e comecei a escrever minhas coisas e a mostrar para os outros [...] Então, a pandemia me motivou a dar início a alguns projetos.” (**Cebola** - fala emitida durante a história oral)

“Acho que com a pandemia eu melhorei. Antes eu era muito chorona, tudo que as pessoas falavam para mim eu chorava, com a pandemia eu estou conseguindo controlar mais as minhas emoções.” (**Lobinha** - fala emitida durante a história oral)

“As minhas escritas também diminuíram, às vezes eu escrevo, mas não sei... com a pandemia tem sido difícil criar, ela não é uma boa inspiração.” (**Maria** - fala emitida durante a história oral)

“A pandemia tem sido muito chata. Porque, aqui no projeto, a gente tinha aquele afeto com as pessoas, a gente abraçava, tocava na mão, a gente desabafava, zoava e conhecia outras pessoas e isso é muito importante e legal.” (**MC WT** - fala emitida durante a história oral)

“Nesse período de pandemia não tenho feito quase nada [...] A gente tem ficado muito solitário, com a quarentena, não pode sair para nada, não tem mais vida social e nem contato com outras pessoas, está bem chato [...] Sinto muita falta da minha melhor amiga[...] eu sinto saudades, tenho vontade de ir lá, abraçar e conversar” (**Maçã** - fala emitida durante a história oral)

Na segunda categoria, nome dado pelas falas dos adolescentes King e MC WT, é discutido sobre o desamparo da escola durante o período da pandemia “**A escola nos abandonou: impactos na participação escolar**”

“Não estamos estudando online, porque não dá, tanto que refiz minha matrícula na escola e vou repetir de ano, não aprendemos nada.” (**Maçã** - fala emitida durante a história oral)

“A escola também abandonou a gente no ano passado, abandonou eu e meu irmão.” (**MC WT** - fala emitida durante a história oral)

“Eu tinha aula a tarde antes, mas agora a escola só manda umas atividades, os PETs [planos de estudos tutorados], do tipo, está aí ‘se vira’.” (**Lobinha** - fala emitida durante a história oral)

A terceira e última categoria “**Da rede de apoio às redes de Wi-fi: reinvenções nos projetos e reconexões**” é relacionada aos processos de reinvenções, tanto dos/as adolescentes quanto dos coordenadores de projetos e tentativas diante do momento pandêmico:

“Com a pandemia tem sido mais difícil. A gente tá trabalhando online, mas não tem sido a mesma coisa.” (**Maria** - fala emitida durante a história oral)

“[...] às vezes o coordenador do projeto tenta desenvolver algum projeto para gente fazer à distância, como ter aula online pelo aplicativo Zoom. Não sei exatamente o porquê, mas acabou não rolando.” (**Maça**, fala emitida durante a história oral)

“Eu tenho participado das atividades do projeto de forma online e está sendo tranquilo. Mas, isso só está sendo possível porque não tá tendo escola.” (**Lobinha** - fala emitida durante a história oral)

“Antes da pandemia, o meu teclado ficava mais guardado, inclusive quando eu estava aqui na escola de música, eu tocava mais no projeto. Agora ele já fica em cima da cama aberto.” (**King** - fala emitida durante a história oral)

“Com a pandemia e a interrupção das atividades, eu estava ficando em casa aflito, meio depressivo. E o Projovem passou a buscar a interação online, no começo eu não participei, mas agora eu estou em todos os coletivos, eu achei que foi muito bom, tenho ficado mais ativo.” (**King** - fala emitida durante a história oral)

No encontro online, os/as adolescentes puderam se manifestar em relação as minhas propostas temáticas e discordaram do nome da primeira categoria que inicialmente era, “Essa pandemia está muito chata!” e sugeriram “O que não mata nos deixa mais forte! - sentimentos negativos e positivos a respeito da pandemia”, pois, segundo os/as adolescentes, houve influências positivas também nesse momento.

“Bem, como eu disse lá na minha entrevista, eu tenho uma visão um pouco diferente da pandemia, porque, para mim, foi algo positivo, pessoalmente. É claro que não foi positivo no total da palavra, afinal morreram meio milhão de pessoas, muitas pessoas vão sair desse momento pandêmico com uma série de problemas psicológicos, algumas fobias, algumas doenças, mas, eu acabei me livrando das minhas, né? Por incrível que pareça...que ironia, né? Então, ao me ver, eu cresci bastante na pandemia, reví bastante os meus laços pessoais, tanto quanto a minha família quanto com amigos. Deixei de ver pessoas, que hoje eu entendo que foi benéfico, que essas pessoas não me faziam tão bem assim. Aprendi a me impor melhor. Aprendi a não me submeter a várias coisas, mas tem esse lance da escola, que acabou

abandonando a gente e vamos ter que correr atrás do prejuízo, depois que tudo isso se normalizar, né? Então, eu acho que é isso, acho que a gente vai ter um longo período pós-quarentena também, não só quando todos forem vacinados vai voltar tudo a ser como era antes, ainda vai ter um chão pela frente.” (**Cebola** - fala emitida no encontro)

Nenhum/a adolescente emitiu novas opiniões e todos concordaram com o que foi colocado para o último eixo e suas categorias.

Foram decididos no encontro ainda em relação ao título do documentário:

“Olha, eu tive uma ideia, ela é bem óbvia e bem direta, como a gente tem muito jovem, e a maioria aqui é artista, eu pensei em ‘Jovem Arte’, de arte jovem, sacou?” (**Cebola** - fala emitida no encontro)

“Jovem Arte - Criando as próprias oportunidades, será?” (**MC WT** - fala emitida no encontro)

“Dá para colocar como nome do título ‘Jovem Arte’ e ‘criando as próprias oportunidades’ como subtítulo, embaixo.” (**Profissional do cinema e artes digitais** - fala emitida no encontro)

As discussões acerca do título avançaram pelo aplicativo de trocas de mensagens Whatsapp e, por votação unânime, o título do documentário foi definido para “Jovem Arte - Criadores das próprias oportunidades”.

#### 10.2.2.4 Terceiro Grupo de discussão

O terceiro e último encontro online teve como objetivo o fechamento das construções da pesquisa junto com os/as adolescentes e funcionou no formato de uma roda de conversa online com todos os/as adolescentes presentes e o profissional do cinema e artes digitais. Novamente, um(a) dos(as) adolescentes não conseguiria participar por dificuldades econômicas de acesso à internet e foi necessário que eu enviasse o valor do crédito para a participação.

Dividida de maneira didática, a conversa teve 3 temáticas centrais, mas que muitas vezes se sobrepuseram. O primeiro tema, em relação a opinião dos/as adolescentes acerca do conteúdo e produção do documentário, o segundo referente a impressão dos/as adolescentes sobre participar de uma pesquisa dessa natureza e o terceiro sobre a forma de divulgação do documentário (QUADRO 5).

**Quadro 5 – Resumos das atividades e objetivos do terceiro encontro**

	Atividades	Objetivos
3º Encontro	Roda de conversa	Fechamento do filme documentário Impressão dos adolescentes sobre a participação Divulgação do documentário

Fonte: Elaborada pela autora.

Nesse primeiro momento, os/as participantes foram convidados/as a dar opinião e identificar possíveis erros de digitação dos créditos, de edição e conteúdo do documentário. Foi reforçado ainda sobre a possibilidade de retirar informações ou acrescentar, a partir do que já tinha sido produzido como conteúdo.

O profissional de cinema e artes digitais justifica a limitação dos direitos autorais para acrescentar as músicas selecionados pelos/as adolescentes, e relata que acrescentou a trilha sonora a partir de músicas com licença aberta, no entanto, no mesmo estilo de música solicitado. Além disso, por ter poucos momentos de “pausas” entre as falas dos/as adolescentes a música só poderia ser encaixada em momentos breves. A música cantada por Maria e enviada pela adolescente foi colocada na íntegra, no momento dos créditos finais.

Foram realizadas ainda algumas correções no crédito e pausas do vídeo com erros. Os/As adolescentes apresentaram-se satisfeitos com o resultado final e não realizaram nenhuma consideração específica.

Em relação a participação da pesquisa, os/as adolescentes destacam sobre a possibilidade de participar de algo novo e, apesar do nervosismo, sobre a satisfação em participar da pesquisa.

“Eu gostei bastante da experiência, foi uma experiência nova para mim [...], trabalhou bastante comigo, eu me identifiquei muito, com muitas pessoas que estão aqui.” (**Lobinha** - fala emitida no encontro)

“Você acredita que eu falei sobre isso [documentário] com a minha psicóloga? Eu sou muito assim, ansiosa.... Nossa! Eu fiquei muito nervosa! [...] Desde o começo eu falei isso com a minha psicóloga. ‘Hoje eu vou fazer o negócio do documentário, acho que vai ser muito legal!’. E aí, desde o início, eu falei para ela que queria fazer, ela me pergunta até hoje sobre quando vai ficar pronto [...] eu gostei muito, eu fiquei muito feliz com o resultado, eu gostei demais e me identifiquei com quase todos, com as falas.” (Maria - fala emitida no encontro)

“Eu fiquei muito nervosa [...] eu nunca tinha participado de um negócio parecido. Então, foi uma ‘vibe’ bem novidade, e eu gostei bastante, porque foi legal, foi novidade, gostei.” (**Maçã** - fala emitida no encontro)

“Olha, para mim, foi bom, uma experiência nova! Eu nunca tinha feito uma entrevista desse tipo assim na vida.” (**MC WT** - fala emitida no encontro)

Após o levantamento da impressão de participar da pesquisa, os/as adolescentes foram convidados/as a pensar sobre a forma de divulgação do documentário tanto no formato online, quanto com o aumento da flexibilidade de encontros presenciais de divulgação nos próprios projetos.

“Eu divulgaria em toda parte, porque eu achei muito massa! Eu divulgaria pelas redes sociais, pelo meu projeto...pelos projetos deles [outros adolescentes].” (**Maria** - fala emitida no encontro)

“Por mim tudo bem, eu vou sair divulgando por aí, pelo Instagram.” (**MC WT** - fala emitida no encontro)

“A gente é a geração Z, a gente só usa Instagram.” (**Maria** - fala emitida no encontro)

“Eu posso fazer um ‘teaserzinho’ no meu Tik Tok e tentar divulgar no meu Instagram.” (**Cebola** - fala emitida no encontro)

“É só colocar o link na Bio do Instagram.” (**Maria** - fala emitida no encontro)

“Dá para divulgar no grupo de WhatsApp do meu projeto, lá tem várias pessoas importantes.” (**Maria** - fala emitida no encontro)

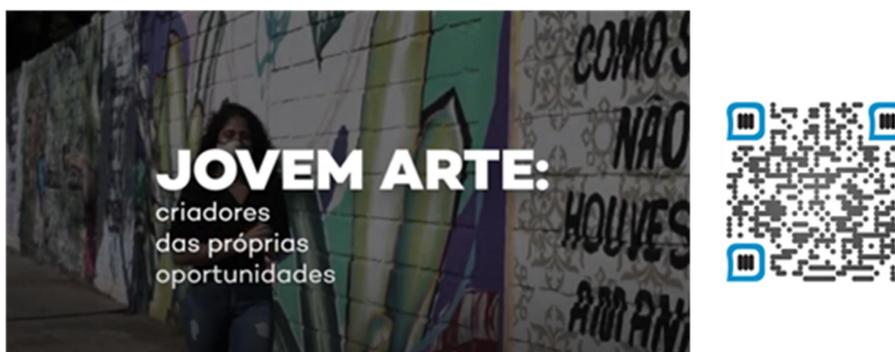
O profissional do cinema e artes digitais se propõe a fazer alguns cortes das melhores falas de cada para que fiquem vídeos curtos e possam ser divulgados em outras redes sociais com maior facilidade. Os/As adolescentes trocam os Instagrams para que possam se referenciar nas redes sociais e aumentar a divulgação. O grupo de WhatsApp da pesquisa permanece para que ainda possam ser conduzidas algumas ações em conjunto sobre esse processo, no entanto a participação é baixa pelo aplicativo após o encontro.

A construção do produto de forma coletiva se desenvolveu durante os encontros coletivos online. Dificuldades relacionadas à pandemia e ao quadro socioeconômico dos/as adolescentes, dificultando o acesso à tecnologia e a internet trouxeram desafios ao processo de filmagem e restringiram as opções de possibilidades de tipos de filmes. Diante, portanto, das filmagens realizadas com as histórias orais de vida e da impossibilidade de novas gravações presenciais, foi sugerido aos/as adolescentes a construção de um documentário.

Com o auxílio do profissional de cinema e artes digitais, os/as adolescentes receberam informações sobre como ocorre a construção de um documentário e os elementos que o compõe

Apesar da participação algumas vezes precisar de mediação, alguns fatores foram objetivamente colocados por eles: não haveria a participação de outros adultos no documentário e o foco deveria ser nos adolescentes, os vídeos e as músicas feitas de forma caseira por alguns participantes deveriam ser incorporados ao documentário, e a música, que teve limitações técnicas para serem acrescentadas deveriam ser condizente com o desejo de cada adolescente. O vídeo produzido pode ser acessado pelo QR code disponibilizado na Figura 9:

**Figura 9 – Documentário produzido com os adolescentes sobre a participação em projetos de arte e cultura**



Fonte: Elaborada pela autora

### **10.3 Desafios em pesquisa com adolescentes em um período pandêmico**

Atravessados por um período pandêmico, toda a pesquisa teve que se reorganizar e se desenvolver com as incertezas do momento, tanto com as flexibilidades de modalidade de pesquisa, que ora ocorriam de forma presencial, ora na modalidade online, quanto aos desafios econômicos e sociais.

Durante o processo de pesquisa três dos/as adolescentes passam a trabalhar para contribuir com a renda familiar e apresentaram dificuldades econômicas para terem acesso à internet. Ainda que a pesquisadora tivesse providenciado crédito para que os participantes conseguissem participar da pesquisa, três dos/as adolescentes também tiveram problemas no aparelho de celular, prejudicando a participação. Um dos/as adolescentes não conseguia ter área para acessar o celular de sua casa e tinha que se deslocar para estar em um local favorável durante os momentos dos encontros.

O local das gravações também foi um dificultador nos momentos de pandemia. Os/As participantes selecionaram o local, no entanto, a cidade estava em um período bastante restritivo em decorrência da Covid-19, sendo necessárias diversas mobilizações burocráticas e a autorização da prefeitura para a gravação no local desejado. Além de todo o esforço em diminuir ao mínimo qualquer risco de contágio, como a gravação em locais abertos, ainda que prejudicassem a gravação.

Além das dificuldades relacionadas ao momento pandêmico, econômicas e sociais, a baixa participação também foi algo que se apresentou como uma constata progressiva durante a pesquisa. Apesar da dinâmica quebra-gelo e tentar fomentar as discussões entre os participantes, até mesmo no grupo de WhatsApp montado para esse fim, a participação foi gradativamente caindo durante os encontros, que apresentavam uma dificuldade crescente também para serem agendados.

Algumas hipóteses nesse sentido foram pensadas, como o pouco tempo de pesquisa participativa e o baixo contato com os/as adolescentes anterior ao período da pesquisa poderiam justificar a baixa participação. Além disso, a própria emergência de se discutir assuntos pessoais que os atravessavam no momento como a obtenção de um novo emprego, discussões familiares e a própria pandemia e seus desdobramentos tomaram a cena em diversos momentos durante a pesquisa. No último encontro, por exemplo, de forma paralela ao que estava sendo discutido, os/as adolescentes passam a questionar sobre a volta escolar no chat, e em todos os encontros os/as participantes trazem angústia sobre o mundo “pós-covid”.



## 11 DISCUSSÃO

A discussão e os aprofundamentos teóricos que se desdobram desta pesquisa foram separados da apresentação dos resultados, como uma escolha política e simbólica para assegurar um espaço de destaque às falas e expressões do Cebola, da Maçã, da Maria, da Lobinha, do MC WT e do King, que generosamente participaram da produção desta pesquisa.

Nesta seção, a organização da discussão se distribui, portanto, por meio das quatro subseções referentes aos eixos temáticos, validados pelos adolescentes participantes, a saber: Laços e nós: família na tessitura de redes de apoio; Transgressão e outras formas de liberdade e bem-viver; Você não está sozinho, viu? e Kit-Covid: resiliência e afeto. E finaliza com a subseção Jovem-arte: criadores das próprias oportunidades, que fala sobre a produção do documentário resultante da pesquisa e meio de devolução social.

Além disso, a discussão se organiza a partir de uma proposta de sistematização das repercussões identificadas pelo/as adolescentes sobre a vivência de participação em projetos de arte-cultura e a própria saúde mental e sua promoção. Essa leitura e proposição foi feita pela lente da Atenção Psicossocial (BRASIL, 2014a; FERNANDES et al., 2020; YASUI, 2010 ), da Promoção em Saúde (BUSS, 2009; CZERESNIA, 2009) e Promoção em Saúde Mental proposta por Oliveira (2021), não tendo o objetivo de esgotar as ideias ou protocolar processos que se estruturam pela inventividade, mas, sim, contribuir com o avanço da produção no campo e levantar novas questões a serem exploradas em estudos e práticas futuras.

### 11.1 Laços e nós: famílias na tessitura de redes de apoio

A adolescente Maçã não considera que o atravessamento de uma emergência sanitária da magnitude da Covid-19 tenha prejudicado sua saúde mental e correlaciona que talvez seja pelo fato de que, mesmo durante o período de grande reclusão social, sempre pode contar com a mãe, o padrasto e irmãos. Para King e MC WT, a família representa motivação e incentivo, inclusive econômico, para conseguirem se desenvolver na vida e estarem bem mentalmente, e concluem: “Eles cuidaram da gente direitinho”. Contudo, para Lobinha, os irmãos representam grande fonte de sofrimento psíquico em sua vida, trazendo sentimentos intensos: “Me faz sentir que estou morrendo aos poucos, sinto que vou morrer todos os dias”. Para Cebola, o período de muitas brigas familiares provocou marcas de sofrimento e problemas em sua saúde mental.

De forma geral, a relação entre a família e a saúde mental dos/das adolescentes não se apresenta de forma unânime, variando até mesmo durante a narrativa do mesmo adolescente. Oscilando entre facilitadores e barreiras, a família e a saúde mental foram apresentadas de forma divergente nas falas dos/das adolescentes, que, no entanto, apresentam um ponto de confluência em suas narrativas: a centralidade desse núcleo para sua vida. Ora tida como positiva, ora como negativa, a família é reconhecida pelos/as adolescentes tanto como suporte social e apoio emocional quanto prejudicial. Em alguns momentos, portanto, se estruturando pela delicadeza dos laços, em outros trazendo as primeiras dificuldades, e os “nós” relacionais com que devem conviver. Dito de outra forma, para o bem ou para o mal, a família ganha uma natureza totalizante na responsabilização desses efeitos entre os participantes desta pesquisa, corroborando as discussões de outros autores (ABRAMO, 2005; GONÇALVES; COUTINHO, 2008).

Conceituada como uma unidade constituída por membros diversos a partir de um sistema aberto para o social, a família e sua organização respondem de maneira direta aos processos socioculturais e econômicos de cada época. Essas transformações visam responder aos desafios a partir de uma melhor adaptabilidade a cada contexto histórico. Além disso, representam o espaço inicial de formação de identidade de crianças e adolescentes, que se constituem a partir de um primeiro contato com o “outro” (GONÇALVES; COUTINHO, 2008; TAÑO et al., 2021). Nessa perspectiva, quando falamos de grupos de familiares advindos de contextos vulnerabilizados e a partir do olhar dos adolescentes, é possível identificar especificidades que merecem realce, justamente por poder ser um local simbólico estratégico de atenção a essa população (BRASIL, 2014a; GONÇALVES; COUTINHO, 2008; TAÑO et al., 2021).

A centralidade persistente que esse núcleo assume na vida dos adolescentes, em especial nos brasileiros (GONÇALVES; COUTINHO, 2008), é algo que se destaca também nesta pesquisa e pode ser um ponto importante no desenvolvimento de ações de saúde mental com esse público. Vasconcelos (1999) propõe que a concentração de referência e a idealização pelos adolescentes em relação à família, em especial aqueles advindos de contextos de vulnerabilidade, funcionam para eles como um mecanismo de defesa, uma acumulação da responsabilidade na família, de modo a conseguir sobreviver, a despeito do Estado. A real natureza dessa centralidade merece aprofundamentos que extrapolariam os objetivos deste estudo, mas parece indicar um caminho a ser considerado em ações desenvolvidas com adolescentes.

Em família se possui uma estratégia de sobrevivência para o presente, se constrói um projeto para o futuro e se avalia o que foi o passado. Assim, a valorização da família, tão forte nas classes populares, é resultado do modo como os trabalhadores vivem sua condição de classe, com seus desejos, projetos e limites e não produto da imposição de valores próprios de outras categorias e classes sociais. (VASCONCELOS, 1999, p. 9).

Diante disso, e a partir do reconhecimento dessa importância da família para os/as adolescentes, é possível aprofundar a compreensão sobre como essa relação central, positiva/negativa, pode influenciar no processo de acesso e permanência em espaços de projetos de arte e cultura. Segundo os/as adolescentes, o incentivo familiar foi considerado fator crucial para a participação e permanência nos projetos. Para MC WT, o incentivo acontece com a compra de recursos artísticos e a motivação da divulgação de suas produções musicais nas redes sociais; para Maçã, ter a mãe praticando Capoeira junto “foi a coisa mais legal da vida”. Cebola conta que a mãe, ao perceber que o adolescente não estava bem, o incentivou a ficar na Capoeira, e isto foi decisivo para sua permanência no projeto. De maneira geral, os/as adolescentes relatam grande satisfação com o envolvimento dos familiares nos projetos, além de relatarem uma continuidade e persistência do bem-estar identificado nessa participação para o ambiente domiciliar, reverberando inclusive nos hábitos familiares.

No entanto, na contramão da importância da família identificada pelos/as adolescentes para a participação e permanência, ações voltadas para crianças e adolescentes que contemplem a família e suas realidades locais ainda são incipientes e pautam-se, com frequência, em um cuidado centrado no sujeito de forma individualizada, na doença, excluindo a família não só no processo de cuidado mas nas construções políticas. No Brasil, essas iniciativas respondem ainda a um passado recente de programas e projetos isolados e com um investimento não formalizado por políticas governamentais (FERNANDES, 2019; TAÑO et al., 2021).

No contexto brasileiro, a inclusão dos familiares em serviços que acompanhem crianças e adolescente tem uma história fortemente associada à filantropia ou fora de uma rede sistematizada de cuidado. O acompanhamento da família ocorria, e ainda ocorre atualmente, de forma coexistente com programas governamentais sistematizados, por meio de organizações não governamentais, escolas, instituições religiosas, entre outros, que, apesar dos resultados positivos, têm como característica as ações não continuadas, o que acaba por fragilizar essa parceria. Com isso, as ações promovidas de forma descontínua acabam por aumentar as responsabilizações individuais, ou são voltadas unicamente ao sujeito, sem

contemplar a família, comunidade ou outros espaços coletivos (FERNANDES, 2019; TAÑO et al., 2021; VASCONCELOS, 1999), como evidenciado na fala de Maria, MC WT, King e Lobinha: “Da minha família só eu faço parte de projeto de arte-cultura”.

Apontando para uma possível distância das vivências dos adolescentes nos espaços de arte-cultura e o ambiente familiar, foi possível observar também por meio das falas dos/das adolescentes certa cisão simbólica sobre esses dois locais; sendo possíveis no primeiro liberdades e discussões que não são alcançadas na realidade familiar, exemplificadas por meio da fala do Cebola: “Eu fiz algumas aulas de teatro e lá é fundamental a liberdade de expressão, de se impor... e o que muitas vezes no âmbito familiar eles não pregam tanto, você acaba sendo reprimido, né?”. Ou ainda, por meio da fala de Maria: “Antes eu não tinha para quem falar o que eu sentia, para quem falar das minhas músicas, dos meus gostos [...]. Quando eu cheguei lá no projeto, todo mundo conhecia e a gente cantava as músicas, era muito legal...”.

Essas indicações precisam de aprofundamentos, mas podem sugerir que os projetos têm contemplado de forma tímida a família, com as ações ainda voltadas exclusivamente para os adolescentes, que acabam considerando esses espaços, casa-projeto, fragmentados subjetivamente, sem conexão, apesar da já identificada importância de considerar o núcleo familiar em ações dessa natureza.

Atualmente, se reconhece o papel da família pela perspectiva da APS e a importância da convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes, tanto para os cuidados mais intensos, nos quadros de sofrimento psíquico, quanto para as ações de promoção de bem-estar, saúde e saúde mental. Crescem, em consonância com essa defesa, o resgate da cidadania e a potencialidade de parceria, fortalecimento e escuta desses familiares. O momento atual reflete, portanto, justamente esse movimento de crítica, complexidade e dinamicidade de tentativa de responsabilização do Estado, comunidade e família para a luta da garantia de direitos de crianças e adolescentes. E, em linguagem direta, de atenção, para que violências não sejam produzidas e dissimuladas em nome de um “cuidado” (TAÑO et al., 2021).

Mas isso não foi sempre assim. Historicamente, para as políticas de saúde mental no Brasil, os familiares de pessoas em sofrimento psíquico foram se adequando ao nível de possibilidade de participação política e de cuidado; em alguns momentos sendo incluídos, em outros, eliminados; em alguns períodos vitimizados e, em outros, culpabilizados. No entanto, como variável constante, sempre orbitaram como elemento fundamental no cuidado, tanto pela ausência como presença. Contudo, o papel da família, quando se trata de saúde mental

infantojuvenil, apresenta um percurso diferenciado dos familiares do adulto que, de acordo com Taño e colaboradoras (2021), merece destaque.

Dividindo espaços de poder e tutela, a família, além de outras instituições como a escola, a igreja e outras entidades civis, durante séculos usurparam de crianças e adolescentes sua subjetividade e direitos. Com as lutas da reforma psiquiátrica, vários paradigmas que direcionavam o cuidado pelo modo asilar foram destituídos, e novas formas de cuidar foram sendo propostas, e a cada uma dessas mudanças - éticas, políticas e práticas - a família foi ocupando um local diferente dentro das estratégias de cuidado (COUTO; DELGADO, 2015; TAÑO et al., 2021).

Quando se trata de crianças e adolescentes, ainda que não representadas numericamente dentro dos hospitais psiquiátricos, em comparação aos adultos, essa população também conta com uma história de institucionalização. Como reflexo de estruturas sociais de violências, suporte fragilizado do Estado e uma deturpação sobre quem tem o direito de estar na cidade, crianças e adolescentes por vezes foram enclausuradas dentro de suas próprias casas, de forma invisibilizada em “instituições domiciliares”, em um processo realizado pelos próprios familiares. Além disso, a população infantojuvenil passou, e ainda passa, por outras formas de exclusão socialmente aceitas, e até mesmo estimuladas, como as “escolas especializadas”, abrigamentos ou ainda locais de encarceramento ligadas à justiça e proteção social. Em resumo, a história da saúde mental infantojuvenil representa uma desassistência radical, silenciada e tutelada que vai além dos manicômios. E as atribuições de cuidado pela família, como primeira instituição de cuidado, proteção e manutenção da vida, nessa linha histórica, variaram durante esse processo, inclusive reproduzindo instâncias macro de violências, tornando-se em alguns momentos as próprias violadoras de direito das crianças e dos/as adolescentes (COUTO; DELGADO, 2015; DIAS; PASSOS, 2017; TAÑO et al., 2021).

A partir da sistematização de Taño e colaboradoras (2021) pela perspectiva da APS sobre o papel da família nos variados pontos da RAPS, e nos serviços diversos que compõem a rede de garantia de direitos da população infantojuvenil, é possível descrever algumas proposições sobre essa relação de forma atual, que serão melhor delineadas a seguir. As autoras organizaram, por meio da análise de documentos diversos, como linhas de cuidados, documentos públicos e conteúdos de pesquisa desenvolvidos sobre o tema, três possibilidades decorrentes desse encontro família-serviços (BRASIL, 2014a; TAÑO et al., 2021).

Contudo, antes de aprofundar sobre essa relação, vale destacar que essa perspectiva família-serviço apresenta uma diferenciação significativa quando se trata de projetos de arte-

cultura, em consequência dos baixos constrangimentos institucionais que esses projetos estabelecem com os adolescentes, e do lugar que ocupam no mapa relacional desse participante. Dito de outra forma, os projetos de arte-cultura se inserem na rede dos adolescentes a partir do interesse desses participantes, de forma optativa, diferente da escola ou ainda de instituições relacionadas à saúde (ABRAMO, 1994; OLIVEIRA, 2021; SAVEGNATO, 2018). Portanto, a tentativa é avançar, a partir da sistematização proposta por Taño e colaboradores (2021), de forma a refletir sobre o local que esses projetos de arte-cultura ocupam nessa relação, contemplando suas especificidades e a partir das narrativas dos/das adolescentes.

A primeira proposição sistematizada por Taño e colaboradoras (2021) da relação família-serviço está no papel ativo que o núcleo familiar pode assumir nas contribuições aos projetos de vida das crianças e dos adolescentes e nos Projetos Terapêuticos Singulares (PTS), além das significativas informações que a família pode oferecer em relação às crianças e adolescentes e suas interações com o mundo; a segunda proposição dessa relação é a da família como um grupo que também precisa de cuidado e que deve estar contemplado nas estratégias da equipe, dos projetos e iniciativas que se dediquem a atividades com a população infantojuvenil, e por último, no incentivo à politização, autonomia, emancipação e controle social dessa população (TAÑO et al., 2021).

Para o primeiro ponto, contemplando as contribuições que a família pode oferecer (TAÑO et al., 2021), retomando o espaço simbólico que esse núcleo ocupa na vida dos/as adolescentes, já citado, em especial dos advindos de contextos vulnerabilizados, os projetos de arte-cultura, ao buscarem a aproximação com a família, podem se beneficiar do que Taño et al. (2021, p. 31) propuseram como “familiares enquanto agentes do cuidado”. Para essa proposição, é possível resgatar o saber daquele grupo, valorizar organizações locais e proporcionar construções singulares, participativas, emancipadoras e democráticas, mais correspondentes culturalmente, o que poderia favorecer a inclusão.

Aproximando da ideia de educação libertadora de Paulo Freire (2014), a partir da situação existencial de forma concreta, com todas as suas potencialidades e constrangimentos contextuais, é possível direcionar as construções de forma horizontal e com respostas mais específicas, libertadoras e efetivas. Além disso, a família, a partir de sua importância estratégica e central na vida dos/as adolescentes, ao estar mais presente, pode possibilitar maior engajamento (GONÇALVES; COUTINHO, 2008).

Dando continuidade à proposição Taño et al. (2021, p. 31), os projetos de arte-cultura se estabelecem também como mais um ponto nesse mapa relacional, tanto dos adolescentes,

quanto das famílias. Diante disso, os projetos podem contribuir com o que a autora identificou como “famílias como sujeitos do cuidado”. Em outras palavras, os projetos de arte-cultura podem visibilizar o aparecimento das necessidades e dificuldades da realidade local e das famílias, que normalmente não aparecem em outros pontos da rede, inclusive os da saúde (AMARANTE et al., 2012; FERNANDES, 2019), ajudando famílias como as do Cebola: “A família inteira melhorou e caminha para melhora, graças ao coordenador do projeto”.

Ao possibilitar uma vinculação que não se organiza pela via da burocratização, mas do afeto e do interesse – ou, como disse MC WT, “[...] aquele local onde você chega e se sente bem-vindo, onde as pessoas vão te receber bem e vão ajudar se você tiver precisando” – é possível o acolhimento de uma forma diferenciada dessa família e, dessa maneira, contribuir também como mais um ponto da rede de cuidado e promover saúde mental. A esse respeito, é possível ilustrar a entrada estratégica dos projetos como agentes de cuidado das famílias com falas dos adolescentes que se referem à contribuição desses serviços na amenização de momentos de sofrimento e conflito e na “abertura” da mente de familiares para outras possibilidades, como relatado pela adolescente Maria: “Minha irmã também mudou. Antes ela era meio cabeça fechada, hoje eu abri a mente dela para algumas coisas, e ela também a minha. A gente vai passando esses ensinamentos”.

Com isso, uma possibilidade de contribuição dos projetos de arte-cultura, junto aos familiares e os adolescentes, identificada no processo de pesquisa, é justamente na atuação de intermediação da relação família-adolescente por meio de novas oportunidades que não se restringem a esse contexto domiciliar. A partir da perspectiva da APS e das narrativas dos adolescentes, propõe-se, que a entrada do projeto de arte-cultura funcione como um terceiro elemento nessa dinâmica. E, dessa maneira, os projetos de arte-cultura possam contribuir na amplificação de referenciais de ideais dos adolescentes.

As narrativas permitiram compreender ainda que, com a aproximação dos familiares dos projetos de arte-cultura, houve uma expansão das possibilidades dessa relação, que passaram a contemplar redes mais coletivas, antes frequentemente restringidas ao ambiente domiciliar e à escola, segundo os adolescentes. Nessa linha de pensamento, os projetos puderam auxiliar na criação de uma rede solidária, ampliada, que propiciou o fortalecimento de espaços físicos e simbólicos como ponto de atenção, promovendo, dessa maneira, saúde mental, para além de uma perspectiva clínica, favorecendo, inclusive, novas possibilidades de referenciais pessoais para os adolescentes, que podem ser ampliadas também aos familiares caso aconteça uma aproximação mais efetiva.

Taño et al. (2021, p. 31) destacam o movimento emancipatório e de instrumentalização política que serviços de saúde mental e da rede de garantia de direitos de crianças e adolescentes podem provocar, favorecendo o reconhecimento de direitos e possibilidades de luta, com a potencialização da capacidade crítica do adolescente, de sua família e da comunidade.

No entanto, diferente do que ocorre para o adolescente de forma individual, com uma ampliação do repertório político, os participantes relatam que as famílias, de forma geral, apresentam de forma tímida essa construção, como identificado pela fala da Lobinha: “Eu nunca tinha pensado sobre essa questão de consciência negra antes, eu sou muito avoada, não acreditei que acharia interessante. E na minha família a gente não discute sobre isso, eu evito falar sobre questões relacionadas à política com eles”; ou ainda quando Maria afirma: “Sinto também que com a participação no projeto eu fiquei mais crítica politicamente [...]. Só que na minha casa ninguém fala muito sobre isso e eu não tinha onde recorrer”.

Essa lacuna talvez se dê pela ausência de aproximação real dos familiares aos projetos ou por impasses na relação entre os familiares e os adolescentes para que esse acesso aconteça de forma efetiva, o que abre a novas possibilidades de investimento de pesquisa. Apesar da centralidade da família já citada, e identificada pelas narrativas dos adolescentes na pesquisa, contraditoriamente, os participantes relatam uma sensação de não pertencimento aos espaços familiares, não se sentirem subjetivamente livres nesse grupo, e relacionam os familiares como pessoas com quem “não é possível falar sobre determinados assuntos”, ainda que relacionados aos interesses dos adolescentes. Representam, dessa maneira, um espaço de sobrevivência e de afeto, mas não necessariamente um local simbólico para o acolhimento de questões subjetivas importantes dos adolescentes ou discussões mais politizadas.

Os projetos de arte-cultura representam um espaço alternativo, uma possibilidade de exercício de liberdade, de reconhecimento, de outras oportunidades, interesses e pertencimento. Como dito pela adolescente Maria, espaços onde são possíveis circulação de falas, silêncios e afetos, que não competem com as outras redes de apoio do/as adolescente, mas as complementam e amplificam. A partir dos projetos de arte-cultura, os/as adolescentes apontam a possibilidade de novas experimentações. Tais constatações levam a questionar até onde os/as adolescentes preservam este local como um espaço próprio e qual o limite de permissão de entrada que essa população identifica como viável para que mantenham essa característica de liberdade. O modo como a presença dos familiares adultos influencia na apropriação dos espaços de lazer, arte, cultura e esporte dos adolescentes merece aprofundamentos e investigação junto a essa população. Isso porque, frequentemente, os

adolescentes apresentam uma participação diferenciada nos projetos de arte-cultura, quando comparada com outros espaços, como o domiciliar e o escolar, pois respondem a ordens e regras diferenciadas nesses locais (ABRAMO, 1994)

[O espaço de lazer] é um espaço menos regulado e disciplinado que o da escola, do trabalho e da família. O lazer se constitui também como um campo onde o jovem pode expressar suas aspirações e desejos e projetar um outro modo de vida. Podemos dizer assim, que é uma das dimensões mais significativas da vivência juvenil (ABRAMO, 1994, p. 62).

Portanto, a depender dos investimentos despendidos pelos projetos e tentativas de aproximação, e a própria disponibilidade dos/das adolescentes em permitir esse acesso, existe uma variabilidade quanto ao nível de envolvimento do grupo familiar, especialmente na participação de discussões políticas e, mais especificamente, dos adultos desse grupo. Em outras palavras, os adolescentes sentem-se felizes com a entrada e participação dos familiares, mas, de forma contraditória, os incluem de forma tímida em outras discussões de cunho mais politizado que estejam acontecendo no projeto, o que indica um caminho ainda a ser aprofundado por novas pesquisas junto a essa população.

Sumarizando os resultados relacionados à família até o momento, identificam-se algumas questões que se destacam a partir das falas dos adolescentes: a) a centralidade da família na sua vida, que ganha conotações totalizantes mas também paradoxais, ora representando “tudo”, ora não oferecendo espaço para diálogo, o que é compatível com o estudo de Gonçalves e Coutinho (2008); b) a idealização da figura parental nesse processo e c) a dificuldade de discussão política dentro desses espaços, que aparece ainda como um assunto *tabu* (GONÇALVES; COUTINHO, 2008; VASCONCELOS, 1999), possível apenas nos projetos de arte-cultura, não alcançando o ambiente familiar.

Em vista dessas constatações, o papel da família na vida dos adolescentes poderia ser contemplado na organização de ações de projetos de arte-cultura, que seriam ressignificados e vistos, para além de estratégias de sobrevivência, como formas de vivências que também podem potencializar movimentos de luta social. Com isso, pode-se ter em mente que cada adolescente que entra em cena em um projeto de arte-cultura pertence a um grupo familiar. Essa percepção e o reconhecimento das realidades locais são fundamentais tanto para melhorar o planejamento do projeto como para aumentar o engajamento, a partir de ações de cuidado, aumento de autonomia e emancipação política, além de ampliar a rede de apoio dos adolescentes, famílias e comunidades.

Destacam-se ainda alguns personagens nos enredos trazidos pelos sujeitos: a mãe como figura ideal de referência psíquica e emocional; a presença paterna por vezes conflituosa; os irmãos em papéis determinantes, desempenhando funções de companheirismo e rivalidade, e os amigos, que se aproximam dessa rede e auxiliam nessa tessitura.

O pai é mencionado por um dos adolescentes como ausente, com quem tem um relacionamento conflituoso; outros participantes identificam, no entanto, a figura paterna como fonte de grande apoio. Diferente da figura materna, que mantém seu espaço de referência e “realeza” na fala dos/as adolescentes. Para esse resultado, merece destaque a reflexão correspondente a relação entre gênero e cuidado familiar, com o papel das mulheres pretas periféricas historicamente relacionado a este papel, desenvolvendo gratuitamente no âmbito doméstico o cuidado direto de crianças e adolescentes. Representações sociais que acabam por reforçar esse local de referência e cuidado das mulheres que aparece não somente para as mães e as avós, mas também, como no caso desta pesquisa, para a irmã (IAGNECZ, 2021).

Pela perspectiva decolonial, pesquisadores tem desvelado sobre a influência e importância de se considerar as violências estruturais nessas organizações sociais que moldam identidades e repercutem no acesso e exercício pleno da cidadania de mulheres (IAGNECZ, 2021), podendo justificar esse local simbólico de reconhecimento e destaque da figura materna para os adolescentes.

De uma maneira geral, os progenitores ou responsáveis diretos, a mãe e o pai representam uma “marca psíquica” na vida dos jovens (GONÇALVES; COUTINHO, 2008, p. 607), que, como já mencionado, no Brasil, se desenvolve a partir de uma estrutura idealizada e associada a uma proteção absoluta, que provoca uma forte dependência a esse grupo e reverbera em outros campos políticos e sociais. De maneira geral, observa-se, a partir dos resultados, um significativo apelo à estruturação psíquica idealizada da figura parental.

[...] tais marcas psíquicas [se devem] a razões históricas e culturais que favorecem, entre os brasileiros, um movimento regressivo em direção a figuras infantis onipotentes, o que [...] complica enormemente o exercício da democracia, em nosso país. Assim, no Brasil, a maneira pela qual os líderes e os projetos políticos são eleitos pela população pode ser articulada a uma condição cultural de permanência no discurso materno e na posição infantil de dependência. Desse modo, o sentido de coletividade, de renúncia individual e do convívio com as diferenças fica prejudicado. (GONÇALVES; COUTINHO, 2008, p. 607)

Nessa direção, destacam-se as fronteiras não limitadas dessas idealizações, que ganham os espaços políticos e podem prejudicar a assunção de posturas mais autônomas e

emancipatórias. Nessa linha argumentativa, a partir do pensado sobre os resultados deste estudo, apesar de possíveis dificuldades de entrada nessa relação família-adolescente, os projetos de arte-cultura, poderiam apresentar possibilidades e oportunidades, e, assim, ao conquistar esse acesso, provocar a uma maior ampliação e fortalecimento político.

Ainda sobre a relação familiar, destacam-se as formas extremas de se referir à função fraterna, apresentada pelos/as adolescentes por meio de opostos de um mesmo espectro; identificada em alguns momentos como positiva, de apoio, inclusive no período da pandemia, e outros de forma negativa, como a causa maior de sofrimento psíquico, como se vê na fala da adolescente Lobinha: “Eu sou muito apegada aos meus irmãos por parte de pai, mas às vezes eles não me fazem bem. Esses dias, eu senti uma fincada no coração... minha mãe acha que é depressão”.

Outras situações evidenciam relações de companheirismo e parcerias no projeto, ao lado de desencorajamento a continuar com a participação, como mencionado pela adolescente Lobinha sobre o seu interesse em tocar violão: “Eu tenho interesse nisso, mas o problema é minha irmã. Ela me desestimula, fala que não vou ganhar dinheiro com isso”. Todas essas situações foram citadas pelos/as adolescentes participantes da pesquisa, e em alguns momentos ditas pelo mesmo adolescente. Apesar de divergentes entre si, as falas apresentam como fator concordante a crucialidade da relação entre irmãos para se estar ou não em um projeto de arte-cultura.

O laço de fraternidade surge a partir de uma relação não escolhida, genética, que pressupõe partilhas sociais, além dos próprios recursos materiais. O vínculo entre os irmãos é descrito pela literatura como uma importante relação que se torna ainda mais aprofundada no período da adolescência. Não está diretamente ligado ao laço sanguíneo e pode se estabelecer por relações de amizade. Adolescentes com frequência utilizam-se dessa estratégia como primeiras experimentações do social, de identificações horizontais, além de essa relação com irmãos representar uma importante rede de apoio (GOLDSMID; FÉRES-CARNEIRO, 2011).

O laço de fraternidade representou para os/as adolescentes participantes desta pesquisa variável fundamental para participação e permanência nos projetos de arte-cultura, como citado pela participante Maria, que afirma que a irmã gêmea cedeu o seu lugar no projeto para que a adolescente pudesse participar, e, assim, teria alguém que pudesse cuidar do irmão mais novo: “Minha irmã chegou a ir, uma ou duas vezes, e ela abriu mão para eu poder participar. Ela foi muito legal comigo, porque apenas uma de nós duas poderia participar do projeto; alguém teria que ficar para cuidar do nosso irmãozinho [...]; muita gente não ia, porque tinha que ficar cuidando do irmão em casa, precisava fazer as coisas”.

Em contextos e grupos sociais em que a família e a comunidade são vistas como as bases da sobrevivência moral, psicológica e econômica das pessoas, estudos apontam que as práticas de cuidado de crianças são comuns nas localidades onde vivem e consideradas importantes para a sobrevivência de suas famílias. Crianças e jovens cuidam de outras crianças, cuidam de pais e parentes doentes e contribuem ativamente para as atividades domésticas em casa. (LARA, 2021, p. 134).

No relato, emerge uma outra realidade relevante para este estudo. Na realidade latino-americana, crianças e adolescentes compartilham com os adultos o papel de cuidadores, que não são exercidos unicamente pelos pais/responsáveis (GARCÍA PALACIOS; HECHT; ENRIZ, 2015; LARA, 2021). Com frequência, esses adolescentes de camadas populares se ocupam do cuidado/educação dos/as irmãos/as ou ficam em casa para a realização dos afazeres da casa, de modo que para poder participar de projetos de arte-cultura, é necessário realizarem negociações e readequações no ambiente familiar (PÉREZ; SILVA, 2021). Sobre esse aspecto, é importante a retomada do modelo conceitual com o qual esta pesquisa se relaciona, qual seja, a ótica da decolonialidade crítica, considerando as realidades práticas e as implicações contextuais. Com isso, reconhece-se que o cotidiano e os papéis desempenhados por crianças e adolescentes latino-americanas, bem como as responsabilidades atribuídas a essa população para auxiliar na sobrevivência da família, respondem a diversas influências socioeconômicas e culturais. A escuta dessa realidade diz de infâncias e adolescências que têm modos de vidas e práticas sociais que não são homogêneas e globalizadas e que devem ser escutadas (LARA, 2021).

Evidencia-se, assim, que a participação em projetos de arte-cultura, apesar do reconhecimento como algo positivo, por vezes é impossibilitada devido à organização familiar, que não pode ser vista de forma global e única, e a todas as implicações que ela provoca na vivência do aspecto social, principalmente em países do Sul global (CASTRO, 2021; LARA, 2021).

No estudo de Punch (2001) realizado em uma comunidade rural da Bolívia, o autor avalia não somente as divisões de tarefas entre os membros adultos da casa, mas a negociação de tarefas entre as crianças e jovens a partir do viés do gênero, da idade e da organização entre irmãos. O autor observa a importância da composição dos irmãos como fator social importante nas divisões de atividades domésticas, com os mais velhos assumindo com frequência mais responsabilidades do que os irmãos mais novos. Identifica ainda que, conforme as crianças e os adolescentes vão ficando mais velhos, suas responsabilidades gradativamente aumentam, sendo iniciada de forma precoce em países periféricos (PUNCH, 2001).

Vistos como “ajudantes” ou “em treinamento”, as crianças e adolescentes, apesar de apresentarem papéis significativos na contribuição da organização doméstica, com frequência não têm reconhecimento social e familiar. No entanto, são, muitas vezes, personagens fundamentais para a sobrevivência familiar (PUNCH, 2001), o que pode provocar, como identificado nesta pesquisa, que algum dos irmãos tenha que ceder para que o outro participe, e, dessa forma, a organização familiar se mantenha.

Estudos internacionais apontam que o vínculo fraterno positivo auxilia em níveis de depressão mais baixos, além de diminuição do sentimento de solidão. A relação pode contribuir com o aumento da autoestima e satisfação (MILEVSKY, 2005). No entanto, quando a rivalidade nesse grupo toma proporções maiores, pode haver efeitos negativos a longo prazo sobre o adolescente, provocando sentimentos reprimidos e dificuldades relacionais (GOLDSMID; FÉRES-CARNEIRO, 2011).

Diante da observação de um quadro de sofrimento psíquico durante o processo de pesquisa, provocado justamente por essa relação fraterna, foram realizados os devidos encaminhamentos para a rede de saúde mental, a qual era desconhecida, segundo membros do projeto ao qual ela estava vinculada. Assim, percebe-se também que os serviços que atendem essa população devem estar integrados a uma rede maior ou ser contemplados nas estratégias governamentais, e que possam se apresentar para essa rede de saúde mental de outras formas, como em fóruns, reuniões, assembleias, entre outros, de maneira a contribuir nas ações ampliadas e contínuas (VASCONCELOS, 1999).

Resultado semelhante a respeito dessa fragilidade de rede foi encontrado por Fernandes (2019). Por meio de sua pesquisa etnográfica, realizada em um município no interior de São Paulo, a pesquisadora identificou que os projetos de arte-cultura se concentravam em ações vinculadas à cidadania, assistência social e igrejas locais. Apesar da grande importância desses espaços para a comunidade, não foi observado durante o processo de pesquisa articulações em redes ou estruturadas ao Centro de Saúde. Segundo a pesquisadora, esse tipo de articulação entre setores, já estabelecida pela ferramenta da intersetorialidade na APS, poderia ser de significativa contribuição para o território.

Considerando que “os projetos são uma oportunidade para [os adolescentes] se envolverem em atividades ligadas a artes e cultura popular, esportes, uso de mídias e tecnologia, meio ambiente, brincadeiras, reforço escolar, entre outras que as escolas públicas nem sempre oferecem” (PÉREZ; SILVA, 2021, p. 114) e que a rede fraterna desempenha grande importância para o acesso e permanência, principalmente na América Latina, parece relevante que projetos de arte-cultura realizem o mapeamento das estruturas familiares, papéis

e relações, com destaque para a rede fraterna, para que, de forma coletiva, possam pensar em estratégias que respondam de forma singular a cada realidade.

Ainda sobre a rede de apoio dos/as adolescentes, os amigos foram citados pelos/as participantes nesta pesquisa como aqueles que possibilitaram a descoberta da existência de projetos de arte-cultura, como companheiros com quem é possível compartilhar aprendizados desenvolvidos nos projetos e como um suporte emocional. Segundo a adolescente Maça: “Faz muita falta [o convívio com amigos] durante o período pandêmico”. Segundo Gonçalves e Coutinho (2008), a rede de amigos representa para os adolescentes essa possibilidade de experimentações sociais a partir de uma relação horizontal; contudo, diferente da rede fraterna, são escolhidos para estarem nesse lugar.

Gonçalves e Coutinho (2008), por meio de uma comparação dos resultados encontrados em sua pesquisa com os jovens de Bom Retiro e estudos desenvolvidos em países europeus sobre o papel que os amigos desempenham para os adolescentes, observaram uma diferença. Na Europa, os amigos representam o empuxo ao aproveitamento do momento presente, enquanto que a busca dos adolescentes brasileiros é por uma proximidade, por compatibilidade de interesses, categorizando com frequência essa rede de apoio no mesmo patamar que os familiares. Os amigos, nesse caso, seriam a família escolhida.

[...][na Europa], os valores tradicionais representados na família coexistem com os apelos hedonistas dos amigos. No Brasil, ao contrário, a procura dos amigos se traduz na busca daqueles que compartilham os mesmos valores associados à família. Os jovens de Bom Retiro definem os amigos como “os irmãos na hora da aflição” (Katia, 21 anos), “quase irmãos” (Rita, 15 anos), “tipo uma família” (Fabiana, 16 anos). Outros apontam seus melhores amigos como a própria mãe (Ana, 20 anos; Sérgio, 14 anos; Sandra, 17 anos). Configura-se, assim, uma continuidade na matriz de valores, e a referência à família como pólo de organização de relações exteriores a ela. (GONÇALVES; COUTINHO, 2008, p. 602).

Os/As adolescentes, ao serem escutados/as, contraditoriamente saem desse lugar de destaque e compartilham essa cena com a família e amigos. Segundo eles/as, é nesse espaço que se fortalecem, e é nesse mesmo local simbólico que enfrentam dificuldades. Ao deslocar o ponto de partida da produção de saber e do eixo epistemológico para a escuta dos/das adolescentes, os/as participantes dizem sobre os seus próprios processos dentro dos projetos de arte-cultura e falam de maneira clara: é a família que permite/ dificulta esse acesso. Observa-se, ainda, que, algumas vezes, as famílias não se beneficiam dos projetos diretamente ou, segundo os adolescentes, apresentam dificuldade de acesso, resultando um “benefício” individual para o/a adolescente.

Também emerge nas falas dos/as adolescentes uma percepção positiva dos familiares em relação à participação deles nos projetos de arte e cultura. Por um lado, reconhecem que os/as adolescentes adquirem novos conhecimentos e têm acesso a novas oportunidades, no entanto, estranham as mudanças comportamentais advindas dessa participação e o aumento de posturas “transgressoras”. Diante da importância para os/as adolescentes sobre o tema, ele será mais aprofundado no próximo eixo.

## **11.2 Transgressão e outras formas de liberdade e bem viver**

“Essa questão de palavrão é muito importante para mim”, diz a participante Maria, e se explica: “É porque eu sinto que tenho liberdade”. A adolescente relata ainda que, nos projetos de arte-cultura, pode falar e escrever o que quiser, que não será recriminada, inclusive, pode ficar em silêncio, pois no projeto de arte-cultura aprenderam a respeitar esse espaço. Pela escrita em liberdade, Maria aprende sobre o machismo e estruturas patriarcais de poder; entre os gingados da Capoeira, Cebola reflete sobre o racismo e ressignifica a luta; nas batidas da música, MC WT reconhece os seus direitos.

Para Paulo Freire (2014), pela práxis, existe uma convocatória à reflexividade. Nessa linha de entendimento, o fazer no mundo convoca a uma dialética, e esse movimento produz reflexão. Isso é, para o pedagogo, a prática de educação se consolida pelo exercício da liberdade. No entanto, alerta, essa liberdade é então vista como ameaça, pois ela desestabiliza mecanismos de manutenção de poder no mundo.

O “palavrão” como transgressão funciona para uma das adolescentes desta pesquisa como uma possibilidade de exercício de liberdade, de reconhecimento de si com a sua emissão, e do outro com o impacto de sua escuta. Uma rebeldia percebida pelos pais e familiares e que provoca incômodo. Freire (1997; 2014) defende que os adolescentes devem ter esses espaços simbólicos garantidos para exercer sua rebeldia, no entanto, ressalta, ela não deve se esgotar em si mesma ou perdurar como única fonte de exercício de liberdade. A rebeldia deve ser utilizada como energia para lutar contra as desigualdades, mas é apenas o princípio.

Grande defensor dos espaços de liberdade, Freire (1997), contudo, faz uma ressalva quanto à liberdade que defende. Segundo o autor, ela não se estruturaria sem um limite de uma autoridade: “A liberdade sem limite é tão negada quanto a liberdade asfixiada ou castrada” (FREIRE, 1997, p. 118). Entretanto, a borda simbólica proposta pelo limite não deve se estabelecer pelo medo ou coerção, mas como um mediador que dará um “sentido

produtivo e criador ao ato rebelde” (SURJUS, 2019, p. 149). Esse processo é ilustrado por meio da fala da adolescente Maria: “[O projeto] é um espaço que, apesar das regras, a gente podia fazer o que quiser”.

A transgressão e a rebeldia, quando sustentadas pela criticidade, se transformam em radicalização, e, a partir desse processo, é possível mudar o mundo (FREIRE, 1997). Para o autor, essa transformação que ocorre por meio da crítica de situações desumanizantes e a radicalização que advém dela são libertadoras, pois contribuem com ações organizadas coletivas para mudanças concretas. Segundo Taño, Matsukura e Minatel (2021), os princípios de Paulo Freire conversam com as prerrogativas da APS e favorecem o exercício crítico da realidade, além de propor ferramentas dialógicas importantes entre o sujeito e o coletivo, que podem contribuir com o fortalecimento político da intersetorialidade e para a reflexão sobre os conceitos da horizontalidade e participação democrática.

A rebeldia, portanto, é considerada como ponto de partida para a transformação social, pois é consequência da percepção de uma estrutura de injustiça. Os projetos de arte-cultura parecem ser os disparadores, segundo as narrativas dos adolescentes, de uma grande mudança na subjetividade, no reconhecimento de organizações sociais até então nunca percebidas. Segundo MC WT: “A arte muda a vida das pessoas e é muito importante”; ele afirma que ela mudou o seu pensamento, permitindo o acesso a novos conhecimentos e o reconhecimento de direitos. Por meio da experimentação criativa e inventiva das dinâmicas estéticas que ocorrem nos projetos de arte e cultura, são provocadas aberturas de novas possibilidades, permitindo uma perspectiva mais criativa de agenciamento dos adolescentes; além disso, instiga-se a reflexão sobre o discurso normativo, provocando outras formas de bem viver, estruturadas pela diversidade e pela reflexividade (AMARANTE et al., 2012; FREIRE, 1997; OLIVEIRA, 2021).

A rebeldia e a transgressão, segundo o adolescente Cebola, “acontecem mais no início”; depois, eles vão ficando mais “maduros”. Porém, relatam que, nesse ínterim, os adultos com quem convivem, de maneira geral familiares, identificam essa mudança de comportamento de rebeldia e transgressão como um produto que se finaliza em si. Contudo, os/as participantes não concordam com essa perspectiva e consideram que a rebeldia e a transgressão despertadas durante a participação em projetos de arte-cultura representam, na verdade, alternativas de saída da passividade e início da recusa de aceitação de certas situações vivenciadas. São reconhecidas pelos/as participantes também como possibilidades de expressão.

Se o ambiente fornece cuidados satisfatórios e se mostra capaz de reconhecer, aceitar e integrar essa manifestação do humano, a fonte de agressividade integra-se à personalidade total do indivíduo e será elemento central em sua capacidade de relacionar-se com outros, de defender seu território, de brincar e de trabalhar. Se não for integrada, a agressividade terá que ser escondida (na forma da timidez ou do autocontrole) ou cindida, ou ainda poderá redundar em comportamento antissocial, violência ou compulsão à destruição. (VICENTIN, 2016, p. 38).

Os projetos de arte-cultura são reconhecidos pelos adolescentes como os locais onde ocorreu o reconhecimento sobre essas situações e, muitas vezes, o espaço onde descobrem o que fazer a partir disso, além de se sentirem acolhidos e pertencentes. Cebola diz que, ao conhecer a história de mulheres e homens pretos que não se configuravam apenas pelo sofrimento, ele pode conhecer sobre a própria história: “Essa história dá representatividade, e é possível pensar que preto não só sofre. Isso dá autoestima”.

O sentimento de pertença aos locais onde são realizados os projetos de arte-cultura, nos quais são permitidos tipos variados de expressão, representa, também, um importante aspecto de assimilação desses novos conteúdos políticos. O sentimento de pertença tem sido explorado de forma recente com a população infantojuvenil pela perspectiva da Atenção Psicossocial, e representa a sensação de bem estar e reconhecimento com os espaços, pessoas e ideologias que influenciam de forma crucial na construção da identidade e laços sociais (SPERANZA, 2021). Ter o reconhecimento dos espaços de arte-cultura como locais de pertencimento podem indicar caminhos positivos de pesquisa com adolescentes.

Com isso, destaca-se como resultado significativo desta pesquisa a importância atribuída pelos adolescentes ao ganho de criticidade a partir da vivência com projetos de arte-cultura, que, por vezes, fica circunscrita pela percepção de adultos próximos de forma superficial como aumento da rebeldia e transgressão. Para os/as adolescentes, porém, esse fenômeno é percebido como o repúdio a situações degradantes. Para os adolescentes participantes, não se trata, portanto, de uma violência gratuita, mas um aumento de reflexividade possibilitada pela participação nos projetos de arte-cultura que favoreceu, para além do aumento da crítica, aumento de recursos emocionais e do conhecimento para movimentos de resistências.

Os/as adolescentes afirmam que o fomento dessa criticidade e a segurança de espaços protegidos promovem o aumento de sua autoestima, o reconhecimento de hierarquizações de poder, além de oportunidade de identificação de novas possibilidades de lutas pelos direitos sociais, o que corrobora os conceitos de promoção em saúde de Buss (2009) e as propostas acerca da promoção em saúde mental de Oliveira (2021),

Outro fator determinante que os/as adolescentes identificaram como frutos dos projetos de arte-cultura foi o desbravamento de novos territórios, ganhos na mobilidade urbana, ilustrados pela fala frequente de todos os adolescentes participantes da pesquisa: “Se não fosse pelo projeto, nunca teria conhecido esses lugares”. Os/As adolescentes descrevem ainda essas experiências como as melhores vivências de suas vidas, e consideram que, antes dos projetos, tinham um histórico limitado de circulação, reduzida a seus bairros, ao ambiente familiar e à escola, que ficam localizados em regiões mais periféricas da cidade.

A noção de mobilidade urbana, apesar de mais fortalecida em países do Norte global, tem sido gradativamente mais explorada e fortalecida nos países do Sul global, explorando o conceito a partir das suas especificidades. A mobilidade pode ser pensada como:

[...] uma prática social de deslocamento através do tempo e do espaço, que possibilita o acesso a atividades, experiências, pessoas e lugares. Envolve aspectos corporais, interacionais, simbólicos e afetivos, desigualmente vividos, em relação com a classe, o gênero, a idade, a etnia, o território, entre outras dimensões de desigualdade e diferença. (SAVEGNATO, 2018, p. 20).

A partir da literatura recente sobre o tema, vem se debatendo a perspectiva de “capital de mobilidade”, ou seja, da influência de desigualdades sociais que autorizam (ou não) os diversos tipos de circulação. A tese identificada nesses estudos (CASSAB, 2011; CASSAB; MENDES, 2011; SAVEGNATO, 2018) é que, ao se ter acesso a uma maior possibilidade de “encontros”, ou, como amplamente trabalhado dentro da APS, de produção de sociabilidade e trocas sociais, é possível vislumbrar outras mobilidades sociais, que aconteceriam a partir do acesso a novos tipos de capitais sociais e culturais, que representam bens simbólicos influenciadores da reprodução social (BOURDIEU, 1998; SAVEGNATO, 2018; YASUI, 2010; YASUI; LUZIO; AMARANTE, 2018).

Segundo Savegnato (2018), as mobilidades favorecem aos adolescentes reconhecimento de novos interesses, de novas perspectiva sobre si e da forma como se colocam no mundo. Mesmo que seja o retrato efêmero do presente, esses encontros, segundo os adolescentes, se estendem para outros espaços e tempos. Ainda no que tange à possibilidade de sociabilidade, Cassab e Mendes (2011) afirmam que a produção desses encontros e o aumento de circulação estão diretamente ligados à produção de cidadania e de vida, objetivos diretos da APS e possibilitadores de promoção de saúde mental (YASUI, 2010).

Contudo, cabe ressaltar que, apesar das identificações positivas do aumento dessa mobilidade, tanto pelos/as adolescentes, quanto pelas pesquisas, essa circulação nos espaços

urbanos ainda responde a mecanismos de poder, visibilidade e estigma, processos de exclusão e inclusão (SAVEGNATO, 2018). Com isso, alguns estudos têm se dedicado a produzir conhecimento local e/ou junto a essa população, visando auxiliar no processo de identificação da natureza da restrição dessa circulação nos territórios vulnerabilizados brasileiros. Na etnografia de Fernandes (2019), adolescentes do interior do estado de São Paulo descrevem uma baixa circulação na cidade por medo da polícia, e relatam não ir à “cidade” porque as roupas que usam, entre outros preconceitos, podem fazê-los vítimas desses espaços. Para a pesquisa desenvolvida por Casseb e Mendes (2011), em Juiz de Fora/MG e Campos de Goytacazes/RJ, os adolescentes ouvidos consideram alto o valor dos preços das passagens de ônibus e indicam dificuldades em acessar os pontos mais centrais da cidade em decorrência da distância. É possível citar como exemplo, ainda, aspectos relacionados ao não pertencimento a esses espaços, além do medo à violência policial, como relatado pelos jovens de Goiânia (DUARTE, 2014).

A partir das narrativas dos adolescentes desta pesquisa, além da distância concreta – “é muito longe”, conforme a fala de Maçã –, os adolescentes indicam não conhecer esses locais, que passam a experimentar apenas a partir da entrada nos projetos de arte-cultura. Ou seja, ao escutar os adolescentes marcados por constrangimentos contextuais, além da barreira física, de acesso de circulação na cidade, os adolescentes relatam nunca terem sido apresentados a essa oportunidade anteriormente. Se dependesse das figuras parentais, como citado pela adolescente Lobinha, “nunca teriam conhecido esses lugares”.

Nessa linha de pensamento, a mobilidade estaria relacionada às oportunidades apresentadas, que são respondidas pelos adolescentes no aqui e agora. O conceito de oportunidade para adolescentes é trabalhado pela pesquisadora Sabrina Savegnato (2018), que propõe duas perspectivas: a primeira, relacionada à capacidade mais ativa do adolescente de agenciamento dessas oportunidades, uma produção de soluções e resoluções voltadas à sobrevivência; e a segunda, uma oportunidade a partir do movimento que aparece a cada passo que é dado, relacionado a uma postura mais “passiva”, de permissão a novas oportunidades repentinas, que, dessa maneira, estariam mais próximas do que a autora chamou de fortuito.

Para a primeira perspectiva, que toma como referência os estudos de Vigh (2006) em Guiné Bissau, a autora (SAVEGNATO, 2018) defende que a navegação social não se estrutura a partir de uma ideia de planejamento premeditado, de organização anterior ou uma ação programada, mas surge como movimento de criação de alternativas para sanar carências materiais e sociais para o presente e a um futuro próximo. Com isso, esse conceito está

significativamente vinculado a uma fluidez improvisada, mas com uma constante importante, o movimento ativo e circunstancial que responde a imposições do contexto.

E os/as adolescentes desta pesquisa dizem sobre isso, essa ideia da capacidade criadora a partir do imprevisto que aparece no uso das oportunidades que são ofertadas, a partir dos projetos de arte-cultura, com os passeios, discussões produzidas no coletivo, no reconhecimento de novas possibilidades de atividades, ganho de renda, entre outros aspectos mencionados pelos/as adolescentes. Um exemplo dessa perspectiva é o emblemático título do documentário proposto pelos participantes: “Jovem Arte - criadores das próprias oportunidades”. A palavra criadores representa esse movimento intencional de agenciar possibilidades para si, e a arte-jovem, segundo os/as adolescentes, faz esse jogo de adjetivos, podendo tanto remeter a uma arte que é jovem quanto a uma arte produzida por jovens, que é justamente a ferramenta de que eles fazem uso para a “criação de oportunidades” e agenciamentos, considerados como objetivos dentro da Promoção em Saúde Mental, conforme proposto por Oliveira (2021).

Para a segunda perspectiva de oportunidade, Savegnato (2018) defende que jovens em situações atravessada por contextos vulnerabilizados com frequência colocam-se em situações de resposta ao fortuito, não tendo um objetivo direcionador a seus movimentos. Ao contrário da primeira perspectiva, os adolescentes vivenciam as oportunidades de maneira passiva e momentânea, se movimentam e “veem no que vai dar” (SAVEGNATO, 2018).

Neste sentido, quando falamos de oportunidade, precisamos também considerar os limites ao movimento, ou seja, as questões objetivas que limitam as mobilidades e oportunidades. Assim, as limitações às mobilidades e ao acesso às oportunidades podem ter um sentido mais micro, relacionadas, por exemplo, a questões familiares, ou também podem ser estruturais, relacionadas a um nível mais macro, quando dizem respeito às políticas públicas e à estruturação da sociedade. (SAVEGNATO, 2018, p. 240).

Outro aspecto, também relacionado ao conceito de oportunidade, mencionado pelos/as adolescentes participantes da pesquisa como fator positivo da participação nos projetos, é o da possibilidade de realização de esportes, exercícios físicos, acesso a informações de saúde, alimentação saudável, entre outros, classificados para esta pesquisa como benefícios mais físico-biológicos, conforme se observa nas falas da adolescente Maça: “A gente diminuiu muito no sal, no açúcar, nas besteiras de pizza, hambúrguer, refrigerante” e do adolescente MC WT: “O coletivo fazia muito bem para a saúde também, a gente participava de esportes”.

Cabe ressaltar que, apesar de as ações de promoção de saúde também contemplarem esses aspectos individuais biológicos, provocando o conhecimento, proporcionando

oportunidades, devem-se manter em vista os fatores contextuais. A saúde e o bem estar, como já discutido nos direcionadores teóricos introdutórios deste estudo, são maiores do que capacitações individuais e devem dividir as instâncias responsabilizadoras dos processos de saúde com outras estruturas de ordem macro (BUSS, 2009).

Também é necessário refletir sobre o baixo acesso a esses benefícios, principalmente no que diz respeito à saúde, inclusive dentro de seus próprios territórios. Ainda que se trate de direitos adquiridos, considerados como mínimos para dignidade humana, adolescentes que são vulnerabilizados por implicações contextuais enfrentam limitações de oportunidades de natureza local e não conseguem alcançar o que está previsto por aparatos legais e conquistas “garantidas” (BRASIL, 1990b; BRASIL, 2014a), que, portanto, permanecem na ordem dos privilégios. No estudo de Duarte (2014), por exemplo, os adolescentes referem dificuldades e violências para conseguirem frequentar as praças locais, isso quando existentes nos territórios.

Em resumo, os adolescentes referem um aumento de criticidade e de recursos e ferramentas sociais que por vezes são percebidas de forma limitada pelos familiares, como rebeldia e transgressão não profícuas. Contudo, são reconhecidas de forma diferente pelos adolescentes, que relacionam a rebeldia e transgressão como os primeiros comportamentos referentes ao seu fortalecimento político. Além disso, falam sobre o aumento de circulação na cidade, acesso a novas oportunidades e ganhos em saúde por meio da participação nos projetos de arte-cultura.

Associando essas reflexões levantadas e validadas pelos adolescentes, é possível pensar, a partir da lente da APS, como elas estão relacionadas à promoção de saúde mental dos adolescentes. Retomando a proposta de Oliveira (2021) sobre o que compõe a promoção de saúde mental, destacam-se o ganho de autonomia e a emancipação por meio de reconhecimento de direitos e formas de se colocar no mundo que os projetos promovem, e a conquista da cidade como direcionador ético dessa perspectiva. Projetos de arte-cultura parecem trazer, segundo as narrativas dos adolescentes, uma possibilidade mais equânime de acesso a oportunidades, à cidade e à cidadania, tornando esses espaços físicos e simbólicos acessíveis.

Além disso, os resultados apontam, utilizando a perspectiva da terapia ocupacional como referencial, um caminho a ser percorrido. Considerando que as atividades artístico-culturais são atividades essencialmente humanas, que promovem um sentido existencial à vida dos homens, a terapia ocupacional, como uma profissão eminentemente política, encontra dentro dessa experiência estética, corporal e política uma estratégia potente para produzir saúde mental e subjetividade (ALMEIDA; COSTA, 2019; INFORSATO et al.,

2019). Trata-se de formas inventivas, ligadas ao aumento de participação social e de produção de saúde, possibilitando experimentações e produção de valor, especialmente quando voltadas a uma população em contexto de vulnerabilidade e risco social, possibilitando mudanças contextuais, nos materiais e na natureza, refletindo nas microrrelações de poder, nas relações humanas e na cultura (INFORSATO et al., 2019).

Por fim, trazendo um panorama geral dos resultados encontrados nesta pesquisa e o que vem sendo pensado para a Promoção em Saúde, Promoção em Saúde Mental e bem-estar na América Latina, vale destacar a resistência dos países latino-americanos em relação a essa imposição histórica de conceitos como, sobre o que é ser considerado desenvolvido, o padrão de bem-estar e viver bem, e o aumento de forma gradativa e constante da produção crítica de conhecimento nesses países (CASTRO, 2021; ACOSTA, 2016).

No Brasil, a APS é um exemplo de produção de alternativa de cuidado e de valorização à diversidade que se estrutura na defesa de possibilidades diversas de produção de vida e se consolida como um referencial teórico-prático articulado à realidade nacional, sempre desafiada pelo real, que é imposto pelo território. Aponta, de forma atual, como necessidade emergente o avanço à promoção em saúde mental como lógica de cuidado dentro da APS, que extrapola ações pontuais, e possibilitam cuidado de forma ampliada, inclusive para pessoas que não acessam aos serviços de saúde (OLIVEIRA, 2021; YASUI, 2010).

Nesse bojo, é possível citar também caminhos mais amplos nos países latinos que têm avançado sobre a produção de conhecimento, de modo a contribuir para substituir ações que visem apenas promover estratégias de sobrevivência, por aquelas que avancem para possibilidades de existência, a partir de perspectivas locais, sustentáveis e compatíveis com a história de luta da América Latina, ou seja, que objetivam ir para além de “desenvolvimentos alternativos” e visam possibilitar “alternativas de desenvolvimento” (ACOSTA, 2016, p. 70).

Como exemplo dessas alternativas pode-se citar a filosofia do bem-viver que propõe Acosta (2016), a qual se centra na valorização de saberes locais e culturais dos ameríndios, nas produções coletivas, democráticas e integradas com o meio ambiente, com uma produção rica e sustentável a longo prazo, e, principalmente, no fortalecimento de práticas voltadas à saúde e bem-viver que sejam emancipatórias (ACOSTA, 2016).

Nessa linha de entendimento, falar de Promoção em Saúde Mental na América latina nos instiga, portanto, a fazer algumas reflexões sobre processos de colonização e todos os seus desdobramentos de violências vividos nessa história (BUSS, 2009; CZERESNIA, 2009). Contextos que exigiram transgressões para o exercício da liberdade e outras formas de bem-

viver que vão para além de perspectivas individualista e capitalistas de “viver melhor” (que os outros), mas buscam construir a possibilidade de viver em coletivo, com o ecossistema e a partir de parâmetros não idealizados de saúde (ACOSTA, 2016, p. 83).

Observa-se, no entanto, que essas resistências acontecem a partir de movimentos contextualizados, pelo corpo, pela prática e pelo fazer mediado por atores reais e, por vezes, do próprio território. Sobre isso, os adolescentes destacam o papel dos monitores, coordenadores de projetos de arte-cultura e outros profissionais a eles vinculados que possibilitaram essa transformação.

### **11.3 Você não está sozinho, viu?**

Os monitores e coordenadores de projetos são referidos nesta pesquisa como apoio emocional dos adolescentes, incentivadores que respeitam o tempo individual de cada um e, como disse Maria, no seu passo motivaram a adolescente a aprender a fazer algo que hoje ela “não se imagina sem fazer”. Além disso, segundo os/as adolescentes, permitiram novas e melhores organizações no repertório social; são considerados como ponto de referência para as famílias, comunidade e para os próprios adolescentes e percebidos como fundamentais para a manutenção do desejo de permanecer nos projetos de arte-cultura.

Além disso, segundo os/as adolescentes participantes, foram responsáveis por atitudes que extrapolavam as suas obrigações com os projetos, como exposto por Maria: “Os monitores dão para gente os conselhos, a amizade, o carinho... é muito bom”. São mencionados por Cebola como mediadores de conflitos familiares e facilitadores na identificação de novas alternativas de vida. Esses profissionais, portanto, passaram a compor um dos pontos da tessitura da rede de apoio dos/das adolescentes que desempenham papel estratégico no acesso a novas oportunidades.

Arriscando uma possibilidade de sistematização do processo de transformação no que diz respeito aos monitores dos projetos de arte-cultura, esses profissionais parecem ocupar um local subjetivo de duas maneiras: a primeira, a partir das semelhanças, e a segunda, pela reflexão das diferenças. Duas possibilidades inicialmente contraditórias, mas que poderiam atuar de maneira simultânea, sendo ambas entretecidas pelo afeto, respeito e acolhimento.

Nessa linha de pensamento, a primeira perspectiva se estruturaria pela relação de familiaridade com esses profissionais, estabelecida pelo fator “identificador” e empático com esses adultos-referência (ABRAMO, 1994; PATEL et al., 2008; TEIXEIRA; FERREIRA, COUTO, 2021). O estabelecimento da relação entre esses monitores e os adolescentes se

organiza a partir de uma relação mais horizontal e estipulada por níveis de limites e liberdades diferenciados, comparados a outros espaços institucionais que os adolescentes frequentam (ABRAMO, 1994). Alguns profissionais citados nesta pesquisa pertencem ao mesmo território e são egressos dos projetos, tornando-se referências adultas que possibilitam aos adolescentes a oportunidade de se aproximar de maneira diferenciada do que ocorre em outros espaços.

Nesse bojo, os profissionais vinculados aos projetos parecem possibilitar níveis de acesso e construção de espaços de pertencimentos que ganham notória importância para os adolescentes, em especial os advindos de contextos de vulnerabilidade, que apresentam empobrecimento quanto a referências individuais (GONÇALVES; COUTINHO, 2008). Dessa maneira, os monitores de projetos ganham importância para os/as adolescentes e se estabelecem como referência a partir do reconhecimento e construções de semelhanças com esses profissionais.

A segunda perspectiva se situa justamente pela diferença e o papel de “possibilitador ao novo” que esses profissionais representam. A partir, portanto, do reconhecimento das diferenças em relação à socialização primária, os/as adolescentes se permitem experimentações que não aconteceriam em outros espaços e com outras pessoas onde e com quem habitualmente convivem: a adolescente Maria se vê reconhecendo novas possibilidades dentro da escrita, uma atividade inimaginável anteriormente; a adolescente Maçã se vê fazendo o impensável, piruetas na Capoeira, e King aventa a possibilidade de vir a ser bombeiro e estar em outras profissões que até então não haviam sido referenciadas pela família.

Aprofundando essa questão, Berger e Luckmann (2004) consideram que a socialização pode ocorrer de duas formas: a socialização primária e a secundária. A primária estaria correlacionada majoritariamente com a família, que representa os primeiros contatos estabelecidos nos espaços sociais; e a secundária diz respeito a todos os outros contatos que surgem com a ampliação do repertório social, esfera da qual fazem parte os profissionais vinculados aos projetos de arte-cultura, personagens importantes na consolidação da individualidade dos adolescentes nos espaços sociais (TEIXEIRA; FERREIRA, COUTO, 2021).

Os adolescentes, fortemente estruturados pela organização familiar e respondendo à ordem do circunstancial, ao se vincularem a projetos de arte-cultura e terem contato com os monitores dos projetos, relatam uma ampliação de possibilidades. As falas frequentes dos/das adolescentes desta pesquisa – “nunca achei que isto seria possível” ou “nunca me vi podendo

fazer algo desta natureza” – revelam que os coordenadores dos projetos tornam possível vislumbrar e contemplar outras possibilidades. Os monitores e coordenadores de projetos de arte-cultura e outros profissionais envolvidos na produção de saber nesses espaços ocupariam o papel de mediadores entre os/as adolescentes e um novo mundo, que não fica circunscrito mais ao ambiente familiar, desestabilizando o sistema restritivo de totalização ocupado pelas famílias (GONÇALVES; COUTINHO, 2008). Com isso, os adolescentes se beneficiariam das articulações desses profissionais para a descoberta de novas possibilidades, ampliando seus projetos de vida.

Com esse contato secundário, os/as adolescentes não têm suplantadas as personalidades construídas até então, mas, sim, ampliadas. Em outros termos, a partir de processos de aproximação, comparação e distanciamento desses novos personagens sociais, os/as adolescentes conseguem expandir as possibilidades de ideais e realidades para além do que identificado em uma primeira instância familiar.

As ações de promoção da saúde mental estão baseadas no reconhecimento do valor da palavra das crianças e dos adolescentes, na sua capacidade de construir estratégias para enfrentamento dos problemas cotidianos e na função dos adultos-referências como mediadores para auxiliá-las na construção do senso de pertencimento comunitário, social e cultural. (TEIXEIRA; FERREIRA; COUTO, 2021, p. 38).

Destaca-se a influência desses contatos de socialização secundária nos projetos de vida desses adolescentes, que têm um sentido próprio em países periféricos do capitalismo global (CASTRO, 2021). Como já mencionado pela perspectiva de oportunidade, apresentada no eixo anterior, os/as adolescentes respondem de diferentes formas ao espaço-tempo quando pertencentes a contextos marcados pela imprevisibilidade. Seus projetos de vida acabam tendo que responder a necessidades de sobrevivência diárias, num ritmo acelerado, sem espaço para planejamentos mais amplos, o que deve ser levado em consideração quando se realiza uma escuta a adolescentes que vivenciam situações dessa natureza (FRANCH, 2008; SAVEGNATO, 2018).

O conceito de “projeto de vida” responde de forma direta às organizações engendradas pelo modelo econômico e social vigente e apresenta maior flexibilidade quando se tem o “privilégio” de não precisar se ocupar da própria sobrevivência, ou de cuidados com a casa e com outros membros familiares. Para crianças e adolescentes em contextos vulneráveis, os projetos de vida a médio e longo prazo perdem o sentido diante da necessária resolução de problemas mais emergenciais (FRANCH, 2008; SAVEGNATO, 2018). Com o contato com os coordenadores de projetos de arte-cultura, observa-se, no entanto, a despeito de toda essa

fragilidade contextual, que os/as adolescentes passam a vislumbrar e a perceber novas oportunidades, ainda que circunstanciais.

Os profissionais são citados, nesse sentido, como pessoas que favorecem a entrada em novos caminhos inimagináveis anteriormente, inclusive burocraticamente. Como no caso do adolescente desta pesquisa que teve a indicação para a vaga de um menor aprendiz e teve o auxílio dos coordenadores para compreender como se daria esse processo, sendo auxiliado a conseguir a vaga, e atualmente se apresenta para a pesquisa e se reconhece como “mais um trabalhador da Caixa Econômica Federal”, ou ainda da possibilidade de querer vir a ser, secretário, bombeiro, ganhar um campeonato de xadrez...

Por fim, merece destaque ainda o espaço de acolhimento, escuta e conversas que esses profissionais promovem, permitindo justamente que os adolescentes reconheçam as semelhanças e diferenças e consigam fazer novas construções para si. Para a APS, o acolhimento diz justamente desse conceito-ferramenta dentro da saúde mental que favorece a construção de espaços simbólicos, construções coletivas e transformadoras que visam a “promoção, proteção e recuperação de saúde” (BRASIL, 2014a, p.20).

O conceito de acolhimento é bem estruturado dentro das políticas de saúde mental, sendo reconhecida sua importância dentro das microrrelações dos serviços (YASUI, 2010; BRASIL, 2014a). Nas cartilhas do Ministério da Saúde, que trazem a temática da APS para o público infantojuvenil, é citado como uma estratégia a ser utilizada em qualquer ponto de cuidado, de modo a promover cuidado integral (BRASIL, 2014a). No entanto, merece aprofundamento a investigação do modo como ele se estabelece em locais situados dentro dessa rede intersetorial que não apresentam essa ferramenta de forma estruturada ou como direcionador técnico, por não estarem dentro do rol de serviços voltados à saúde propriamente dita.

Nessa direção, e a título de exemplo, outros estudos feitos com adolescentes também observaram a importância desse acolhimento feito por adultos-referência fora da instância primária. No estudo de Andrade (2021), que também utilizou a história oral de vida como metodologia, feito com adolescentes negros cumprindo medida socioeducativa no estado de São Paulo, os meninos referem ter vivenciado uma relação positiva, de respeito, com os orientadores de medidas, e ter experienciado algo novo a partir do acolhimento e da escuta desses profissionais, que provocaram mudanças subjetivas, inclusive da forma com que viam a si mesmos.

Fernandes (2014), em sua pesquisa de mestrado realizada em um CAPSi no estado de São Paulo, destaca ainda a importância subjetiva do acolhimento de outros adultos

trabalhadores, que se relacionam com os usuários do serviço, como o motorista, o guarda e auxiliares de limpeza:

[...] É muito rico observar quando os usuários chegam ao CAPSi e logo correm para os braços do guarda, por exemplo, cumprimentam, abraçam e passam o horário de almoço conversando com ele. Assim como é muito rico ver as crianças pedirem para as auxiliares de limpeza que façam um agrado, como um bolo de aniversário, um docinho [...]. (FERNANDES, 2014, p. 63).

Finalizando esta ideia, vale reforçar que os “adultos-referência” podem contribuir com um potencial revolucionário dentro desses territórios e podem ter o seu papel destacado quando se trata de ações voltada à Promoção em Saúde Mental, no entanto, devem estar atentos e críticos quanto à diferenciação entre ser referência PARA os adolescentes e falar PELOS adolescentes. Para esta última perspectiva, situada a partir de posturas adultocentristas, a autonomia e a identidade dos adolescentes seriam negadas ou submetidas ao desejo dos adultos pertencentes à instituição (DUARTE QUAPPER, 2012).

Diante da importância que esses personagens assumem na vida dos adolescentes, apontam-se como possibilidade investigativa estudos que aprofundem sobre essa relação; de que modo podem influenciar a médio e longo prazo; quais as reverberações que provocam enquanto uma ferramenta política no cotidiano do território e qual a possibilidade emancipadora ao fortalecer esses profissionais com espaços de formação e de aproximação com redes de assistências já estabelecidas.

O estabelecimento desse vínculo entre os profissionais e os adolescentes mostrou-se tão significativo durante o processo de pesquisa que foi possível identificar esforços individuais por parte dos monitores e coordenadores de projetos para manter essa relação com os participantes mesmo no período de pandemia.

Considerando que esse período de calamidade pública trouxe importantes transformações, inclusive sendo foco de uma das temáticas produzidas e escolhidas pelos participantes, ele será aprofundado no próximo eixo.

#### **11.4 Kit-Covid: resiliência e afeto**

O atravessamento da Covid-19 convocou diversas reorganizações e investimentos, diante da imprevisibilidade em âmbito mundial. Mas, como ela afetou os adolescentes advindos de contextos de vulnerabilidade social que lidam com constrangimentos contextuais de maneira cotidiana? A correção incisiva dos participantes, durante os grupos de discussão, de que a pandemia também apresentava aspectos positivos, apesar de reconhecerem os

aspectos negativos da emergência sanitária, levantam alguns questionamentos sobre a real influência do isolamento em adolescentes pertencentes a contextos marcados pela desigualdade ou inóspitos, e nas relações dessa população com ela mesma, com a família e com o mundo.

Os participantes da pesquisa consideram que, com a pandemia, foi possível o desenvolvimento pessoal, dar andamento a alguns projetos “engavetados” e ainda “perceber” algumas pessoas com quem moravam. E propõem, durante os grupos, a mudança do nome da categoria temática de “A pandemia está muito chata!” para “O que não nos mata nos deixa mais fortes!”. E, a partir dessa proposição, talvez seja possível arriscar alguns caminhos teórico-reflexivos a serem desenvolvidos.

A primeira hipótese nesse sentido, que precisaria de outros desdobramentos e estudos, é que, em decorrência do contingenciamento da Covid-19, tenha havido uma diminuição das demandas institucionais nos ambientes de estudo e de trabalho e da sobrecarga da população mais jovem no cuidado dos irmãos e com a casa nesse período, com a consequente redução das obrigações formais.

Segundo relatório do Inep (2021), por meio de um levantamento de dados de fevereiro a maio de 2021, 99,3% das escolas públicas e privadas brasileiras suspenderam as aulas durante a pandemia, o que permitiu o reencontro tanto entre os familiares, como citado pelos participantes da pesquisa, quanto dos adolescentes entre si, além de relatarem mais tempo para as suas experimentações: o teclado de King sai finalmente do armário e ganha a cama; as músicas e vídeos do Cebola e do MC WT vão ganhando forma e os encontros com os familiares, segundo o adolescente Cebola, vão sendo possíveis.

Savegnato (2018), em sua tese de doutorado, aprofunda o conceito de tempo-espaço ao realizar sua pesquisa com adolescentes estudantes pertencentes a contextos de extrema precariedade e incertezas e identifica a relação naturalizada com a descrença e a imprevisibilidade. Com isso, a autora observa, nas narrativas dos participantes de sua pesquisa, uma presença marcante do “aqui e agora”, resumidas no neologismo “agorismo” (SAVEGNATO, 2018, p. 107), e direcionadas por uma perspectiva “presenteísta” (Idem, p. 108). Pensando sobre o que a pesquisadora identifica em seus resultados e a partir desta pesquisa, é possível inferir que alguns/umas dos/as adolescentes do estudo tiveram tempo de investir em seus projetos, e isto teria sido considerado positivo, independente das imprevisibilidades do amanhã.

Diante, portanto, do estabelecimento do *lockdown*, como medida de contingenciamento da doença, foram necessárias novas organizações familiares, inclusive, em

alguns casos, diminuindo as demandas institucionais, tanto da escola quanto do trabalho, ainda que aumentando as incertezas econômicas. Diante desse quadro econômico e social, as famílias foram forçadas a novas adaptações e, conseqüentemente, divisões das obrigações em seus lares. Como citado pelo adolescente Cebola, houve um aumento de tempo para “se experimentar”. Pelo menos em um primeiro momento da pandemia.

As organizações e responsabilizações dentro do contexto familiar respondem a fatores socioeconômicos. Pesquisas apontam que os pais/responsáveis são reconhecidos pelo papel simbólico de provedores/as da família e, diante das incertezas econômicas, acabam desenvolvendo uma alta carga de trabalho semanal; o que tem um impacto na permanência do tempo desses responsáveis no ambiente domiciliar. Diante disso, os/as adolescentes são convocados/as a contribuir de forma mais intensa com o núcleo familiar (GONÇALVES; COUTINHO, 2008). Os/As adolescentes, por sua vez, ainda que de maneira não consciente, sentem-se na obrigação da contrapartida aos familiares, que são os responsáveis pelo sustento familiar. Dessa forma, os jovens assumem esse lugar de reciprocidade e acabam ocupando outros papéis e obrigações familiares (AUGUSTO, 2005; GONÇALVES; COUTINHO, 2008).

Para dar continuidade ao raciocínio, faz-se necessário apresentar um breve panorama contextual da realidade trabalhista no Brasil que repercute tanto nos/nas adolescentes quanto em suas famílias. Destacam-se, no país, relações de trabalho precárias, com fragilizações ainda maiores nos últimos anos, por meio das reformas trabalhista e previdenciária, que exacerbaram a exploração da mão de obra, de modo que, atualmente, o Brasil possui uma das dez maiores cargas horárias semanais de trabalho do mundo, com 39,5 horas, dividindo os primeiros lugares com outros países do Sul-Global (OCDE, 2022); e, por fim, a alienação crítica dos trabalhos subvalorizado e informais que vem crescendo nos últimos anos (COSTA, 2020).

Os desafios econômicos que a pandemia da Covid-19 provocou nesse contexto exigiam medidas emergenciais muito maiores do que a injeção de recursos monetários e os auxílios que o Estado promoveu, o que rapidamente se evidenciou pela eclosão de uma crise econômica e social no Brasil, ainda em curso (COSTA, 2020).

A crise revelou as fragilidades da economia brasileira, que se baseia na austeridade, na desindustrialização, no trabalho informal, na especialização da produção de bens primários para exportação, e que tem como principal comprador de commodities a China, onde se iniciou a epidemia. (COSTA, 2020, p. 970).

Com isso, observa-se que, de forma rápida, essa “disponibilidade” citada pelos/pelas adolescentes no primeiro momento da pesquisa se modifica, e, com o agravamento da crise econômica e o encerramento de bolsas emergenciais disponibilizadas pelo governo federal, passa a haver uma nova reorganização dentro do contexto familiar. Durante a realização da segunda etapa deste estudo, três dos seis adolescentes participantes passam a desenvolver trabalhos formais, como menor aprendiz, e informais, para obter renda extra, de forma a também contribuir no sustento familiar.

Observa-se que os/as adolescentes tiveram que apresentar uma resposta rápida a essas imprevisibilidades, novas organizações do tempo e cotidianidades, que, por si só, indicam um caminho a ser acompanhado por novas pesquisas, com estudos longitudinais, tanto com abordagens quantitativas quanto qualitativas, de forma a identificar a reverberação da Covid-19, bem como da crise econômica, no cotidiano e nos modos de vida dos/das adolescentes de contextos vulnerabilizados.

No entanto, o que é possível destacar nessa dinamicidade das narrativas e dos fatos que se sucederam durante esta pesquisa é que, por um breve momento, e de maneira paradoxal, a imprevisibilidade do mundo, como uma certeza, tenha dado uma previsibilidade que favoreceu a criação. Os/as adolescentes, a partir de uma situação de adversidade e inspirados nas atividades de arte e cultura, identificam uma possibilidade de ser e fazer.

A segunda hipótese do aumento de “crescimento pessoal” e dessas reestruturações positivas destacadas pelos/pelas adolescentes no momento inicial da pesquisa, que não exclui a primeira, decorre da própria capacidade de reinvenção, agenciamentos exigidos cotidianamente dessa população, bem como de suas criações de novas possibilidades diárias. Dito de outra forma, essa busca pelo fazer e produzir parece ter sido uma estratégia para lidar com a adversidade, o que estaria de acordo com a própria proposição de mudança de título do eixo, que passa a ter uma conotação de luta e fortalecimento diante de uma situação complexa: “o que não nos mata, nos deixa mais fortes”.

Aprofundando sobre o conceito de agenciamento para a produção de oportunidade, é necessário que seja feita uma advertência sobre a possibilidade capacitista que o termo pode sugerir, induzindo a uma responsabilização individual, com a perspectiva do dever individual sobre o seu bem-estar. Ou que essa população em condições de vulnerabilidade tenha essa capacidade desenvolvida por ter de “exercitá-la” com mais frequência, retirando novamente o papel do Estado na criação e garantia de oportunidades e direitos. E é possível ainda que, a partir do deslocamento descontextualizado dessa informação, se infira que estar em contextos

vulnerabilizados favoreça o desenvolvimento pessoal, o que não corresponde à realidade do conceito (SAVEGNATO, 2018).

A ideia do agenciamento é o que Castro (2001) explica como “oportunistarem para si mesmos”. Estão no bojo dessa ideia a abertura de novos caminhos diante de situações de adversidade, ainda que bastante inventivas e não esperadas socialmente. Por meio desse movimento ativo, os adolescentes criam novos espaços de reconhecimento social, ainda que, por exemplo, sejam espaços virtuais, tão fortalecidos nesse momento de pandemia. Ganha força o reconhecimento pelo número de curtidas, visualizações, seguidores. Cebola comenta com orgulho sobre os 8 mil seguidores no TikTok e um vídeo com mais de 200 mil visualizações, e MC WT conta que teve 61 curtidas e 23 comentários em um vídeo do YouTube. Trata-se da criação de uma rede, um palco onde possam também se apresentar como sujeitos, se reinventar e estar com o outro (CASTRO, 2001).

A produção de letras de músicas, o consumo desse tipo de arte, as tentativas com o instrumento musical, a utilização desse recurso “para ficar bem”, para falar sobre si, a produção de vídeos para o TikTok, de enredos para fazer rir, dizem dos movimentos desses/as adolescentes e de suas ferramentas para lidar com o momento presente, com o fortuito de uma pandemia, ainda que algumas vezes esta não tenha sido uma boa inspiração, como para Maria e suas escritas. Com isso, a suposição é que esses movimentos inventivos desenvolvidos pelos adolescentes tenham sido estratégias criativas de superação das dificuldades, acentuadas no momento de pandemia.

Assim, de forma independente do que possa estar minimamente planejado para eles, sobretudo no que se refere a um caminho via escolarização, constatamos a existência de agenciamentos, interesses e expressividades juvenis, que parecem estar relacionados a uma *afirmação de si no presente* – quem sou eu, o que quero agora, que escolhas mostram o que desejo. (SAVEGNATO, 2018, p. 255).

Em pesquisas pensadas pela perspectiva decolonial, têm se levantado termos com os quais os/as jovens nomeiam essa capacidade: “*I am just getting by*”, traduzido como “eu vou me safando”, utilizado por jovens sul-africanos/as, e estratégias de “*dubriagem*”, utilizado por jovens de Ngaoundéré, uma cidade dos Camarões, que tem um correspondente em francês, “*je me débrouille*”, utilizado em Guiné Bissau (SAVEGNATO, 2018, p. 81-82, VIGH, 2006; WAAGE, 2006).

A expressão [*dubriagem*] significa “estou me defendendo” ou “estou lidando com essa situação complicada”, e é utilizada para explicar como eles [adolescentes] lidam com a insegurança e as imprevisibilidades da vida

cotidiana e os desafios no meio social urbano. Significa também o uso de estratégias criativas e flexíveis de negociação de agenciamento de acessos no meio social e indica a abertura para novas possibilidades de emprego ou formas de ganhar a vida em seu ambiente urbano. Trata-se de uma busca constante por novos conhecimentos, relações e experiências, experimentando novos papéis e possibilidades, improvisando e agenciando “tentativamente” o que desejam para si. (SAVEGNATO, 2018, p. 81).

Um participante desta pesquisa usou a expressão “estou me virando”. Reforça-se que esses conceitos se estruturam não propriamente por um desejo do/a adolescente, movido/a puramente por motivações internas, mas por uma exigência contextual, a partir das dificuldades, e estão fortemente associados ao capital social e cultural com os quais o/a adolescente pode recorrer (SAVEGNATO, 2018).

Outro conceito que tem sido utilizado para nomear essas estratégias para lidar com as dificuldades é a resiliência. O conceito surge inicialmente com a Física, como a capacidade de retomar e manter a forma original apesar das influências externas, há algum tempo adaptado como um termo da Psicologia, indicando o fato de que um indivíduo sempre se modifica ao passar por experiências do tipo estressoras. Os estudos sobre resiliência dos últimos trinta anos, entretanto, com frequência apresentam equívocos em sua conceituação. Por vezes, responsabilizam o sujeito por todo o processo, outros ainda caracterizam resiliência como invulnerabilidade. Porém, resiliência não significa não ser afetado ou resistência a qualquer adversidade, e sim enfrentamento positivo e superação de crises e obstáculos (POLETTI; KOLLER, 2008). Identifica-se uma tendência atual nas pesquisas de um aumento na sensibilidade de fatores influentes no processo de resiliência e diminuição de “evocações de heroísmos pessoais”, inclusive nas produções brasileiras (COLAÇO et al., 2017, p. 129).

[...] a resiliência implica três aspectos: competência individual para “navegar” na direção dos recursos promotores de bem-estar, capacidade da comunidade em que vivem os indivíduos para lhes fornecer esses recursos e, por fim, capacidade de indivíduos, suas famílias e comunidades de encontrar caminhos culturalmente significativos para recursos a serem partilhados. (COLAÇO et al., 2017, p. 129).

Diante disso, resiliência seria um produto resultante da interação entre risco e proteção (PEREZ; SOARES; DELL’AGLIO, 2017), e, ao promover experiências que favoreçam o seu desenvolvimento, as possibilidades de rompimento com o círculo negativo aumentam (ARELLANO; CORREA, 2008).

Nesta pesquisa, os/as adolescentes compartilharam quais estavam sendo suas estratégias e o que favoreceu o bem-estar, desde a rede familiar, a busca pelo social virtual, passando por suas criações e arte. Nesse bojo, e de maneira central, o que se depreende dessas estratégias é justamente essa sensação da movimentação para (r)existir “apesar de...”.

[...]apesar das possibilidades de vida constrangidas, os jovens lutam para fugir das determinações e fazem movimentos microscópicos de resistência. Tais movimentos se dão, por exemplo, quando os jovens manifestam “querer ir além” do que o bairro oferece e quando falam de sua insatisfação com a produção da precariedade escolar, em favor de outra relação pedagógica e de outra maneira de produzir as subjetividades. (SAVEGNATO, 2008, p. 72).

Vale frisar que, apesar dos aspectos positivos da pandemia mencionados pelos/pelas adolescentes e de seus agenciamentos, os/as participantes reconhecem os números de mortos; os problemas econômicos; a sensação de desamparo, solidão, rompimento de laços com os/as amigos/as; perda de conteúdo e tempo na escola, como explica Cebola: “É claro que não foi positivo no total da palavra, afinal morreram meio milhão de pessoas, muitas pessoas vão sair desse momento pandêmico com uma série de problemas psicológicos, algumas fobias, algumas doenças [...]”.

Como resultado significativo desse estudo, constatou-se que os/as adolescentes participantes reconhecem que, apesar das inúmeras dificuldades desse momento, houve aspectos positivos, como o aumento de experimentação e de um processo de fortalecimento emocional. Destaca-se ainda, desses resultados, os/as adolescentes se colocando no papel protagonista, a partir de enfrentamentos diários.

Avançando nessa questão, e utilizando os conhecimentos produzidos pelos adolescentes, identificam-se as semelhanças e aproximações com o conceito “agenciamento” e “oportunizações”, este último citado, inclusive, pelos/as participantes. E, com isso, os/as adolescentes conseguem produzir sentidos, identidade, espaços de pertencimento, resistências e saúde mental, apesar dos constrangimentos contextuais, inclusive diante de uma calamidade pública.

Mas, como, exatamente?

Retomando que esta pesquisa não tem a pretensão de produzir generalizações, mas a reflexão a partir de singularidades, é possível arriscar uma resposta, ainda que transversalizada, local e não definitiva, a partir das próprias construções dos/as adolescentes. Analisando suas falas, propõe-se que a capacidade criadora funcione como o combustível para os movimentos em busca das oportunidades e seja o alimento necessário aos agenciamentos. Nessa linha de raciocínio, a arte, a criação e a invenção estariam diretamente ligadas como

uma dessas estratégias significativas para lidar com a adversidade, produzir saúde mental, ganhar mobilidade e, conseqüentemente, influenciar seus projetos de vida.

Resultado semelhante foi encontrado na pesquisa de doutorado de Savegnato (2018), no entanto, realizado em um período comum (diferenciando-se do contexto de pandemia):

A incerteza e imprevisibilidade que marca a vida destes jovens, demanda deles certa criatividade, inventividade, além de diversas mobilidades. Neste sentido, múltiplas zonas de experiências e uma diversidade de interesses e expressividades – ou diferentes tipos de mobilidades, portas, acessos e oportunidades – foram referidos pelos jovens durante as oficinas e observações de campo, tais como: o interesse em relação aos esportes e o envolvimento com estes – MMA, JiuJitsu, Badminton –, maquiagem, produção de conteúdos para redes sociais, jogos eletrônicos, animes, cosplay, “coisas do campo”, teatro, programação, práticas religiosas, atividades culturais, dentre outros. (SAVEGNATO, 2018, p. 222).

Ainda que privadas de acesso físico ao espaço onde se desenvolvem os projetos de arte e cultura, e com a restrição de circulação, identifica-se uma tentativa de resgate dos/as adolescentes sobre o que foi aprendido nesses momentos, como um recurso compreendido e assimilado para serem utilizados em diversos momentos da vida. Uma ferramenta que favorece a construção de novos modos de vida.

Canguilhem (1990) defende que a saúde estaria compreendida no potencial para lidar com as adversidades e infidelidades do meio, a partir de uma plasticidade, de um movimento criativo que favoreça a novas estruturas. A saúde não estaria na “ausência da doença”, mas justamente na busca pela homeostase ou outros modos de vida (OLIVEIRA, 2021). Com isso, identifica-se que a fronteira entre o que é considerado normal ou patológico para o autor não se organiza a partir de um limite preciso, mas com o estabelecimento de uma “margem de segurança”, algo da ordem da flexibilidade, da adaptação (CAPONI, 2009, p. 65). Isso leva a uma reflexão sobre os reais objetivos quando se trata de promoção em saúde:

[...] a saúde implica segurança contra os riscos, audácia para corrigi-los e possibilidade de superar nossas capacidades iniciais. Nesse sentido, competirá aos programas de saúde coletiva criar estratégias de prevenção das doenças capazes de minimizar a exposição a riscos desnecessários e, ao mesmo tempo, **gerar políticas de promoção da saúde que nos permitam maximizar a capacidade que cada indivíduo possui para tolerar, enfrentar e corrigir aqueles riscos ou traições que inevitavelmente fazem parte da nossa história.** (CAPONI, 2009, p. 75, grifo nosso).

Quando se trata de saúde mental e sua promoção, a partir da perspectiva da Atenção Psicossocial e pelo conceito de saúde de Canguilhem, identifica-se uma forte convergência do papel apresentado pelos projetos de arte-cultura na vida dos adolescentes. Os participantes da

pesquisa apontam a importância da vivência de participação em experimentações dessa natureza (nos projetos), com os ganhos das capacidades não só individuais, como coletivas, e que puderam ser acionadas e utilizadas em situações não esperadas, como na pandemia da Covid-19.

Savegnato (2018) aponta que, ainda que fortemente marcados/as pelo momento presente, os/as adolescentes referem sobre os vestígios das experimentações criativas nas próprias subjetividades, mesmo a longo prazo. Resultado semelhante foi encontrado nesta pesquisa, em que os participantes falam sobre a permanência dessas participações como possibilitadora da ampliação de recursos subjetivos.

Em suma, a partir da vivência da criação, do fazer, existe uma ressignificação do sujeito, e os projetos de arte e cultura passam a representar um importante provedor de repertório de possibilidades que podem ser alcançadas, até então nunca vislumbradas, além de estabelecerem, de maneira unânime nas narrativas dos/das adolescentes, uma rede de suporte fundamental. Esse é um dado significativo, pois, com frequência, destaca-se o papel das escolas como espaço elementar e estratégico para ações de promoção à saúde mental, em decorrência do acesso aos adolescentes que as escolas têm rede intersetorial e de toda referência que esse espaço realmente estabelece na vida de uma comunidade (CID; GASPARINI, 2015).

Mas, ao escutar os/as adolescentes desta pesquisa, é possível reconhecer o papel afetivo, de escuta e aproximação dos projetos de arte-cultura que ocorre também por uma outra via, a da subjetividade. Dito de outra forma, é possível reconhecer um outro nível de acessibilidade não fundamentado pela via do pragmatismo, da territorialidade ou da regulamentação institucional, como comumente associado e também utilizado pelas escolas. Uma acessibilidade pelo afeto e circulação da palavra ou dos silêncios, que se apresenta como um espaço de desejo de estar dos/das adolescentes, pois é um ambiente que tem comida boa, “faz bem”, “que se quer ficar”, “que se escuta”, inclusive o não dito, de pertencimento.

Diante desse outro nível de aproximação e acesso, identifica-se com os/as adolescentes participantes que esses espaços de arte-cultura conseguiram estar mais próximos, com a pandemia, ainda que de maneira remota, do que a própria instituição escolar. Com isso, reforça-se que investimentos em pesquisas no campo artístico-cultural poderiam contribuir com o estabelecimento de políticas públicas que alcancem os adolescentes a partir de seus afetos e subjetividades e favoreçam uma qualificação de suas existências com a ampliação do mapa existencial e de oportunidades e de elementos simbólicos e territoriais. Dessa maneira, e

de forma complementar e conjunta ao ambiente educacional, poderiam contribuir na atenção integral a saúde e a saúde mental dos adolescentes.

Em se tratando do contexto escolar, os/as adolescentes relatam terem se sentido “abandonados”. No entanto, essa perspectiva merece ser visualizada por outro viés. Apesar do sentimento genuíno dos/das participantes, a partir das vivências dessa microrrelação com a escola, vale a ressalva da falta de apoio a essas instituições, que escancararam durante o período de pandemia as desigualdades sociais do país; o descaso e a negligência das competências nacionais; falta de investimentos; o baixo acesso à tecnologia e infraestrutura, principalmente na rede pública de ensino (INEP, 2021).

Segundo relatório produzido pelo Inep (2021), 2,6 mil escolas públicas, em decorrência de falta de infraestrutura, não conseguiram desenvolver outras possibilidades estratégicas de ensino. Ainda por meio do levantamento, foi identificado que 15,9% da rede estadual tinha acesso à internet gratuita ou subsidiada em domicílio, e para a rede municipal esse número é ainda menor, 2,2%. O Brasil, durante o ano letivo de 2020, apresentou o número médio de 287 dias de suspensão de atividades escolares presenciais. E, diante desse cenário, o Ministério da Educação (MEC) aponta como principais consequências desse período de calamidade pública, além das estruturações no calendário escolar e dos impactos na aprendizagem, danos estruturais nas famílias acompanhadas pelas escolas e nos estudantes referenciados pela instituição; maior possibilidade de evasão escolar e a sensação de abandono dos estudantes (INEP, 2021), denunciado por todos os adolescentes participantes desta pesquisa.

As escolas, em uma primeira instância, também foram abandonadas à própria sorte com a pandemia da Covid-19 e, sem apoio e com tentativas isoladas, ainda buscaram aproximações; no entanto, o contexto para o desenvolvimento dessas ações era bastante desfavorável. Os desafios que a escola enfrenta em relação à saúde mental também se evidenciam nesse momento de começo de flexibilização da pandemia. O MEC sugere priorização de atividades escolares com enfoque na convivência social e que abordem os aspectos emocionais e inseguranças (INEP, 2021).

Consideradas uma importante rede de apoio, local estratégico de ações e intervenções, as escolas representam muito mais do que espaços formais de ensino. As instituições de ensino possibilitam, por estar inseridas nos territórios e na rede intersetorial de saúde, e pelo seus modos psicossociais, um lugar privilegiado para redução de danos e identificação precoce de fatores protetivos e de risco. A escola também representa um local de referência para a comunidade, estudantes e suas famílias, e apresenta parcerias, já estabelecidas, por

programas governamentais, como o Programa Saúde na Escola (PSE). (BRASIL, 2014a; CID, et al., 2020; COUTO; DELGADO, 2016; CID; GASPARINI, 2015).

Contudo, durante esse período, a escola saiu drasticamente de cena, sem incentivo ou apoio federal, e também desassistida, acabou-se desencadeando um ciclo de diversos tipos de violações e repercussões importantes que devem se estender ainda por um tempo (CID et al., 2020). Estratégias inventivas, reconhecidas dentro da Atenção Psicossocial, poderiam contribuir com este momento.

Pela perspectiva da APS, sugere-se a importância das ações intersetoriais e ampliadas para a população infantojuvenil, e de estruturas não isoladas (TAÑO; MATSUKURA; MINATEL, 2021). Retomando os resultados desta pesquisa, sugere-se a possibilidade de parceria com outras instituições que utilizem a arte-cultura como ferramenta, para a retomada da vida após período pandêmico, ou ainda da exploração das potencialidades associada à própria sociedade, comunidade e território.

Os projetos de arte-cultura também passaram por processos de reinvenções, dificuldades e limitações para se adaptar à Covid-19, além de todos os desmontes já denunciados nos últimos anos do governo Bolsonaro explorados na primeira parte desta tese. Os desinvestimentos aparecem nas falas dos/das adolescentes, que percebem a sua diminuição em números, e a extinção de projetos, mesmo antes da instauração da pandemia, o que reforça e ilustra qual é a natureza da resistência e das reinvenções desses projetos. Esse movimento de reformulação representa mais do que “apenas” se reorganizar diante de uma pandemia, mas lutar para continuar existindo.

Como exemplo dessas tentativas de reinvenções pelos projetos de arte-cultura, é possível citar as buscas pelos/as adolescentes e suas famílias de forma remota, por WhatsApp, Meet, Zoom, e outras plataformas de comunicação online. Iniciativas de propostas de atividades artístico-culturais que pudessem ser compartilhadas em um coletivo virtual; distribuição de alimentos por parte dos projetos, promovendo uma interação virtual nesses momentos, entre vários outros cuidados que funcionaram nesse período, sem nenhum tipo de incentivo fiscal sistematizado e governamental.

Os projetos de arte-cultura, portanto, vêm apresentando processos de resistências que se arrastam muito antes do período de pandemia, com cortes significativos, sucateamentos e de desvalorização como medidas públicas, mas que, nos cotidianos, transformam realidades. Dito por quem vivencia essa experiência, são promovedores dos “dias mais felizes” que viveram. Estudos que contemplem esse espaço a partir das suas especificidades de regras, limites e liberdades, de lugar existencial e reconheçam a natureza de vinculação que se

estabelece entre serviço e frequentadores podem favorecer o reconhecimento de potencialidades e sutilezas dessa relação, principalmente quando voltados ao público adolescente.

Sendo assim, e de forma sumarizada, propõe-se que a participação em projetos de arte-cultura por adolescentes advindos de contextos de maior vulnerabilidade social pode favorecer, ao fornecer acesso e experimentações pelo fazer da criação em projetos dessa natureza a:

- a) Reflexos sobre o discurso normativo, provocando socialmente estruturas de poder que convoquem diversidade, reflexividade e outras formas de bem-viver. Dito de outra forma, que proponham uma forma mais plural de existência a partir do protagonismo, do encontro com a cultura, a cidade e o outro;
- b) Convocatória à emancipação e à autonomia política, com a potencialização da capacidade crítica;
- c) Criação de uma rede solidária e fortalecimento dos espaços físicos e simbólicos como ponto de atenção de promoção à saúde mental, para além de uma perspectiva clínica;
- d) Circulação de falas, silêncios e afetos;
- e) Experimentação criativa e inventiva das dinâmicas estéticas que provoquem aberturas de novas possibilidades, permitindo uma perspectiva mais criativa de agenciamentos dos adolescentes;
- f) Desbravamento de novos territórios, promoção de contratualidade e incentivo à mobilidade urbana.

### **11.5 Jovem arte: criadores das próprias oportunidades**

O documentário produzido em conjunto com os/as adolescentes como produto de pesquisa responde ao que é previsto dentro dos processos de pesquisa participativa (BRANDÃO, 2015; HAGUETTE, 2013; NIND, 2011). Além disso, é uma etapa esperada de devolução social da produção de conhecimento realizada durante a História Oral de Vida. A construção do documentário ocorre de forma criativa e a partir do que cada adolescente deseja mostrar de si, da realidade que vive e das produções que têm desenvolvido em suas vidas (MEIHY; HOLANDA, 2019).

Os/As adolescentes relatam durante o processo de construção e produção do documentário sobre o efeito emocional positivo de estar em uma elaboração desse tipo, que foi, inclusive, tema da terapia da participante Maria: “Você acredita que eu falei sobre isso

[documentário] com a minha psicóloga? [...] eu gostei muito, eu fiquei muito feliz com o resultado, eu gostei demais e me identifiquei com quase todos, com as falas”. Ou ainda, como mencionado pelo adolescente King: “Eu gostei muito de participar dessa entrevista também, porque parece psicologia, que a gente fala e se escuta também, queria agradecer por estar aqui. Eu não pensei duas vezes antes de participar”. E sobre o aspecto de possibilitar uma experiência nova, da sensação de estar fazendo algo novo e de estar nesse local de protagonismo, como mencionado pela adolescente Maçã: “Eu fiquei muito nervosa [...], eu nunca tinha participado de um negócio parecido. Então, foi uma ‘vibe’ bem novidade, e eu gostei bastante, porque foi legal, foi novidade, gostei” e pelo MC WT “[...] Olha, para mim, foi bom, uma experiência nova! Eu nunca tinha feito uma entrevista desse tipo assim na vida”.

A sensação positiva descrita pelos/as adolescentes com a participação e o engajamento com as produções indica que houve compatibilidade entre a questão de pesquisa e a metodologia escolhida, e aponta para uma possibilidade sensível para obtenção de dados e avanço sobre a problemática, com a valorização do saber dessa população, seu protagonismo, e de uma construção mais democrática do conhecimento. Nos últimos anos, as metodologias criativas, participativas, de valorização do sujeito têm assumido um papel importante nessa produção do conhecimento. Esse tipo de pesquisa contribui para o reconhecimento de disparidades e relações de poder que influenciam nos processos de produção de conhecimento e ganham destaque quando se trata de pesquisas com crianças e adolescentes, justamente por representar uma população que podem apresentar dificuldade em responder à metodologias mais padronizadas (COLAÇO et al., 2017; BRANDÃO, 2015).

Diante da possibilidade de uma construção de conhecimento mais democrática a partir das pesquisas participativas, da realidade dos/as adolescentes, ou seja, dada pela própria perspectiva dos/as participantes, são possíveis avanços sobre o tema e nas proposições de políticas públicas. O objetivo da utilização da metodologia participativa e a transformação dos resultados de pesquisa em um material visual com que os/as adolescentes se identifiquem convoca ainda a uma diminuição da distância de relação entre os envolvidos no processo de pesquisa, além das diferenças próprias dos contextos socioeconômico e culturais, promovendo acolhimento dos adolescentes, de suas experiências e contextos (COLAÇO et al., 2017).

Com a retirada da prancheta, protocolos e outros mediadores, os/as adolescentes se encontram diretamente com a pesquisa e a pesquisadora, e fazem de forma coletiva ciência, que não mais se limita a dados estatísticos e distantes, e integram essas informações no real e significativo. Reforça-se que todas as formas éticas de produzir ciência são necessárias, no entanto, por vezes essas informações ficam distantes de realidades locais e necessitam de uma

aproximação qualitativa do fenômeno. Com isso, e a partir do conhecimento coletivo, os/as adolescentes sentem-se acolhidos, numa outra dinâmica da microrrelação, e conseguem dizer de um outro lugar sobre as potencialidades da arte e da cultura, dos favorecimentos locais, do que promove saúde e saúde mental (COLAÇO et al., 2017).

Esta produção dialoga ainda com a Terapia Ocupacional, pois, a partir do fazer pesquisa, como uma atividade humana para produzir conhecimento, os/as adolescentes refletem sobre os seus processos participativos nos projetos, na cidade e na própria cidadania, “se escutam” e se reconhecem com os seus pares. Os resultados deste estudo ganham vida e dinamicidade pela produção do conhecimento e do documentário, e favorecem ainda que os/as adolescentes ganhem protagonismo e reconheçam novas possibilidades a partir de algo novo (CARDINALLI, 2022; CARDINALLI; SILVA, 2019).

Pesquisas participativas, horizontalizadas e democráticas promovem processos de crítica, inclusive durante o período de divulgação final, de forma que os resultados extrapolam os muros universitários e dialogam também com a sociedade. Dessa maneira, é possível arriscar ainda que essa forma de pensar ciência se aproxima dos direcionadores da Atenção Psicossocial, da Promoção em Saúde e da Promoção em Saúde Mental. Trata-se de produzir ciência por uma militância e se relaciona com um modo de vida pelo coletivo.

Os conceitos-ferramenta da APS – acolhimento, responsabilização, território, projetos terapêuticos singulares, intersetorialidade –; associados e sendo complementados pelos orientadores da Promoção em Saúde – determinantes sociais de saúde, autonomia e participação social – e a da promoção em saúde mental – emancipação e novas perspectivas mais criativas de agência e relação (OLIVEIRA, 2021) – aparecem também nesta pesquisa, não como atenção e cuidado, mas como também uma lógica de se produzir conhecimento.

A finalização com a construção do documentário favoreceu ainda o acesso à informação e torna-se um produto de reconhecimento e identificação que pode ser utilizado para sensibilização de contextos específicos. Limitações em relação à pandemia para filmagem e produção de conteúdo não foram citadas pelos/as adolescentes, apesar de exigirem articulações burocráticas diferenciadas nos processos de pesquisa pela pesquisadora (COLAÇO et al., 2017).

Jovens, produtores de suas próprias oportunidades em um país marcado por significativa desigualdade social, produzindo arte-jovem, que ganha cada vez mais proximidade com as singularidades locais e permite mobilizações e acessos, até então nunca imaginados. Uma arte que transcende a clínica e perspectivas estéticas e possibilita cidadania.

## 12 NÃO SE COLOCA PONTO FINAL NA ESTACA ZERO<sup>34</sup>

A presente pesquisa objetivou explorar a compreensão de adolescentes sobre a vivência e a participação em projetos de arte e cultura e sobre a relação com a própria saúde mental. Como objetivos específicos, visou analisar, na perspectiva dos/das adolescentes, como se dá e como eles/as avaliam o acesso às atividades artístico-culturais nos territórios em que circulam; compreender, a partir da perspectiva dos/das adolescentes, como as atividades de arte e cultura atravessam/atravessaram suas histórias de vida; identificar como tem se dado o engajamento dos/das adolescentes em atividades de arte e cultura durante o período de pandemia da Covid-19 e produzir e divulgar com os/as adolescentes, de forma participativa, um documentário sobre a vivência em projetos de arte e cultura.

A partir dos resultados produzidos, emergiram quatro eixos temáticos, a saber: a) Laços e nós: família na tessitura de redes de apoio, que fala sobre a essencialidade que a família exerce na vida dos/as adolescentes, da relação desse grupo com os projetos de arte-cultura e de figuras importantes dentro do contexto familiar; b) Transgressão e outras formas de liberdade e bem-viver, que traz a percepção dos/as adolescentes sobre o aumento de criticidade, mobilidade urbana e melhora de aspectos de hábitos de saúde; c) Você não está sozinho, viu?, surge das diferentes alusões aos coordenadores de projetos de arte e cultura pelos/as adolescentes, tanto do papel de referência quanto de intermediadores de novas possibilidades, e d) Kit-covid: resiliência e afeto, descreve os atravessamentos da pandemia, os aspectos negativos e positivos, as implicações na participação escolar nesse período e os processos de reinvenção do momento.

Para o eixo temático relacionado à família, ganha destaque o papel de centralidade e idealização que esses membros representam para os/as adolescentes, em especial a referência materna. Além disso, ganha evidência a importância da rede fraterna como determinadora para permanência nos espaços de arte-cultura.

Pelas narrativas dos/as adolescentes, é observado que a família parece se beneficiar de maneira tímida do potencial político e emancipador dos projetos, ao contrário dos próprios participantes, que relatam grandes mudanças subjetivas com a participação, o que indica novos caminhos de pesquisa sobre a dificuldade de acesso a essas discussões políticas por essas famílias, que poderiam favorecer o desenvolvimento de ações com caráter emancipatório dentro do território. Apresenta-se ainda como perspectiva futura de pesquisa o

---

<sup>34</sup> Nome da ala infantojuvenil do desfile político-cultural do “18 de maio” de 2017, Dia Nacional da Luta Antimanicomial, em Belo Horizonte em 2017.

nível de autorização que os/as adolescentes permitem da participação de adultos-familiares em um espaço marcado pela liberdade, como os projetos de arte-cultura.

Outro aspecto destacado pelos/as participantes está relacionado ao aumento de comportamentos “transgressores”, comumente referidos pelos familiares dos/das adolescentes participantes, tais como maior frequência no uso de palavrões. Esse comportamento não é observado pelos/as adolescentes como negativo, como o fazem familiares, mas como o movimento de não mais aceitação de situações ultrajantes, de crítica do discurso normativo e de aumento da expressão.

Ganha destaque na fala dos/as adolescentes, ainda, o aumento da mobilidade urbana como oportunidade a partir da entrada nos projetos de arte-cultura e a melhora de fatores biológicos e de conhecimento de questões relacionadas à saúde de forma mais individual, com o aumento de atividades físicas e melhoria de hábitos alimentares.

Ainda dentro dos fatores positivos identificados pelos/as adolescentes, os coordenadores de projetos de arte-cultura são mencionados, nesta vertente, como facilitadores desse processo e possibilitadores das novas oportunidades. São relacionados ainda como apoio emocional dos/as adolescentes, ponto de referência para as famílias, da comunidade e dos/as próprios/as adolescentes, e fundamentais para a manutenção do desejo de permanecer nos projetos de arte-cultura, extrapolando, por vezes, suas funções administrativas nesse auxílio, mantendo-se presentes, ainda que de forma limitada, no período da Covid-19. Apontam-se como possibilidade investigativa estudos que aprofundem sobre essa relação entre os/as adolescentes e monitores/as de projetos, avaliando como elas podem influenciar a médio e longo prazo na vida desses participantes.

O período de pandemia é reconhecido em seu aspecto negativo pelos/as adolescentes, que não negligenciam o número de mortos e a baixa “inspiração” que o momento representa, contudo, demarcam que não apresentou aspectos somente da ordem negativa, mas favoreceu movimentos de criação. São identificados, ainda, o “abandono” escolar e a perda de conteúdo, tempo e apoio da instituição; e a diminuição de números de projetos de arte-cultura no território, que já estava ocorrendo mesmo antes da pandemia. O acompanhamento dos impactos a médio e longo prazo da pandemia apresenta-se como um campo de possibilidades a serem investigadas por pesquisas tanto qualitativas quanto quantitativas.

Por fim, foi realizada uma produção audiovisual de um documentário: “Jovem arte: criadores das próprias oportunidades”, que permitiu que os adolescentes protagonizassem e participassem de uma produção do conhecimento de forma mais democrática e acessível socialmente.

Os espaços artístico-culturais, pela perspectiva dos/as adolescentes, representam espaços de pertencimento e pontos de cuidado para além de uma perspectiva clínica; favorecem a participação e a expressão cultural, o resgate da cidadania, o aumento de processos críticos, oportunidades, repertório de agenciamentos e a luta pela possibilidade de uma existência qualificada, fatores que conversam de maneira natural com a proposta da atenção psicossocial e da promoção em saúde mental. Além disso, destaca-se nesta pesquisa a potência de estudos feitos com os/as adolescentes que não se limitam à produção de conhecimento a partir dessa população como objetos de pesquisas, favorecendo o aparecimento das singularidades e uma produção que seja crítica e condizente com a realidade e modos de vida.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.
- ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. *In*: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira**. São Paulo: Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.
- ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva. **Paulo Amarante fala sobre retrocessos na política de saúde mental**. 2019. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/sistemas-de-saude/paulo-amarante-fala-sobre-retrocessos-na-saude-mental/39546/>. Acesso em: 11 mar. de 2021.
- ABRASME – Associação Brasileira de Saúde Mental. **Memorial: Retrocessos no cuidado e tratamento de saúde mental e drogas no Brasil**. 2020. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/12/900.8\\_LY\\_CARTA\\_abrasme\\_A4.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/12/900.8_LY_CARTA_abrasme_A4.pdf). Acesso em: 09 de jun. de 2021.
- ACOSTA, A.O Bem Viver: uma alternativa ao desenvolvimento. *In*: COSTA, A. (Ed). **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Editora Elefante, 2016. p. 69-88.
- AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Projeto anula portaria da saúde que corta verba para ressocialização de usuários de drogas. 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/863841-projeto-anula-portaria-da-saude-que-corta-verba-para-ressocializacao-de-usuarios-de-drogas/>. Acesso em: 25 de mai. de 2022.
- AGÊNCIA SENADO. Bolsonaro veta integralmente Lei Aldir Blanc 2, de apoio à cultura. 2022a. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/05/05/bolsonaro-veta-integralmente-lei-aldir-blanc-2-de-apoio-a-cultura>. Acesso em: 25 de mai. de 2022.
- AGÊNCIA SENADO. Vetada na íntegra Lei Orlando Brito. 2022b. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/noticias/audios/2022/05/vetada-na-integra-lei-orlando-brito>. Acesso em: 25 de mai. de 2022.
- ALMEIDA, M. V. M. D.; COSTA, M. C. D. Movimento de artes e ofícios: perspectiva ética-política-estética de construção da terapia ocupacional. *In*: SILVA, C. R. (Org.). **Atividades humanas & terapia ocupacional: saber-fazer, cultura, política e outras resistências**. São Paulo: Hucitec, 2019. p. 59-79.
- ALVES, R. **Filosofia da ciência-Introdução ao jogo e às suas regras**. São Paulo [SP]: Edições Loyola, 2000.
- AMARAL, L. H.; CAPONI, S. Novas abordagens em psiquiatria no século XXI: a escola como locus de prevenção e promoção em saúde mental. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 15, n. esp. 5, p. 2820-2836, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14560>. Acesso em: 13 de jan. de 2021.
- AMARANTE, P. *et al.* Da arteterapia nos serviços aos projetos culturais na cidade: a expansão dos projetos artístico-culturais da saúde mental no território. *In*: AMARANTE, P.; NOCAN, F. (Orgs.). **Saúde Mental e Arte: Práticas, saberes e debates**. São Paulo: Zagadoni, 2012. p. 23-38.

- AMARANTE, P. Prefácio: Saúde mental e Arte: Práticas, saberes e debates. *In:* AMARANTE, P.; NOCAM, F (Org.). **Saúde Mental e Arte**. São Paulo: Zagodoni, 2012. p. 9-11.
- AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- ANDRADE, A. B. F. **In memoriam da liberdade**: história comum de jovens negros em cumprimento de medidas socioeducativas. Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 77f. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/15245>. Acesso: 19 de set. de 2022.
- ARELLANO, V. M.; CORREA, S. S. Talleres de promoción de resiliencia para adolescentes en alto riesgo social. **Revista Chilena de Terapia Ocupacional**, n. 8, p. 59-69, 2008. Disponível em: <https://revistas.uchile.cl/index.php/RTO/article/view/76>. Acesso em: 12 dez de 2020.
- AUGUSTO, M. H. O. Retomada de um legado: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. **Tempo social**, v. 17, p. 11-33, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/86sMfK8NFTD3D7B7dqYgcjB/?lang=pt>. Acesso em: 2 jun. 2022.
- AYRES, J. R.; CASTELLANOS, M. E. P.; BAPTISTA, T. W. F. Entrevista com José Ricardo Ayres. **Saúde e Sociedade**, v. 27, p. 51-60, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/5QM5j3Xmwbdbgmfm5y85tckk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2022.
- AYRES, J. R. C. M. *et al.* O conceito de Vulnerabilidade e as práticas de Saúde: novas perspectivas e desafios. *In:* CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Orgs.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 121-144.
- BARATA, R. B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.
- BARDIN, L. **Análise do conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BING, R. K. Occupational therapy revisited: A paraphrastic journey. **American Journal of Occupational Therapy**, v. 35, n. 8, p. 499-518, ago. 1981. Disponível em: <https://ajot.aota.org/article.aspx?articleid=1888567>. Acesso em: 24 abr. 2021.
- BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRANDÃO, C. R. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. *In:* BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. **Pesquisa Participante: a partilha do saber**. Aparecida [SP]: Ideias e Letras, 2015. p. 17-54.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/CON1988.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp). Acesso em: 12 ago. 2021.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10216-6-abril-2001-364458-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. Conanda et al. Plano de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. 2007a. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Plano\\_Defesa\\_CriançasAdolescentes%20.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf). Acesso em: 28 de mar. de 2021.

BRASIL. Decreto n.º 10.003, de 4 de setembro de 2019a, altera o Decreto n.º 9.579, de 22 de novembro de 2018, para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 5 set. 2019a.

BRASIL. Decreto n.º 10.502, de 30 de setembro de 2020a. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p.6, 1 out. 2020a.

BRASIL. Decreto n.º 592, de 6 de julho de 1992. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Brasília, DF. 1992. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0592.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm). Acesso em: 27 mar. 2021.

BRASIL. Decreto n.º 9.694, de 2 de janeiro de 2019b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9674.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9674.htm). Acesso em: 11 abr. 2021.

BRASIL. Decreto n.º 11.098, de 20 de junho de 2022a. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos e das funções de confiança do ministério da saúde e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1550426713/decreto-11098-22>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

BRASIL. Decreto n.º 99.710, de 21 de novembro de 1990a. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Brasília, **Diário Oficial da União**, Seção 1, 22 nov. 1990, p. 22256.

BRASIL. Edital de convocação n.º 1, de 24 de março de 2021a. **Diário Oficial da União**: seção 3, Brasília, DF, p. 167.

BRASIL. Lei n.º 14.017, de 29 de junho de 2020b, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo decreto Legislativo n.º 6. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p.1, 30 jun. 2020.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990b. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**: seção 1.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Edital de chamamento público n.º 03/2022, seleção de propostas para a celebração de parceria com a União, por intermédio do Ministério da Cidadania - MC, representada pela Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas - SENAPRED. 2022b. Disponível em: <https://www.conass.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Nota-Conjunta-CONASS-CONASEMS-Edital-MC-Hospitais-Psiquiatrias-FINAL.pdf>. Acesso em: 29 de set. de 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Portaria n.º 340 de 30 de março de 2020c. **Diário Oficial da União**: 5 p. 2020c. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=PRT&numero=340&ano=2020&data=30/03/2020&ato=385ATVE5EMZpWT155>. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Assistência Social. Portaria n.º 69, de 14 de maio de 2020d. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/portaria-no-69-de-14-de-maio-de-2020/>. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça. Edital nº 1 de vagas em comunidades terapêuticas SENAD, de 25 de abril de 2018a. Brasília, DF. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/11797737](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/11797737). Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça. Gabinete do Ministro. Resolução nº 1, de 9 março de 2018b. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-1-de-9-de-marco-de-2018-6285971>. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos. Brasília, DF. 2014a. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_psicossocial\\_crianças\\_adolescentes\\_sus.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_psicossocial_crianças_adolescentes_sus.pdf). Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Intergestores Tripartite. Resolução nº 32, de 14 de dezembro de 2017b. **Diário Oficial da União**: seção 1 Brasília, DF, n. 245. p. 239. 22 dez. 2017. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2018/janeiro/05/Resolu---o-CIT-n---32.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conitec. Relatório de recomendação de protocolos clínicos e terapêuticos: Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas do comportamento Agressivo no Transtorno do Espectro do Autismo. 2021b. Disponível em: [http://conitec.gov.br/images/Consultas/Relatorios/2021/20211207\\_PCDT\\_Compportamento\\_Agressivo\\_no\\_TEA\\_CP\\_107.pdf](http://conitec.gov.br/images/Consultas/Relatorios/2021/20211207_PCDT_Compportamento_Agressivo_no_TEA_CP_107.pdf). Acesso em: 19 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Comissão Intergestores Tripartite. Resolução nº 36, de 25 de janeiro de 2018c. Brasília, DF. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cit/2018/res0036\\_06\\_02\\_2018.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cit/2018/res0036_06_02_2018.html). Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria 3.588, de 21 de dezembro de 2017c. Altera as portarias de consolidação no 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588\\_22\\_12\\_2017.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html). Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 336, 19 fev. 2002a. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336\\_19\\_02\\_2002.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html). Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do ministro. Portaria nº 1.325 de 18 de maio de 2020e. **Diário Oficial da União**. 2020. Disponível em: <https://brasilsus.com.br/index.php/pdf/portaria-no-1-325-3/>. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.754, de 14 de julho de 2020f. Fica revogada a Portaria nº 1.325/GM/MS, de 18 de maio de 2020. **Diário Oficial da União**: 97 p. 2020. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt1754\\_15\\_07\\_2020.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt1754_15_07_2020.html). Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.434, de 15 de agosto de 2018d. Brasília, DF 2018. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2018/prt2434\\_20\\_08\\_2018.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2018/prt2434_20_08_2018.html). Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017d. Aprova a política nacional de atenção básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436\\_22\\_09\\_2017.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html). Acesso em: 20 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 3.659, de 14 de novembro de 2018e. Brasília, DF 2018. Disponível em: <https://cetadobserva.ufba.br/pt-br/legislacoes/portaria-gmms-no-3659-de-14-de-novembro-de-2018>. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 3.718, de 22 de novembro de 2018f. Brasília, DF 2018. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2018/prt3718\\_23\\_11\\_2018.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2018/prt3718_23_11_2018.html). Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088\\_23\\_12\\_2011\\_rep.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html). Acesso em: 30 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 596, de 22 de março de 2022c. **Diário Oficial da União:** 281 p. 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-596-de-22-de-marco-de-2022-387974558>. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Recomendação nº 3 de 14 de março de 2019 deve suspender a execução de todas as normativas que sejam incompatíveis com a nova política nacional de saúde mental. Brasília, DF 2019c. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br>. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Relatório Final da III Conferência Nacional de Saúde Mental, de 2002b. Brasília, DF. <Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/mental\\_relatorio.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/mental_relatorio.pdf). Acesso em: 12 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção à Saúde e de Atenção Básica de 2013. Brasília, DF. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos\\_atencao\\_basica\\_34\\_saude\\_mental.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf). Acesso em: 7 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. Nota Técnica nº 11/2019, de 4 de fevereiro de 2019d. Disponível em: [http://cetadobserva.ufba.br/sites/cetadobserva.ufba.br/files/nota\\_tecnica\\_-\\_esclarecimentos\\_sobre\\_as\\_mudancas\\_da\\_politica\\_de\\_saude\\_mental.pdf](http://cetadobserva.ufba.br/sites/cetadobserva.ufba.br/files/nota_tecnica_-_esclarecimentos_sobre_as_mudancas_da_politica_de_saude_mental.pdf). Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil. Brasília, DF. 2005. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2015/marco/10/Caminhos-para-uma-Politica-de-Sa--de-Mental-Infanto-Juvenil--2005-.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Fórum Nacional de Saúde Mental Infantojuvenil: Recomendações de 2005 a 2012. Brasília, DF. 2014b. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/forum\\_nacional\\_saude\\_mental\\_infantojuvenil.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/forum_nacional_saude_mental_infantojuvenil.pdf). Acesso em: 23 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Portaria n.º 2.043, de 11 de dezembro de 2015. **Diário Oficial da União**: Seção 2, Brasília, DF, p. 36, 14 dez. 2015. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.043-de-11-de-dezembro-de-2015-111726668>. Acesso em: 16 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Portaria 1.482, de 25 de outubro de 2016a. Inclui na tabela de tipos de estabelecimentos de saúde do cadastro nacional de estabelecimentos de saúde: CNES o tipo 83: polo de prevenção de doenças e agravos de promoção da saúde. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2016/prt1482\\_25\\_10\\_2016.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2016/prt1482_25_10_2016.html). Acesso em: 16 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Nota técnica n.º 3, de 28 de janeiro de 2020g. Sobre Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (Nasf-AB) e Programa Previne Brasil. Disponível em: <https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2020/01/NT-NASF-AB-e-Previne-Brasil-1.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sobre a doença: O que é a COVID-19? 2020h. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso: 10 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Comissão Intergestores Tripartite. Resolução n.º 35, de 25 de janeiro de 2018g. Brasília, DF. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cit/2018/res0035\\_06\\_02\\_2018.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cit/2018/res0035_06_02_2018.html). Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.º 2.387, de 13 setembro de 2019 revoga a Portaria n.º 3.659/2018/GM/MS e a Portaria n.º 3.718/2018/GM/MS. 2019e. Disponível em: <https://brasilsus.com.br/wp-content/uploads/2019/09/portaria2387.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. Portaria n.º 2.979, de 12 de novembro de 2019f. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 97, 13 nov. 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.979-de-12-de-novembro-de-2019-227652180>. Acesso: 12 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990c. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm). Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990d. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8142.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8142.htm). Acesso em: 22 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n.º 8.242, de 12 de outubro de 1991. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18242.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18242.htm). Acesso: 24 mar. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016b. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Não paginado. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm). Acesso em: 17 abr. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto presidencial 9.761, de 11 de abril de 2019g. Aprova a política nacional sobre drogas. 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9761.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9761.htm). Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo PDL 66/2022 que anula os efeitos da Portaria 596/22, do Ministério da Saúde. 2022d. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2318514>. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. Resolução nº 3, de 24 de julho de 2020i. Regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad, o acolhimento de adolescentes com problemas decorrente do uso, abuso ou dependência do álcool e outras drogas em comunidades terapêuticas. **Diário Oficial da União**: 29 p. 2020. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/1169>. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Portaria nº 544, de 7 de maio de 2018h. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**: 31 p. 2018. Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/sas/2018/prt0544\\_20\\_06\\_2018.html](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/sas/2018/prt0544_20_06_2018.html). Acesso em: 28 set. 2022.

BUSS, P. M. Uma introdução ao Conceito de Promoção da Saúde *In*: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Org.). **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 19-42.

CADERNO BRASILEIRO DE SAÚDE MENTAL. Trabalho com cultura e arte: implicações em Saúde Mental e Atenção Psicossocial I. v. 8, n. 18, 2016a. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/issue/view/v.8%20n.18%2C%202016>. Acesso em: 25 jan. 2022.

CADERNO BRASILEIRO DE SAÚDE MENTAL. Trabalho com cultura e arte: implicações em Saúde Mental e Atenção Psicossocial II. v. 8, n. 20, 2016b. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/issue/view/v.8%20n.20%20%282016%29>. Acesso em 25 jan. 2022.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

CAPONI, S. A Saúde como Abertura ao Risco. *In*: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Orgs.). **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 59-82.

CARDINALLI, I. **Ninho de nós**: sentidos da atividade humana em terapia ocupacional. 2022. (Tese de doutorado em Terapia Ocupacional) – Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos. 2022. 262f. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/15866>. Acesso em 27 jun. 2022.

CARDINALLI, I.; SILVA, C. R. Considerações epistemológicas da produção de conhecimento da terapia ocupacional no Brasil. *In*: SILVA, C. R. (Org.). **Atividades humanas & terapia ocupacional: saber-fazer, cultura, política e outras resistências**. São Paulo: Hucitec, 2019. p. 33-58.

CASSAB, C. A CIDADE COMO ESPAÇO PÚBLICO: uma interpretação pautada na fala dos jovens (the city as public space: an interpretation from speaks of youth). **Mercator**, v. 9, n. 20, p. 83 a 91-83 a 91, 2011. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/425>. Acesso em: 28 jun. 2022.

CASSAB, C.; MENDES, J. T. N. "Perder-se também é caminho": A dimensão espacial da juventude. **Libertas**, v. 11, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18127/9379>. Acesso em: 28 jun. 2022.

CASTIEL, L. D.; DIAZ, C. A. D. Discursos sobre riscos e comportamentos Sádios Baseados em Evidências. *In*: CASTIEL, L. D.; DIAZ, C. A. D. (Eds.). **A saúde persecutória: os limites da responsabilidade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 25-34.

CASTRO, E. D.; SILVA, D.M. Habitando os campos da arte e da terapia ocupacional: percursos teóricos e reflexões. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 13, n. 1, p. 1-8, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13888>. Acesso em: 12 jan. 2020.

CASTRO, L. R. Os universalismos no estudo da infância: a criança em desenvolvimento e a criança global. *In*: CASTRO, L.R. (Org.). **Infâncias do sul-global: Experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil**. Salvador: EDUFBA: 2021. p. 41-60.

CECCONELLO, A. M.; KOLLER, S. H. Intrafamily Violence: A Study on Vulnerability and Resilience. *In*: DELL'AGLIO, D. D.; KOLLER, S. H. (Orgs.). **Vulnerable Children and Youth in Brazil: Innovative Approaches from the Psychology of Social Development**. Porto Alegre: Springer, 2017. p. 9-25.

CFP - Conselho Federal de Psicologia et al. Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas - 2017. DF: CFP, 2018. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/midiатеca/nossas-publicacoes/relatorio-da-inspecao-nacional-em-comunidades-terapeuticas-2017>. Acesso em: 24 fev. 2019.

CID, M. F. B. et al. Atención Psicosocial y Pandemia de COVID-19: Reflexiones sobre la Atención a Infancia y Adolescencia que Vive en Contextos Socialmente Vulnerables. **Multidisciplinary Journal of Educational Research**, v. 10, n. 2, p. 178–201, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7606309>. Acesso em: 20 de fev. de 2021.

CID, M. F. B.; GASPARINI, D. A. Ações De Promoção À Saúde Mental Infantojuvenil No Contexto Escolar: Um Estudo De Revisão/Promotion Actions To Mental Health Chindren Youth Inschool Context: Literature Review. **Revista FSA (Centro Universitário Santo Agostinho)**, v. 13, n. 1, p. 97-114, 2015. Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/968>. Acesso em: 8 jun. 2022.

COLAÇO et al. Oficinas temáticas e de narrativas com crianças adolescentes e jovens: Pesquisando e promovendo resiliência. *In*: DIAS, A. C. G.; ROSA, E. M. (Ed.s). **Metodologias de pesquisa e intervenção com crianças e adolescentes e jovens**. Vitória: Edufes, 2017. p. 127-160.

CONSTANTINIDIS, T. C.; CUNHA, A. C. Desinstitucionalizando conceitos: a terapia ocupacional em busca de um (novo) lugar no cenário da saúde mental. *In*: MATSUKURA, T. S.; SALLES, M. M. (Orgs.). **Cotidiano, atividade humana e ocupação**: perspectivas da terapia ocupacional no campo da saúde mental. São Carlos: EdUFSCar, 2018. p. 37-60.

CORDONE, N. G. *et al.* Oficina de teatro em um centro de convivência: uma vivência de diálogos sobre questões sociais e empoderamento de crianças. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v. 8, n. 18, p. 146–156, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69228/41569>. Acesso em: 16 jan. 2022.

COSTA, S. S. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 969-978, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/SGWCFyFzjzrDwgDJYKcdhNt/?lang=pt&format=html#>. Acesso em: 2 jun. 2022.

COUTO, M. C. V.; DELGADO, P. G. G. Crianças e adolescentes na agenda política da saúde mental brasileira: inclusão tardia, desafios atuais. **Psicologia Clínica**, v. 27, n. 1, p. 17-40. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/RsqnbmxPbbjDDcKKTdWSm3s/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 24 abr. 2021.

COUTO, M. C. V.; DELGADO, P. G. G. Intersetorialidade: Exigência da clínica com crianças na atenção psicossocial. *In*: LAURIDSEN-RIBEIRO, E.; TANAKA, O. Y. (Orgs.). **Atenção em Saúde Mental para crianças e adolescentes no SUS**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2016. p. 271-279.

CRUZ, N. F. D. O.; GONÇALVES, R. W.; DELGADO, P. G. G. Retrocesso da reforma psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/j6rLVysBzMQYyFxFxZ6hgQqBH/?lang=pt>. Acesso em 14 jun. 2021.

CZERESNIA, D. O conceito de Saúde e a diferença entre Prevenção e Promoção. *In*: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Orgs.). **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 43-58.

DIAS, F. W. D. S.; PASSOS, I. C. F. Transformações históricas da política de assistência à saúde mental de crianças e adolescentes no Brasil e em Minas Gerais. *In*: PASSOS, I. C. F.; PENIDO, C. M. F. (Orgs.). **Atenção psicossocial para crianças e adolescentes pesquisa-intervenção nas redes**. 1. ed. ed. São Paulo: Zagodoni, 2017. p. 54-79.

DUARTE QUAPPER, C. Sociedades adultocêntricas: sobre sus orígenes y reproducción. **Última década**, Santiago de Chile, n. 36, p. 25-41, 2012. Disponível em: [https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-22362012000100005&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-22362012000100005&script=sci_arttext). Acesso em: 8 de jul. de 2022.

DUARTE, A. J. A periferia como lugar social dos jovens e o processo de escolarização. **Iniciação & Formação Docente**, v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistagepadle/article/view/944>. Acesso em: 28 jun. 2022.

EISENSTEIN, E. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolescência e Saúde**, v. 2, n. 2, p. 6-7, 2005. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/abr-451>. Acesso em: 30 set. 2020.

FERNANDES, A. D. S. A. **Cuidado em saúde mental infantojuvenil na Atenção Básica à Saúde: práticas, desafios e perspectivas**. 2019. (Tese de doutorado em Terapia Ocupacional) – Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos. 2019. 273f. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11798>. Acesso em: 27 jun. 2022.

FERNANDES, A. D. S. A. et al. Apresentação. *In*: FERNANDES, A. D. S. A. et al. (Orgs.). **Saúde mental de crianças e adolescentes e atenção psicossocial**. Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2021. p. XXI- XXV.

FERNANDES, A. D. S. A. et al. Reflexões sobre a atenção psicossocial no campo da saúde mental infantojuvenil. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, p. 725-740, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/PrkFtFhmLgTR9pLj8y4QNsk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 mai. 2022.

FERNANDES, A. D. S. A.; TAÑO, B. L.; MATSUKURA, T. S. O cuidado em saúde mental infantojuvenil na atenção básica à saúde: singularidades territoriais. *In*: FERNANDES, A. D. S. A. et al. (Orgs.). **Saúde mental de crianças e adolescentes e atenção psicossocial**. Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2021. p. 204-221.

FERNANDES, A. D.S.A. **Cotidiano de adolescentes vinculados a um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi): realidade e perspectivas**. 2014. (Dissertação de mestrado em Terapia Ocupacional) - Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos. 2014. 136f. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6878>. Acesso em: 19 set. 2022.

FERNANDES, G. C. M.; DAS CHAGAS, M. C.; LOPES, P. R. A importância do brincar durante a infância e adolescência: experiência em sala de espera do CAPS infantil de Florianópolis/SC. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, 8, n. 18, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69516>. Acesso em: 28 set. 2022.

FOLHA DE S. PAULO. Ignorar saúde sexual não protege o jovem, diz criadora de caderneta vetada por Bolsonaro. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2019/03/ignorar-saude-sexual-nao-protege-jovem-diz-criadora-de-caderneta-vetada-por-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 20 jul. 2021.

FRANCH, M. **Tempos, contratempos e passatempos: um estudo sobre práticas e sentidos do tempo entre jovens de grupos populares do Grande Recife**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Antropologia Cultural) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 58. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. *Ebook* (245p). ISBN: 978-85-7753-228-5.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Fundação Abring traça panorama da infância e adolescência no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://fadc.org.br/taxonomy/term/cenario-da-infancia-e-adolescencia>. Acesso em: 20 set. 2022.

GARCÍA PALACIOS, M.; HECHT, A. C.; ENRIZ, N. Crianza y niñez en dos comunidades indígenas de la Argentina (qom y mbyá). **Revista Cuicuilco, México**. v. 64, n. 22, p. 185-201, sep./dic. 2015. Disponível em:

[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0185-16592015000300010](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-16592015000300010).

Acesso em: 22 jun. 2022.

GOLDSMID, R.; FÉRES-CARNEIRO, T. Relação fraterna: constituição do sujeito e formação do laço social. **Psicologia USP**, v. 22, p. 771-788, 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pusp/a/MVCSRQBhMhTDNkpsmYv4Zn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2022.

GONÇALVES, H. S.; COUTINHO, L. G. Juventude e família: expectativas, ideais e suas repercussões sociais. **Estudos e pesquisas em Psicologia**, v. 8, n. 3, p. 597-611, 2008.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4518/4518444627004.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2022.

GOZZI, A. P. N. F.; LUSSI, I. A. O. A avaliação inicial no processo de trabalho do terapeuta ocupacional na rede de saúde mental. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 21, n. 3, 2013. Disponível em:

<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/914>.

Acesso em: 12 abr. 2020.

GUAJARDO CÓRDOBA, A.; MARIA GALHEIGO, S. Reflexiones críticas acerca de los derechos humanos: Contribuciones desde la terapia ocupacional Latinoamericana. **World Federation of Occupational Therapists Bulletin**, v. 71, n. 2, p. 73-80, 2015. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/284077008\\_Reflexiones\\_criticas\\_acerca\\_de\\_los\\_rechos\\_humanos\\_Contribuciones\\_desde\\_la\\_terapia\\_ocupacional\\_Latinoamericana](https://www.researchgate.net/publication/284077008_Reflexiones_criticas_acerca_de_los_rechos_humanos_Contribuciones_desde_la_terapia_ocupacional_Latinoamericana). Acesso em: 11 set. 2020.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2013.

IAGNECZ, R.S. F. **Ser mulher, mãe e trabalhadora: a interseccionalidade na vivência da maternidade**. 2021. (Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2021. 172f. Disponível em:

<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/25350/1/interseccionalidadenavivenciadamaternidade.pdf>. Acesso em 18 nov. 2022.

IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 11 mai. 2022.

ILLISON, J. C.; GODOI, M. R. D. Fantasiart: an experience. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v. 8, n. 20, p. 252-257, 2016. Disponível em:

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-21472016000300016&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-21472016000300016&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 28 set. 2022.

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Entenda como a pandemia impactou a Educação no Brasil. 2021. Disponível em:

<https://www.fadc.org.br/noticias/entenda-como-a-pandemia-impactou-a-educacao-no-brasil>. Acesso em: 8 jun. 2022.

INFORSATO, E. A. et al. Arte, saúde e cultura na formação em terapia ocupacional: atividades, corpo e produção de subjetividade na experiência do PACTO. In: SILVA, C. R. (Org.). **Atividades humanas & terapia ocupacional: saber-fazer, cultura, política e outras resistências**. São Paulo: HUCITEC, 2019. p. 131-156.

- INOJOSA, R.M. Sinergia em política e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. **Cadernos FUNDAP**, São Paulo, n.22, p. 102-110, 2001. Disponível em: [https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia\\_politicas\\_servicos\\_publicos.pdf](https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia_politicas_servicos_publicos.pdf). Acesso em: 25 mai. 2022.
- JOUTARD, P. Desafios à história oral do século XXI. *In*: FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (Orgs.). **História Oral: Desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 31-46.
- JUSTIÇA FEDERAL. Declaração de ilegalidade sobre a Resolução 03/2020 do Conad. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/justica-proibe-acolhimento-jovens.pdf>. Acesso em: 29 set. 2022.
- LARA, J. S. “Eu cuidei dela como se ela tivesse saído de dentro de mim”: a responsabilidade pelo outro no cotidiano de crianças moradoras de uma favela do rio de janeiro. *In*: CASTRO, L.R. (Org.). **Infâncias do sul-global: Experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil**. Salvador: EDUFBA: 2021. p. 131-148.
- LIMA, E. M. F. A. A saúde mental nos caminhos da terapia ocupacional. **O mundo da saúde**, v. 30, n. 1, p. 117-122, 2006. Disponível em: [http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo\\_saude/34/saude\\_mental.pdf](http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/34/saude_mental.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.
- LIMA, E. M. F. A. **Vida ativa, mundo comum, políticas e resistências: pensar a terapia ocupacional com Hannah Arendt**. 2018. 377f. (Tese de livre docência). – Faculdade de Medicinas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/5/tde-05022018-084711/pt-br.php>. Acesso em: 24 abr. 2020.
- LIMA, E. M. F. A.; PELBART, P. P. Arte, clínica e loucura: um território em mutação. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 14, n. 3, p. 709-735, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/3rLqcpCGc3TRpM4Dj8CGnfw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2020.
- LIMA, R. C. The rise of the psychiatric counter-reform in Brazil. Editorial. **Physis**, v. 29, n.1, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/dR8q4LDwM9zpXtSyvq9nr7f/?lang=en>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- MARCOLINO, T. Q. A porta está aberta: Aprendizagem colaborativa, prática iniciante, raciocínio clínico e terapia ocupacional. 2009. 308f. (Tese de Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2219?show=full>. Acesso em 20 mar. 2020.
- MARCOLINO, T. Q. O discurso público em Terapia Ocupacional: sentidos construídos em uma comunidade de prática/The public discourse in Occupational Therapy: meaning construction in a community of practice. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional-REVISBRATO**, v. 1, n. 2, p. 149-162, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/viewFile/4775/pdf>. Acesso em: 7 jul. 2022.
- MARCOLINO, T. Q.; FURLAN, P. G.; SOUZA, T. T. Como registrar a liberdade? Apontamentos para terapias ocupacionais inventivas. *In*: BOMBARDA, T. B.; JOAQUIM, R. H. V. T. **Prontuário: fundamentos, reflexões e desafios contemporâneos para a Terapia Ocupacional**, no prelo.
- MATTINGLY, C.; FLEMING, M. H. **Clinical reasoning: Forms of inquiry in a therapeutic practice**. Philadelphia: FA Davis, 1994.

- MCKIM, M.; WEAVER, L. L.; STERNBERG, M. Mental Health Challenges for Children and Youth During the COVID-19 Pandemic: An Occupational Therapy Perspective. **American Occupational Therapy Association**. Jun, 2021. Disponível em: [https://www.aota.org/-/media/Corporate/Files/Publications/CE-Articles/CEA\\_June\\_2021.pdf](https://www.aota.org/-/media/Corporate/Files/Publications/CE-Articles/CEA_June_2021.pdf). Acesso em: 20 jul. 2021.
- MEIHY, J. C. S. B. Desafios da história oral latino-americana: o caso Brasil. *In*: FERREIRA, M.M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 85-97.
- MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.
- MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral: Como fazer como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S. **Guia prático de história oral: Para empresas, universidades, comunidades e famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.
- MELO et al. Mudanças na Política Nacional de Atenção Básica: entre retrocessos e desafios. **Saúde em debate**, v. 42, p. 38-51, set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Vs4dLSn6T43b6nPBCFg8F3p/abstract/?lang=pt>. Acesso em 11 jan. 2020.
- MIGNOLO, W. D. Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Tradução de Ângela Lopes Norte. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n. 34, pp. 287-324, 2008. Disponível em: [http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia\\_epistemica\\_mignolo.pdf](http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf). Acesso em: 30 mai. 2022.
- MILEVSKY, A. Compensatory patterns of sibling support in emerging adulthood: Variations in loneliness, self-esteem, depression and life satisfaction. **Journal of social and personal relationships**, v. 22, n. 6, p. 743-755, 2005. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0265407505056447>. Acesso em: 23 jun. 2022.
- MINAYO, M. C. D. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621-626, mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMff/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2014.
- MORATO, G. G.; LUSSI, I. A. O. Contribuições da perspectiva de Reabilitação Psicossocial para a terapia ocupacional no campo da saúde mental/Contributions from the perspective of Psychosocial Rehabilitation for occupational therapy in the field of mental health. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 26, n. 4, 2018. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/2120>. Acesso em: 17 mai. 2021.
- NASCIMENTO, M. L. Tramas e entremeios da proteção para a infância e a adolescência. *In*: PASSOS, I. C. F.; PENIDO, C. M. F. (Orgs.). **Atenção Psicossocial para Crianças e Adolescentes Pesquisa-Intervenção nas Redes**. São Paulo: Zagodoni, 2017. p. 107-119.
- NIND, M. Participatory data analysis: a step too far? **SAGE Journals**, v. 11, n. 4, p. 349-363, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1468794111404310>. Acesso em: 14 ago. 2019.

NOCAM, F.; ROMERA, M. L. C. Oficinas de teatro e clínica da reforma: outras cenas. *In: AMARANTE, P.; NOCAM, F (Orgs.). Saúde Mental e Arte*. São Paulo: Zagodoni, 2012. p. 112-125.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Average usual weekly hours worked on the main job. 2022. Disponível em: [https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=AVE\\_HRS#](https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=AVE_HRS#). Acesso em: 2 jun. 2022.

OLIVEIRA, B. D. C. **Promoção da saúde mental de crianças e adolescentes na rede escolar**: desafios para atenção psicossocial e a intersetorialidade. 2021. (Tese de Doutorado em Saúde Mental) – Programa de Pós-Graduação em doutorado em Psiquiatria e Saúde Mental, Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 198. 2021.

OLIVEIRA, C. Reflexões da Psicologia acerca da adolescência: uma visão crítica. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, v. 8, n. 18, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69436>. Acesso em: 28 set. 2022.

OLIVEIRA, C. T. D. *et al.* Ética em pesquisa com crianças e adolescentes. *In: DIAS, A. C. G.; ROSA, E. M. (Eds.). Metodologias de pesquisa e intervenção com crianças e adolescentes e jovens*. Vitória: Edufes, 2017. p. 45-63.

ONU. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 01 set. 2021.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 01 set. 2021.

ORNELL *et al.* Pandemia de medo e COVID-19: impacto na saúde mental e possíveis estratégias. **Revista debates in psychiatry**. Editorial. 2020. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/arquivos/pandemia-de-medo-e-covid-19-impacto-na-saude-mental-e-possiveis-estrategias>. Acesso em: 20 mar. 2021.

OZELLA, S. Adolescência: uma perspectiva crítica. *In: KOLLER, S. H. (Ed.). Adolescência e psicologia: Concepções, práticas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: CFP, 2002. p. 16-24.

PAIS, J. M. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. *In: ALMEIDA, M. I. M.; EUGENIO, F. (orgs.). Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 7-21.

PATEL, V. *et al.* Promoting child and adolescent mental health in low and middle income countries. **Journal of child psychology and psychiatry**, v. 49, n. 3, p. 313-334, 2008. Disponível em: <https://acamh.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1469-7610.2007.01824.x> . Acesso em: 4 jan. 2022.

PÉREZ, B. C.; SILVA, C. F. S. “Fazer parte de tudo e transformar o mundo”: o que falam as crianças da favela Santa Marta sobre sua participação e relação com os adultos. *In: CASTRO, L.R. (Org.). Infâncias do sul-global: Experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil*. Salvador: EDUFBA: 2021. p. 109-130.

- PEREZ, L. C.; SOARES, J. P. G.; DELL'AGLIO, D. D. Protective Factors for the Development of Adolescents with DM1: Na Interface Beteen Positive Psychology and Health Psychology. In: DELL'AGLIO, D. D.; KOLLER, S. H. (Eds.). **Vulnerable Children and Youth in Brazil: Innovative Approaches from the Psychology of Social Development**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil: Springer, 2017. p. 105-121.
- PFEFFERBAUM, B.; NORTH, C. S. Mental health and the Covid-19 pandemic. **New England Journal of Medicine**, 2020. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/nejmp2008017>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- POLETTI, M.; KOLLER, S. H. Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. **Estudos de psicologia**, v. 25, n. 3, p. 405-416, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/DycNK6BKd8jJmr5rmJk8P9D/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 de ago. de 2020.
- PORTAL MEC. Bolsonaro assina projeto que regulamenta a educação domiciliar. 2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/educacao-domiciliar>. Acesso em: 25 mai. 2022.
- PUNCH, S. Household division of labour: generation, gender, age, birth order and sibling composition. **Work, Employment and Society**, Cambridge, v. 15, n. 4, p. 803-823, 2001. Disponível em: Household Division of Labour: Generation, Gender, Age, Birth Order and Sibling Composition | Work, Employment and Society | Cambridge Core. Acesso em: 22 jun. 2022.
- RIZZINI, I.; TABAK, J.; SAMPAIO, E. O bem-estar da criança e o direito à participação na América Latina. In: 4, SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE ESTUDOS DA CRIANÇA PUC-GOÍÁS: Por uma luta sem fronteiras na defesa dos Direitos das Crianças, 2019, Goiânia: Editora Vieira, 2019. v. 4. p. 853-863. Disponível em: [http://www.ciespi.org.br/media/Publicacoes/O\\_bem\\_estar\\_crianca.pdf](http://www.ciespi.org.br/media/Publicacoes/O_bem_estar_crianca.pdf). Acesso em: 17 mai. 2022.
- RIZZINI, I.; TISDALL, K. Participação infantil e juvenil: perspectivas internacionais. **O Social em Questão**, n. 27, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5522/552256743003.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2022.
- ROSSI, L. M. *et al.* Crise e saúde mental na adolescência: a história sob a ótica de quem vive. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 3, p. 1-12, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/BNyxgYRcypmMMDTkLdF5PDN/?lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2020.
- SAFATLE, V; JUNIOR, N. S.; DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- SÁNCHEZ-PINILLA, M. D.; LEGERÉN, A. D. La práctica conversacional del grupo de discusión: jóvenes, ciudadanía y nuevos derechos. In: GORDO, A. J.; Serrano, A. **Estrategias y prácticas cualitativas de investigación social**. Pearson Educación, S.A., Madrid, 2008.
- SANTOS, B. S.; ARAÚJO, S.; BAUMGARTEN, M. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. **Sociologias**, v. 18, n. 43, p. 14-23, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/Y3Fh6D3ywMCFym4wMFVdzsq/?lang=pt>. Acesso em 12 mai. 2022.
- SARACENO, B. **Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível**. Belo Horizonte: Te Cora, 1999.

SAVEGNAGO, S. D. O. **Oportunidades de vida: fortuidades do tempo e mobilidades no espaço de jovens pobres cariocas.** (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/30/teses/870977.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2022.

SAVEGNATO, S. D. O. Oportunidades de vida e mobilidades de jovens do sul global: um olhar crítico sobre a noção de projeto de vida. *In*: CASTRO, L. R (Org.). **Infâncias do sul-global: Experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil.** Salvador: EDUFBA: 2021. p. 339-362.

SCHNEIDER, D. R. et al. A clínica na comunidade: Uma experiência de intervenção intersetorial para adolescentes em situação de vulnerabilidade psicossocial. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, 8, n. 18, p. 68-80, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69285>. Acesso em: 28 de set. de 2022.

SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. M. Adolescência através dos séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 2, p. 227-234, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/MxhVZGYbrsWtCsN55nSXszh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 de fev. de 2019.

SILVA, C. R. *et al.* La terapia ocupacional y la cultura: miradas a la transformación social. **Revista Chilena de Terapia Ocupacional**, v.17, n. 1, p. 105-113, 2017. Disponível em: <https://revistaterapiaocupacional.uchile.cl/index.php/RTO/article/view/46383>. Acesso em: 14 ago. 2020.

SILVA, J. F.; CID, M. F. B.; MATSUKURA, T. S. Atenção psicossocial de adolescentes: a percepção de profissionais de um CAPS ijj/ Psychosocial teenage attention: the perception of CAPS ijj professionals. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 26, n. 2, 2018. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1849>. Acesso em 22 mar. 2021.

SILVESTRE, V. S.; MARTINS, R. M.; LOPES, J. P. G. Grupos de discussão: uma possibilidade metodológica. **Ensaios Pedagógicos**, v. 2, n. 1, p. 34-44, 2018. Disponível em: <http://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/56>. Acesso em: 27 mai. 2022.

SIMAS, F.; BARBOSA, M. C. A. **Os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: dilemas, paradoxos e desafios na era das ameaças.** Dossiê Temático: 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Lamparina, no prelo.

SOUZA, E. F. C. et al. Quem é o dono da voz? Uma experiência radiofônica em um centro de atenção psicossocial infantil. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, v. 8, n. 18, p. 81-95, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69212/41565>. Acesso em: 13 jan. 2022.

SOUZA, T. T. et al. Promoção em saúde mental de adolescentes em países da América Latina: uma revisão integrativa da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 2575-2586, 2021. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2021.v26n7/2575-2586/#>. Acesso em: 11 de out. de 2022.

- SPERANZA, M. **Sentimento de pertença de adolescentes na interface com a saúde mental**: uma revisão de escopo. (Dissertação de mestrado em Terapia Ocupacional) – Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos. 2021. 98f. Disponível em:  
<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/14158/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20MARINA%20SPERANZA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 de nov. de 2022.
- SPINK, M. J. P. Psicologia Social e Saúde: trabalhando com a complexidade. **Quaderns de psicologia**, v. 12, n. 1, p. 41-56, 2010. Disponível em:  
<https://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/vxx-nx-spink3>. Acesso em: 18 mai. 2020.
- SURJUS, L. T. L. S *et al.* Adolescência e Drogas uma visada a partir da redução de danos. *In*: FERNANDES, A. D. S. A. *et al.* (Orgs.). **Saúde mental de crianças e adolescentes e atenção psicossocial**. Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2021. p. 61-76.
- SURJUS, L. T. L. S. Sobre meninos feridos, comportamentos agressivos e uso de drogas. *In*: SURJUS, L. T. L. S.; MOYSÉS, M. A. A. (Orgs.). **Saúde mental infantojuvenil**: territórios, políticas e clínicas de resistência. Santos: Unifesp/ Abrasme, 2019. p. 127-139.
- SZULC, A *et al.* Apresentação. *In*: CASTRO, L. R (Org.). **Infâncias do sul-global**: Experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil. Salvador: EDUFBA: 2021. p. 21-40.
- TAÑO, B. L. *et al.* Crianças, adolescentes e suas famílias: proposições para práticas comprometidas com o encontro. *In*: FERNADES, A.D.S.A. *et al.* **Saúde Mental de crianças e adolescentes e Atenção Psicossocial**. Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2021, p. 21-34.
- TAÑO, B. L.; MATSUKURA, T. S.; MINATEL, M. M. Atenção psicossocial e intersectorialidade: ente o lugar do saber e o saber do lugar. *In*: FERNADES, A.D.S.A. *et al.* **Saúde Mental de crianças e adolescentes e Atenção Psicossocial**. Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2021, p. 2-22.
- TEIXEIRA, M. R.; FERREIRA, A. O.; COUTO, M. C.V. Atenção Psicossocial e promoção da saúde mental nas escolas. *In*: FERNANDES, A. D. S. A. *et al.* (Orgs.). **Saúde mental de crianças e adolescentes e atenção psicossocial**. Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2021. p. 35- 47.
- UNESCO. **Declaración de México sobre las políticas culturales**. 1982. Disponível em:  
[https://culturalrights.net/descargas/drets\\_culturals400.pdf](https://culturalrights.net/descargas/drets_culturals400.pdf). Acesso em 12 ago. d 2021.
- UNICEF. **Pacto internacional sobre direitos civis e políticos**. 1966. Disponível em:  
<https://www.unicef.org/brazil/pacto-internacional-sobre-direitos-civis-e-politicos>. Acesso em 16 jan. 2022.
- UNICEF. The impact of COVID-19 on the mental health of adolescents and youth. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/lac/en/impact-covid-19-mental-health-adolescents-and-youth>. Acesso em: 16 jan. 2022.
- VASCONCELLOS-SILVA, P. R.; CASTIEL, L. D. COVID-19, as fake news e o sono da razão comunicativa gerando monstros: a narrativa dos riscos e os riscos das narrativas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 7, p. 1-12, 2020. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/csp/a/d6ZXNpddtmjgNjRtKMDY4bR/?lang=pt>. Acesso em: 19 fev. 2021.

VASCONCELOS, E. M. A priorização das famílias nas políticas de saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 53, set/dez. 1999, p. 6-19. Disponível em: [http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/2/docs/saude25-livro\\_saude\\_em\\_debate.pdf](http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/2/docs/saude25-livro_saude_em_debate.pdf). Acesso em: 14 jun. 2022.

VICENTIN, M.C.G. Criar o desciançável. *In*: SÃO PAULO (SP). **Caderno de debates do NAAPA: questões do cotidiano escolar**. São Paulo: SME / COPED, 2016. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/27154.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2022.

VIGH, H. E. Social death and violent life chances. *In*: CHRISTIANSEN, C.; UTAS, M.; VIGH, H. E. (Orgs.). **Navigating youth, generating adulthood: social becoming in an African context**. Uppsala: Nordic Africa Institute, 2006. p. 31-60.

WAAGE, T. Coping with unpredictability 'preparing for life' in Ngaoundéré, Cameroon. *In*: CHRISTIANSEN, C.; UTAS, M.; VIGH, H. E. (Org.). **Navigating youth, generating adulthood: social becoming in an African context**. Uppsala: Nordic Africa Institute, 2006. p. 61-87.

YASUI, S. **Rupturas e encontros: desafios da reforma psiquiátrica brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8ks9h/pdf/yasui-9788575413623.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

YASUI, S.; LUZIO, C. A.; AMARANTE, P. Atenção Psicossocial e Atenção Básica: a vida como ela é no território. **Rev. Polis e Psique**, v. 8, n. 1, p. 173-190, 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2238-152X2018000100011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2018000100011). Acesso em 19 mai. 2022.

ZAROBÉ, L.; BUNGAY, H. The role of arts activities in developing resilience and mental wellbeing in children and young people a rapid review of the literature. **Perspectives in Public Health**, v. 137, n. 6, p. 337-347, 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28613107/>. Acesso em: 22 abr. 2021.

ZIBECHI, R. Elementos da reconstrução epistemológica. *In*: STRECK, D. R.; ADAMS, T. **Pesquisa participativa, emancipação e (des)colonialidade**. Curitiba: CRV, 2014. p. 31-48.

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE I) - RESPONSÁVEIS

O/A adolescente pelo qual você é responsável está sendo convidado/a a participar da pesquisa **“História oral de vida de adolescentes participantes de projetos de arte e cultura: a interface com a saúde mental e sua promoção”**. O objetivo desse estudo é produzir conhecimento com os/as adolescentes sobre o tema saúde mental e sua relação com projetos de arte e cultura.

O/A adolescente sob sua responsabilidade foi selecionado a participar dessa pesquisa por participar de projetos de arte e cultura e apresentar idade entre 12 e 18 anos. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento ele/ela pode desistir de participar, e você pode retirar seu consentimento. A recusa não trará nenhum prejuízo na relação com a pesquisadora ou com a instituição que ele/ela frequenta.

Os/As próprios/as adolescentes entrevistados/as em conjunto com os responsáveis poderão escolher entre duas modalidades de entrevistas, sendo elas a remota de forma on-line, por meio de plataformas de comunicação por videochamada, ou ainda de forma presencial conforme interesse do adolescente e da família e as orientações do município em relação às medidas de prevenção ao COVID-19 no momento das produções dos dados. Para este último caso, serão seguidos todos os protocolos de cuidados para a COVID-19, etiqueta respiratório, uso de máscara higienização das mãos, limpeza e a desinfecção de ambientes, além de ser ofertados Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) disponibilizados pela pesquisadora. Reforça-se que mesmo pessoas assintomáticas podem apresentar risco de transmissibilidade de COVID-19 de 80%.

As entrevistas acontecerão semanalmente e serão gravadas em vídeos, para auxiliar a pesquisadora no tratamento e análise dos dados, por aproximadamente 3 semanas, podendo se estender por solicitação do/da adolescente ou por questões específicas, como baixa conexão ou ainda não possibilidade de conclusão da conversa. Estes encontros terão duração de cerca de 1h.

Ao assinar esse termo, serão autorizadas a utilização de imagem, voz para análise por parte da pesquisadora. Não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet. Além disso, a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de responsabilidade da pesquisadora responsável.

As falas, imagens gravadas por vídeo ou outros tipos de expressão dos/das adolescentes serão tratadas de forma anônima e confidencial, ou seja, qualquer indicação de padrão identitário como, nome, característica física ou ainda de localização de residência serão retiradas ou modificadas por situações hipotéticas, avisadas ao leitor da tese. Os dados coletados poderão ter seus resultados divulgados em eventos, revistas e/ou trabalhos científicos, no entanto, em hipótese nenhuma o/a adolescente terá sua identidade divulgada, mesmo em materiais de periódicos.

A participação nestas entrevistas será mediada pela pesquisadora e não oferece aos adolescentes nenhum risco imediato, porém, é possível ocorrerem constrangimentos como situações de timidez ou vergonha, além de contaminação por COVI-19, mesmo em pessoas assintomáticas. Assim sendo, a pesquisadora se atentará e buscará acolher estes possíveis acontecimentos e oferecer EPIs, propondo-se a conversar imediatamente com os adolescentes, que pode optar, de imediato, por não mais participar da atividade. Caso haja demanda que justifique encaminhamento individual, a pesquisadora compromete-se em efetuar-lo, objetivando a promoção e o cuidado à sua saúde.

O/A adolescente não terá nenhum custo para participar do estudo, além disso, em caso de gastos em função da pesquisa, está prevista indenização aos/às participantes, conforme a resolução 466/2012. Não será realizada compensação financeira para participar do estudo.

Este trabalho poderá contribuir para a maior participação de adolescentes nos diferentes locais em que está inserido ou possui o desejo de inserir-se, na medida em que serão oferecidos espaços de fala e/ou autoexpressão, os quais promoverão processos de reflexão sobre a saúde mental no cotidiano dos adolescentes bem como sua participação em projetos de arte e cultura.

Além disso, você também receberá uma devolutiva sobre os dados levantados por esta pesquisa.

Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pela pesquisadora. Nele, também constam o telefone e o e-mail da pesquisadora. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e a participação do adolescente a qualquer momento.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação do adolescente, pelo qual sou responsável, nesta pesquisa e que concordo com sua participação.

A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 – Caixa Postal 676 – CEP 13565-905 – São Carlos – SP – Brasil. Fone (16) 3351-8028. Endereço eletrônico: [cephumanos@ufscar.br](mailto:cephumanos@ufscar.br)

Endereço para contato

Pesquisadora responsável: Thaís Thaler Souza

Endereço: Rodovia Washington Luis, km 235, São Carlos/SP - CEP: 13565-905

Departamento de Terapia Ocupacional – Programa de Pós Graduação em Terapia Ocupacional

Contato telefônico: (31) 991049267

E-mail: [thaisthaler@hotmail.com](mailto:thaisthaler@hotmail.com)

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

\_\_\_\_\_  
Thaís Thaler Souza

\_\_\_\_\_  
Nome do adolescente Participante

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do/da responsável

## APÊNDICE B – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) – ADOLESCENTES

### O que significa assentimento?

O assentimento significa que você concorda em participar de uma pesquisa que inclui adolescentes, da sua faixa de idade. Serão respeitados seus direitos e você receberá todas as informações por mais simples que possam parecer. Pode ser que este documento denominado TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO contenha palavras que você não entenda. Por favor, peça ao responsável pela pesquisa ou à equipe do estudo para explicar qualquer palavra ou informação que você não entenda claramente.

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa **“História oral de vida de adolescentes participantes de projetos de arte e cultura: a interface com a saúde mental e sua promoção”**. Seus pais ou responsáveis permitiram sua participação.

Gostaríamos que você participasse da pesquisa sobre saúde mental e arte, com objetivo de produzirmos juntos um conhecimento sobre o tema.

Os adolescentes que participarão desta pesquisa têm de 12 a 18 anos de idade.

Você não precisa participar se não quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se aceitar e depois desistir.

A pesquisa será feita por meio de entrevistas que podem ocorrer de maneira on-line em plataformas de chamadas de vídeo ou ainda de forma presencial. Você e seu responsável, em conjunto, decidirão a melhor a modalidade de entrevista, levando em consideração também as determinações municipais a esse respeito. Caso vocês optem pela modalidade presencial, serão seguidas todas as orientações de cuidado para o COVID-19 e você receberá Equipamentos de Proteção Individual, Máscara cirúrgica Capote Luvas Proteção ocular (óculos ou máscara facial) e os custos desses materiais serão de responsabilidade da pesquisadora. Gostaríamos que você participasse refletindo sobre o tema saúde mental e participação em projetos de arte e cultura, e nos mostrando o significado que tem pra você se sentir parte desses projetos.

Ao assinar esse termo você permitirá a utilização da sua imagem e voz para pesquisa, essas gravações são para auxiliar a pesquisadora na análise, mas em nenhum momento o seu nome ou qualquer coisa que identifique será divulgada. Ninguém de fora, além dos seus responsáveis, saberá que você está participando dessa pesquisa; não vamos contar para outras pessoas, nem dizer o que vocês nos disseram para estranhos. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem colocar os nomes dos adolescentes que participaram.

Caso talvez você possa se sentir tímido(a) ou com vergonha durante algumas das atividades. Se isso acontecer, você poderá me falar na mesma hora e podemos parar a atividade. E se você tiver vontade de conversar sobre alguma coisa ou sentimento que apareceram durante as nossas atividades, você pode me ligar no telefone (31) 991049267 – pesquisadora Thaís Thaler Souza. Lembre-se que a participação individual também pode representar um risco de contaminação por COVID-19 que pode ocorrer mesmo no caso de

peças assintomáticas em 80% dos casos, se isso te incomode, você poderá ter sua participação somente pela internet ou ainda pedir para sair da pesquisa.

Sobre as coisas boas de participar dessa pesquisa, destacamos que você terá a sua opinião e a sua participação valorizada e participará de maneira direta de como vai querer divulgar esse trabalho, bem como seu conteúdo.

Se você tiver alguma dúvida, você pode me perguntar pessoalmente ou ligar naquele telefone que está escrito aqui nesse texto.

### Consentimento Pós-Informado

Eu \_\_\_\_\_ aceito participar da pesquisa **“História oral de vida de adolescentes participantes de projetos de arte e cultura: a interface com a saúde mental e sua promoção”**.

Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer.

Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que ninguém vai ficar chateado.

A pesquisadora tirou minhas dúvidas e conversou com os meus responsáveis.

Esse termo foi lido para mim pela pesquisadora, eu recebi uma cópia dele e concordo em participar dessa pesquisa.

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Thaís Thaler Souza

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador

\_\_\_\_\_  
Nome do Participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

## **APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO – ADOLESCENTES**

### **DADOS DA PESQUISA**

Nome: História oral de vida de adolescentes participantes de projetos de arte e cultura: a interface com a saúde mental e sua promoção

Pesquisadora responsável: Thaís Thaler Souza

Orientadora: Profa. Dra. Maria Fernanda Barboza Cid

Local e Duração da Entrevista:

### **DADOS DOS ADOLESCENTES**

Nome Completo:

Nome do projeto ao qual é vinculado:

Data do Nascimento:

Endereço Atual Completo (rua, nº, bairro, cidade):

Documento de identidade:

### **INTRODUÇÃO**

Apresentação da pesquisadora e explicação sobre a pesquisa, objetivos e etapas. Apresentados TCLE, TALE e Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz e solicitado assinatura dos responsáveis e dos adolescentes.

### **DESENVOLVIMENTO**

1. Gostaria que você se apresentasse.
2. Como foi o seu primeiro contato com o (nome do projeto)?
3. Como você acha que essa participação influencia na sua vida e na sua saúde mental?
4. Alguém da sua família faz parte de projetos de arte e cultura?
5. Na sua comunidade tem projetos desse tipo?
6. Como você se sentia nesses espaços?
7. Como você apresentaria o projeto para outro adolescente?
8. Como isso tem se dado desde a pandemia?
9. Do que mais você sente falta?
10. Espaço livre para falar sobre o tema.

**APÊNDICE D – CARTA DE CESSÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do RG número \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada(s) no(s) dia(s) \_\_\_\_\_ e transcrita para a pesquisadora Thaís Thaler Souza, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos, usá-las integralmente, sem restrições de prazos e limites de citações, desde a presente data. Não autorizo o uso de terceiros ouvi-las e usar citações, ficando vinculado o controle à pesquisadora acima citada, que tem a guarda da mesma. Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente.

Belo Horizonte, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20\_\_

---

Assinatura

**APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE II) – RESPONSÁVEIS PARA DIVULGAÇÃO DE IMAGENS**

Esta etapa do projeto de pesquisa intitulado “**História oral de vida de adolescentes em contexto de vulnerabilidade participantes de projetos de arte e cultura: a interface com a saúde mental e sua promoção**”, sob responsabilidade de **Thaís Thaler Souza** vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos **NÃO É OBRIGATÓRIA** e somente acontecerá caso seja o interesse do/a adolescente participante ir para além da divulgação em meios científicos com sua identidade preservada e tenha o desejo de tornar público os resultados de pesquisa como, por exemplo, através de gravações de vídeos, filmes, documentários ou qualquer outra forma de divulgação visual com não preservação de seus dados identitários.

Essa etapa só ocorrerá se o adolescente manifestar o desejo nesse sentido e seja autorizado pelo seu responsável direto. Os/As adolescentes e seus responsáveis terão direito autoral sobre os produtos produzidos. Além disso, os/as adolescentes e responsáveis participarão de todos os processos de confecção, edição e produção e terão sua divulgação realizada somente após autorização final do produto, podendo cancelar esta autorização a qualquer momento.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso da imagem e voz, nos termos acima descritos.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) participante

\_\_\_\_\_  
Thaís Thaler Souza

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

## APÊNDICE F – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ PARA FINS DE PESQUISA

Esta etapa de pesquisa do projeto “**História oral de vida de adolescentes em contexto de vulnerabilidade participantes de projetos de arte e cultura: a interface com a saúde mental e sua promoção**”, sob responsabilidade de **Thaís Thaler Souza** vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos **NÃO É OBRIGATÓRIA** e só vai acontecer se for algo que seja do seu interesse, caso você tenha vontade de mostrar publicamente por meio de filmes, vídeos e documentários o que aconteceu no momento de pesquisa.

Você vai participar de **TUDO** o que acontecer nesta etapa e terá poder decisão em todo o processo, desde o que vai para o vídeo, e do quanto você quer aparecer, da forma que o vídeo será editado e pode desistir dessa participação a qualquer momento.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso da minha imagem e som de voz, nos termos acima descritos.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) participante

\_\_\_\_\_  
Thaís Thaler Souza

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

## ANEXO A – PARECER SUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA PARA O PROJETO DE PESQUISA PARTICIPATIVA



Continuação do Parecer: 4.736.878

usuários de projetos artísticos-culturais pensam sobre saúde mental e sobre como relacionam a própria saúde mental com a arte e cultura e a influência da pandemia nesse processo. A metodologia segue uma abordagem qualitativa com métodos participativos, utilizando para isso de grupos online de discussão com os adolescentes participantes de projetos de arte e cultura e possíveis colaboradores que os adolescentes indicarem, como familiares, coordenadores de projetos, oficinairos, profissionais de saúde, dentre outros que possam falar sobre o processo dos adolescentes nesses projetos. Os encontros online aconteceram por plataforma digitais em vídeo. Os colaboradores da pesquisa serão selecionados por amostragem não probabilística do tipo bola de neve. **HIPÓTESE:** A participação em projetos de arte e cultura, bem como a prática artística beneficiam a saúde mental de adolescentes. **METODOLOGIA:** A metodologia segue uma abordagem qualitativa com métodos participativos, utilizando para isso de grupos online de discussão com os adolescentes participantes de projetos de arte e cultura e possíveis colaboradores que os adolescentes indicarem, como familiares, coordenadores de projetos, oficinairos, profissionais de saúde, dentre outros que possam falar sobre o processo dos adolescentes nesses projetos. Os encontros online aconteceram por plataforma digitais em vídeo. Trata-se de um estudo que traz um panorama transversal da realidade dos adolescentes pela perspectiva dos próprios participantes através de suas narrativas e discussões. As pesquisas participativas apresentaram um aumento significativo nas últimas décadas, apesar de não ser uma metodologia nova (NIND, 2011). Isso ocorre em decorrência de uma mudança de paradigma em relação ao protagonismo de crianças, adolescentes e pessoas com deficiência ou pertencentes a grupos e/ou contextos de exclusão sobre seu lugar de fala e valorização de suas competências. Além disso, reflete uma mudança global de perspectiva em relação a acesso a direitos e consideração dessas vozes (NIND, 2011). Esse tipo de pesquisa surge historicamente a partir de grupos em contextos vulneráveis, usuários de saúde mental e em exclusão social, e apresenta, ideologicamente, a concepção de que os participantes são cooperadores, coparticipantes do processo investigativo (NIND, 2011). As pesquisas com adolescentes de maneira participativa vêm retirar o foco e supervalorização de estudos adulto-centrados e permitir que o jovem contribua com sua perspectiva em relação a um problema de ordem complexa (NIND, 2011). **CRITÉRIOS DE INCLUSÃO:** O estudo será realizado com adolescentes vinculados a projetos de arte e cultura de Belo Horizonte – MG. A seleção dos adolescentes obedecerá aos seguintes critérios de inclusão: I) Ter sido indicado pelo coordenador de projeto de arte e cultura destinado a adolescentes advindos de contextos de vulnerabilidade social; II) Possuir interesse em participar do processo de pesquisa; III) Ter idade entre 12 e 18 anos (considerando o que é estabelecido pelo ECA como adolescente); IV) O responsável deve ter

Endereço: WASHINGTON LUIZ RM 335  
 Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.505-905  
 UF: SP Município: SÃO CARLOS  
 Telefone: (16)3351-9595 E-mail: caphumano@ufscar.br



Continuação do Formulário 4.736/2018

compartilhado ou "nuvem", não será realizada a utilização de listas que permitam a identificação dos convidados nem a visualização dos seus dados de contato (e-mail, telefone, etc) por terceiros. Qualquer convite individual enviado por e-mail só poderá ter um remetente e um destinatário, ou ser enviado na forma de lista oculta.

**Benefícios:** Este trabalho poderá contribuir para a maior participação de adolescentes nos diferentes locais em que estão inseridos, além de propiciar espaços de fala e/ou autoexpressão, podendo promover processos de reflexão sobre a saúde mental no cotidiano dos adolescentes bem como sua participação em projetos de arte e cultura.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de uma pesquisa que deve seguir os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução CNS nº 510 de 2016 e suas complementares.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

**Recomendações:**

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Todas as pendências foram solucionadas e, portanto, considera-se o projeto aprovado.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Diante do exposto, o Comitê de ética em pesquisa - CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e 510 de 2016, manifesta-se por considerar "Aprovado" o projeto. A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe, após aprovação deste Comitê de Ética em Pesquisa: II - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido; III - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção. Este relatório final deverá ser protocolado via notificação na Plataforma Brasil. **OBSERVAÇÃO:** Nos documentos encaminhados por Notificação NÃO DEVE constar alteração no conteúdo do projeto. Caso o projeto tenha sofrido alterações, o pesquisador deverá submeter uma "EMENDA".

Considerando a situação sócio-sanitária, bem como os planos de contingenciamento da pandemia

<b>Endereço:</b> WASHINGTON LUIZ KM 235	<b>CEP:</b> 13.505-905
<b>Bairro:</b> JARDIM GUANABARA	
<b>UF:</b> SP	<b>Município:</b> SÃO CARLOS
<b>Telefone:</b> (16)3351-9885	<b>E-mail:</b> cephumanos@ufscar.br



Continuação do Projeto: 4.736.674

autorizado e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o adolescente ter autorizado e assinado os Termos de Assentimento e de Consentimento Livre e Esclarecido (TALE). **CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO:** O adolescente não conseguir compreender os objetivos de pesquisa.

**Objetivo da Pesquisa:**

Identificar o que adolescentes usuários de projetos artísticos-culturais pensam sobre saúde mental e sobre como relacionam a própria saúde mental com a arte e cultura e a influência da pandemia nesse processo.

**Objetivo Secundário:**

a) Explorar com um grupo de adolescentes participantes de projeto artístico-cultural, suas percepções sobre o que pode prejudicar ou favorecer a saúde mental; b) Explorar com um grupo de adolescentes participantes de projeto artístico-cultural como eles relacionam essa participação ou, nesse momento de pandemia, a não participação, com a saúde mental; c) Explorar junto aos colaboradores diretos de projetos de arte-cultura, familiares e/ou personagens indicados pelos os adolescentes participantes como eles percebem o processo de saúde mental dos adolescentes nesses projetos; d) Identificar junto aos adolescentes e outros colaboradores como a pandemia influenciou nesta participação e saúde mental; e)

Produzir com os adolescentes de forma participativa, um produto das discussões realizadas em grupo; f)

Avaliar, com os adolescentes, o processo da pesquisa participativa.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Considera-se que toda pesquisa envolvendo seres humanos apresenta riscos e/ou desconfortos. O dano eventual poderá ser imediato ou tardio, comprometendo o indivíduo ou a coletividade. Dessa forma, o pesquisador deve fazer o exercício da alteridade colocando-se no lugar do sujeito participante para detectar possíveis riscos/desconfortos, que podem ser físicos, morais ou psicológicos.

Neste sentido o presente projeto cita que A participação no estudo será mediada pela pesquisadora e não oferece aos adolescentes nenhum risco imediato, porém, é possível ocorrerem constrangimentos como situações de timidez ou vergonha. Tais situações poderão ser apresentadas imediatamente para a pesquisadora que suspenderá a produção dos dados. Caso haja demanda que justifique encaminhamento individual para cuidado em saúde mental, a pesquisadora compromete-se em efetuar-lo, objetivando a promoção e o cuidado à sua saúde.

Além disso, existem riscos relacionados ao próprio meio virtual, meios eletrônicos ou não presenciais como acesso dos dados coletados. No entanto, a pesquisadora estará responsável em não armazenar dados coletados em nenhum dispositivo do tipo de plataforma virtual, ambiente

<b>Endereço:</b> WASHINGTON LUIZ KM 235	<b>CEP:</b> 13.502-900
<b>Bairro:</b> JARDIM GUANABARA	
<b>UF:</b> SP	<b>Município:</b> SAO CARLOS
<b>Telefone:</b> (16)3351-0685	<b>E-mail:</b> caphumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 4.736/21

da COVID-19 municipais e Estaduais; Considerando que as Portarias/Resoluções de Instituições Proponentes de pesquisa são constantemente atualizadas; Considerando o papel do sistema CEP/CONEP em garantir a segurança e proteção do participante da pesquisa por meio dos Protocolos submetidos na Plataforma Brasil; Considerando a corresponsabilidade do pesquisador pela integridade e bem-estar dos participantes da pesquisa;

Este CEP orienta aos pesquisadores o acompanhamento da situação sócio sanitária da região em que ocorrerá a pesquisa, bem como as determinações legais dos planos de contingenciamento do COVID-19 para determinação do início, suspensão ou continuidade de atividades de pesquisas presenciais, mesmo que o Protocolo já se encontre aprovado pelo CEP.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_451651.pdf	05/05/2021 16:50:08		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	5TAIS.pdf	05/05/2021 16:48:41	Thais Thaler Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	5TALE.pdf	05/05/2021 16:48:31	Thais Thaler Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	4TCLE.pdf	05/05/2021 16:48:20	Thais Thaler Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	3TCLE.pdf	05/05/2021 16:48:04	Thais Thaler Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	2TALE.pdf	05/05/2021 16:47:22	Thais Thaler Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	1TCLE.pdf	05/05/2021 16:46:28	Thais Thaler Souza	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	projeto.pdf	05/05/2021 16:45:58	Thais Thaler Souza	Aceito

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3351-0885

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 4.736.674

Investigador	projeto.pdf	05/05/2021 16:45:56	Thais Thaler Souza	Aceito
Outros	Carta_Resposta_versao1.pdf	05/05/2021 16:45:21	Thais Thaler Souza	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA.pdf	30/03/2021 10:36:39	Thais Thaler Souza	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	brota.pdf	25/03/2021 15:31:46	Thais Thaler Souza	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	25/03/2021 15:30:03	Thais Thaler Souza	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SAO CARLOS, 26 de Maio de 2021

---

**Assinado por:**  
Adriana Sanches Garcia de Araújo  
(Coordenador(a))

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235  
Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.505-900  
UF: SP Município: SAO CARLOS  
Telefone: (16)3351-0605 E-mail: cnp humanos@ufscar.br